

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

IDIVAR DE CASTRO LUZ

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONSUMISMO E
SUAS RELAÇÕES COM O MAL-ESTAR CONTEMPORÂNEO
E O DESAMPARO**

Maringá
2020

IDIVAR DE CASTRO LUZ

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONSUMISMO E
SUAS RELAÇÕES COM O MAL-ESTAR CONTEMPORÂNEO
E O DESAMPARO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan.
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Angela Maria Pires Caniato.

Maringá
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

L979a

Luz, Idivar Castro

Algumas considerações sobre o consumismo e suas relações com o mal-estar contemporâneo e o desamparo / Idivar Castro Luz. -- Maringá, PR, 2021.

205 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan.
Coorientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Pires Caniato.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2021.

CDD 23.ed. 155.5

IDIVAR DE CASTRO LUZ

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONSUMISMO E SUAS
RELAÇÕES COM O MAL-ESTAR CONTEMPORÂNEO E O DESAMPARO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: professor doutor Marcos Leandro Klipan.

Instituição: Universidade Estadual de Maringá.

Assinatura:  _____.

Examinadora: professora doutora Lucianne Sant'Anna de Menezes.


Instituição: Universidade Federal de Uberlândia.

Assinatura:  _____.

Examinador: professor doutor Marco Antônio Rotta Teixeira.

Instituição: Universidade Estadual de Maringá.

Julgamento:

Assinatura:  _____.

Aprovado em 18 de maio de 2021.

Dedico este trabalho àquilo que considero o bem mais precioso: a capacidade de transformar a vida para seguir em frente buscando realizar os nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, neste momento, de expressar minha gratidão àqueles que tornaram possível este trabalho ser realizado. Obviamente que durante os anos dedicados a esta pós-graduação, muitas foram as pessoas que passaram pelo meu caminho e mesmo que minha memória alcançasse o nome de todos, dificilmente haveria páginas suficientes para poder listar cada um e como contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Mas ainda que anônimos, agradeço-lhes imensamente.

Todos os que aqui foram lembrados foram pessoas muito importantes ao longo desta jornada e contribuíram direta ou indiretamente para que esta etapa chegasse ao final.

Começo agradecendo à minha mãe, Idivanda de Castro e minha tia Idiméia de Castro. Elas me ajudaram financeiramente, souberam me acolher, viam o meu cansaço, incentivavam e nunca mediram esforços para que eu continuasse os estudos. Sem o amor e carinho delas, nunca teria concluído o mestrado.

Agradeço aos amigos, Thomaz, Danillo, Fábio, Shirlene, Jacqueline, Kelly, Simone e Josi. Cada um deles me ajudou à sua maneira; uns consolaram, fizeram companhia, dividiram comigo a estrada de Londrina a Maringá, choraram comigo e nos consolamos mutuamente. Outros foram muito compreensivos e não me abandonaram, mesmo eu tendo declinado, mais de uma vez, os seus convites.

Agradeço ao Departamento de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá e à Wal pelos problemas resolvidos e pela atenção dedicada durante todo o tempo. Também sou grato aos professores, que souberam como conduzir as aulas e possibilitaram alcançar o conhecimento.

Agradeço às amigas que fiz durante meu trajeto na Universidade Estadual de Maringá. Aqui entram os colegas de sala, os integrantes do Projeto Phênix, os primeiros a dividirem comigo seu aprendizado, e também os integrantes do Laboratório Estudos e Pesquisas em Psicanálise e Gêneros, a quem desenvolvi apreço e admiração por serem tão dedicados aos estudos.

Agradeço à professora Angela Maria Pires Caniato (*in memoriam*). Foi ela a primeira pessoa a acreditar que o meu projeto pudesse se tornar uma pesquisa e acompanhou com rigor parte do texto apresentado para qualificação.

Agradeço ao professor Guilherme Elias da Silva, a quem precisei recorrer para solucionar problemas aos quais não poderia me desvencilhar sozinho.

Agradeço imensamente ao professor Marcos Leandro Klipan. Ele percebeu a minha dedicação, reconheceu os meus esforços, proporcionou uma experiência animadora com a pesquisa e soube dar um bom destino ao texto que havia produzido. Sempre esteve presente, era solícito, paciente, gentil e soube direcionar respeitosamente os seus apontamentos a mim.

Por fim, agradeço aos professores Marco Antônio Rotta Teixeira e Lucianne Sant'anna de Menezes, que fizeram apreciações ao texto enviado para qualificação, souberam identificar os pontos frágeis, contribuíram para amadurecer tudo que foi escrito e ajudaram a refletir sobre o tema escolhido para pesquisa.

Luz, I. C. (2020). *Algumas considerações sobre o consumismo e suas relações com o mal-estar contemporâneo e o desamparo* (Dissertação de mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil).

RESUMO

De maneira geral, este estudo procurou investigar como o aparato teórico da Psicanálise pode auxiliar na compreensão das questões que envolvem o consumismo tal como ele se apresenta nos dias atuais. Da proposta geral, o consumismo passa a adquirir as matizes de uma das formas de subjetivação presentes na contemporaneidade para que seja alcançada a felicidade. Entretanto, a Psicanálise nos ensina que a busca pela felicidade é abalroada pelas recusas pulsionais às quais o sujeito tem de aderir para que se veja acolhido pela civilização. Neste sentido, o consumismo passa a assumir a forma de uma satisfação substitutiva, que impele o sujeito a consumir exageradamente visando amenizar os desconfortos gerados pelo mal-estar das renúncias pulsionais. Das nossas intenções iniciais, nossa hipótese de trabalho nos leva a examinar as condições às quais os dias atuais impõem ao mal-estar, gerando condições para que se desenvolvam as propensões ao consumo desmedido. Por sua vez, a análise dos dias atuais nos faz pensar no caráter traumático impresso pelo mal-estar, que conjura consigo as faltas de garantias do sujeito ser e existir no mundo, asseverando ainda mais o desamparo que lhe é intrínseco.

Palavras-chave: Psicanálise. Consumismo. Mal-estar e Desamparo.

Luz, I. C. (2020). *Some considerations about consumerism and its relations with contemporary discontents and helplessness* (Master's dissertation, Department of Psychology, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil).

ABSTRACT

In general, this study sought to investigate how the theoretical apparatus of Psychoanalysis could help in the comprehension of issues surrounding consumerism exactly as it is currently. From this general proposal, consumerism starts to acquire the nuances of one of the forms of subjectivity present in contemporary times so that happiness is achieved. However, Psychoanalysis teaches us that the search for happiness is hindered by the drive refusals which the subject has to adhere to in order to be welcomed by civilization. In this sense, consumerism starts to take the form of a substitutive satisfaction, which impels the subject to consume exaggeratedly in order to relieve the discomfort created by the discontents caused by the pulsional resignations. From our initial intentions, our working hypothesis leads us to examine the conditions which today impose on malaise, creating conditions for the development of excessive consumption. In turn, the analysis of present days makes us think of the traumatic character imprinted by the malaise, which conjures up with the lack of the subject's guarantees to be and exist in the world, further asserting the helplessness that is intrinsic to him.

Keywords: Psychoanalysis. Consumerism. Discontents and Helplessness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - CONSUMISMO CONTEMPORÂNEO	16
1.1 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O CONSUMISMO E A DINÂMICA IMPRESSA NOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO CONTEMPORÂNEOS	26
1.2 CONSUMISMO E ANGÚSTIA EM TEMPOS DE COVID-19	52
CAPÍTULO 2 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONTEMPORANEIDADE	62
2.1 DECLÍNIO DA IMAGO PATERNA	71
2.2 MAL-ESTAR CONTEMPORÂNEO.....	91
CAPÍTULO 3 - TEORIA PSICANALÍTICA SOBRE O DESAMPARO ...	125
3.1 O DESAMPARO, SUA SEMÂNTICA, ETIMOLOGIA E A <i>HILFOSIGKEIT</i>	127
3.2 TEORIA PSICANALÍTICA DO DESAMPARO	131
3.3 TEORIA FREUDIANA SOBRE O DESAMPARO E ALGUMAS ARTICULAÇÕES COM O CONSUMISMO	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	193

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como eixo central a questão que envolve o consumismo e a contemporaneidade, cujas inquietações surgiram junto aos momentos de estudos e reflexões sobre a teoria psicanalítica e a teoria crítica desenvolvidas nos encontros semanais do *Projeto Phenix*, sob a coordenação da professora Angela Maria Pires Caniato, associadas ao exercício clínico da psicanálise. Este grupo de estudos procura articular a Psicanálise às reflexões sobre a Teoria crítica, num ciclo de leitura das obras de Sigmund Freud e os textos de Adorno e Horkheimer. No ínterim destes estudos, as interpretações dos textos psicanalíticos quase sempre nos fizeram direcionar os nossos olhares para a Psicanálise como ferramenta para a compreensão dos processos sociais e as relações estabelecidas entre os sujeitos, mais precisamente as relações entre as pessoas no tempo atual.

Destes estudos, foi possível apreender com maior clareza que para um psicanalista exercer a sua escuta, não bastam os estudos teóricos condizentes aos conceitos psicanalíticos e seus particulares métodos de escuta e investigação do inconsciente; a análise pessoal que faz o analista ir ao encontro de si e a supervisão, que torna compreensível determinados pontos obscurecidos dentro da escuta analítica. Obviamente, os alicerces epistemológicos acerca do objeto de estudo da Psicanálise, a análise pessoal e as condições institucionais para a transmissão dos saberes psicanalíticos são de fundamental importância para a prática da escuta que é própria de um psicanalista. Contudo, a clínica psicanalítica pede que se considere, também, o contexto social onde se desenvolvem as queixas dos pacientes em sofrimento e que são levadas para as sessões de análise.

Não podemos nos esquecer das relações que o psiquismo estabelece com o contexto histórico, social e cultural em que o sujeito é inundado no seu quotidiano. Caso desconsiderássemos tal expediente, promoveríamos uma prática profissional encerrada em si mesma, contraproducente em suas origens, alienada às queixas e sintomatologias particulares dos dias atuais, e pouco eficientes na promoção da compreensão das fontes de sofrimento do homem hodierno. Desconsiderar o contexto do sofrimento – as circunstâncias em que irrompe e em quais elementos da organização social encontra condições de asseverá-lo e potencializá-lo – pode ser um mal produtor de danos maiores ainda, algo que talvez Freud considerasse uma análise mal gerida, a exemplo do que fez em 1910 ao tratar do tema das análises selvagens.

Já não estamos mais sob os olhares da conservadora Viena da Era Vitoriana. O paradigma da mulher histérica – em voga nas discussões médicas da virada do século XX –

permaneceu ligado a um estado em que a sociedade não dava às mulheres condições de expressar suas aspirações de liberdade, fazendo de seu corpo um receptáculo e o único meio cabível para a de expressão do sofrimento (Roudinesco, 2016).

Segundo Bauman (2001), estamos em dias de mudanças sociais importantes, novos paradigmas estão se impondo, atualizações e adaptações surgem com dinamicidade ímpar, exigindo do homem dos nossos dias versatilidade quase impossível. Formas de se portar frente às figuras de autoridade e com as demais pessoas do trato comum, que antes eram verticalmente orientados, com padrões muito bem estabelecidos, tornaram-se aos poucos, laços horizontalmente orientados e dotados de flexibilidade nos mais variados padrões possíveis. Ao que tudo indica, a sociedade atual parece se organizar cada dia mais de uma forma bem diferente da de outrora, graças aos novos formatos de laços presentes na contemporaneidade. Aliado a isso ainda há os desafios relativos ao declínio do patriarcado e a diluição da imago paterna e suas consequências nos modos de subjetivação do sujeito, tal como apontam Lebrun (2004) e Roudinesco (2003).

Como era de se esperar, a experiência do sofrimento é alterada e novas formações ocupam o lugar das neuroses tal como eram produzidas na época de Freud. Atualmente as queixas giram em torno das alterações no direcionamento da atenção (preponderante na clínica infantil), oscilações de humor, os picos de angústia, automutilações, dependências (sejam elas de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas), tentativas de suicídio, queixas alimentares, preocupações estéticas, hedonismo, imediatismo das satisfações, e o lugar em que o homem ocupa no desejo de seus pares. E o mesmo acontece com as incidências do consumo em excesso.

Da mesma forma que Menezes (2004), compreendemos que o corpo teórico psicanalítico propõe que o consumismo – e também as novas subjetividades – sejam encaradas como a atualização da expressão do mal-estar do sujeito que está inserido dentro dos litorais da civilização, e que, portanto, tiveram de abrir mão de uma parcela importante de suas satisfações pulsionais para que se vejam por ela acolhidas. É importante que não se percam de nossas vistas que tanto o mal-estar suscitado na modernidade pelas recusas pulsionais (Freud 1930/2010c) quanto às frustrações ao que tange à felicidade inalcançável da atualidade, acabam por se concentrar em pequenos traumas, de onde emergem experiências psíquicas relacionadas ao desamparo.

Entendemos que a compreensão do consumismo – e também os padecimentos do homem contemporâneo – não pode estar desalinhada de um mundo efusivo e em constante evolução. Trata-se de um mundo cada vez mais conturbado, onde o crescimento tecnológico,

a frenética economia e todas as revoluções sociais, políticas e culturais retroalimentam a angústia e o desamparo, absorvendo os dias atuais em opacidade e vertigem, sobretudo quando o sujeito se vê balizado nesta ampla e complexa seara.

Desta forma, justifica-se nosso estudo em discutir sobre os impasses do homem contemporâneo e sua subjetividade, sendo ela de relevância para o cenário psicanalítico atual. E é este ponto que nos instiga a estudar as questões que envolvem as propensões ao consumo em excesso presente nos dias de hoje. Neste ínterim foi formulada a pergunta que motivou tomarmos o consumismo como o objeto de estudo: quais contribuições a teoria psicanalítica, quando articulada às apreciações sobre os dias atuais, poderia dar ao debate do consumismo?

É importante ressaltar as ideias de Oliveira, Resstel e Justo (2014) e Menezes (2004) que ajudaram a formular o problema de pesquisa quanto uma hipótese plausível que seja colocada em teste para ser respondida no decorrer da dissertação. Segundo Oliveira, Resstel e Justo (2014), o consumo desmedido pode ser encarado como uma formação fugaz característica dos movimentos compensatórios do homem contemporâneo frente ao desamparo. Destas considerações, salta sobre nós a hipótese de pesquisa formulada a partir das ideias de Menezes (2004). Para ela, há particularidades inseridas no cenário contemporâneo que promove um estilo de vida partilhado por muitos e do qual entendemos, termina por gerar condições e possibilidades para a produção de novas subjetividades, dentre as quais damos destaque ao consumismo.

Das relações estabelecidas entre os homens, são esperados o acolhimento e a ajuda mútua – o cimento que os faz permanecer unidos em sociedade – para enfrentar coletivamente as marcas do desamparo. Entretanto a obra de Zygmunt Bauman (2001; 2003; 2011a; 2011b; 2018), nos faz perceber que os dias atuais têm produzido relações cada vez mais fluídicas, vínculos cada vez mais distantes e dotados de pouca capacidade de prover o amparo que tanto se espera. Desta forma, as sensações do desamparo vão de encontro ao sujeito hodierno e o faz perceber que tem poucos recursos para lidar com sua fragilidade e os infortúnios do destino. Com isto, inicia-se, como uma das formas de reduzir as consequências do desamparo, um movimento que envolve os prazeres momentâneos eliciados pelos consumos desenfreados.

No contexto destas elucubrações, demos seguimento nesta dissertação à ideia de que o consumismo poderia ser compreendido como uma das formas de subjetivação que emerge deste pano de fundo, uma manifestação que nos remete ao mal-estar demarcado pela atualidade e também ao desamparo suscitado por este mesmo mal-estar.

Refletindo sobre os pontos ressaltados anteriormente, formulamos como objetivo geral desta pesquisa investigar como a Psicanálise nos auxiliar a compreender as questões que envolvem o consumismo tal como ele se apresenta nos dias atuais. Deste objetivo geral, pensamos como objetivo específico compreender o consumismo como uma das formas de subjetivações presentes hoje que está articulada ao mal-estar contemporâneo.

Nestes termos, sentimos a necessidade de procedermos nossas investigações acerca das questões que envolvem o consumismo na contemporaneidade, trilhando um caminho que nos fizeram pensá-lo como uma das formas de subjetivação em voga na atualidade. Entre estas considerações, também julgamos importante pinçarmos para exame alguns elementos que nos fizeram refletir sobre a forma como a sociedade está organizada atualmente, uma organização que assevera o mal-estar presente nas relações e o desamparo, que passam a desencadear o consumismo como uma das formas de subjetivação. Por último, avaliamos pertinente mencionar as questões que envolvem as impressões da teoria psicanalítica sobre o desamparo, o conceito articulador que dialoga o consumismo, o mal estar contemporâneo e a teoria freudiana.

Para fundamentar as conclusões apresentadas nas páginas adiante, foram coletados livros e artigos acadêmicos de autores de prestígio no meio acadêmico-científico. Os livros foram arregimentados nas bibliotecas da Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina e no acervo privado do autor e seus orientadores. Para a coleta dos artigos foi consultada a base de dados Scielo. Os critérios utilizados para a inclusão das leituras foram as temáticas discutidas pelos autores das obras consultadas, e que versavam sobre a Psicanálise, o consumismo, mal-estar contemporâneo e o desamparo. Foram adotados como critérios de exclusão, autores cuja linha epistêmica difere da adotada pela Psicanálise. Quanto aos principais autores apreciados, destacamos o psicanalista Sigmund Freud, e o sociólogo Zygmunt Bauman. Para enriquecer as conclusões dos autores, também tomamos de empréstimo as conclusões às quais chegaram os comentaristas de suas obras. Por trazeremos para discussão os trabalhos de autores clássicos, não determinamos uma temporalidade precisa para a revisão de livros e artigos para compor a dissertação.

Assim, ao situarmos neste campo o nosso estudo sobre o consumismo, esperamos, ao mesmo tempo em que lançamos luz ao mal-estar contemporâneo e ao desamparo que lhes converge, distanciarmo-nos da tentativa de esquadrihá-lo segundo os moldes nosográficos apresentados pela psiquiatria dos dias atuais.

Quando nomearmos a Psicanálise como teoria *princeps* que rege a compreensão dos contornos do consumismo, intencionamos apresentar um homem tal como Freud o fizera em

1921 no texto “Psicologia das Massas e Análise do Eu”: “Na vida psíquica do ser individual, o outro é via de regra considerado enquanto modelo, objetivo, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado” (Freud, 1921/2011, p. 14).

Desta forma, o sujeito retratado por Freud é alguém que estabelece laços com o meio social que o circunda, o produto de uma equação, cujos termos levam em conta o longo período de dependência infantil decorrente do desamparo e as ações que o socorrem deste estado, minimizando assim, os impactos de sua fragilidade constituinte. Entretanto, os sinais de sua insuficiência são marcas às quais o sujeito carregará consigo a vida toda, o que o impele a estabelecer laços com seus pares, forma encontrada para diminuir as consequências do desamparo.

Neste ponto, também nos distanciamos de qualquer diligência que naturalize os excessos do consumo propiciados pelo mal-estar contemporâneo, ou ainda confiná-lo às suas determinações puramente individuais. Muito pelo contrário. O modelo de sujeito aqui adotado vê o homem como alguém que necessita de outro humano próximo para poder dar conta da tarefa de se edificar e se sustentar no mundo, permitindo compreendê-lo além das esferas puramente reducionistas. Com isto em mente, evitaríamos as motivações exclusivamente individualistas do sofrimento psíquico que o desamparo confere ao homem, além de ampliar os meios para compreendê-lo.

Ainda na metodologia empregada para que esta dissertação fosse levada adiante, trazemos como elemento de exame o verbete formulado por Freud a uma enciclopédia para esclarecer o que se entende por Psicanálise. No ano de 1923, ele já estava a uma altura avançada de seu pensamento e havia construído um robusto edifício teórico que o fazia conceber a Psicanálise como:

o nome: 1) de um procedimento para a investigação dos processos psíquicos que de outro modo são dificilmente acessíveis; 2) de um método de tratamento de distúrbios neuróticos, baseado nessa investigação; 3) de uma série de conhecimentos psicológicos adquiridos dessa forma, que gradualmente passam a constituir uma nova disciplina científica (Freud, 1923/2011c, p. 274).

Desta citação, salta aos olhos dois aspectos que se fundam no interior da Psicanálise, que ao mesmo tempo em que “complementam, se alternam e se negam numa espécie de dialética interminável, na qual nenhuma síntese é definitiva” (Naffah, 2006, p. 280): a Psicanálise enquanto técnica de escuta e investigação do sentido particular do sofrimento

psíquico neurótico e a Psicanálise que se propõe a investigar os saberes acerca do funcionamento psíquico (Rotstein & Bastos, 2011).

O primeiro aspecto diz respeito ao que Naffah (2006) denominou por pesquisa-escuta, uma modalidade de exploração essencialmente clínica, onde o analista, através da atenção flutuante¹, capta os elementos de sentido na fala do analisando, que se deixa levar pelas livres associações².

Devido a grande quantidade de pesquisas empíricas, Freud e os psicanalistas puderam arregimentar as experiências narradas em análise em conceitos que versam sobre o funcionamento psíquico. Logo, o aparato teórico da Psicanálise cresceu e chamou a atenção, tanto dos psicanalistas quanto dos profissionais não médicos, para a sua capacidade de explicar os fenômenos dos mais distintos campos do conhecimento, como, por exemplo, a arte e a mitologia, as biografias, a Antropologia e as Ciências da Religião.

Esta eficiência elucidativa nos leva ao segundo aspecto mencionado por Naffah (2006), ao qual chamou de pesquisa-investigação. Segundo ele, esta modalidade consiste em um trabalho de exame conceitual que, em última análise, serve para o aperfeiçoamento e o crescimento da teoria psicanalítica, recebendo dos materiais clínicos, o embasamento necessário para sua construção.

Foi a partir destas admissões que se tornaram possíveis de serem efetivadas as pesquisas em Psicanálise, fazendo ela uso do método que Freud havia desenvolvido e tomando como fundamento tanto os materiais clínicos quanto quaisquer outras produções humanas que fossem passíveis de serem observadas: seja ela uma carta, uma estátua, um quadro ou uma biografia.

Neste ínterim, em que as investigações psicanalíticas se tornaram cada vez mais amplas, Freud (1923/2011c, p. 300) considerou razoavelmente fácil indicar os caminhos que fizeram com que a Psicanálise se aproximasse das ciências do homem. Para ele, a técnica de escuta e investigação que havia formulado demonstrava a proximidade entre os fenômenos normais e patológicos e, “como tal, capaz de ser aplicada às ciências humanas”, resolvendo assim, “uma série de questões ante as quais a psicologia oficial da consciência detinha-se perplexa”.

¹ Segundo Laplanche e Pontalis (2001) esta é a forma que o psicanalista deve estabelecer a escuta de seu paciente durante a análise. Durante as sessões, espera-se do analista que se ausente das motivações que, em qualquer outra ocasião, iriam lhe tomar a atenção, deixando-o assim livre para que seu inconsciente possa desempenhar as suas atividades.

² Segundo Laplanche e Pontalis (2001) a associação livre é a regra fundamental à qual todo analisando deve se submeter, expressando ao seu analista, os pensamentos da forma que lhe ocorrerem, sem qualquer censura ou eventuais constrangimentos.

Dito isto, é tentador dar o passo seguinte e fazer com que a Psicanálise adentre aos domínios da cultura e das relações que o sujeito estabelece para com os seus em sociedade. Foi tomado por tais anseios de fazer a Psicanálise trafegar pela Antropologia, Sociologia e pela Ciência da Religião, que Freud elabora os seus textos psicossociais “Totem e Tabu” (1913/2012), “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (1921/2011a) e “Mal-estar na Civilização” (1930/2010c), rompendo assim, com a predominância das impressões clínicas nos processos investigativos da ciência que criara.

Guardando estas prerrogativas e aproveitando-nos do gancho do mundo externo que foi trazido para discussão no parágrafo anterior, faz todo sentido as ideias de Mezan (2001) para quem a Psicanálise também se estende para os desdobramentos da cena social e da cultura. Diante de um cenário igualmente rico à clínica para que a Psicanálise invista as suas conclusões, e ao qual Laplanche chamou de extramuros, pouca diferença há entre o que o psicanalista faz entre as quatro paredes de seu consultório e o trabalho que ele executa dentro do seu gabinete de escrita ao fazer os conceitos se entremearem à forma como os sujeitos estabelecem seus laços sociais. Entretanto:

[...] no primeiro caso sua atividade visa tanto à elucidação quanto à transformação do que ocorre entre ele e seu paciente, enquanto no segundo a dimensão prática está ausente – *et pour cause*, já que a situação não envolve uma dupla e os fenômenos transferenciais mobilizados nela e por ela, mas um pesquisador e um objeto a ser construído a partir de dados empíricos (Mezan, 2001, p. 146, grifo do autor).

Mas o que poderia fazer um psicanalista, se não fosse aplicar o método que é próprio da Psicanálise a tudo aquilo que os homens criam? Insuflados por esta indagação que nos direciona à Psicanálise extramuros, temos em Kobori (2013, p. 74) a sua definição, em que se considera “aplicar o método psicanalítico fora do contexto clínico, da clínica tradicional”. A partir de Rosa (2004), entendemos que é na Psicanálise extramuros que o psicanalista ganha liberdade para o seu fazer, e nela consegue estender as considerações do método psicanalítico para as situações das esferas sociais, culturais e políticas.

Para Mezan (2001), as pesquisas que envolvem o método psicanalítico extramuros se distanciam das validades certificadas pelas estatísticas de uma amostra populacional qualquer. Para ele, o que a Psicanálise extramuros faz é possibilitar um interessante jogo em que se façam presentes na análise da cultura e da sociedade, as indicações de padrões, estruturas e correlações que podem servir de guia para o trabalho clínico da Psicanálise.

Desse modo, a Psicanálise e os seus olhares para com a sociedade podem ser alvos de uma pesquisa nos moldes acadêmicos, algo que converge para os nossos esforços de tentar esclarecer ao nosso problema de pesquisa que alude às formas assumidas pelo consumismo aludindo ao mal-estar contemporâneo e ao desamparo. Com isto, esperamos fundamentar os nossos exames de uma realidade social contemporânea, que mesmo externa ao sujeito, se impõe a ele e impacta nas suas vivências do desamparo (D'Abreu, Delouya, & Levy, 2018).

Quanto à estrutura da dissertação, ela foi dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo procuramos estabelecer as bases do que entendemos pelo consumismo, circunscrevê-lo utilizando alguns exemplos que ilustram o seu emprego em meio à contemporaneidade e os seus significados semânticos e etimológicos. Em seguida, passamos a tratar o consumismo como uma das formas pelas quais os sujeitos procuram alcançar a felicidade. Tendo em vista que a civilização nos obriga a recusas pulsionais para que o sujeito se veja acolhido em seu seio, nossa escrita dá ao consumismo o estatuto de uma satisfação substitutiva pelo qual se ameniza a quantidade de excitação represada no interior do psiquismo. No ínterim de todas estas elucubrações, foram feitas algumas considerações acerca do consumismo enquanto um modo de subjetivação, um ordenador que rege as formas de ser, estar e existir em uma sociedade que se pauta pelo consumo.

No capítulo dois, buscamos explorar aquilo que foi expresso em nossa hipótese de pesquisa, algo que solicita de nós que examinemos a forma como a sociedade está organizada nos dias atuais e que suscita o mal-estar. Para isto, começamos o capítulo fazendo algumas considerações acerca do pai, seu sentido para a Psicanálise e as consequências de seu declínio na contemporaneidade. Logo em seguida, passamos a examinar algumas qualidades dos dias atuais e que nos fazem pensar no aspecto traumático que deles emerge, acarretando o mal-estar e consequentemente o desamparo ante um mundo repleto de dissabores. Para isto examinaremos os conceitos de Modernidade Líquida e o Individualismo de Bauman (2001), o novo individualismo de Elliot (2018) e o sofrimento que se decanta a partir do neoliberalismo enquanto um modo de subjetivação.

Por conta da forma como foi concebida a escrita de nossa dissertação, o tema do desamparo começou a ganhar cada vez mais espaço ao ponto de ganhar um capítulo só seu. Mas também era algo de se esperar, uma vez que, das angústias suscitadas pelo mal-estar, o desamparo toma de assalto e aprisiona o sujeito contemporâneo. Assim, descortinar as nuances que envolvem o desamparo para a teoria freudiana tornou-se um dos motores para o terceiro capítulo.

CAPÍTULO 1

CONSUMISMO CONTEMPORÂNEO

*“A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro e felicidade
A gente quer inteiro e não pela metade”*

(Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito – “Comida”)

Começamos nossa exploração sobre o que é o consumismo tomando-o pelas primeiras imagens que ele suscita em nossas memórias. Iniciamos então como primeira ilustração o formato do consumo e as estratégias de venda que ocorrem nas feiras livres. Nelas, os feirantes que montaram ainda de madrugada suas barracas, deixam estrategicamente um corredor para que os clientes possam passar com os seus carrinhos de feira, e o papel dos vendedores é tentar a todo custo chamar a atenção para as frutas, legumes e verduras que vendem. Esta é a alma de toda feira livre: vale de tudo para fazer os clientes comprarem, independente se eles estão com o carrinho ou a sacola cheia. Nelas, tudo é válido para atrair novos compradores, que tem sua atenção convocada com palmas, gritos e frases engraçadas:

- Venha, senhora, ver as maçãs, que bonitas! O quilo sai por apenas seis reais.
- Olha o abacaxi docinho, um mel de tão doce! Pegue aqui uma fatia e experimente antes de comprar!
- Abaixou o preço do tomate! O patrão não quer voltar com eles pra casa e está dando eles quase de graça pra freguesa!
- Se a senhora for casada, não paga o limão. Quem paga é o marido.

Isto nos leva a pensar no relatório emitido pelo Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura [FAO] (s.d.), que aponta serem desperdiçados, a nível mundial, 1300 bilhões de toneladas de alimentos. Compõe o quadro de alimentos desperdiçados o montante de 30% de cereais, algo entre 40% a 50% de raízes, frutas, hortaliças e sementes, e o restante 20%, são carnes e laticínios.

Mais especificamente no Brasil, este mesmo relatório aponta que são desperdiçadas 22 bilhões de calorias, o suficiente para suprir as necessidades nutricionais de 11 milhões de pessoas e poderia reduzir os impactos da fome no país. Consta ainda que 28% das perdas ocorrem no momento da produção, 17% nos mercados e durante a distribuição, 22% devido ao manejo e armazenamentos inadequados e 6% no processamento. Àquilo que converge aos

nossos esforços de tentar compreender o consumismo, a fração correspondente ao desperdício de alimentos que é gerada pelos consumidores chega a 28%. Aqui, notamos a presença da cultura do antes sobre do que falte, o status de uma mesa farta, o alimento como uma forma de hospitalidade e carinho para com os seus, que parecem ordenar as compras que fazemos nas feiras livres e não são raras as vezes que adquirimos algo quando nos dirigimos à banca apenas para olhar os itens.

Individualmente, percebemos os excessos apenas quando terminamos as compras e chegamos em casa, quando constatamos que há mais frutas que o tamanho da fruteira, que há mais legumes e vegetais do que a gaveta da geladeira pode armazenar, ou então quando chega o momento de preparar as refeições e notamos que há muitos alimentos que se não o comermos, podem estragar. E para evitar o desperdício, vale soltar a imaginação para transformar os excessos em algo novo: as frutas se tornam compotas ou doces, os legumes viram sopas, caldos ou recheios e os temperos podem ser desidratados ou congelados. Mas as folhagens, todas muito frágeis e com um prazo muito curto para serem consumidos, se não viram salada ainda frescos, precisam ser descartados.

Mas também há as cenas que são transmitidas pelas televisões³. Nelas são mostradas pessoas enfileiradas às portas das lojas de departamentos e eletrodomésticos, que esperam encontrar nas promoções de janeiro preços menores do que eram praticados no decorrer do ano. Ali elas formam uma fila por ordem de chegada e alguns, munidos de uma confortável cadeira de praia, aguardam a abertura da loja desde a madrugada. Outros mais previdentes, chegam a pensar um pouco mais no conforto e improvisam barracas ou se acomodam em colchonetes.

De modo idêntico, chegam a nós imagens das lojas físicas da Apple às vésperas das vendas de um novo artigo da marca. Por mais que eles possam ser vendidos através da internet, os funcionários da Apple organizam com antecedência a fachada das lojas, dispõem de estruturas metálicas que obrigam os clientes a formarem uma fila do lado de fora. Aos interessados em adquirir um novo celular, vale tudo para ter um produto com tecnologia de ponta, inclusive se sujeitar ao desconforto de passar noites ao relento, mal acomodados e em condições climáticas nada favoráveis.

³ Aqui referimo-nos às ofertas de início de ano, um evento promovido pelas lojas de departamento e comerciantes varejistas para venderem a preços promocionais os artigos que não conseguiram comercializar até o Natal. O leitor interessado pode conferir imagens através da referência: Uol (2018).

Também somos apanhados pelas imagens das promoções anuais de aniversário de uma rede popular de supermercado do Rio de Janeiro⁴. Diferentemente da Apple – e isto não sabemos se é proposital ou não – as comemorações contam com cada vez menos organização. A pouca ou quase nenhuma preparação prévia para receber os clientes que procuram adquirir gêneros alimentícios a preços módicos, faz com que os clientes exibam uns aos outros a porção mais animalasca de sua humanidade. Para garantir um carrinho de compras ou então acesso às prateleiras, tudo é válido. Logo na entrada as pessoas atropelam umas às outras, marcham, contornam e passam por cima de qualquer obstáculo para chegarem às gondolas que tanto almejam, mesmo que esse obstáculo seja uma pessoa que caiu ao chão. Pessoas que em outras ocasiões se portariam de maneira gentil, no interior do supermercado demonstram um comportamento pouco civilizado; lá eles se acotovelam, furtam objetos do carrinho de vizinhos e num ambiente como este, as desavenças encontram um terreno fértil para florescer.

Em tempos de guerra, crises político/econômicas e pandemias, ocorre um movimento mais ou menos parecido com o que é observado anualmente no supermercado fluminense. A greve dos caminhoneiros de 2018 gerou um sobressalto na compra de itens que garantiam a sobrevivência e higiene, formaram-se filas que contornavam o quarteirão dos postos de gasolina, instalou-se temor pela falta dos produtos essenciais, tumultos foram gerados em muitas cidades do país, episódios de desordem e alguns pontuais casos de violência em determinados estabelecimentos comerciais.

Como ilustração do caos que se instalou, tomamos como exemplo a ávida busca por combustível. Durante a greve dos caminhoneiros, era comum ver motoristas formando filas nos postos de gasolina, deixá-las ao menor sinal de que o combustível não seria suficiente para quando chegasse sua vez, ou então, dirigirem-se a outros postos que lhes eram indicados pelas mensagens de aplicativos de comunicação ou redes sociais. Quase sempre, os condutores procuravam completar o seu tanque do carro ou então, abastecer seu automóvel ao máximo que conseguissem, sem se importar se esta era a quantidade que habitualmente usavam, ou então se os outros motoristas que enfrentavam a mesma fila teriam também combustível para si.

Continuando em nossa exploração do exemplo acima, alguns donos dos postos de gasolina um pouco mais ambiciosos fizeram valer a máxima capitalista de oferta e procura, aumentando os preços em suas bombas. Preocupados com a dificuldade gerada pelo acesso

⁴ Aqui, referimo-nos ao evento anual do Aniversário Guanabara, quando a rede de supermercados oferece seus produtos a preços muito convidativos. O leitor interessado pode conferir imagens através das referências: Jornal O Globo (2017) e Jones (n. d.).

aos combustíveis e que poderiam impactar na compra de outros itens de consumo, as autoridades passaram a intensificar a fiscalização dos aumentos de preços que consideravam abusivos.

Já outros donos de postos chegaram a impor um limite do número de litros de combustível que poderia ser adquirido por uma única pessoa. Isto fez com que algumas famílias revezassem os seus membros como o motorista responsável pelo abastecimento do automóvel, driblando assim a regra imposta pelos proprietários dos postos de gasolina de um número máximo de litros de combustível a ser comprada por um único cliente.

Desta forma, entendemos que as propensões aos consumos em excesso e/ou nos moldes aos quais estávamos habituados a consumir são um indicativo de que temos muito mais do que imaginávamos ser necessário para nossas vidas. Diante da iminência de restrições aos tráfegos das pessoas impostas pela dificuldade no acesso ao combustível, foram pensadas alternativas coletivas e solidárias ao consumo egocêntrico, individualizado e desmedido. As pessoas passaram a notar a importância do transporte urbano coletivo e alguns passaram a formar grupos de caronas entre vizinhos e colegas de trabalho como forma alternativa ao consumo dos meios de transporte individuais.

Dois anos depois da greve de caminhoneiros, surge a pandemia de Covid-19⁵. Com dados epidemiológicos de contágio e mortalidade que assustavam os estudiosos da saúde pública, foram tomadas como medida de precaução para evitar a falência do sistema de saúde brasileiro, a postura adotada por outros países: o isolamento social. Em paralelo a esta medida, foi definida a suspensão das atividades do comércio das cidades brasileiras.

Antes de saber quais tipos de comércio ficariam fechados durante o pico da pandemia de Covid-19, pessoas temerosas por julgarem que não teriam o que comer durante a suspensão das atividades do comércio, que acreditavam que não teriam artigos de higiene (como, por exemplo, sabonetes, desodorantes, e água sanitária) suficientes para garantirem o asseio diário, ou então por não estarem devidamente providas de máscaras de proteção e álcool em gel, fizeram filas nos supermercados e farmácias para tentar comprar aquilo que julgavam ser suficiente para enfrentar este episódio que muito lembrava cenas apocalípticas.

Diante desta nova crise que nos remete à urgência do consumo de bens que estão para além da necessidade habitual, alguns supermercados foram surpreendidos por uma multidão de clientes aflitos pela compra das mais diversas mercadorias. Por mais que as lojas se

⁵ Segundo o Ministério da Saúde brasileiro (2020), COVID-19 é uma doença cujo quadro clínico varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios preocupantes. Segundo dados coletados no site do Ministério, cerca de 80% dos pacientes infectados podem ser assintomáticos e os 20% dos pacientes restantes tem sinais de dificuldades respiratória, sendo que 5% destes pacientes necessitam de tratamento hospitalar.

preocupassem em tentar repor os produtos, circulavam nas redes sociais imagens de prateleiras vazias, as seções de enlatados totalmente desocupadas, vídeos de pessoas com carrinhos abarrotados de compras e brigas por um fardo de papel higiênico. Nas farmácias, esgotaram-se rapidamente as máscaras cirúrgicas e os potes de álcool em gel. Alguns supermercados e farmácias, antevendo o caos e o pânico que poderia se instalar em meio a esta corrida pelos itens essenciais, chegaram a limitar o número de mercadoria por cliente interessado na compra.

Dada a iminência da instalação de uma nova situação caótica onde haveria falta ou dificuldade de acesso aos recursos que garantiriam o consumo individual ou coletivo, novas soluções semelhantes às da greve de 2018 surgiram em meio às redes sociais. Para enfrentar a fragilidade de nossas vidas e conter a angústia que se instalava diante do mal-estar do ocaso, alguns cobravam do governo medidas de auxílio para que os empregos fossem mantidos, linhas de crédito especiais aos pequenos e micro empreendedores individuais e a liberação dos auxílios emergenciais⁶ para que a economia – e conseqüentemente o consumo – não parasse de girar.

Outros, por sua vez, solidarizaram-se com as camadas mais vulneráveis da população. Surgiam nas redes sociais sugestões de saídas individuais e pontuais a alguns casos, como por exemplo, os jovens moradores de condomínios que se ofereciam para pagar as contas e fazer as compras de mercado e farmácia aos moradores mais velhos que se encontravam na zona de risco de morte do Covid-19. Nas redes sociais também havia discussões que propunham o engajamento coletivo para que entregadores de comida, motoristas de aplicativo, diaristas e outros profissionais liberais pudessem lidar com as dificuldades advindas da eventual oferta escassa de trabalho, algo que impactaria sobre todo um complexo tecido de consumo que poderia ruir a qualquer momento.

Mas também nos lembramos de situações menos críticas e mais leves que envolvem o consumismo, como aquelas pessoas que mesmo tendo um guarda-roupa invejável, justificam a compra de um novo traje para uma ocasião vândora, o preço convidativo, as cores que ornaram com um adereço recém-adquirido e excluem a possibilidade de explicação desta nova aquisição à futilidade ou o comprar pelo simples prazer que se tem no ato em si.

E assim, poderíamos seguir por páginas a fio, descrevendo exemplo atrás de exemplo e ilustrando as condições de nosso objeto de pesquisa na contemporaneidade: o consumismo.

⁶ Até a data de elaboração desta parte da dissertação, aqueles que tiveram o cadastro aprovado pela Caixa Econômica Federal contarão com parcelas de R\$ 600,00 referentes ao Auxílio Emergencial até dezembro de 2020.

Feitas estas primeiras explorações, necessitamos adentrar aos campos que nos permitem entender o que é o consumismo e para melhor compreendê-lo, direcionamo-nos agora aos sentidos etimológicos e semânticos que cercam o vocábulo em questão. Para Ferreira (1999), a palavra consumismo pode ser desmembrada em duas partes a saber, o prefixo -consumo e o sufixo -ismo. Segundo Cunha (2010), o prefixo e o sufixo assinalados são dois elementos cujas raízes nos direcionam para a língua latina:

- O sufixo -ismo, neste caso, está condicionado à tipicidade e afiliação ao que sugere o termo integral da palavra. Assim, o prefixo -ismo designa ações intensas e frequentes que estão relacionadas ao prefixo que o precede (Gianastacio, 2009), o consumir e;
- O prefixo consumo é o indicativo de uma ação ou efeito de consumir algo, ou como preferem os economistas, a utilização e as trocas que envolvem as mercadorias e os serviços ofertados para a satisfação das necessidades humanas (Ferreira, 1999).

Em meio aos sentidos etimológicos e semânticos em jogo na palavra consumo, há menções à sua forma verbal, o consumir. Para Cunha (2010), trata-se uma vez mais, de um vocábulo de origem latina, *consumere*, que quer dizer gastar, corroer, anular ou destruir.

Guardando estas informações, temos o consumismo como uma tendência ao consumo exagerado, ou ainda, somos levados a pensar em todo um aparato do meio externo que facilita e incentiva o acesso aos objetos, estruturando assim o ritmo, a frequência, intensidade e a forma com que o consumo é ordenado (Ferreira, 1999). Refletindo acerca dos sentidos empregados na palavra consumismo, podemos apreciá-la como algo que está para além das propensões às aquisições em excesso regidas pelo frenesi do capitalismo atual. Ele também está relacionado aos gastos, ao corroer, ao devorar e incorporar objetos, seguindo uma ordem e ritmo intenso, frenético e desmedido, causando em última instância, a extinção do objeto.

Para ampliar e aprofundar as noções daquilo que entendemos pelo consumismo para autores que estão para além da linguística, temos de levar em consideração que as produções teóricas que versam sobre o tema apontam para um exame que o atrela às particularidades dos dias atuais. Da mesma forma que o consumismo deve ter o seu estudo alinhado às questões relacionadas à contemporaneidade, também não podemos nos esquecer de que há um amplo espectro de perspectivas para a sua análise, tais como a econômica, filosófica, sociológica, histórica e psicanalítica (Barbosa, 2010; Freitas, 2010; Teodósio, Viegas, & Gonçalves-Dias, 2010).

Mas, antes de dar continuidade a qualquer outro tipo de elaboração que permita aprofundar o que entendemos pelo consumismo através de seus mais diversos encontros com

as áreas do saber mencionadas no parágrafo anterior, é necessário efetuar um esclarecimento àquilo que concerne ao consumo. Diante disto, vale entendermos melhor de que consumo nós estamos falando quando nos referimos às propensões ao consumo em excesso na contemporaneidade.

Neste ponto, um interessante questionamento emerge da discussão: mas a humanidade não teve de consumir desde os seus primórdios?. Segundo Barbosa (2010), esta é uma afirmativa correta. Para prover sua subsistência, os homens tiveram de consumir para garantir a proteção e sobrevivência. É incontestável que, quando sedentos, tenhamos de consumir água para saciar a sede; quando famintos, tenhamos de consumir alimentos para saciar a fome; quando sob as intempéries, perseguidos por predadores ou desprotegidos frente a qualquer ameaça, urge a necessidade de buscarmos guarita para assim mantermos intacta nossa frágil constituição. Até mesmo crianças, idosos, enfermos ou qualquer outra classe que não faça uso de sua força laboral também consome, seja água, comida, medicações, roupas, abrigo e lazer.

Para Bauman (2008), é inegável esta característica que envolve a providência e o consumo como pré-condição da manutenção da vida. Para o autor, esta dimensão não pode ser ignorada no conjunto dos exames do consumo e que remonta não somente às origens da vida de todos os seres vivos, mas que no homem adquire um sentido muito particular, onde “qualquer modalidade de consumo considerada típica de um período específico da história humana pode ser apresentada sem muito esforço como uma versão ligeiramente modificada de modalidades anteriores.” (Bauman, 2008, p. 37).

Em continuidade ao raciocínio de Bauman (2008), vemos em Barbosa (2010) a proposta de análise das transformações em relação ao consumismo como um dos atributos que nos constituem enquanto seres sociais. Para ela, os limites que diferenciam os atributos essenciais e supérfluos do consumo são, nos dias de hoje, cada vez mais porosos, a ponto de não mais poderem ser diferenciados um do outro. Supomos a princípio, que há uma estratificação e hierarquização entre os objetos de consumo, porém, quando os examinamos através dos olhos da cultura, a estratificação e hierarquização se diluem, ao ponto de adolescentes pobres, moradores de uma comunidade modesta, almejarem as indumentárias das marcas utilizadas pelos adolescentes de classes mais bem favorecidas.

Controvérsias à parte, não podemos deixar de considerar, tal como fizeram Canclini (2006) e Lipovetsky (2007), ao mostrar uma sociedade contemporânea e a cultura ocidental atual que se caracterizam por um espaço conflituoso de interesses individuais e coletivos. Neste cenário, os autores ressaltam que ocorre o incentivo ao consumo e à aquisição constante – e por vezes excessiva – de bens e serviços das mais diversas ordens, levando os sujeitos à

compra de um produto não apenas pela função que ela exerce, mas também pelo conjunto de valores que a ele são atribuídos.

Ao mencionar o conjunto de valores e atributos dos artigos consumidos, a análise de Baudrillard (2008) sobre a sociedade contemporânea e significados que guardam consigo os objetos podem esclarecer um pouco mais o que podemos entender pelo consumismo. Primeiramente, devemos tomar como marco teórico Saussure (2006) e seu “Curso de Linguística Geral” e três de seus conceitos fundamentais: o signo, o significante e o significado.

Em Saussure (2006, p. 80), o significante e o significado se unem através dos vínculos de associação para a formação do signo linguístico. Para ele “o signo une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. Com isto, entendemos que o signo pode designar quaisquer coisas do mundo externo – objetos, ideias, imagens – que estão está à nossa volta, desde que seja possível a apreensão psíquica deste som ser enlaçada por algo que a represente.

Em meio aos processos mentais responsáveis pela representação dos signos, é mister ressaltar o quão amplo, contingente e dinâmico se dão as relações entre o signo e aquilo a que ele procura se ligar, ou então a realidade que ele procura representar (Saussure, 2006). Assim,

[...] o que é tomado como um signo possui uma dualidade muito importante: podemos considerá-lo apenas em seu substrato material, aquilo que o faz ter algum tipo de existência, sejam as letras de uma palavra escrita, o som quando se diz alguma coisa, as cores e as linhas quando vemos um sinal de trânsito, a imagem mental quando pensamos em uma palavra, etc., e neste caso nos referimos ao significante (Freitas, 2010, p. 80).

Para melhor compreendermos o que é o signo, é possível utilizar a metáfora da moeda. Da mesma forma que a moeda tem duas faces, o signo também o tem. Quando concebemos uma das faces da moeda tal como a definimos no parágrafo anterior, surgem então as menções à outra face da moeda, o significado como sendo o preenchimento do aspecto representacional do signo (Saussure, 2006).

O ponto principal da definição de signo em Saussure (2006) e que mais interessa ao consumismo consiste na dinâmica de interação entre o signo e o significante. Quando nomeamos algo como um signo, buscamos em nossa mente uma elaboração concreta que tenha vínculos de significação com outras coisas. Ou seja, neste movimento de significação que se estende a outros objetos e coisas, são redimensionadas aquilo que podemos entender pelo signo.

Neste sentido, concordamos com Freitas (2010, pp. 80-81), para quem estas “distinções são importantes, pois faz bastante diferença nos modos como nos apropriamos de algo, se o tomamos como signo de outra coisa, ou se esse algo tem seu sentido como mero significante, ou seja, para o qual seja radicalmente indiferente qual seja o significado envolvido nessa relação sgnica”. Com isto, novas luzes são lançadas ao processo do consumo em excesso, pois a esta conjuntura são atribuídas e somadas novas qualidades que estão para além da função que o objeto tem por si. Para a autora, há em meio às contingências associativas entre o signo e o significado às quais se submetem os objetos de consumo decantações histricas que, por vezes, ultrapassam o sentido conferido pelos sujeitos aos objetos adquiridos em excesso.

Até este momento, a linguística de Saussure e a sociologia de Baudrillard nos serviram de guia e deles pudemos extrair que a definição de consumismo que perseguimos nesta dissertação aparece como uma função simbólica ligada aos objetos que são consumidos alvoroadamente em excesso. Aparando-nos agora em Lacan (1955-1956/1988) para estabelecer novas nuances acerca do consumismo e direcioná-la  seara da subjetividade, temos em sua proposta de um inconsciente que se estrutura, faz suas tramas, encadeia-se e se desnuda através da linguagem, as ideias iniciais que aproximam o universo simbólico da linguística de Saussure  Psicanálise.

A proposta lacaniana de um inconsciente que se estrutura através da linguagem não se resume às tentativas de articular as descobertas Saussure ao edifício teórico da Psicanálise. Para Lacan (1966/1996), a linguagem da qual o inconsciente se serve não é a mesma da linguística de Saussure e, ao mesmo tempo que o primeiro se serve do conceito de significante deste último, subverte sua lógica conceitual e lhe propõe outra interpretação.

A autonomia do pensamento lacaniano em relação  linguística de Saussure propõe uma nova teorização sobre o significante, que parte do princípio de que ele deve ser lido “significante sobre significado, o sobre correspondendo à barra que separa as duas etapas” (Lacan, 1966/1996, p. 227). Para Ferreira (2002), este traço que separa o significante e o coloca sobre o significado é um indicativo de valor que coloca as funções do significante como insubordinado às ordens do significado. Neste conjunto entendemos que a barra que separa o significante e o coloca em posição de supremacia para com o significado, corresponde ao que Freud chamou de recalque primário, operação esta que separa o consciente do inconsciente e ordena a este último o lugar determinante de nossas ações psíquicas (Freud, 1917/2010a).

Disto incorre que, em Lacan (1966/1996), o significante é algo que possui o seu sentido em aberto, podendo ser algo concreto, uma impressão, uma voz ou mesmo significar coisa alguma. Para Nasio (1993), o significante pode ser alguma coisa que é desprovida de sentido, o que faz dele, algo que não se enquadra nas categorias lógicas daquilo que pode ou não ser explicado. Nas palavras de Ferreira (2002, p. 115), “o significante é puro *non sense* e não tem relação com o significado, o que equivale a dizer que o significante não significa nada ou pode significar qualquer coisa”.

Em Lacan (1975/1985, p. 43), lê-se que o “significante como tal não se refere a nada, a não ser que se refira a um discurso, quer dizer, a um modo de funcionamento, a uma utilização da linguagem como liame”. Aqui, entendemos que o autor procura enfatizar que a linguagem é a forma com que os seres vivos costumam comunicar seus diferentes estados e é através da linguagem que os significantes costumam se ligar uns aos outros na comunicação expressas pelo sujeito. Com isto concluímos que há vários significantes, que eles são muitos e que por portarem estas características, eles podem performar os seus sentidos em uma cadeia associativa.

Segundo Lacan (1966/1996), os significantes podem se ordenar em meio às cadeias associativas através de duas figuras de linguagem a metáfora e a metonímia, que ditos no idioma freudiano, correspondem à condensação⁷ e ao deslocamento⁸. Para Ferreira (2002, p.116), a ordenação do significado se dá pelos efeitos da cadeia de significantes e é através desta operação que se dá sentido à existência da cadeia, o que justifica que “a significação não está, portanto, em nenhum elemento particular da cadeia”. A autora ainda ressalta que durante

⁷ Pelo conceito freudiano de condensação e o seu equivalente lacaniano, a metáfora, entendemos como sendo um dos mais importantes mecanismos de funcionamento e do qual se utiliza o psiquismo para as formações do inconsciente. Neste recurso, ocorre a reunião de diversas ideias que terminam por se coagularem em um único dado manifesto pelo inconsciente (Freud, 1900/2019). Segundo Laplanche e Pontalis (2001, p. 88), a condensação encontra o seu fundamento dentro da hipótese econômica na teoria freudiana, quando a “representação-encruzilha vem acrescentar-se as energias que foram deslocadas ao longo das diferentes cadeias associativas”. Para os autores, foi através da obra do linguista Roman Jakobson que Lacan pode aproximar a condensação à metáfora, um campo onde os processos associativos se reúnem devido às semelhanças entre os significantes.

⁸ Pelo conceito freudiano de condensação e o seu equivalente lacaniano, a metonímia, também entendemos como um dos mais importantes mecanismos de funcionamento e do qual se utiliza o psiquismo para as formações do inconsciente. Neste recurso, ocorre a locomoção de um determinado sentido a outro através da fluência das ideias que se associam entre si (Freud, 1900/2019). Segundo Laplanche e Pontalis (2001), o deslocamento é um processo que tira o foco de atenção de um determinado ponto do sonho, ocorrendo assim a transformação dos valores psíquicos dos afetos que estão em jogo. Neste tema, os autores trazem para análise a figurabilidade, uma facilitação ocorrida junto aos deslocamentos pela cadeia associativa em que se institui concretamente uma ideia que antes era de ordem abstrata. Neste processo de deslocamento através da figurabilidade, o psiquismo é acometido pela intensidade sensorial que a imagem concreta possui ao tentar se fixar como um deslocamento na cadeia associativa. Por último, os autores ressaltam que foi através da obra de Jakobson que Lacan pode atrelar o conceito de deslocamento com a metonímia, “onde a ligação de contiguidade é que está em causa” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 118).

o processo de significação se estabelece o fascínio por certas metáforas que se cristalizam o sentido em um significante, capturando assim a cadeia de significantes e impedindo o deslizamento metonímico. Assim, conclui ela que:

[...] do congelamento do significante nasce não só a paixão pelo sentido que, inevitavelmente, surge sob a forma de um bem como ideal, mas também o aprisionamento do sujeito ao gozo retirado desse sentido cristalizado, obstaculizando o processo de significação e a posição do sujeito em relação ao desejo (Ferreira, 2002, p. 116).

Em outras palavras, por mais que o psiquismo tente, através da linguagem, procurar encontrar um sentido para descrever as vivências do sujeito e descrevê-las por meio das faculdades simbólicas, existe algo que não pode ser dito, algo que não é possível de ser representado em meio à cadeia simbólica, mas que ainda assim impõe-se ao sujeito e o faz repetir suas ações consumistas, procurando, de forma malograda, tentar abarcar aquilo que está além do ato em si (Teixeira & Couto, 2010).

Destas reflexões trazidas por Baudrillard, Saussure e Lacan, saltam a ideia de uma proposta que frisa nossa análise do consumismo que não é definido única e exclusivamente através da compra de objetos em excesso. Em nosso exame sobre o consumismo, destacamos que o consumo exacerbado não se dá apenas pelo desenho de maior ou menor uso funcional dos objetos adquiridos, mas que ele se configura como uma reconfortante saída para uma realidade que catalisa a angústia e que nos leva a pensar a respeito do mal estar que converge às relações dentro dos limiares da civilização.

1.1 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O CONSUMISMO E A DINÂMICA IMPRESSA NOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO CONTEMPORÂNEOS

Tal como veremos no decorrer da dissertação, os dias atuais trazem consigo a característica de um mundo pouco amigável, permeado pela insegurança, pela frágil sustentabilidade econômica que implica no mercado de trabalho instável, pela destituição do lugar de alteridade, pelo cansaço de ter de ser a si mesmo. Enfim, uma quantidade infindável de penúrias e desilusões que atualizam os pesares e dão ao velho mal-estar uma nova roupagem, favorecendo o aparecimento do desamparo (Birman, 2009). Desta feita, a clínica da Psicanálise tem entrado em contato com uma série de sintomas muito particulares, característicos do nosso tempo.

Estes sintomas da atualidade expressam o sofrimento psíquico através do desinvestimento (exemplo: tristeza generalizada, o tédio e a apatia), dos comportamentos aditivos (exemplo: a dependência de substâncias psicoativas) e os comportamentos impulsivos (exemplo: compulsão alimentar e a busca por aplacar o vazio da existência). No ínterim destas novas formas do sofrer, mencionamos, também, o consumismo. Assim o fizemos pois entendemos que entre as suas engrenagens de funcionamento, está implícito um sujeito com dificuldades em administrar a angústia vinda do mal-estar próprio da contemporaneidade, o que termina por fazê-lo aderir ao consumo imediato e frenético como uma forma fugaz de compensação ante as agruras da vida (Minerbo, 2013).

Dos movimentos compensatórios que envolvem o consumismo, entendemos tratar-se de algo muito particular nas conjunturas da contemporaneidade, uma vez que hoje se dá o enfraquecimento das instituições (família, escola, relações sociais), o expediente que dava suporte à existência do sujeito ante a terrível face de seu desamparo (Minerbo, 2013). Ante o amparo pouco eficiente que os dias atuais apresentam, raras são as oportunidades de encontrar um lugar de acolhimento para as angústias suscitadas por uma vida de percalços, acarretando, assim, o consumismo como um poderoso bálsamo que reconforta o sujeito e lhe dá condições de seguir adiante amparado pelos adereços adquiridos incessantemente.

Com este raciocínio, também nos esquivamos de uma análise moralizante dos aspectos que envolvem o consumismo. Ao tomarmos a subjetividade presa ao ciclo do consumo pelas experiências subjetivas que tem para com os objetos que consome em excesso, distanciamos-nos de exames que envolvem julgamentos de valor que levam em consideração o puro “materialismo, [...] lassidão moral, falta de autenticidade, desagregação dos laços sociais e decadência” que se associam ao nosso objeto de pesquisa (Barbosa, 2010).

Neste sentido, entendemos que não compete à Psicanálise se deixar contaminar pelos preconceitos, pela moralidade dos discursos, pela apreciação social e pela religiosidade. Entendemos que a prática e a ética da Psicanálise não propõem intervenções que levem à verdade absoluta, mas uma escuta que prima pela singularidade das formações do inconsciente e na busca pelo sentido do sofrimento (Koltai, 2000). Disto entendemos que, embora a Psicanálise se debruce sobre o tema do consumismo, ela não o examina com intuitos de criticar quem o pratica ou então aconselhar aqueles que fazem uso dele para como um estilo de vida. Muito pelo contrário! Ela se dedica a escutar o sofrimento daqueles que colocam o consumismo em marcha, interpreta as razões pelas quais se compra em demasia e, por fim, interroga o sujeito a partir do lugar que ele ocupa ante o consumo desmedido.

Tomando como norte estes referenciais, apartamo-nos de uma análise economicamente ingênua do consumismo que está ligada exclusivamente à dimensão que é conferida pelos usos e atributos do objeto do consumido em demasia ou à lapidação dos recursos ao adquirir os bens em demasia. Ao mesmo tempo, também não podemos nos esquecer de que o consumismo só pode existir se houver o excedente do consumo e na aquisição de bens materiais, de onde concluímos que os usos e costumes relacionados ao consumismo que o objeto porta em si mesmo.

De qualquer maneira, quando falamos de consumismo, é quase impossível deixar de lado que entre as suas nuances está a apropriação concreta de algum tipo de objeto para que assim, possa ser efetivado o acesso aos atributos reconfortantes. Desta forma, para entendermos como se dá o consumo exorbitante na contemporaneidade, existe a necessidade de compreendermos como se deu a história do comércio e dos montantes financeiros que ele movimentou – e ainda movimenta – para situarmo-nos em relação à atualidade de nosso objeto de pesquisa.

Segundo Barbosa (2010, p. 19), o aparecimento do consumo com características diversificadas e pautadas sobre a aquisição dos mais variados itens se deu pela consolidação da expansão comercial propiciada pelas grandes navegações. Segundo a autora, este conjunto de novos itens que poderiam ser comercializados livremente dificilmente poderiam se enquadrar em artigos de necessidade, uma vez que, durante o Renascimento Europeu, “alfinetes, botões, brinquedos, rendas, fitas, veludos, louça para casa, fivelas de cinto, cadarços, jogos, plantas ornamentais, novos itens de alimentação e bebida e produtos de beleza” poderiam ser considerados itens supérfluos, exercendo influência sobre a quantidade da compra e a cultura material da época.

Séculos depois, durante o auge da Modernidade, Campbell (2001), Barbosa (2010) e Dadalto (2010, p. 64), apontam como um dos fatores de onde poderiam ter se desenvolvido o consumismo contemporâneo, foram os desdobramentos advindos do aumento no grau de alfabetização da burguesia europeia. Os autores entendem que a partir do aumento da literalidade dos europeus, foi possível criar e expandir as “estratégias com vistas a desenvolver o mercado editorial de livros [que] conexas à introdução de novas técnicas mercadológicas e de distribuições”.

Somam-se aos fatores do aumento da alfabetização da população europeia e da literatura ficcional e as estratégias de vendas editoriais da Modernidade como possíveis determinantes do consumismo, outros elementos culturais que são fundamentais para a sua compreensão, tais como, “a prática da literatura silenciosa, a preocupação com as novas

formas de lazer, a construção de uma nova subjetividade, a valorização do amor romântico e a expansão da ideologia individualista são algumas das novidades registradas pelos historiadores” (Barbosa, 2010, p. 19). Disto, surgiram práticas comerciais que, até então, sequer haviam sido pensadas ou colocadas em prática, mas que buscavam, em última análise, atingir em cheio os ansiados consumidores, incentivando assim o consumismo.

Quando se fala em Modernidade, é quase impossível deixar de mencionar as questões relativas à Revolução Industrial, um movimento que se sustentou pelo desenvolvimento de um projeto econômico baseado no domínio técnico da produção de mercadorias e que implicava no incentivo ao consumo sem medidas (Campbell, 2001). Segundo Dadalto (2010), o consumo de artigos que faziam parte da vida cotidiana da classe média dessa época – uma classe social detentora de razoável poder de compra que, embora não possa ser considerada uma casta de ricos e abastados, também não se enquadram entre os mais pobres – se voltava quase que preponderantemente na busca por produtos supérfluos e artigos de luxo.

Para Barbosa (2010), nos hábitos e costumes das sociedades mais tradicionais, as unidades de produção e de consumo eram indicadas pelo grupo doméstico ou então, pelo grupo familiar. Segundo a autora, antes de migrarem para o ambiente urbano, os grupos familiares viviam predominantemente na zona rural, e cada um era responsável pela produção e pelo próprio consumo de seus membros. Depois da migração para as cidades, as famílias estavam sob o jugo de outras regras e precisaram se adaptar a novos modos de viver e que estavam relacionados às vestimentas, atividades de lazer, bens de consumo relacionadas à nova ordem.

Em Elias (2001), são encontradas indicações do estilo de vida da corte francesa dos séculos XVII e XVIII que eram imitados por toda a Europa, fossem eles nobres, burgueses ou então a classe pobre que os fitava e admirava. Nesta conjuntura, a maneira como as pessoas nobres levavam as suas vidas e faziam uso do consumo não estava atrelada aos seus ganhos pessoais, mas sim, à sua posição social. Ainda que tivessem de apresentar uma vida de posses, a nobreza francesa era impedida de trabalhar e, como nem todos conseguiam administrar as finanças, dependiam dos favores reais para que não fossem expulsos de Versalhes.

Outra alternativa para os nobres franceses falidos ou em empobrecimento era o casamento com membros da classe burguesa, que concentrava parte razoável dos bens e sabia como lidar e explorar a mão de obra daqueles que eram menos favorecidos. Por sua vez, os burgueses almejavam a manutenção permanente de seus bens para cumprirem seus compromissos suntuários e, com o casamento com membros da nobreza, passam a ter acesso

ao tão almejado ambiente da corte e a trafegar no sentido inverso da renda que implicava no consumo e estilo de vida, algo ao qual qualquer um almeja (Elias, 2001).

Voltando aos levantamentos das questões que envolvem o consumo e as transformações que se desenrolaram durante a Revolução Industrial, entendemos estar nos desdobramentos deste último movimento a chave da compreensão das propensões das aquisições em abundância. Segundo Campbell (2001), informações advindas da produção industrial daquela época indicam um excedente na produção, aos quais Dadalto (2010, p. 64) dá destaque a “brinquedos e jogos, romances, produtos de beleza, plantas ornamentais e roupas de moda”. Segundo os autores, isto se deu pelo domínio das técnicas de produção em massa, que acabaram por produzir muito mais do que as pessoas necessitavam e conseguiam consumir.

Campbell (2001) nos diz que tais mudanças em relação à produção implicaram em estratégias de vendas que tinham como objetivo principal o fluxo de mercadorias que não poderiam ficar estocadas, incentivando assim, transformações em relação aos comportamentos e valores sócio-culturais dados ao consumo, cujos vestígios de sua existência encontramos ainda hoje no consumismo da atualidade. Neste sentido, concordamos com Dadalto (2010, p. 64) para quem as transformações subjetivas promovidas pela Revolução Industrial trouxeram “a apreensão do consumo na época dentro do escopo das relações sócio-culturais. Observe-se que a percepção sobre o consumo vem sendo modificada desde os anos de 1880, sendo o ápice encontrado ao longo da segunda metade do século XX”.

Antes de adentrarmos às questões levantadas pelos autores mais próximos de nossa época e que escrevem sobre os temas que envolvem o consumo e o consumismo na contemporaneidade, lembramos Bauman (2008, p. 37) quando menciona que “o consumo é uma condição e um aspecto irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos”. Disto, entendemos que os seres vivos, para chegarem a qualquer lugar – e os homens, no seu percurso durante a História e seu protagonismo nas culturas – precisaram fazer uso do consumo para garantir sua existência. Destas considerações, salta-nos a ideia de que o consumo é uma via pela qual trafega o sujeito no transcorrer do seu desenvolvimento e, nas conjunturas hodiernas, o consumismo pode ser elegível como uma das formas de subjetivação da atualidade.

Para melhor compreendermos o que são as formas de subjetivação, antes é necessário fazermos um desvio em relação ao percurso que nos faria esclarecer o fenômeno do consumismo e explorarmos o que entendemos pelo sujeito e pela subjetividade. Vale lembrar

que o contexto do surgimento do aparelho teórico da Psicanálise e a elaboração da noção de homem que lhe é pertinente, irromperam no cenário da Modernidade quando os discursos próprios à Ciência passaram a substituir o que a Teologia tinha a dizer sobre o sujeito (Torezan & Aguiar, 2011).

Neste contexto, o sujeito no seu trajeto na Terra já não mais se identificava ao corolário de tentações e sofrimentos que precedem as recompensas do Paraíso e os ares da Modernidade imprimiram nele o protagonismo em relação aos seus pensamentos e atos. Aqui, o sujeito se via sob os comandos da consciência, reduzindo o inconsciente estava reduzido a um apêndice de lembranças (Roudinesco & Plon, 1998).

Porém a Ciência, mais precisamente as Ciências do Homem, frustram estes argumentos a partir das teorias de Marx, Freud e Nietzsche:

No registro econômico, essas forças foram representadas por Marx, que sublinhou a inscrição da consciência no campo imantado pelas forças produtivas e as relações de produção reguladoras das sociedades Humanas, ou seja, o descentramento da consciência e do eu em relação aos registros da economia e da política, sendo este representado pela luta de classes. Com Freud, houve o descentramento da consciência em relação à sexualidade e às pulsões, inscrevendo o eu em uma encruzilhada de forças provenientes do inconsciente. Por fim, com Nietzsche ressaltou-se a dimensão do poder no processo de produção da verdade, indicando-se que as verdades são produzidas pelas relações de forças existentes entre os homens, esvaziando assim a pretensa soberania do eu e da razão como os seus fundamentos (Birman, 2017, p. 43).

As teses indicadas logo acima e que possibilitaram o declínio e o posterior descentramento da soberania do eu foram o resultado dos enunciados freudianos sobre o sujeito em Psicanálise, que anunciava a abertura de três feridas narcísicas que descortinavam a fragilidade do homem. Tais feridas são enumeradas por Freud (1917/2010a) no texto “Uma Dificuldade da Psicanálise” e apresentam as conclusões de Copérnico, Darwin e dele mesmo, que tiraram respectivamente, a Terra do centro do sistema solar, o homem do protagonismo do reino animal e da consciência, uma fachada muito bem elaborada, mas detentora de pouca autonomia, visto a influência do inconsciente no determinismo psíquico.

A novidade trazida pelo pensamento freudiano é a noção de um sujeito cuja consciência é dividida em duas esferas: a consciência e o inconsciente. Este último foi concebido em “A Interpretação dos Sonhos” como um registro particular do psiquismo que é governado por leis próprias que implicam no distanciamento da consciência. Para Garcia-Roza (1991), a proposta de Freud era apresentar um sujeito cujo psiquismo estava dividido

em duas partes e que o inconsciente era uma instância psíquica autônoma e que prevalecia como o principal determinante das formações psíquicas apresentadas à consciência.

Aqui, ressaltamos que o modo de funcionamento que o inconsciente traz consigo propõe a ideia de que os fenômenos oriundos do psiquismo (tais como os sintomas, o chiste, os sonhos, os sintomas e o consumismo) não se dão a esmo, mas sim determinados pela lógica implícita ao funcionamento do inconsciente. Disto concluímos que “o inconsciente não é o caos, o mistério, o ilógico, e que as formações do inconsciente [...] indicam, mais uma vez a existência de um sujeito não unificado” (Torezan & Aguiar, 2011, p. 532).

O entendimento que atribuímos ao sujeito e que se articulam à subjetividade constitui a essência dos saberes psicanalíticos, não permitem que eles se dissociem entre si. Entretanto, as palavras de Ardoino e Barus-Michel (2005, p. 204) destacam que “a subjetividade é o atributo natural do sujeito mas não o esgota”, força-nos a pensar nas uniões que o psiquismo faz com o campo pulsional (Garcia-Roza, 1991).

No escrito de Freud (1915/2010b, p. 73) sobre as pulsões, lê-se: “a antítese Eu-Não Eu (Fora), (sujeito-Objeto)” se mostra desde muito cedo ao sujeito. Segundo Garcia-Roza (1991), são duas as palavras em alemão que dizem respeito ao objeto da pulsão do qual trata a teoria freudiana, a saber, *Gegenstand*, que significa o mundo que contorna o sujeito, e *Objekt*, resultado de uma complexa operação que está relacionada à internalização do mundo externo. Para Lima (2012), a noção de objeto que diz respeito à teoria freudiana das pulsões não é apenas o mundo externo que se localiza à margem do sujeito, mas um feixe de representações internalizado pelo sujeito que ele denominava de representação do objeto:

[...] a percepção [do mundo externo] não capta objetos que são nomeados pela palavra, mas apreende imagens elementares (visuais, tácteis, acústicas) que formam associações de objetos, ou seja, um disperso, a partir do qual o objeto será constituído como uma unidade e um significado (Lima, 2012, p. 27).

Destas elucubrações freudianas sobre as relações que o sujeito mantém ativas ao tratar com o mundo externo através do representante psíquico da pulsão, salta-nos a noção de sujeito que foi expressa por Freud e 1921, onde se lê que “na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objetivo, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado” (Freud, 1921/2011a, p. 14).

A estas palavras, atentamo-nos que desde as primeiras linhas de “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, Freud rejeitou a dicotomia entre a psicologia individual e a

psicologia social (ou das massas, termo por ele escolhido durante a escrita do texto). Há sempre a presença de alguém, um Outro, tomado a partir dos laços que com ele estabelece, unindo o que até então parecia ser irreconciliável no campo da Psicologia: o indivíduo e a sociedade (Goldenberg, 2014; Roudinesco & Plon, 1998).

Com este percurso teórico, entendemos que a subjetividade corresponde ao sujeito dividido da psicanálise que procura fazer laços com os objetos do mundo externo, de onde faz surgir a ideia de um “sujeito-objeto [que] não está longe do sujeito histórico” (Ardoino & Barus-Michel, 2005, p. 205) e que ordena a sua constituição de acordo com os elementos da cultura e da sociedade que faz parte.

A partir desta perspectiva em que o sujeito do inconsciente entrelaça os seus conflitos psíquicos com as relações objetais contextualizadas ao momento histórico, cultural e à organização social, é possível “compreender os investimentos psicológicos do social e que o inconsciente se expande no campo social e se apropria das diferentes situações para aí rerepresentar as cenas que o assombram” (Barus-Michel, 2004, p. 36).

Guardando estas prerrogativas que foram garantidas pelos progressos apresentados nas noções de sujeito e subjetividade tal como foi pensada pelos autores, estamos nos domínios de um solo rico e fértil e dinamicamente mutante, de onde é possível o homem experimentar, edificar e reinventar a sua própria subjetividade, percebendo o mundo e interagindo com a pluralidade, imprevisibilidade e se deixando contaminar (tal como disse Freud em 1921) pelas relações que se estabelecem entre o sujeito e as pessoas à sua volta.

Com isto, compreendemos que a subjetividade se encontra em constante mutação a partir dos encontros que temos com o mundo e as pessoas que estão à nossa volta. Das relações que se estabelecem com o Outro, impressões são decantadas no sujeito e que terminam por interferir e modelar o seu modo de viver, agir, pensar e tratar os semelhantes (Mansano, 2009). E é isto o que entendemos por modos de subjetivação, um constructo teórico que é indicativo de um sujeito que estabelece constantemente contato com o mundo e se serve de traços deste para as construções do Eu.

Das construções que alinham a subjetividade aos feixes de ideias, valores, ideais e os afetos mobilizados por estes encontros, entendemos que há reflexões a respeito do consumismo como uma modalidade de subjetivação presente na contemporaneidade, tendo em vista o grande peso que é conferido nas formas como é alcançado o acesso aos objetos de consumo nos dias atuais, “tornando-se matéria prima para a expressão dos afetos vividos nesses encontros” (Mansano, 2009, p. 111). Neste sentido, entendemos o consumismo a partir de duas faces:

No primeiro deles, notamos que o fenômeno do consumismo em nossas articulações com a Psicanálise, está cada vez mais se afastando das ingênuas concepções econômicas que se assentam sobre o comércio e a aquisição dos bens produzidos que foram feitos em excesso pelo capitalismo. Nas nossas interpretações, o consumismo passa a ser tratado como um sistema normativo de ideais que se encontra presente no mundo inteiro e que tem ampliado cada vez mais os seus tentáculos à forma como o Eu constrói a sua subjetividade na atualidade, extrapolando a lógica estabelecida pelo capital, ainda que nela se ampare para fazer valer o status conferido pelas compras em larga escala.

Em consequência do primeiro, o consumismo, um feixe muito específico de valores, ideias e sentidos que ganharam condições para serem alçados como um dos protagonistas da subjetivação na contemporaneidade, passou a ser considerado uma forma de expressão dos afetos advindos do encontro com o Outro, emoldurando assim as relações sociais e se estendendo como uma das formas de expressão do mal-estar contemporâneo.

Para melhor explorar e fundamentar a ideia dos processos de subjetivação calcados sobre as bases do consumismo, trazemos Bauman (2008, p.71), para quem: “a ‘sociedade de consumidores’, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas”. Para ele, uma sociedade consumista implica no compartilhamento de valores que levam em consideração o apreço pelo consumo em níveis vertiginosos e que terminam por conduzir a uma cultura de consumismo, de onde extraímos o argumento de que o consumo se presta como um estilo de vida ou em outras palavras, como um modo de subjetivação contemporâneo.

Para Bauman (2008), nos contextos da Modernidade os homens procuravam de alguma forma ordenar o caos na qual as relações estavam submetidas, procurando assim, esquivar-se do mal-estar advindo dos vínculos entre as pessoas. Tal proposta se contrasta dos projetos advindos da porção atual da Modernidade, à qual denomina por Modernidade Líquida, onde um dos valores que trafegam livremente é o individualismo. Se antes, durante a Modernidade Clássica, os estilos de vida, as crenças e demais convicções humanas estavam pautadas em costumes, tradições e rotinas rigidamente estabelecidas, atualmente, os sujeitos procuram alcançar a felicidade é estritamente individual (Bauman, 2001, 2008; Dumont, 1985). Disto, concluímos que a busca pela felicidade – mas também a busca pelo sentido da vida – se dá no atendimento às demandas de satisfação que as subjetividades estabelecem com o mundo que está ao seu redor, passando o sujeito a consumir sem piedade os objetos e o

outro, emoldando-se para que seja consumido como qualquer outra mercadoria (Bauman, 2008).

Posto isto, o cenário contemporâneo que vinculada à felicidade como a aproximação de realização de projetos profissionais, familiares, conforto financeiro, acesso ao conhecimento e saúde e de tentativas de trazer para si a liberdade individual, passa de busca para imposição: consumir os avatares de beleza, civilidade, e também os de amealhar e ostentar os bens que são consumidos em excesso.

Bauman (2008) entende que, em uma sociedade cujos modos de subjetivação pautados sob os valores do consumismo, aqueles que não aderem ao apreço pelos exageros no consumo serão avaliados por esta conduta e mensurados por uma escala onde estes valores são levados em conta: o sujeito só vale algo se estiver inserido em uma cadeia de consumo, que deve ser colocada em marcha ininterrupta e voraz. Caso isto não ocorra, ele entende que toda uma sociedade de consumidores passará a excluir este membro.

Uma das principais ideias contidas em Bauman (2008) “Vida Para Consumo: a transformação das pessoas em mercadorias”, é a de que em uma sociedade de consumidores, não há como o sujeito edificar a sua subjetividade sem antes tornar-se atrativo tal como uma mercadoria. Assim, subjetividade, sujeito e as operações que colocam em marcha os modos de subjetivação concentram-se em um esforço infundável para que o sujeito se posicione em condição de vantagem para com os demais, culminando este processo no consumo incessantemente e tornando-se sempre um interessante objeto a ser consumido:

[...] na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável (Bauman, 2008, p. 20).

Das leituras de Bauman (2008) sobre o consumismo hodierno e de Dumont (1985) sobre o individualismo, salta em nós a ideia de que o consumo passa a seduzir as subjetividades pelo hedonismo que é despertado quando o sujeito encontra satisfação pulsional com o seu objeto dileto de consumo, fazendo-o passar por horas a fio experimentando roupas em uma loja, ou então ostentando os corpos esculpidos por meses nas academias para ser consumido e ostentado nas praias mais badaladas. Neste contexto de um gozo individualizante, o Eu é levado a se fixar nestes objetos que trazem satisfação narcísica ao sujeito, sendo que as pessoas que estão ao seu redor passam a se tornar coadjuvantes nestas

engrenagens narcísicas onde o consumir e o ser consumido são o mecanismo dominante entre os laços sociais.

Destas teses discutidas por Bauman (2008, p. 70), concluímos que o consumismo como um modo de subjetivação, implica na emolduração irracional dos pensamentos e comportamentos expressados pelas subjetividades contemporâneas, pois nas conjunturas atuais os meios que os sujeitos acreditam poder alcançar os seus ideais de consumo passam por

[...] atos relevantes para esse fim das coisas e atos que descartam como irrelevantes, acerca de o que os excita e o que os deixa sem entusiasmo ou indiferentes, o que os atrai e o que os repele, o que os estimula, a agir e o que os incita a fugir, o que desejam, o que temem e em que ponto temores e desejos se equilibram mutuamente (Bauman, 2008, p. 70)

Neste sentido, uma sociedade cujos membros abraçam sem pestanejar o consumismo como um conjunto de valores um tanto quanto particular de condições que ditam as regras para a existência dos sujeitos e suas subjetividades, faz com que todos se curvem aos seus preceitos e se dediquem a ele com devoção ímpar.

A seu modo, Lipovetsky (2007) também pensa o consumismo como um dos modos de subjetivação em exercício na contemporaneidade. Quando mencionamos o termo “ao seu modo” ao que Lipovetsky entende pelo consumismo como um dos modos de subjetivação do consumismo na contemporaneidade, é pelo fato de que ele guarda consigo um entendimento muito particular sobre os dias atuais. Enquanto Bauman (2001) faz as suas apreciações sobre a contemporaneidade voltadas para um caráter de liquefação dos ideais da Modernidade, Lipovetsky e Charles (2004) teorizam o contemporâneo por uma lógica de exageros na potencialização das características oriundas da Era Moderna.

Ao interpretarem Lipovetsky, Nascimento e Caniato (2016) inferem que as três colunas que sustentavam a Modernidade – o mercado, o domínio da técnica de produção e o individualismo – estão longe de se liquefazerem. Pela leitura de Lipovetsky, elas argumentam que estes valores ainda se encontram em voga, só que agora desregulamentados ao ponto de serem atualizados pelo prefixo hiper que antecede a cada adjetivo que descreveria os dias atuais: “hipermoderno, hiperclasse, hiperpotência, hiperterrorismo, hiperindividualismo, hipermercado, hipertexto – o que mais não é hiper? O que mais não se expõe na modernidade elevada à potência superlativa?” (Lipovetsky & Charles, 2004, p. 53).

Para Lipovetsky (2007), ao mesmo tempo em que uma sociedade enriquece os seus membros, ela também incentiva e potencializa o consumo das pessoas, culminando este

movimento na mercantilização e multiplicação das necessidades das subjetividades. Com isto, ele faz um resgate das influências do capitalismo para o estabelecimento dos mercados de consumo em massa, abordando aspectos da forma de produção em larga escala de Henry Ford, o fetiche conferido pela aquisição de marcas sofisticadas e a organização da economia após a época de Ford. Uma das teses defendidas por Lipovetsky em “A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo” é a de que em uma sociedade que alicerça os seus modos de subjetivação através do hiperconsumo teria como um dos seus predicados a aquisição de bens como uma forma de se chegar à felicidade. Desta feita, os esforços para a produção de bens de consumo, a produção de entretenimento, os serviços oferecidos, as mídias de divulgação e a educação estariam todos organizados em torno da manutenção de um nível sempre elevado de felicidade àqueles que vivem no presente. (Scorsolini-Comin, 2009).

Ao trazer suas elucubrações sobre a felicidade e o hiperconsumo, Lipovetsky (2007) reflete sobre um desdobramento no campo social que culmina na mercantilização dos objetos que são consumidos com apreço e que se impõe como um estilo de vida da contemporaneidade. Isto se comprova quando observamos a intensa proliferação das receitas de sucesso, prosperidade e felicidade aos quais vemos alguns *coach's* de autoajuda, que exercem e levam adiante a sua prática pouco frutífera a um exame crítico e reflexivo da vida. No modo de pensar do autor, destacamos que ele pensa o sujeito que vive nos dias como alguém que está diante de inúmeros caminhos que podem levar à felicidade, dando-nos a impressão de que vivemos em um mundo em que ensaiamos o tempo todo para chegar à felicidade plena.

Como consequência do hiperconsumo como modo de subjetivação, Freitas (2010) e Nascimento e Caniato (2016) apontam a obsessão que temos para com o novo, o desperdício e o descarte dos itens obsoletos⁹ na mesma medida em que consumimos em demasia. Disto incorre o:

[...] pensamento mágico ou sensível ao miraculoso do consumo e aquisição motivada pela ilusória busca pela felicidade e pelo imperativo do gozo; declínio do déficit das funções superiores de ajuizamento e discernimento; distanciamento relativo ou absoluto em relação à própria afetividade e às necessidades propriamente humanas; solidão atomização e falta de hábitos ou

⁹ Segundo Conceição, Conceição e Araújo (2014), o fenômeno do descarte dos itens considerados desatualizados é fruto do crescimento da oferta de produtos a sem que os itens já produzidos fossem consumidos integralmente. Disto foi formulado o conceito de obsolescência programada, uma teorização que analisa as ações dos fabricantes que interrompem intencionalmente a vida útil dos artigos que fabrica para que novos itens possam ser comercializados.

tradições orientadores; sentimento de insegurança generalizada; pouco poder de influenciar efetivamente a cena social; ausência de alternativas à adesão ao consumo, entre outros (Nascimento & Caniato, 2016, p. 151).

De Lipovetsky e seus comentadores, entendemos que a face primordial com que se apresenta o consumismo à subjetividade contemporânea são as sensações advindas do prazer que a cada compra proporciona. E cada experiência de compra precisa ser mais intensa que a anterior, criando assim laços afetivos entre o hiperconsumidor e o objeto de consumo, que compra também a ilusão de que consumindo desenfreadamente encontrará a felicidade.

A estas discussões que mencionam a felicidade, há as considerações da Psicanálise ao tema e que podemos articular ao consumismo. Por mais que a felicidade tenha se apresentado ao leitor no início das discussões acerca do hiperconsumo em Lipovetsky¹⁰, acreditamos que o momento oportuno de tratar de seu sentido é quando adentramos à Psicanálise.

Vale lembrar que por mais que os textos freudianos contemplem referências à felicidade – só no texto de “O Mal-estar na Civilização” (1930/2010c), texto cujo primeiro nome formulado por Freud foi justamente “A Infelicidade na Civilização” (Gay, 2012; Roudinesco, 2016; Saroldi, 2017), a felicidade e seu antônimo, a infelicidade, são mencionados por cinquenta vezes –, ela não chegou a receber uma tratativa metapsicológica por parte de Freud. Ainda assim, devido à grande frequência com que figura em seus textos, isto nos permite presumir de que se tratava de um assunto de grande importância ao pai da Psicanálise (Audino, Pacheco-Ferreira, & Herzo, 2018).

Ao refletir sobre a finalidade, as intenções da vida e o que pretendemos alcançar em nossos dias, o próprio Freud (1930/2010c, pp. 29 - 30) não pestaneja em dar a resposta:

[...] eles [os homens] buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes. Essa busca tem dois lados, uma meta positiva e uma negativa; quer a ausência de dor e desprazer e por outro lado, a vivência de fortes prazeres. No sentido mais estrito da palavra, ‘felicidade’ se refere apenas à segunda. Correspondendo a essa divisão das metas, a atividade dos homens se desdobra em duas direções, segundo procure realizar uma ou outra dessas metas – predominantemente ou mesmo exclusivamente.

Neste sentido, entendemos que, para Freud (1930/2010c), o que regula os propósitos da vida e também a felicidade são as pautas trazidas para satisfação pulsional através do

¹⁰ Embora Lipovetsky (2007) pareça não desconsiderar as contribuições da teoria psicanalítica sobre a felicidade, as apreensões deste autor acerca do tema parecem estar muito mais de acordo com as teorizações filosóficas, onde a felicidade é compreendida pela satisfação completa das tendências humanas, o prazer para com os sentidos e um fiador do hedonismo (Japiassú & Marcondes, 2001).

princípio do prazer¹¹, de onde nos saltam as ideias de que há no exercício do consumismo a sensação de prazer quando se adquire um objeto, quando é possível ter livre acesso para consumi-lo e quando dele gozamos na modalidade que bem intencionarmos.

Entretanto, não podemos nos esquecer de que uma das principais teses desenvolvidas por Freud em 1930 e que versa sobre os trâmites de entrada do homem no universo da cultura, é a contraditória condição para ele se veja acolhido em seu seio. Desde 1913, ano em que publica “Totem e Tabu”, figura no pensamento freudiano que o passe livre para que o sujeito dê entrada na civilização é o desenvolvimento e a atuação de frenagens internas e forças sociais de vigilância e que estão em constante exercício para que se dê o controle de seus anseios e frustrando parte das expectativas de satisfação pulsional (Freud 1913/2012a).

Uma indicação que convém a nós discorrermos neste momento são as impressões de Freud sobre as frustrações em “Tipos de Adoecimento Neurótico” (1912/2010d) e “Conferências Introdutórias à Psicanálise” (1916-1917/2014a). Destacamos que destes textos a frustração mobiliza o sofrimento do sujeito neurótico frente à falta do objeto ao qual tinha acesso para as suas satisfações pulsionais e que teve de abrir mão durante o processo de entrada na civilização. Fazendo um apanhado dos textos freudianos mencionados, entendemos que quando colocadas em marcha as interdições às satisfações das pulsões, este movimento faz do ambiente civilizado um lugar ameno e voltado para o bom desempenho das relações que ali procedem. Por outro lado, isto tem como consequência a assimetria entre o sujeito e a civilização, pois este último desperta nele angústia e sofrimento frente à frustração pelo não atendimento das demandas pulsionais às quais reivindica satisfação (Birman, 2019).

Diante das ideias levantadas por Freud (1930/2010c) em “O Mal-estar na Civilização”, entendemos que há dois juízos que ali foram expressos e que podemos trazer para discussão a respeito do consumismo. O primeiro deles converge para o caráter efêmero das realidades que cercam o consumo exacerbado e a segunda delas que entende este mesmo fenômeno como uma ilusão¹².

Quanto às conclusões que apontam para o consumismo como uma forma efêmera e transitória de se obter o prazer intenso para com os objetos adquiridos, entendemos que há uma passagem interessante em Freud e que podemos explorar na discussão aqui traçada. Segundo ele:

¹¹ Segundo Laplanche e Pontalis (2001), o Princípio do Prazer é um dos registros ao qual compete regular o funcionamento do psiquismo, aproximando os sujeitos das sensações de prazer e afastando-os das sensações do desprazer.

¹² É interessante mencionar que muito embora façamos considerações em separado dos aspectos que envolvem a felicidade enquanto algo efêmero e a felicidade enquanto ilusão, o fizemos por questões puramente didáticas, uma vez que o texto freudiano propõe uma análise em conjunto destas duas dimensões.

Aquilo que chamamos ‘felicidade’, no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como um fenômeno episódico. Quando uma situação desejada pelo princípio do prazer tem prosseguimento, isto resulta apenas em um morno bem-estar; somos feitos de modo a poder fruir intensamente só o contraste, muito pouco o estado (Freud, 1930/2010c, pp. 30 - 31).

Stacechen e Bento (2008) e Saroldi (2017) consideram que as ideias sobre a felicidade no plano freudiano é algo que está relacionado às satisfações pulsionais que tiveram de ser abdicadas a certa medida do processo de inserção dos sujeitos à civilização, raciocínio este que entendemos tratar-se do caráter efêmero da felicidade. A isto, somam-se também as apreensões de Freud (1930/2010c) sobre o princípio de realidade¹³, responsável por todo um movimento psíquico que procura favorecer o declínio uma parte importante da satisfação pulsional para que o sujeito possa usufruir da segurança de estar inserido em um grupo, tornando a felicidade um episódio pontual e fugaz diante de controle social exercido pela cultura.

Levando em consideração as ideias mencionadas anteriormente e acrescidas as contribuições de Malki (2007), para quem há uma característica muito particular que exerce influência sobre o consumo, característica esta que coloca em exercício a voracidade¹⁴ na abordagem para com o objeto a ser consumido, entendemos que Stacechen e Bento (2008) estão certos ao pensarem sobre as frequentes substituições que ocorrem em relação aos objetos de consumo. Para eles, não é de se estranhar que uma vez consumada a satisfação momentânea para com o objeto, o sujeito continue a pensar em outras ocasiões para que este mesmo objeto possa ser consumido novamente, ou então seja levado a pensar em outros objetos a serem consumidos, o que exclui o modelo de felicidade idealizada pelo consumidor sedento por encontrar um objeto que apazigue as suas intenções pulsionais.

O que pudemos observar no consumismo atual é a extensão da satisfação encontrada no consumo dos objetos. Entendemos que na contemporaneidade incorre um movimento que implica que o sujeito tente encontrar novas e mais intensas formas de gozar com o objeto que

¹³ Segundo Laplanche e Pontalis (2001), o princípio de realidade é, assim como o princípio do prazer, um dos principais organizadores da vida mental. Ao que converge em nossas discussões, o princípio de realidade impõe-se ao princípio do prazer e modifica-o de acordo com os ideais da cultura em que o sujeito está inserido, extraindo assim uma parte considerável de suas satisfações para com os objetos do mundo externo, regulando assim, a vida pulsional do homem civilizado.

¹⁴ Segundo a leitura de Zimerman (2008) e o acento kleiniano por ele conferido ao conceito de voracidade, trata-se de um fenômeno introjeção executada de forma violenta e apaixonada para com o objeto, trazendo-o para si para dentro de si. Dos fenômenos clínicos que se valem da voracidade como forma de introjeção dos objetos, resta para o autor a impressão de que não houve a satisfação oral, pois o objeto introjetado foi desvitalizado e perdeu seu valor neste processo.

ele adquiriu, fazendo dos encontros anteriores uma experiência amena se comparado a tudo que pode ser extraído do objeto e do mundo externo. Recordemo-nos de Freud (1930/2010c, p. 31) quando ele nos alerta de que “quando uma situação desejada pelo princípio do prazer tem prosseguimento, isto resulta apenas em um morno bem-estar; somos feitos de modo a poder fruir intensamente só o contraste, muito pouco o estado”. Neste sentido, entendemos que há nos encontros “menores” ou amenos com os objetos de consumo o incentivo para que a próxima vez que o consumir seja mais intenso e gratificante que o encontro anterior.

O que observamos então como modelo a ser seguido pelas subjetividades contemporâneas é ingenuamente se empenhar para conseguir satisfações grandiosas, imediatas e que almejam tudo o que o objeto tem em si e que podem proporcionar de gozo àqueles que deles fazem uso. Já não há mais tanto espaço assim para a antiga regra freudiana (Freud 1930/2010c) que pedia a renúncia – ou pelo menos o adiamento – às satisfações em favor de quaisquer dos ideais da ética civilizatória. Notamos que hoje há progressivos esforços convergidos para ambições individuais (Dumont, 1985) e que as privações em favor das intenções coletivas parecem estar cada vez mais deslocadas no discurso contemporâneo. A regra de ouro e que se faz presente atualmente é a da supremacia do consumo (Lipovetsky, 2007 e Bauman, 2008) como alternativa para atenuar as angústias que emergiram das relações assimétricas entre o sujeito e a civilização (Birman, 2019).

Destes exames, Farah (2002) nos confirma que estão presentes hoje as marcas da inversão da proposta de Freud em “O Mal-estar na Civilização” àquilo que diz respeito à felicidade efêmera. Para ele, nos dias de hoje não pairam dúvidas de que o sujeito considere interessante para si trocar a segurança pela felicidade decorrente das satisfações imediatas e tudo precisa ser consumido instantaneamente e sem interrupção. Como consequência, os sujeitos contemporâneos edificam a suas subjetividades tomando como referências as pautas de satisfação imediatas e intensas, caminhos que foram levados a acreditar que os levaria à felicidade.

Feitas estas considerações sobre o caráter efêmero da felicidade que se inserem nos mecanismos de funcionamento do consumismo e cujas conclusões chegamos pela leitura de “O Mal-estar na Civilização”, curiosamente há uma segunda interpretação sobre este mesmo fenômeno ao qual podemos chegar percorrendo as ideias neste mesmo texto: a de que o consumismo é uma das formas de capturar e iludir as subjetividades através das sensações prazerosas despertadas quando que consome desenfreadamente.

Há alguns parágrafos, ressaltamos a teorização freudiana acerca do mal-estar do sujeito situado nos litorais da civilização, esta última implicada em exigir que o primeiro

abdique de uma parcela de suas satisfações pulsionais (Freud, 1930/2010c). Disto resulta a descontinuidade às pautas de prazeres advindos dos encontros entre a pulsão e os objetos que ela almeja, fazendo da felicidade relacionada ao consumismo um contentamento efêmero, episódico, que só pode ser positivado quando em contraponto aos desprazeres ou então, ser encarada como algo ilusório.

Birman (2019, p. 242) atesta este posicionamento e em suas palavras consta que “essa oposição [entre o sujeito e a civilização] se caracteriza pela assimetria, na medida em que a pulsão é uma força constante inserida na ordem da descontinuidade dos símbolos”. Da assimetria à qual o autor ressalta, é justamente a condição para que se erga a angústia das entranhas do sujeito que adere às exigências da cultura, reforçando os aspectos estruturais de seu desamparo.

Para Birman (2019), o movimento seguinte ao conflito entre o sujeito e a civilização são as múltiplas tentativas para administrar o mal-estar e o desamparo que surge deste atrito, a saber, a denegação, o retorno à proteção que era conferida pelos representantes do pai da horda primitiva e a fusão com o cosmos. Este último, a fusão com o cosmos, é a forma que se mostra mais produtiva aos nossos raciocínios sobre o consumismo como ilusão, uma vez que esta elucubração decorre da busca e da ilusão de um encontro tão almejado entre o sujeito e o objeto de consumo.

Diante da angústia provocada pelo mal-estar da assimetria entre o sujeito e a civilização, Freud discorre sobre três respostas que parecem dar forma à expressão do sujeito desamparado que procura alento na união almejada com o cosmos: as “diversões, que nos permitem fazer pouco de nossa miséria, gratificações substitutivas, que a diminuem, e as substâncias inebriantes, que nos tornam insensíveis a ela” (Freud, 1930/2010c, p. 28).

A estes apontamentos de Freud (1930/2010c) que nos fazem pensar sobre os obstáculos que cercam a felicidade e a faz parecer um grande engodo ao qual o sujeito adere para não ver a triste face dos pesares do desamparo, entendemos que se inserem nestas engrenagens o consumismo como uma forma irrefletida de entretenimento e uma gratificação substitutiva, onde os sujeitos se deixam ludibriar tentando encontrar a todo custo os prazeres que tanto carece.

Assim, pensamos que o consumo se faz presente nos circuitos pulsionais, e que o consumismo se apresenta como a extensão e potencialização dos prazeres obtidos dentro deste circuito, onde a compra em demasia captura o sujeito pelo fascínio que ela exerce sobre ele quando não o acoisa contra o desamparo. A sedução exercida pelas aquisições desenfreadas funciona como apelo promissor que garante que não há obstáculos para atingir a felicidade,

mas que no fundo, nunca chega a cumprir tais promessas, pois isto resulta sempre na continuidade por desejos de novas compras e novas formas de consumo. Em instantes, apagam-se os lampejos festivos e substitutivos das luzes coloridas que foram acesas pelo consumo imediato e sem limites, não restando muitas alternativas a não ser iniciar um novo ciclo de consumo para que não resvale novamente no precipício terrorífico do vazio (Birman, 2019).

Nesta conjuntura em que está em jogo o voto de confiança dado pelo sujeito no consumo para alcançar a felicidade como um dos operadores para a subjetivação, nunca é demais nos lembrarmos de Kehl (2004a, p. 61) para quem “o desejo é social. Desejamos o que os outros desejam, ou o que nos convidam a desejar”. De encontro a este raciocínio Ascerald e Vale (2018) nos pontuam de que há na sociedade atual o dever impositivo de encontrar a felicidade por quais meios forem, seja através da esquiva do sofrimento, da medicalização, através do lazer ininterrupto com os amigos, de onde presumimos que também se insere o apreço pelo consumo desmesurado.

Por mais escassa que seja a felicidade dentro das searas da civilização, ela permanece como um dever a ser perseguido pelo sujeito hodierno e àquilo que diz respeito ao consumismo, não é difícil imaginarmos no contexto do capitalismo atual a multiplicidade de objetos, com etiquetas das mais variadas marcas, de preços módicos ou não, e que podem ser adquiridos para apagar as marcas do desamparo, garantindo ao mesmo tempo experiências prazerosas e ilusórias. Das elucubrações de Ascerald e Vale (2018) e que podemos transpor ao consumismo, é que quando consumimos em excesso o que cresce são os nossos prazeres e que nos dão a falsa impressão de felicidade. Para eles, o prazer é a primeira fagulha que ilumina o caminho a ser percorrido até a felicidade, um trajeto que demanda por sua vez mais e mais sensações prazerosas, o que entendemos que incumbe o sujeito de encontrar novas formas de gozar ao consumir algo.

Já Severiano (1999), em clara alusão ao texto freudiano 1921, “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, prefere utilizar o termo ilusão quando Freud se refere ao engodo do amor e proteção que são propagadas pelos líderes dentro da sociedade – desde que afiançadas pela obediência às regras do convívio social – impondo-lhes regras a serem seguidas. Ao descrever os ditames de consumo que regem a sociedade contemporânea, a autora ousa substituir o iludir por papparicar, pois entende que hoje a sociedade, a ideologia de consumo e a publicidade exigem do sujeito o engajamento apenas para com as suas satisfações individuais, sem procurar exigir dele um compromisso social ao qual aderir.

A estas conclusões somamos as impressões de Kehl em três de seus textos e que acenam para o consumo e o consumismo como uma das formas de subjetivação em que a felicidade está em jogo: “O Espetáculo Como Meio de Subjetivação” (Kehl, 2004a), Fetichismo (Kehl, 2004b) e “Com que corpo eu vou” (Kehl, 2004c), publicados no livro “Videologias”.

Em “O Espetáculo Como Meio de Subjetivação”, texto em que Kehl (2004a) discorre a respeito das transformações da sociedade – que anteriormente era marcada pela produção de bens –, sociedade esta que passou a ser caracterizada não mais pela produção, mas pelo consumo dos bens – mais precisamente os bens produzidos pela indústria cultural¹⁵ –, e que atualmente se encontra regida pela espetacularização dos itens adquiridos. Como pano de fundo para esta discussão, está a expansão do alcance de um meio específico: a televisão, cujas conclusões, podem ser facilmente generalizadas às mídias presentes na atualidade.

Assim como acontece com Birman (2019), Kehl (2004a) também deixa presente durante este texto a percepção constante do desamparo no horizonte do homem contemporâneo. Entretanto, enquanto Birman (2019) fundamenta suas percepções sobre o desamparo a partir de “O Mal-estar na Civilização”, Kehl (2004a, p. 52) apresenta ao leitor o desamparo tal como Adorno o conceituou no texto “A Indústria Cultural”, o resultado de alguém que está “desacostumado à subjetividade”, incapaz de refletir criticamente sobre si e o mundo que o rodeia e que, portanto, pode ser facilmente capturado como consumidor dentro da indústria cultural.

Como psicanalista de formação, Kehl (2004a, p. 52) não nega o desamparo tal como ele é apontado em “O Mal-estar na Civilização”, muito embora não deixe isto claro em seu texto. O que se pronuncia em suas elucubrações sobre o desamparo é o “aperfeiçoamento da alienação”: a defasagem junto às potencialidades do pensamento crítico, o declínio das tomadas de decisão que deveriam ser executadas conforme o próprio desejo e, de a falência da capacidade de suportar a castração. A estas três instâncias, ela ainda menciona os frágeis laços que ligam o sujeito à comunidade em que vive, algo que culmina por potencializar a força do desamparo. Levando estes enunciados de Kehl (2004a) sobre o desamparo, não é de se estranhar que o sujeito, sedento pelo consumo desmedido, possa ser tão pacificamente manipulado pela indústria cultural, a ponto de desacostumá-lo à sua subjetividade e maltratá-lo para que sua porção faltante não fique à mostra.

¹⁵ Segundo Japiassú e Marcondes (2001), indústria cultural foi um conceito formulado por Horkheimer e Adorno na obra “Dialética do Esclarecimento” para descrever a exploração comercial e a vulgarização da cultura de massas por meio dos veículos de comunicação em voga na época, a saber, o rádio e a televisão.

Tal como acontece com os objetos de consumo, Kehl (2004a) também propõe que as subjetividades sejam fabricadas pela indústria cultural, subjetividades que precisam consumir frenética e vorazmente, ser chamada a integrar à massa de consumidores ávidos por um novo item no mercado e o que ele pode representar aos seus, propondo assim a lógica de espetáculo.

Ademais, não podemos nos esquecer de que as formas de inclusão na vida social através do consumo sofreram mudanças durante os últimos séculos conforme o capitalismo foi evoluindo. Segundo Kehl (2004a), o período seguinte à Revolução Industrial – e também durante a aurora da indústria cultural – foi marcado pela convocação das massas às zonas urbanas para suprirem as demandas por forças de trabalho dos industriais burgueses na produção de mercadorias, forçando-os a se dedicarem com afincos e sacrifícios num permanente adiamento das gratificações almejadas pelo princípio do prazer. Como fora mencionado nos parágrafos anteriores, os valores em voga na atualidade se inverteram: o sacrifício dá o seu lugar aos deveres para com o prazer, o adiamento das gratificações dá o seu lugar ao gozo imediato, e a renúncia pulsional e a castração cedem espaço para as fantasias narcísicas que se prolongam nos objetos de satisfação. Em um terreno como este, o lugar dado ao recalçamento é um tanto quanto escorregadio e aquilo que diz respeito ao consumismo, o desejo não tem compromissos com as interdições, fazendo com que o sujeito se transforme de um trabalhador para um consumidor que se deixa seduzir pelo espetáculo deste e do próximo objeto de consumo.

Isto desperta a paixão das imagens espetaculares que o fetiche produz. Para Kehl (2004a), as estratégias de marketing e a propaganda trazem consigo as fantasias inconscientes e convocam os sujeitos a gozarem enquanto consumidores em meio às imagens tomadas enquanto fetiches, objetificando o inconsciente e fazendo dos objetos consumidos em excesso um espetáculo para o mundo. Como consequência, ela aponta para o apagamento das histórias subjetivas e o empobrecimento dos laços sociais e da vida simbólica, uma vez que promove o sujeito a ser substituído pelo objeto de consumo.

É possível notar tais desenlaces quando somos bombardeados e invadidos pelas imagens dos mais diversos objetos de consumo. Kehl (2004a, p. 59) nos aponta que “o desejo sustenta-se da interdição do gozo” e as campanhas publicitárias da atualidade fazem o caminho inverso que sustentam o desejo, exercendo sobre o sujeito pressão ininterrupta que faz apelos ao gozo imediato e esgarça as tramas do desejo¹⁶.

Para Kehl (2004a), as campanhas publicitárias das mais diversas marcas promovem positivamente a rerepresentação daquilo que fora recalçado pelo desejo, projetando estas representações nas mercadorias consumidas em excesso e também nas marcas de predileção, incluindo estes valores nas linguagens utilizadas pelo espetáculo do consumo. Neste sentido, o que era observado por Adorno no uso das marcas do recalque da sexualidade como atrativo durante a elaboração das campanhas publicitárias, já não se encontra mais em vigência, uma vez que o ato precisa ser consumado e o gozo legitimado.

Àquilo que converge para a veiculação de imagens propagandeadas nos mais diversos veículos de comunicação e que convocam as representações dos desejos alojados no inconsciente, Kehl (2004a) entende este movimento que dispensa a grande massa de consumidores – que também funcionam como espectadores – livrarem-se de suas histórias particulares e vivências subjetivas, cedendo aos apelos dos objetos produzidos em massa e consumidos em grande quantidade.

Nas conjunturas de 2004, ocasião em que Maria Rita Kehl publicou este texto, as mídias que imperavam na divulgação de produtos e marcas eram a televisão, o rádio e a mídia impressa. Com a disseminação da internet e a popularização de larga escala das mídias

¹⁶ Talvez seja necessário uma pausa para tentar explorar um pouco mais o que Kehl (2004a) procura dizer quando menciona o desejo e o gozo para desfazer alguns nós conceituais antes de seguirmos as ideias que a autora elabora e às quais nos aproveitamos neste momento de esclarecermos questões relevantes ao consumismo. Segundo Roudinesco e Plon (1998), o conceito de desejo em Sigmund Freud surge contextualizado à sua teorização sobre o inconsciente, procurando designar a tendência à realização de algo ou então às propensões que tendem a esta realização. Na linguagem freudiana, o desejo é o equivalente ao anseio ou ao voto inconsciente, “no sentido da realização ou satisfação de um anseio inconsciente” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 146). Em função da tradição lacaniana que Maria Rita Kehl recebeu durante sua formação, é interessante mencionar algumas ideias de Lacan sobre seu entendimento sobre o desejo. Para este autor, declaradamente um seguidor de Freud, o desejo é análogo à cobiça ou o apetite que procuram satisfação absoluta, ou seja, qualquer forma de realização que estejam relacionadas ao anseio e à propensão conceito de desejo. Quanto ao gozo, este é um termo que aparece poucas vezes durante a escrita de Freud. Segundo Roudinesco e Plon (1998), ele é mencionado apenas nos textos “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” e “os Chistes e sua Relação com o Inconsciente”, surgindo como sinônimo de satisfação e comprazimento. A autora ainda menciona que em “Mais-além do Princípio do Prazer” o gozar está relacionado não somente ao prazer, mas se mantém pela identificação e se faz presente também durante as repetições, uma vez que aqui a leitura está contextualizada no conceito de pulsão de morte. Segundo os autores, Lacan faz uma distinção entre o prazer e o gozar, “residindo este último na tentativa permanente de ultrapassar os limites do princípio do prazer”, um movimento que exige do sujeito que busque constantemente onde está a falta do Outro e passe a ocupar este lugar, produzindo assim sofrimento ao sujeito (Roudinesco & Plon, 1998, p. 300).

digitais e sociais, ocorreu uma forma eficaz de conexão entre as pessoas que deu acesso e voz às pessoas na hora de se relacionarem com suas marcas preferidas, criando novos hábitos e novas formas de consumo, obrigando parte importante das estratégias migrarem para este novo veículo de comunicação.

Na atualidade, é comum observarmos os diversos anúncios que levam a links para a aquisição de algo. Quem deixou de notar que as últimas pesquisas efetuadas no *Google* acabaram por gerar anúncios que poderiam induzir ao consumo? Quem, ao frequentar suas redes sociais (*Facebook*, *Instagram* ou qualquer outra plataforma que conecta as pessoas), deixou de notar que entre as fotos e postagens dos amigos saltam anúncios que divulgam produtos que podem interessar e também induzir ao consumismo? Ao que tudo indica, os usuários da internet e das redes sociais se tornaram um número no algoritmo das empresas de *marketing*, que passam a ter o seu trabalho, o lazer e o entretenimento atravessados por propagandas que procuram atingi-lo como consumidores em potencial.

Aquilo que converge à discussão do consumo e sua espetacularização utilizando as redes sociais como ferramenta, Bauman (2008) atesta que o âmago desta questão envolve a troca de informações privadas entre os usuários, que se sentem alegres e satisfeitos por deixarem públicos detalhes íntimos ao compartilhar informações e fotografias de pessoas, lugares e o consumo de itens, que em alguns casos, atestam a casta social de onde provém. Tudo isto inserido num mundo desigual – tal como acontece com a realidade brasileira, cuja economia está mais voltada para o acúmulo do que a distribuição de riquezas –, este fenômeno termina por cerrar nas fileiras dos mais empobrecidos, a potencialização do sofrimento psíquico por não fazer parte de uma classe eleita que pode gozar das benesses do consumo.

Bauman (2008) ainda destaca que tudo isto ocorre num contexto de intercâmbio informações intenso e muito veloz, onde aqueles que fazem estas postagens, por vezes não têm a noção precisa do público que atinge e de que forma as subjetividades dos usuários das redes sociais são atravessadas e impactadas por elas, podendo exercer influência no consumo das pessoas. Somadas estas ideias de um ritmo frenético de consumo em Bauman (2008) às das estratégias de publicidade empregadas na atualidade, as redes sociais passam a funcionar como um meio de apagar as particularidades inconscientes que estão em jogo no determinismo do consumo. E nesta dinâmica, os enigmas do desejo do Outro para conosco – e que interroga o inconsciente do sujeito que consome – passa a girar em torno da “universalidade do espetáculo, tornando as produções singulares obsoletas, dispensáveis” (Kehl, 2004a, p. 60).

Para Kehl (2004a, p. 62), a lição que a publicidade nos dá é que possível dirigirmo-nos ao desejo, captar as fantasias inconscientes e fazê-las se transformar em mercadorias, convocando-nos na contemporaneidade a gozarmos no consumo e no consumismo como se todos fizessemos parte de uma elite de consumidores, ignorando os privilégios das classes mais abastadas. Como a propaganda não é uma promessa de consumo que atinge a todos sem distinção, “o que está sendo oferecido como tentação irrecusável, é o direito de excluir a maioria. Assim sendo, a lógica da publicidade hoje, está visceralmente comprometida com a lógica da violência banal que se expande como epidemia no mundo contemporâneo”.

Dando continuidade ao raciocínio iniciado em “O Espetáculo Como Meio de Subjetivação”, no texto “Fetichismo”, Kehl (2004b) traz consigo as ideias de que na sociedade capitalista contemporânea, os valores do espetáculo foram alçados à categoria de protagonista nos laços sociais, tomando como fetiche os objetos que adereçam os corpos humanos. Segundo seu entendimento, o fetiche se faz presente na mercadoria tornando precisa e objetiva a troca simbólica que deveria ocorrer no momento de produção desta mercadoria.

Nunca é demais lembrar que a produção de novos itens de consumo, na atualidade, encontra-se nos patamares de uma confecção de produtos em larga escala, uma vez que contamos com implementos tecnológicos que favorecem criá-los em grandes quantidades. Os empreendedores, através das mídias publicitárias, procuram investir e sustentar convicções a respeito de suas mercadorias tais como se elas fossem um fetiche, destacando aqueles que as adquiriram dentro da sociedade do espetáculo (Kehl, 2004b).

Concordamos com Kehl (2004b), quando observamos na atualidade a ampliação das convicções que sustentam o fetiche exercido tanto pela mercadoria quanto o seu consumo em grandes quantidades. Quando olhamos para o consumo de uma mercadoria fetichizada através da lógica marxista, entendemos que o que se passa é atribuição de valores muito particulares às mercadorias que passa a ser determinado pelas relações sociais e não pela funcionalidade. Entretanto, quando olhamos para as tramas do fetiche em meio às mercadorias pelos olhos da psicanálise, nós o entendemos pela lógica empregada dentro dos processos de negação.

As ideias freudianas sobre o fetiche e que neste contexto se fazem interessantes, constam em “O Fetichismo” de 1927 (2014b) e se pautaram no contexto da negação. Segundo seus estudos, o fetichismo se dá quando o sujeito se esquiva da percepção da ausência do pênis na genitália feminina em uma operação psíquica que culmina nas dificuldades do reconhecimento da falta por parte do sujeito. Como consequência, ocorre uma clivagem do Eu, que passa a construir um fetiche como substituto do pênis da mãe, passando este mesmo

fetichismo a obter a porção faltante de si. Neste sentido, o fetichismo tem como função negar quaisquer provas residuais da castração nos registros do psiquismo, funcionando não apenas como o paradigma da perversão, mas também como um recurso utilizado pelos neuróticos para amenizar os efeitos da angústia, de onde presumimos estar fundamentada nossas ideias relativas ao consumismo como um efeito das angústias do desamparo.

Como efeito, os sintomas, sejam eles individuais ou então aqueles apresentados por uma sociedade num determinado recorte de tempo – tal como o consumismo –, passam a expressar não somente o sofrimento psíquico, mas também o apagamento da riqueza simbólica, empobrecem os nossos laços sociais e nos surpreendem na mesma medida em que somos bombardeados pelas mais diversas mercadorias que procuram passar um falso atestado de riqueza simbólica Kehl (2004b).

O funcionamento que fora descrito nos parágrafos anteriores em relação ao consumo enquanto fetichismo, quando examinado pelos olhares da sociedade do espetáculo e das mídias utilizadas pela publicidade, “faz com que os sujeitos que se destacam como objetos virtuais de gozo coletivo – e, neste caso, ‘coletivo’ tem o seu sentido de retorno midiático das formações comunitárias perdidas – sejam imediatamente investidos pela publicidade” (Kehl, 2004b, p. 81). Assim são construídos os ídolos atuais, através de campanhas publicitárias que investem em determinadas figuras, cujas imagens sempre estarão atreladas ao consumo de mercadorias produzidas por grandes marcas. Para a autora, em uma sociedade de consumo que se utiliza do espetáculo dos bens adquiridos como forma de relação entre as pessoas, os ídolos da grande massa de consumidores passam uma imagem de consumo que está muito além daquilo que está ao alcance da maioria das pessoas, evidenciando assim, o consumo enquanto apagamento da angústia do desamparo como ilusão a ser sempre perseguida.

A estas ideias, somamos as impressões de Kehl (2004c, p. 178), para quem as ideias de um corpo¹⁷ bem-comportado, que fez a internalização bem sucedida dos ideais de postura burguesa do século XIX, têm como um dos seus modos de expressão, o consumo de um código simbólico das roupas, “o primeiro signo que o *self-made-man* em ascensão, sem antecedentes nobres, emitia diante do outro a respeito de quem ele ‘é’”. Um corpo bem comportado, sinônimo de sucesso da educação burguesa que tem como clímax a extinção de uma parcela importante satisfações pulsionais da sexualidade da agressividade para que o

¹⁷ É importante notar que a palavra corpo é mencionada por várias vezes no texto “Exibicionismo” de Maria Rita Kehl, publicado em 2004. Segundo ela o corpo está além do instinto natural, além do prazer que emerge das sensações, dos toques e dos apetites. Trata-se do “corpo-imagem que você apresenta ao espelho da sociedade [que] vai determinar sua felicidade não por despertar o desejo ou o amor de alguém, mas por se constituir o objeto privilegiado do seu amor-próprio: a tão propalada auto-estima, a que se reduziram todas as questões subjetivas na cultura do narcisismo” (Kehl, 2004c, pp. 174 - 175).

sujeito siga dentro dos moldes impostos pela civilização, faz com que ele consuma bens que o façam apresentáveis dentro da cultura à qual faz parte.

Assim, torna-se uma exigência de consumo para uma parcela dos homens se esforçar para apresentar o corpo mais malhado, que se treine na academia com os melhores e mais modernos aparelhos, tenha acesso aos laboratórios de fisiologia do exercício e os suplementos de ponta, os serviços dos melhores *personal trainer's* para que se concretize a busca do corpo perfeito a ser consumido. Mas também que ele precisa se apresentar nas ocasiões com uma vestimenta à altura, seja um terno ou casaca de tecidos nobres, feitos à mão por um bom alfaiate; ou então com a roupa de corte impecável das marcas mais conhecidas. Ao mesmo tempo, ele também deve manter frequentes as visitas ao salão de beleza para ter a barba o cabelo, as sobrancelhas e as unhas bem aparadas, ter um perfume marcante, dirigir um belo carro, morar em um bairro nobre, um currículo e cargo invejáveis, estar com os procedimentos estéticos em dia, entre tantas outras exigências.

Com as mulheres, isto não é diferente. Tanto quanto os homens – ou até mais do que eles –, elas precisam ter em mente os referenciais em pauta nas mídias sociais e para consumi-los, divide-se entre as visitas frequentes às academias para estar em dia com o corpo atraente, ao salão de cabeleireiro para ter as unhas e o loiro sempre retocados, ao nutricionista que elabora uma dieta para manter a cintura digna de uma miss, ao cirurgião que fez a rinoplastia e também colocou as próteses de silicone, ao dermatologista que faz as aplicações de botox e demais procedimentos estéticos. Mas hoje em dia, elas também não podem aparentar ser alguém fútil e de hábitos frívolos: precisam ter um bom currículo e para incrementá-lo, têm de ter bons resultados profissionais e investir em cursos e treinamentos à altura do que se esperam delas. Também tem de se manterem informadas das discussões sobre as pautas dos movimentos feministas, dedicando-se a adquirir conhecimento suficiente para poder passar a impressão de alguém que está atenta às necessidades das classes às quais faz parte.

Da mesma forma que os mais jovens, os idosos não estão livres destes ideais. Eles têm de demonstrar a alegria e regozijo por terem tido uma vida de esforços e grandes feitos profissionais que terminam por lhes garantir uma aposentadoria que os fará ter uma vida confortável na velhice – como se todos tivessem tido as mesmas condições de trabalho e oportunidades para chegarem a tal merecimento. Tem de se atentar ao autocuidado, frequentar academias, ir às consultas médicas, tomar todas as medicações e vitaminas e estender a vida útil de consumidor ao máximo possível.

Nem mesmo as crianças estão livres dos ideais de consumo aos quais todos precisam aderir freneticamente. Desde cedo os pais, ávidos para que os filhos se tornem versões

melhoradas de si mesmo, investem em uma boa educação aos seus: a melhor escola, um bom cursinho pré-vestibular para entrar numa renomada universidade pública, Kumon e aulas de inglês. Eles também consideram importante terem seus filhos matriculados em uma escola de tênis ou natação para desenvolverem bons hábitos em relação às práticas esportivas, ou então desenvolver suas habilidades artísticas, nas aulas de balé, música ou pintura.

Com estes argumentos, notamos que todos, desde os mais jovens até os mais velhos, somos permeados por ideais que temos de projetar e assim exibir um corpo domesticado e que deve ser consumido pelas aspirações da cultura burguesa. Para Kehl (2004c, p. 179), a cultura do autocuidado percorreu um longo caminho desde a Antiguidade Clássica até os dias de hoje, transformando-se das práticas que envolviam o bem-estar para “a produção de um sistema fechado, tóxico e claustrofóbico”, nocivo pela sua natureza e que desperta nele o sofrimento, mola propulsora para que os sujeitos consumam e se adequem àquilo que deles é esperado.

Em uma linha de raciocínio mais ou menos semelhante, Costa (2004) nos aponta que os donos dos corpos belos foram aqueles em que os autocuidados foram aplicados de forma bem-sucedida e por isso foi possível alcançar os ideais de beleza interessantes ao consumo. Já os corpos “feios” ou “doentes” são os corpos resultantes da falta das práticas de autocuidado. Neste sentido, compreendemos que os donos dos corpos belos puderam ter acesso a formas de consumo e meios que favoreceram o autocuidado, apresentando para consumo uma imagem de saúde, harmonia, autoestima e felicidade.

Por sua vez, os corpos “feios” são o resultado de formas de consumo ineficientes, o que faz com que seus donos sejam consumidos como alguém feio, pouco harmonioso, pouco empenhado consigo mesmo, ou então doente. Neste último caso fica evidente a angústia que emerge por não alcançar os padrões obrigatórios de reconhecimento, uma vez que estes corpos são mal vistos e seus donos julgados como alguém de pouca valia, inaptos para seguirem as regras de qualidade de vida que foram impostas, reforçando assim os valores de consumo para o domínio dos corpos como um dos determinantes do sofrimento psíquico.

O corpo, enquanto um local de investimento pulsional, também implica que ele possa ser consumido como objeto de desejo no reconhecimento entre os seus pares. Em “Introdução ao Narcisismo”, Freud (1914/2010e) nos deixa, entre tantas outras lições, que quando não há o amor, o adoecimento se mostra como alternativa cada vez mais concreta. E como amar a si mesmo tendo frustrado, a todo momento, os seus esforços por alcançar um corpo almejado pelos ideais de beleza estampados pelas mais diversas mídias? Concordando com Severiano, Rêgo e Montefusco (2010, p.161) e alinhando seu pensamento aos nossos interesses, entendemos que nos casos acima mencionados os sujeitos tiveram de realinhar as suas

satisfações pulsionais, procurando atingir novos alvos para o comprazimento pulsional, reconstruindo e remodelando os seus contornos, formulando novos corpos e novas subjetividades, em “um quadro inacabado e sempre passível de transformações” para fazerem de si um item interessante para o universo que integra o consumismo.

No sentido que foram tomando os rumos de nossa discussão que culminaram em algumas das conclusões que foram apresentadas até o momento, entendemos o consumo como algo fundamental para a presença humana no mundo e o consumismo como um dos ideais convocados para serem internalizados na contemporaneidade, se mostrando como um dos referenciais balizadores de nossa presença no mundo, que organiza a nossa forma de pensar, ordena a maneira como colocamos em marcha a aquisição dos objetos e também nossa conduta para com as pessoas. Mas também não podemos nos esquecer de que, como nos alerta a Psicanálise, as particularidades do consumo em excesso estão relacionadas às tentativas de alcançar a tão almejada felicidade, um engodo em que o sujeito aposta para poder se esquivar de sua porção faltante e não ter encarar a tão temível face do desamparo.

Diante destas considerações, entendemos que os sujeitos, na atualidade, ao adotarem os ideais do consumismo procuram fazê-lo como uma forma momentânea de encontrarem o prazer, mesmo que seja isto um recurso um tanto quanto provisório e que mais adiante eles serão acossados novamente a consumir exageradamente, sejam itens que as campanhas publicitárias veiculam com tanta frequência, ou então na tentativa de arrumar outra maneira de se satisfazer com aquilo que já adquiriu.

No entanto, não podemos ignorar as conjunturas atuais que estão presentes durante a elaboração desta dissertação, um tempo de pandemia que exige de todos medidas austeras de restrição no contato com os demais. Dentre estas medidas está a diminuição – quando não o fechamento – dos horários de funcionamento de *shopping centers* e comércios de rua, algo que impacta não apenas nos ciclos que envolvem o consumismo, mas na economia como um todo, pois o mesmo trabalhador que produz as mercadorias que são levadas à venda, também se insere na cadeia de consumo.

1.2 CONSUMISMO E ANGÚSTIA EM TEMPOS DE COVID-19

Como as tramas do mundo que determinam o nosso modo de vida na contemporaneidade é bastante complexa e muitos fatores que organizam a forma como a sociedade está estruturada estabelecem laços entre si, as providências, que a princípio, foram

tomadas para conter a transmissão do vírus da COVID-19 tiveram impactos tanto na economia quanto na vida individual e coletiva, impondo novos desafios às subjetividades.

Voltando nossa atenção aos aspectos econômicos, podemos perceber as repercussões das restrições impostas pela quarentena no combate ao COVID-19 nos mais diversos canais informativos, sejam eles a imprensa jornalística ou então nas mídias sociais ou nas conversas do dia a dia. Por mais que compreendamos que se trata de um fenômeno que ainda está em curso e muitas intervenções – intencionais ou não – afetem a forma como irão se configurar as previsões dos estudiosos sobre as consequências econômicas de uma pandemia, algumas considerações podem ser aqui traçadas para discutirmos as questões relativas ao consumismo.

Entendemos que o COVID-19 causou grandes impactos à já claudicante economia do Brasil, levando a problemas na economia e eliminando milhares de empregos formais. Neste cenário de enfrentamento da pandemia, em que se deve levar em consideração o isolamento e o distanciamento social, as pessoas deixam de frequentar as ruas, o que diminui o nível de consumo, gerando efeitos em cadeia, como, por exemplo, o fechamento temporário e/ou paralização parcial de restaurantes, academias, fábricas e comércio.

Diante deste cenário, as empresas que não se prepararam para a pandemia sentem a necessidade de suspender parte de seus contratos, reduzirem a carga horária, salários e, quando não a demissão dos funcionários. Para conter os gastos. Como consequência, caem os rendimentos familiares e as pessoas passam a consumir menos devido ao empobrecimento do qual são vítimas. As empresas passam a produzir cada vez menos, deixando de alimentar todo um ciclo econômico que estava em marcha até então. Por último, um cenário nada animador se instala, onde há a ociosidade de parte considerável da mão de obra e baixa lucratividade por parte das empresas, que não se sentem seguras para investir, tendo o Estado que arcar com os custos da economia que não gira suas engrenagens. E dá-lhe angústia, que corre rio abaixo e faz funcionar o moinho do desamparo.

Ainda que favoreça a economia os postos de trabalhos que podem ser executados de maneira remota (*home office*), os afastamentos remunerados e a retomada gradativa do comércio, muitos postos de trabalho foram fechados durante a pandemia. Entendemos que a alta taxa de desemprego que já estava sendo registrada só galgou novos patamares devido à pouca demanda de consumo gerada durante o momento da pandemia, quando os comércios ficaram fechados por um tempo considerável, a mão de obra ficou em casa por medo do contágio do COVID-19, havendo menos produção e conseqüentemente uma menor procura por produtos e serviços.

Diante de uma situação que pode provocar a falência de uma boa parcela do setor privado, a perda de empregos, o recuo do projeto econômico que acentua o empobrecimento da população – que vê poucas perspectivas de melhora no projeto econômico que já era pouco estável –, é abortada a possibilidade do consumismo como uma das formas de escoamento da angústia. E como se não bastasse a disparidade entre o sujeito que precisa abdicar parte de suas satisfações pulsionais para poder ser acolhido pela civilização, seguem em tempos de COVID-19 novos fardos a serem suportados, como por exemplo, a iminência da morte, o medo do contágio, a intensificação das práticas de cuidados para evitar a contaminação, o exercício de novos hábitos de higiene e o luto dos mortos pelo vírus. Consideramos todos estes fatores assinalados como importantes determinantes no desenvolvimento e potencialização do sofrimento psíquico e que diante das medidas de restrição no contato para evitar a transmissão do COVID-19 e a pauperização gerada por estas mesmas medidas, o consumismo de outrora já não pode ser encarado da mesma maneira como uma das alternativas para lidar com a angústia em curva ascendente.

Assim, foi colocada em suspenso uma série de projetos que eram internalizados irrefletidamente e consumidos de maneira ávida pelos sujeitos contemporâneos. Os planos ditados por uma cultura de felicidade perene e que envolve o consumo desmesurado e a aquisição de novos bens precisaram ser adiados. Com isto, as intenções de comprar uma casa no condomínio de luxo, um apartamento no bairro nobre, adquirir o carro do ano ou então trocar o celular nem tão velho pelo último lançamento da marca, tiveram de ser deixados de lado.

Estimamos que a retração da economia também frustra a idealização do casamento e a formação das famílias baseadas num projeto de felicidade em que o consumo ostensivo é colocado em discussão diante da epidemia de COVID-19. Os referenciais românticos de uma cerimônia em uma bela igreja adornada de flores, o vestido com bordados escolhidos a dedo, a grandiosa festa de casamento, o banquete para centenas de convidados e a lua de mel em Nova Iorque precisaram ser examinados novamente devido ao enorme custo da festividade. Acreditamos que até mesmo a expectativa do número de filhos precisará ser revisto, pois os casais que se dispuserem a fazer o planejamento familiar deverão colocar como pauta da discussão, a aquisição de bens de consumo necessários à qualidade de vida da família como um todo, como uma casa e carros maiores, planos de saúde, educação de qualidade e lazer a todos.

Entendemos que o empobrecimento material também interfere na vida dos sujeitos engajados freneticamente no mercado de trabalho e que almejam a felicidade galgando

responsabilidades laborais uma melhor do que a outra, apresentando para isto uma lista invejável de cursos e formações ao seu empregador. Como não se desapontar quando, por exemplo, será preciso abrir mão do regozijo de ser o portador de um diploma de pós-graduação em uma universidade do exterior, quando mensalidades e o custo de vida deverão ser pagos em dólar a uma cotação exorbitante? Como lidar com a angústia de um trabalhador que se imagina, num futuro próximo, estar desqualificado perante os seus concorrentes e impossibilitado de concretizar conquistas profissionais por conta de um currículo desinteressante, e eventualmente ter de se contentar com um cargo aquém de suas potencialidades e mal remunerado?

Assim, entendemos que em dias de uma economia confusa ocasionada pelo momento da pandemia de COVID-19, quando as medidas para o controle do contágio do vírus impactam negativamente sobre a economia, estão empatados os planos vigentes de uma cultura consumista em que a pretensa busca pela felicidade está em jogo, fazendo que os sujeitos abortem a sua ingênua tentativa amealhar satisfação irrestrita junto à aquisição e no uso dos objetos de consumo. Nestas conjunturas que interrompem o consumo e o consumismo como forma de amenizar os pesares do cotidiano, emerge no sujeito a angústia de ser desamparado e não trazer consigo ferramentas para fazer frente àquilo que está para além do seu controle. Nem mesmo os laços sociais, um dos poucos recursos que estariam às mãos do sujeito contra o desamparo, parecem resguardá-lo da angústia de estarem desprotegidos (Freud, 1930/2010c). Também não podemos nos esquecer das ideias de Dumont (1985) e Bauman (2001), autores que pregam que as relações sociais na atualidade são regidas pelo individualismo, o que exige que se lide individualmente com as consequências do desamparo que atinge o sujeito com frequência e exige que enfrente as adversidades apenas com os seus recursos psíquicos.

Assim, em tempos de medidas sanitárias contra o COVID-19, o consumo e o consumismo têm as suas engrenagens funcionando em um ritmo menos acelerado. Com isto, o apaixonamento que antes era emanado pelas experiências momentâneas de satisfação se vê interrompido, e se tornam cada vez mais raras as oportunidades de através destes dois expedientes serem atenuadas as angústias advindas do mal-estar dispensado pela civilização (Freud, 1930/2010c), pelo individualismo (Bauman, 2001; Dumont, 1985) e pelas situações de enfrentamento do próprio COVID-19. Diante do acúmulo de tensão no interior do aparelho psíquico gerada pela angústia que não pode ser esvaziada através do consumo e do consumismo, são observadas algumas saídas às quais os sujeitos podem aderir para poder fazer frente ao desamparo que os perseguem de maneira constante.

Antes de fazer qualquer tipo de menção, vale ressaltar que, a princípio, ainda estamos tentando entender de que forma a epidemia de COVID-19 e as estratégias de combate ao vírus produzem seus efeitos no psiquismo, como elas são internalizadas, interpretadas, como os sujeitos irão expressar o sofrimento psíquico e de que maneira as estratégias de enfrentamento destas instâncias virão para nós em clínica.

A primeira questão que se mostra relevante à nossa discussão sobre as consequências aos sujeitos que não conseguem dar vazão ao seu sofrimento frente impossibilidade do consumismo ser efetuado, se refere ao campo da saúde mental e o caráter traumático da angústia que se represa no interior do aparelho psíquico. Para melhor compreendermos esta questão, nunca é demais nos recordarmos que estamos vivendo um momento de combate a um inimigo que de tão pequeno, não pode ser visto a olhos nus. Ainda assim, é um vírus altamente contagioso, mortal e imprevisível, que desperta em nós o receio de entrarmos em contato com ele sem percebermos, ativando assim os mecanismos de tensão que envolve o medo da morte que ronda até mesmo ao menor sinal de febre, tosse ou espirro, confirmando a fragilidade de nossas vidas e o quão vulnerável é a nossa condição humana.

Por mais que procuremos na História episódios de pandemias parecidas às do COVID-19, para assim tentarmos comparar algumas doenças e prever algumas reações do sujeito ante a espreita da morte, há de se ressaltar que o que vivemos atualmente não se equipara a nenhuma outra doença que afligiu o ser humano. Por mais que outras enfermidades (como por exemplo, a varíola, tuberculose e a peste negra) tenham sido mais contagiosas e mortais que o COVID-19, não podemos deixar de levar em consideração, a velocidade com que o vírus foi levado de um canto a outro no mundo.

Da mesma forma que o vírus viajou com uma velocidade de contágio ímpar e atravessou os oceanos em questão de meses, as informações acerca do COVID-19 também fluem velozmente e, ao final de cada dia, é possível assistir nos veículos de comunicação o crescente número de mortos e infectados. Em meio às fontes jornalísticas que procuram informar a população sobre questões relevantes ao COVID-19, estão outros veículos de informação, como por exemplo, as redes sociais e os grupos de WhatsApp que, muitas vezes divulgam notícias falsas e/ou de cunho duvidoso, boatos e teorias conspiratórias, aumentando ainda mais a tensão e a angústia diante de uma situação que coloca a vida em xeque e que foge ao controle do sujeito.

Desta forma, acreditamos que o medo do contágio, do luto de entes queridos, da morte e a insegurança gerada pelas mais diversas fontes de informação podem aumentar a tensão no interior do psiquismo, gerando e represando ainda mais angústia que em tempos de

quarentena, não consegue ser canalizada para qualquer um dos atenuantes usados até então como válvula de escape, imprimindo assim o caráter traumático das sensações de desamparo.

Assim, entendemos que a angústia confinada no aparelho psíquico sem a possibilidade de ser evacuada através do consumismo, potencializa a excitação somática e acentua a dificuldade de elaboração da excitação do corpo, ocasionando assim a irrupção das crises de angústia, picos de ansiedade e os episódios de pânico (Barbosa, 2008).

Outro ponto ao qual julgamos interessante mencionar são os lutos provenientes dos mortos pelo COVID-19 e também os lutos provenientes do isolamento social e da quarentena. A leitura do texto freudiano “Luto e Melancolia” (Freud, 1915/2010f) nos permite avançar sobre o exame do quadro explicativo que envolve os movimentos do aparelho psíquico quando o sujeito se depara com a perda dos objetos que eram estimados e eram tomados como diletos no investimento da libido. Vale ressaltar que neste texto, Freud menciona que o objeto que se deu por perdido pode ser um objeto concreto, mas também algo abstrato, pois o objeto é aquilo que mais pode variar dentro dos circuitos da pulsão (Freud, 1915/2010b).

Por mais que na última frase tenhamos a impressão de que as escolhas dos objetos se deem ao acaso, a leitura de “Introdução ao Narcisismo (Freud, 1914/2010e) nos mostra que este processo não se dá a esmo. Pelo contrário, em 1914 Freud nos mostra que os objetos aos quais o sujeito escolhe para investir pulsionalmente são desdobramentos de uma escolha que se deu através das experiências de apoio (num primeiro momento, a mulher que se ocupa da alimentação e mais adiante, no homem que se encarrega do ofício de proteger), ou através das escolhas de natureza narcisista (onde o Eu é tomado como objeto de amor).

Guardando estas prerrogativas, entendemos que o gatilho que pode eliciar o entristecimento e dar início ao luto e à melancolia é a perda concreta ou então o medo que se perca algo ou alguém que fora importante ao sujeito e que teve como função separá-lo do desamparo, da angústia e dos sofrimentos da vida. Assim, o objeto perdido e pelo qual se lamenta pode ser o falecimento de um ente querido, mas também o término de um namoro ou então a perda de um ideal, como por exemplo, a liberdade.

Em tempos de pandemia, quando a morte assola a todos e toma proporções as quais não poderíamos imaginar, novos elementos podem ser somados a esta cadeia de objetos que podem ser perdidos e que se inserem em nossa discussão sobre o consumismo. Devido ao COVID-19, existe a possibilidade que se perca, por exemplo, o familiar que é o responsável pela maior parte da renda familiar, o que obrigaria os demais membros a abdicarem do consumo voraz e sem limites. Diante do encolhimento dos números da economia devido às precauções da quarentena, teme-se, por exemplo, perder o próprio emprego, ou então circula o

receio de que o empobrecimento geral da população implique em uma realidade de consumo um tanto quanto diferente do se espera de uma sociedade cujos ideais se pautam nos referenciais de um consumo desmedido.

Assim, o que assistimos no momento presente é a uma quarentena que promove o isolamento e o distanciamento entre as pessoas como uma medida sanitária que visa salvar as vidas, mas que por outro lado, arbitrariamente nos obriga a perder a presença de pessoas e objetos que são importantes para atenuar o vazio da nossa existência e afastar-nos do desamparo, limitando por tempo indeterminado as possibilidades de satisfação narcísicas para com os objetos do mundo que estão à nossa volta. Neste sentido, entendemos que os sujeitos em situação de quarentena prolongam demais o período destinado à resolução do luto e por fim, acabam por travar uma batalha cujo final é identificarem-se com os objetos que foram perdidos.

O texto de Freud (1915/2010f) sobre o luto e a melancolia nos alerta de que a uma determinada altura das relações que são estabelecidas com o objeto que fora extinto, surge no Eu a necessidade de abandonar o apego que tinha para com ele, evitando assim extinguir-se. É percebido durante a atualidade das medidas da quarentena é a indeterminação do tempo de duração das medidas de isolamento social. Não sabemos por quanto tempo ela irá durar, se iremos sobreviver a ela e, se sobrevivermos qual o mundo que nos espera? Todas as pessoas que amamos estarão nele? Eu ainda terei o meu emprego? Se sim, ele será executado em *home office*? Haverá uma vacina que irá interromper o período da quarentena e poderemos retomar o consumo tal como era antes da pandemia? Esta indefinição do período da quarentena e o que podemos esperar é um motor para a potencialização da angústia, que faz as pessoas sucumbirem à tristeza, entregarem-se à depressão, aos queixumes e aos lutos de algo muito importante e que está em suspenso.

Segundo (Faro, Bahiano, Nakano, Reis, Silva, & Vitti, 2020 como citado em Xiang et al., 2020) e Park e Park (2020) é comum entre os pacientes, sejam eles confirmados ou sob suspeita da COVID-19, sentirem-se entediados, sozinhos ou raivosos. Entendemos que os sintomas apontados pelos autores, como por exemplo, a alteração do sono, ansiedade, baixas na concentração e a diminuição da energia, é algo esperado em meio às alterações da nova rotina de autocuidados.

Da mesma forma que era de se esperar que esses sinais se apresentassem, também entendemos que era previsível que os sujeitos façam uso da negação em face dos perigos da pandemia e que as pessoas insistam em desviar os olhos da realidade de um vírus que é altamente infeccioso e mortal. Nesta discussão em que está envolvido o processo de negação,

cabe distinguir aquelas pessoas que contestam as características fatais e devastadoras do COVID-19 e refutam a veracidade daquilo que não lhes convém admitir, daqueles que têm dificuldades em interpretar a complexidade dos acontecimentos e dimensionarem a cadência que estes eventos implicam em suas vidas particulares.

Desta última categoria de negações, à qual poderíamos chamar de negacionismo ingênuo, utilizado como um recurso defensivo do psiquismo que favorece o distanciamento entre o sujeito da realidade dos fatos que o contorna (Roudinesco & Plon, 1998), entendemos que há uma dificuldade em lidar com as consequências de assumir seu lugar no mundo. Um mundo que poderá ser distante da realidade anterior à pandemia, onde não haverá lugar, por exemplo, para uma vida financeira gradual que permita gastos exorbitantes em viagens internacionais, na coleção de perfumes importados, na compra vários pares de sapatos ou então jantares em restaurantes caros e requintados todos os finais de semana.

Neste momento em que falamos sobre as negações no contexto da quarentena, talvez seja proveitoso mencionar o movimento ocorrido no primeiro final de semana de julho de 2020 no Rio de Janeiro. Nesta data, houve o relaxamento de algumas medidas sanitárias e foi permitido que bares e restaurantes voltassem a receber presencialmente clientes para consumirem no local, desde que preservadas as condições de distanciamento mínimo de dois metros entre as pessoas, a higienização e o uso de máscaras¹⁸ para diminuir a contaminação da COVID-19. Por mais que as medidas exigidas para a reabertura desta classe de comércio já estivessem sendo empregadas para minimizar o contágio desde o início da pandemia, circularam pelas redes sociais imagens de pessoas que se aglomeraram sem máscaras pelas ruas boêmias do Leblon.

Nestas ações em que percebemos o uso coletivo da negação, as pessoas que saíram às ruas o fizeram para celebrar a saída de uma rígida quarentena que lhes obrigava a uma rotina de distanciamento e do “ficar em casa” a todo custo, que lhes impedia não apenas de consumir, mas também de ter contato próximo com aqueles que lhes são caros. Assim, entendemos que quebra das regras da quarentena observada no Leblon se soma a tantos outros episódios menores e frequentes, como por exemplo, algumas festas de aniversários, comemorações de amigos e churrascos de final de semana, em que ocorrem as aglomerações, são indícios da exaustão e a iminência dos recursos do psiquismo em lidar com a tensão imposta pelas medidas severas de proteção na quarentena.

¹⁸ As máscaras poderiam ser retiradas dentro dos estabelecimentos quando os seus usuários fossem ingerir algo.

No sentido deste raciocínio, quando avistada a menor possibilidade de os sujeitos poderem se esquivar das angústias do dia a dia e das exigências com o autocuidado sem transgredir as regras impostas pelas autoridades sanitárias da quarentena, os frequentadores dos bares do Leblon – e também das pequenas, mas frequentes reuniões de pessoas mencionadas no parágrafo anterior – entregam-se de maneira sedenta ao consumo de objetos, pessoas e diversão em um movimento que muito se assemelha a um modelo compensatório de satisfação com o objeto. Se por meses, os sujeitos precisaram se ausentar das relações nos espaços públicos na esperança de não se contaminarem, agora, com a flexibilização da quarentena, eles podem ter a sua revanche, e consumir sedentamente pessoas, objetos e diversão para tentar atingir a tão almejada felicidade na sociedade de consumo, desconsiderando o aspecto destrutivo destes atos.

Entretanto, não podemos nos esquecer de que mesmo em meio à rigidez da quarentena é possível dar continuidade às relações e as esferas de consumo utilizando para isto os recursos tecnológicos. Percebemos que mesmo em meio ao isolamento determinado pela quarentena, as pessoas encontraram alternativas para se aproximarem, utilizando com mais frequência as mídias sociais, os aplicativos de troca de mensagens e descobrindo ferramentas de vídeo que até então eram pouco utilizadas. Num mundo de tecnologias ao alcance de um clique, sites de compras e vendas passaram a ser visitados com maior frequência, prescrevendo a realidade da internet como um dos fatores que determinam as compras em tempos da COVID-19.

Segundo estudos realizados pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo mostram que os brasileiros passaram a adotar as compras online e formas de pagamento digitais para driblar as restrições impostas pela quarentena, um recurso de fundamental importância para que se mantivessem ativas algumas operações comerciais, como por exemplo, o setor de alimentos e bebidas, que cresceram suas vendas em 79% (“Hábito”, 2020).

Ao que converge às vendas em meio à pandemia, as conclusões deste estudo estão de acordo reportagem do Portal G1 (“Patrimônio”, 2020), que aponta o enriquecimento em trinta e quatro 34 bilhões de dólares no patrimônio líquido dos quarenta e dois bilionários brasileiros. Em outra reportagem (“Dono”, 2020), desta vez sobre o patrimônio do empresário Jeff Bezos, o maior acionista do site de vendas Amazon.com, foi notado o aumento de sua fortuna em treze bilhões em um único dia.

Dados como estes e que apontam para o enriquecimento de alguns empresários contrastam com a realidade que é observada de maneira geral pela economia, que em tempos de pandemia, encontra-se em gradual encolhimento dos números favoráveis. Isto nos leva a

pensar nos aspectos relacionados à concentração de riquezas que é gerada pelo sistema capitalista, principalmente quando ela é gerida pelo neoliberalismo econômico, uma temática que será discutida no próximo capítulo. Por mais que o tema do neoliberalismo seja um assunto deveras importante ao discutirmos as questões econômicas do consumismo no capitalismo contemporâneo, faremos menção à forma como ele anima as subjetividades a aderirem aos seus preceitos, intensificando o engajamento e a mobilização dos sujeitos e suas subjetividades na direção de se tornarem empreendedores de si-mesmos, buscando sempre a máxima eficiência, tornando-se, nas ideias de Dardot e Laval (2016), a nova razão do mundo.

Neste mesmo segundo capítulo, ao qual dedicamos algumas notas sobre o contexto histórico e social da contemporaneidade onde se desdobram o fenômeno do consumismo, será apresentado como temática de abertura o declínio do pai. Segundo Roudinesco (2003), Lebrun (2004, 2008), Melman (2008) e Koltai (2010) o pai e a derrocada da função que ele representa no psiquismo é uma das principais características às quais as subjetividades na atualidade estão submetidas, ocasionando a perda de uma instância que mobiliza no desenvolvimento do Supereu a mediação simbólica entre o sujeito e os seus objetos com os quais a pulsão se compraz. Como consequência, incorre na clínica hodierna a escuta em análise dos novos sintomas, um conjunto de sinais relacionados ao gozo a qualquer preço, fenômeno ao qual o consumismo faz parte.

Consta no segundo capítulo que além do pai e sua função, também se encontram em declínio na contemporaneidade os valores do Estado do Bem-estar Social, família e relações de trabalho, ideais em voga durante a Modernidade Sólida, conceito este formulado por Bauman (2001) para se opor ao que é observado nos dias atuais, ao qual o autor deu o nome de Modernidade Líquida. Na Modernidade Líquida, quando os ideais da Modernidade Sólida se desfazem sem que nada assuma o seu lugar, é observado como consequência a indeterminação, imprevisibilidade e a desregulamentação dos laços sociais, de onde se espera – em vão – sustento para o desamparo do homem contemporâneo.

Para finalizar o segundo capítulo, serão resgatadas algumas considerações que fizemos no decorrer do primeiro capítulo a partir da leitura de Birman (2017, 2019). Segundo o autor, os patamares da tensão gerada no interior do psiquismo devido ao não atendimento das demandas pulsionais – às quais o sujeito contemporâneo julga como imprescindíveis para amenizar as agruras da vida - implicam no represamento da tensão e se transformam em angústia traumática que intensifica o desamparo que é estrutural do homem.

CAPÍTULO 2

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONTEMPORANEIDADE

Pane no sistema
Alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo
Parafuso e fluído em lugar da articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico, é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado
(Pitty – Admirável chip novo)

Visto que no primeiro capítulo foram levantadas para discussão algumas questões relativas ao consumismo, dentre as quais ressaltamo-lo como uma das formas de subjetivação na contemporaneidade, foi elencado como tema de discussão do segundo capítulo algumas particularidades da sociedade nos dias atuais que servem como pano de fundo onde os atributos de nosso objeto de pesquisa, o consumismo, se desenvolvem. No momento em que discorreremos sobre as características da forma como os sujeitos organizam seus laços em sociedade, é conveniente destacar as operações que envolvem os processos de subjetivação e que permitem que o sujeito tome o consumismo como um dos parâmetros que o permita ser, estar e existir no mundo.

O ponto do qual partimos é o do entendimento por parte da Psicanálise, de que os processos que fundam a subjetividade estão calcados em meio às identificações, operações estas muito vivas, dinâmicas e um tanto quanto imprevisíveis (Gomes, 2014). Por ser este o operador fundamental que termina por ligar as pessoas entre si e fazê-las aderir às normas, preceitos e valores em voga na sociedade, é interessante que adentremos, brevemente, no percurso freudiano que delineou este conceito.

Para melhor esclarecermos o que é a identificação, tomamos de empréstimo as palavras de Roudinesco e Plon (1998, p. 363), de onde compreendemos ser ela um

[...] termo empregado em psicanálise para designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam.

Por mais que a identificação seja um elemento teórico importante na teoria de Freud, notamos, tal como aconteceu com o desamparo, que se trata de algo que nunca recebeu uma tratativa formal no decorrer da obra do autor. Contudo, a partir da leitura de algumas de seus textos é possível vislumbrar alguns pontos essenciais que permitem aceder sua compreensão.

O texto inaugural que remete a tratativa da identificação é o “Projeto Para uma Psicologia Científica”, ao qual nos embrenhamos no terceiro capítulo. Nesta ocasião, assim como em ocasiões vindouras onde este rascunho for citado, não coube a nós conceituarmos o inconsciente, algo que foi estudado mais a frente por Freud, em 1900, mas sim de refletir sobre as primeiras noções da identificação no pensamento freudiano. Dos rascunhos do “Projeto”, foi possível apreender que o desamparo que acomete o bebê desde o seu nascimento e os encontros com os objetos do mundo externo, produzem efeitos de diminuição da tensão interna ao aparelho neuropsíquico (Gabbi, 2003). Nestas conjunturas entendemos que o Eu, instância responsável por organizar estas sensações de prazer advindas da intervenção do outro, passa a se constituir pautado nestes referenciais, formando assim laços com aqueles que estão à sua volta.

O fato do bebê, inábil por si próprio e fadado à morte caso não consiga suprir sozinho as suas necessidades, torna evidente o quão prematuro é o nascimento do ser-humano, necessitando da presença do outro para poder levar adiante sua existência (Bezerra, 2013). Assim, o desamparo, afeto responsável pela abertura do sujeito ao universo das relações (Menezes, 2012), e o outro, representante da cultura na qual a criança irá beber de suas fontes (Fink, 1998), serão os responsáveis por terminarem o trabalho interrompido pelo parto prematuro, dando a cultura, o acabamento final à obra iniciada pela natureza (Silva, 2012).

A estas elucubrações, somamos as contribuições de Stenner (2004), para quem há uma dissimetria entre o desamparo (tomado aqui como um estado de urgência), e o primeiro objeto que coube função de redução da tensão interna ao aparelho neuropsíquico. Para ela, nesta primeira experiência resulta um momento mítico, onde o sujeito se coloca em uma busca perene para tentar reproduzir as primeiras satisfações que outrora vivenciou.

Em “Introdução ao Narcisismo”, Freud (1914/2010e), ao mesmo tempo em que se propõe a explicitar que o próprio corpo é tomado pelo Eu como objeto de investimento, também reforça a existência de um laço que une a criança e as pessoas que se preocupam com

o seu bem-estar e alimentação. É aqui que ele estabelece as escolhas objetais que se dão, ou por apoio (num primeiro momento, a mulher que se ocupa da alimentação e, mais adiante, no homem que se encarrega do ofício de proteger), ou através das escolhas de natureza narcisista (onde o Eu é tomado como objeto de amor).

Quando nasce, o bebê é tomado pelos pais como o soberano em pessoa (Freud, 1914/2010e) e fazem de tudo para sustentar esta posição ilusória à criança (Teissier, 2004). Mais precisamente, é a mãe (ou qualquer dos substitutos que venham a cumprir esta função) quem sustenta a posição de que a criança é tudo para ela e que sim, nesta relação, a criança pode encontrar a fonte para mitigar todas as satisfações pulsionais que se erguem.

Então, como não se fascinar com essa ideia de um prazer absoluto, em que os objetos e sua alteridade não são levados em conta? Assim, é pelas vias do narcisismo infantil, que emerge o eu ideal, a possibilidade que o Eu encontrou para se deleitar com as sensações de prazer sem considerar os ditames do mundo que está à volta (Freud, 1914/2010e).

Todavia há muito mais a ser levado em conta do que o deslumbramento imposto pelas sensações de prazer ilimitado. Se não fosse assim, estaríamos fadados ao mesmo fim de Narciso que, apaixonado pelo seu próprio reflexo, afogou-se nas águas buscando alcançar o amor em si mesmo. A tábua de salvação e por onde o sujeito encontra meios de levar adiante a constituição de sua subjetividade são os julgamentos críticos em exercício na sociedade, aos quais ilustramos como exemplos, as reprimendas dos pais aos comportamentos dos filhos, os censores da educação e os olhares de desaprovação da comunidade em geral.

Tomando como referenciais estes expedientes que fazem esmaecer este tipo de estado narcísico, temos como resultado final da equação o sujeito que, mesmo relutante em perder esta modalidade de satisfação pulsional, acede a uma nova forma de organização psíquica e transforma o eu ideal em ideal do eu, que mais à frente será integrado ao Supereu (Laplanche & Pontalis, 2001).

Nunca é demais lembrar que, embora o ideal do eu e o Supereu foram tomados, a princípio, como conceitos equivalentes entre si, uma leitura mais aprofundada da obra freudiana nos autoriza a dizer que eles não o são. Nisto concordamos com Costa (2009), para quem o ideal do eu traz consigo os paradigmas morais e de organização das relações estabelecidas em sociedade por onde o Eu se orienta.

Já o Supereu – tal como acontece com o Eu e o Isso – é uma instância lançada para estudo a partir da segunda tópica freudiana. Surgido a partir da interação do sujeito com a instância paterna, entendemos por sua função que ele une forças com o Eu para controlar as

moções pulsionais do Id que precisam passar pelo recalque e também se incumbem de julgar o Eu, tomando como parâmetro, os ideais do eu (Costa, 2009).

Por meio desta articulação em que se pretende explicar de que maneira a Psicanálise entende a internalização das regras e valores vigentes na sociedade, nota-se que não há como fugir das questões que envolvem o processo de constituição do sujeito. Por conta disto, ecoa em nós as impressões freudianas lançadas em “O Eu e o Isso” que atestam o Eu no início da vida, como uma instância fraca. A utilização do adjetivo fraco se dá porque Freud examinava o Eu quando ele ainda estava no momento de sua constituição, ou seja, quando o Eu ainda estava unido ao Isso e retirava deste último, a energia necessária para investir nos objetos da pulsão (Freud, 1923/2011b).

Segundo as palavras de Freud (1923/2011b, p. 31, nossos comentários entre colchetes):

É fácil ver que o Eu é a parte do Id modificada pela influência direta do mundo externo, sob mediação do Pcp-Cs, como um prosseguimento da diferenciação da superfície. Ele também se esforça em fazer valer toda influência do mundo externo sobre o Id e os seus propósitos, empenha-se em colocar o princípio de realidade no lugar do princípio do prazer, que vigora irrestritamente no Id. A percepção tem para o Eu, o papel que no Id cabe ao instinto [aqui vemos pulsão]. O Eu representa o que se pode chamar de razão e circunspeção, em oposição ao Id, que contém as paixões.

Em outras palavras, o eu ideal reinava em meio às tentativas de saciar as demandas pulsionais provenientes do Id. Uma vez o Eu em melhores condições de organização, surge então a imposição de que também responda satisfatoriamente à tudo aquilo que as normas sociais vigentes esperam dele. Assim, o Eu, cada vez mais fortalecido pelas identificações, faz laços cada vez mais fortes e intensos com o mundo que o contorna, passando a internalizar nos ideais do eu, os mais diversos valores e preceitos, formas de se relacionar em vigor na sociedade.

Saltando agora para um momento um pouco mais adiante, quando no desenvolvimento infantil o Eu já constituiu autonomia em relação ao Isso e foram sobrepujadas as fases oral e anal, a atenção passa agora a recair sobre as sensações prazerosas advindas da genitália (Freud, 1905/2016a).

De qualquer maneira, é importante ressaltar que, a esta altura do desenvolvimento psicosexual, já não incorre mais o acesso irrestrito aos objetos dos quais a criança tanto almeja para aplacar as suas demandas pulsionais. É neste momento, quando o Eu já se fortaleceu e a criança superou a perda do seio materno e também se instalou nela o controle

dos esfíncteres, que ela adentra no que Freud (1905/2016a) denominou de fase fálica. Aqui entra em cena o pai e suas atribuições que pretendem separar a criança das intenções de se verem atendidas no corpo da mãe as intenções de satisfação.

As duas relações [as funções da mãe nutriz e do pai protetor coincidem uma com a outra] por algum tempo, até que, com a intensificação dos desejos sexuais pela mãe e a percepção de que o pai é um obstáculo a estes desejos, tem origem o complexo de Édipo. A identificação com o pai assume uma tonalidade hostil, muda para o desejo de eliminá-lo, a fim de substituí-lo junto à mãe. Desde então é ambivalente a relação com o pai; é como se a ambivalência desde o início presente na identificação se tornasse manifesta. A postura ambivalente ante o pai e a relação objetal exclusivamente terna com a mãe formam, para o menino, o conteúdo do complexo de Édipo (Freud, 1921/2011b, p. 61).

Pela leitura do texto de Freud, notamos que o complexo de Édipo se trata de um momento bastante confuso à criança, quando sensações prazerosas nunca antes apresentadas irrompem no corpo pueril. Ao mesmo tempo, essas sensações que provocam o deleite são encaradas pelo mundo adulto como transgressões que sequer podem ser cogitadas (Freud, 1921/2011b, 1912-1913/2012). Somam-se a isso, todas as séries de questionamentos advindos das diferenças anatômicas entre os corpos masculinos e femininos. Como se não bastasse, ainda há as angústias dos meninos em se verem amputados de seus pênis, e das meninas em terem de se conformar com uma mãe tão amada e ao mesmo tempo tirânica, que não proveu seu corpo do mesmo apêndice fálico que os meninos.

É interessante ressaltarmos que aqui a Lei grafada com a primeira letra em maiúsculo diz respeito a uma das regras fundamentais que vetam o corpo da mãe como objeto de gozo, uma Lei à qual inclusive o pai respeita e se autoriza como seu representante frente aos filhos (Dor, 1991; Julien, 1997). Antevendo os estudos lacanianos sobre o tema, concluímos que o Pai, também grafado com a primeira letra maiúscula, é um agente que respeita, leva consigo e difunde aos seus a Lei de interdito ao incesto, instaurando assim a falta e figurando a criança na ordem simbólica (Costa, 2009).

Pensando agora em um desfecho nomeado por Freud (1923/2011b) como um desfecho positivo do complexo de Édipo, o menino se vê obrigado a ter de se identificar com o pai. Esta é uma saída sagaz, pois se não há meios de lutar e vencer o pai, o melhor é juntar forças com ele, respeitar a alteridade que impede acesso ao corpo da mãe, identificar-se com sua figura, aderir aos seus valores e normas sociais dos quais ele é um dos representantes, e se identificar com os recursos do pai para atrair outros objetos acessíveis a esta nova conjuntura (Freud, 1923/2011b, 1913/2012). Por fim, cabe destacar que, destas operações que promovem

a identificação com o pai, nascem os ideais do eu e fazem do Supereu o herdeiro do complexo de Édipo (Freud, 1923/2011b).

O último texto por nós analisado para clarear melhor as incursões da Psicanálise nas veias da sociedade, é “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, um dos textos psicossociais de Freud. Formulado através de questionamentos que envolvem a formação dos grupos e como eles são capazes de exercer influência na vida subjetiva das pessoas, Freud (1921/2011a) encontrou uma resposta satisfatória na “pulsão pela via do amor como a que promove laços, laços que só se fornecem pela via da identificação” (Stenner, 2004, p. 56).

Dele tiramos a lição de que os laços de amor para consigo só reconhecem uma única barreira: o amor pelos objetos (Stenner, 2004). Segundo Freud (1921/2011a, 1923/2011b) é pelas identificações geridas pelo Supereu, que os objetos do mundo externo são internalizados pelo Eu. Ele ainda ressalta que em condições mais regredidas (sejam elas por conta de um Eu ainda insipiente, ou então por um sujeito atordoado pela imersão nas massas) não há diferenças entre o Eu e o objeto: ambos se tornam um só. Desta leitura apreende-se que as ligações entre o sujeito e os membros do grupo se dão pela substituição do ideal do eu pelo ideal do grupo de pertencimento, o que faz com que o homem se dilua na massa.

Guardando os progressos teóricos que nos fizeram chegar até este ponto, devemos considerar que as renúncias a uma parcela considerável das satisfações pulsionais sustentam uma ligação que outrora se fez com o pai. Desta forma, o Supereu, testemunho do amor do pai, passa a ser complementado pelo amor ao líder do grupo (Freud, 1921/2011a).

Abordado o tema da identificação para com o pai e suas elucubrações sobre a formação do Supereu, restam duas formas de identificação descritas por Freud (1921/2011a) em “Psicologia das Massas e Análise do Eu”: a identificação regressiva e a identificação histórica. Para a identificação regressiva, destacamos que depois do nascimento e formalização conceitual do narcisismo foi possível esclarecer os mecanismos oriundos das psicoses, onde a partir da megalomania, Freud pode vislumbrar o investimento do Eu em si mesmo e constatar o posterior engrandecimento desta instância psíquica (Freud, 1914/2010e).

Em paralelo a este momento teórico está o funcionamento da melancolia, que traz consigo o peso dos queixumes do sujeito tomado pela perda do investimento libidinal no objeto. Foi a partir daqui que Freud pôde pensar sobre o conceito de identificação regressiva, quando, partindo da melancolia, o sujeito se recusa a deixar partir o objeto tão caro ao investimento libidinal, passando a se preencher e a se identificar com ele, tornando-se o próprio objeto perdido (Freud, 1915/2010f).

Quando passamos das conclusões da identificação em meio aos estágios regressivos da psicose para o campo que concerne às neuroses, percebemos que há um trabalho diferente em jogo e que nos remete à identificação histórica. O sonho da esposa do açougueiro, narrado em “A Interpretação dos Sonhos” (Freud, 1900/2019), cuja primeira interpretação é a de uma produção onírica elaborada para fazer cair por terra a teoria de que os sonhos servem para a realização dos desejos, se presta para exemplificar os processos que envolvem a identificação histórica. Mas para isto, precisamos nos direcionar à segunda interpretação deste sonho, quando Freud descortina o desejo da histórica sonhadora de identificar-se com sua amiga e chamar a atenção e o desejo sexual do marido.

Qual é, porém, o sentido da identificação histórica? O esclarecimento dessa questão exige uma exposição mais minuciosa. Para o mecanismo dos sintomas histéricos, a identificação é um elemento de grande importância; é por meio dela que os doentes conseguem expressar em seus sintomas as vivências de um grande número de pessoas, não só as próprias (Freud, 1900/2019, pp. 183 - 184).

Para Freud (1900/2019, pp. 184 - 185), aqueles que têm contato mais próximo com a histeria podem afirmar que se trata de uma imitação comum deste tipo de afecção neurótica, quando as pacientes histéricas se solidarizam com o sofrimento daqueles que seus olhos alcançam, dando-lhes uma nova roupagem e potencializando sua dor. Neste sentido “a identificação não é, portanto, simples imitação, mas apropriação com base na mesma pretensão etiológica; expressa um ‘igual a’ e remete a algo em comum que permanece no inconsciente”.

Obviamente que, neste breve resgate sobre o que é a identificação na obra de Freud, outros pontos esclarecedores sobre o tema ficaram de fora desta nossa revisão. Porém ousamos não estender por demais nossa discussão, uma vez que o texto desenvolvido até aqui nos permite empreender a chave elucidativa por onde a Psicanálise entende a internalização das regras e dos ditames em voga na sociedade, assim como o consumismo como um dos valores e dos ideais dentro de uma sociedade de consumo.

Assim, compreendemos ser a identificação uma forma de amor das mais primitivas que o sujeito pode devotar ao Outro. Foram nos laços promovidos pela identificação que o sujeito pode se ver acolhido de seu desamparo, pode levar adiante a tarefa de constituir a sua subjetividade, fazendo uso e consumindo o auxílio que o Outro. Também foi esta a fórmula encontrada pelo sujeito para poder sobrepujar o seu narcisismo individual, unir forças com o

pai para superar a frustração dos seus intentos de encontrar gozo na relação que estabeleceu com a mãe antes do complexo de Édipo.

Nos exames da identificação localizada na porção final do complexo de Édipo, foi possível compreender que a regra da não transgressão do incesto é um ditame ao qual a criança não pode se esgueirar quando se depara com a tarefa de adentrar no universo da cultura. Com a recusa de gozo no corpo materno, a criança pode aderir, com a identificação no pai aquilo que a sociedade tanto espera dela, podendo ela adotar o consumismo – ou qualquer um dos valores socialmente aceitos – para se livrar das frustrações oriundas da castração ou dos infortúnios da vida.

Ao pensarmos em nosso objeto deste segundo capítulo, a sociedade contemporânea que contextualiza o consumismo, a temática discutida neste preâmbulo parece se tornar um pouco mais clara, tendo em vista que as identificações são geridas pela instância do Supereu, onde estão sedimentados, através do ideal do eu, os mais diversos valores – dentre os quais o consumismo pode ser um deles – em vigência na forma como a sociedade se organiza atualmente e produz as subjetividades.

O desamparo, tema que, como será possível notar, crescerá ao longo da dissertação ao ponto de ganhar um capítulo só seu, neste momento é ressaltado por nós no “Projeto Para uma Psicologia Científica” (Gabbi, 2003, p. 221), que leva-nos a pensar diretamente nas relações de amparo que se estabelecem no contato com o Outro desde o primeiro momento em que o sujeito se põe presente no mundo. Nas operações que envolvem o conforto e acolhimento proporcionados pelo Outro, estão envolvidas desde a mais tenra infância o consumo dos mais diversos objetos (desde alimentos a roupas e artigos de higiene) para que se vejam distantes do bebê o desalento gerado pela insuficiência de respostas adequadas frente ao seu desamparo motor.

Por outro lado, este mesmo desamparo fruto da inabilidade do sujeito em lidar com as suas próprias carências, parece lançá-lo cada vez mais nos planos das relações que o sujeito estabelece com a alteridade, uma vez que é o Outro o responsável por organizar as relações que são estabelecidas entre pares através das normas e valores em exercício na sociedade que se pauta, entre outros referenciais, no consumismo. Estes grupos guardam consigo uma forma de funcionamento coletivo, em que o ideal do grupo passa a ser considerado o ideal do eu, um dos elementos que promove a união entre as pessoas que compõem as multidões. Assim, as relações que o homem estabelece em sociedade se pautam tanto pelos ideais do eu quanto pelos ideais internalizados pelo grupo, passando assim a considerar e trazer para o plano concreto o consumismo como uma das normas em voga na sociedade.

Fica claro que, com o passar do tempo, já não basta mais ao homem que se sinta acolhido por entre os seus entes parentais. Não se trata aqui de negar a importância de toda a atenção e carinho que da família se desprende, elemento de fundamental importância para que a subjetividade possa se constituir. Neste ínterim, procuramos evidenciar que além dos pais, o sujeito precisa se ver acolhido também por um grupo social maior ao qual está submetido.

É de fundamental importância que o homem amplie os laços que estabelece com o Outro, possa se posicionar de maneira mais ou menos parecida com as pessoas com quem estabelece contato. Assim, o regime de consumo sem freios e limites ditados pela sociedade de consumo faz com que as subjetividades se pautem sob este referencial, pensem e ajam como consumidores vorazes como os demais e façam planos que envolvam o consumismo para poderem se relacionar – mesmo que de maneira deletéria – com aqueles que estão à sua volta.

De “Psicologia das Massas e Análise do Eu” infere-se que a cola que une as pessoas em uma grande multidão é a defesa de um ideal comum que afaste para longe as sensações do desamparo infantil. Este ideal comum, que todos os membros da multidão comungam, promove a ascensão da figura de um líder, alguém muito amado por todos e tal como o pai se responsabilizasse pela proteção de todos os membros da massa. Dos medos de se ver em desamparo, o sujeito procura defesa se diluindo em uma multidão de pessoas, sendo levado a defender os ideais coletivos em uma grande massa. Neste ínterim, o sujeito deseja estar perto daqueles que julga serem parecidos consigo, gozando com isto das potências protetivas tanto do grupo quanto do líder em exercício, favorecendo que ele passe a aderir aos ditames tanto de um líder quanto de uma sociedade que se esmera em consumir desmedidamente.

De maneira geral, inferimos que as impressões arregimentadas nas primeiras relações que se estabelecem com o Outro, são de fundamental importância para que se construam as futuras identificações com os membros de um grupo, impactando na forma como as pessoas internalizam a sociedade e sua organização intrínseca. Deste jogo de relações, decantam-se no ideal do eu as regras, os valores, assim como a ruptura e novas formas de se relacionar com os objetos que estão em voga na sociedade atual, uma sociedade mutante com poucas garantias de prover o homem as tão preciosas sensações de amparo.

Desta forma, são estas as operações que envolvem as identificações, o processo responsável por aproximar as pessoas entre si e internalizar as regras e ditames da sociedade contemporânea. Feito este aporte, adentremos então àquilo que fora prometido no final do

primeiro, o declínio da imago paterna, tema de estudo caro aos psicanalistas que se dedicam a entender e a escutar os dias hodiernos.

2.1 DECLÍNIO DA IMAGO PATERNA

Para adentrarmos a tema desta seção, nos perguntamos, o que é ser um pai? Como o senso comum entende o ser um pai? É muito diferente do que a Psicanálise compreende por ser um pai? Se a resposta for não, os olhares do senso comum e da Psicanálise convergem para as mesmas conclusões, quais são os pontos que têm em comum? Se a resposta for sim, o que distancia os olhares do senso comum para o olhar técnico da Psicanálise em relação ao pai?

Uma das maneiras de se chegar a esta resposta é explorando o sentido com que se emprega a palavra junto aos diálogos do cotidiano. Quando consultamos os estudiosos da linguística, abrem-se várias linhas semânticas, às quais faremos menção de forma muito resumida. Para Bueno (2003) e Cunha (2010), as raízes etimológicas da palavra pai nos remetem aos termos latinos *pater*, *patrem* e *patris* que, traduzidos em Língua Portuguesa traduzidos para *padre* e *pai*, significando *genitor*, *progenitor*. Assim como os etimólogos citados, Ferreira (1999) propõe sentido para o pai como o *genitor* e *progenitor*, mas também como o ente responsável pelos filhos e do qual se espera as funções de pai. Neste sentido, o pai responde como uma figura simbólica de autoridade à qual se ligam outras figuras, como por exemplo, os fundadores de instituições, ou as pessoas revestidas de poder, tal como acontece com os chefes e as figuras religiosas, mas também àqueles que se prestam a ofertar o carinho e proteção.

Voltando nossos olhares à Psicanálise e tomando o pai como um conceito estimado a este campo do saber, notamos que a temática foi algo muito caro a Freud. Segundo os estudos de Azevedo (2001), são contabilizados sessenta e dois desdobramentos teóricos sobre o pai no decorrer da obra freudiana, indicativos de uma evolução do sentido conceitual do que é o pai para a Psicanálise. Também podemos chegar a uma conclusão parecida a partir dos estudos de Senna, Bar, Gomes, Guilhon e Kupferberg (2010), para quem a visão do pai no transcorrer da obra freudiana sofre algumas alterações e acréscimos desde as suas primeiras interpretações, até chegar a um momento mais adiantado de seu pensamento, quando o pai e o seu entendimento em Psicanálise assumem pleitos cada vez mais complexos.

Um dos pontos centrais aos quais precisamos nos remeter neste momento inicial de discussão do tema do pai é que, em Psicanálise, este conceito guarda consigo uma tessitura

que vai para além dos parâmetros estritamente biológicos. Dito isto de outra forma, afastamo-nos da hipótese de que os encontros sexuais entre um homem e uma mulher são suficientes para que se engendrem no genitor aquilo que se espera de um pai (Sena et al, 2010; Lebrun, 2004). No sentido que esta assertiva aponta para o pai em Psicanálise, entendemos que ela não se resume às qualidades reprodutivas do homem. Obviamente que o pai e o que dele se espera podem coincidir com a função reprodutiva da genitália, mas que nela não se esgota. O que interessa à Psicanálise ao estudar o pai engloba a posição subjetiva daquele que exerce esta função, que assume o lugar de pai e nos faz pensar não apenas nas trocas afetivas, mas também em seu lugar como operador simbólico ao psiquismo.

No escopo da Psicanálise, parece-nos fundamental segmentar aquilo que é da ordem biológica, ou seja, o pai encarnado enquanto um genitor, do pai concebido enquanto uma entidade que depende de sua representação (Dor, 1991). Tomando por ordem este raciocínio, a Psicanálise e todos os campos do saber que rompem com a materialidade biológica, acrescentam “algo às evidências enigmáticas do que constitui um pai e uma mãe concretamente, colocando em pauta o valor irredutível de uma transmissão simbólica” (Senna et al., 2010, p. 94).

Lacan fala em função paterna para se referir ao desejo de se revestir das prerrogativas e obrigações sociais que se espera de um pai. Para ele, a representação do pai é de modo algum redutível às suas implicações biológicas, sendo relevante para sua compreensão que a experiência humana acerca do tema seja alçada à categoria de análise simbólica, pois “é preciso que a elaboração da noção de ser pai tenha sido, por um trabalho que se produziu por todo um jogo de trocas culturais” Lacan (1955-1956/1998, p.338).

Desta primeira exploração, destacamos que o pai em Psicanálise é uma alçada que está para além da procriação em si, sendo ele um operador simbólico que, ao intervir, tem como consequência separar a criança e seus desejos incestuosos com a mãe (Lebrun, 2004), servindo também como um mediador simbólico entre o sujeito e os demais objetos aos quais o movimento pulsional se destina. Esta afirmação nos obriga a adentrarmos às particularidades da matriz conceitual da Psicanálise sobre o pai, tomando como referencial os dois principais mitos fundadores deste campo do saber e as implicações teóricas que eles trazem consigo, o mito de Édipo Rei e o mito do Pai da Horda Primitiva.

A versão do mito de Édipo, teatralizado por Sófocles na peça “Édipo Rei”, narra a tragédia vivida pela personagem principal diante dos desenlaces que culminam na realização de uma antiga profecia, como um dos principais motores do desenvolvimento infantil. No enredo da peça, que conta o assassinato de Laio (o pai), por Édipo (o filho) e o casamento

com Jocasta (a mãe), o que mais chama a atenção de Freud são suas lembranças em autoanálise que muito se assemelham às cenas da peça escrita há milênios atrás:

Descobri, também em meu próprio caso, [o fenômeno] de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância, mesmo que não ocorra tão cedo quanto nas crianças que se tornaram histéricas [...]. Se assim for, podemos entender o poder de atração do Oedipus Rex, a despeito de todas as objeções que a razão levanta contra a pressuposição do destino [...] mas a lenda grega capta uma compulsão que todos reconhecem, pois cada um pressente sua existência em si mesmo. Cada pessoa da plateia foi, um dia, um Édipo em potencial na fantasia, e cada uma recua, horrorizada, diante da realização de sonho ali transplantada para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do estado atual (Masson, 1986, p. 273).

Aqui, é quase impossível deixar de mencionar as cartas de Freud endereçadas ao seu amigo Fliess, mais precisamente aquela escrita em vinte e um de setembro de 1897, quando, por meio de sua autoanálise, fica evidente o quão ingênuo fora ao se deixar levar pelos relatos de suas pacientes histéricas ao se queixarem do pai: “Não acredito mais em minha neurótica” (Masson, 1986, p. 265). Obviamente não se trata de uma desconfiança das palavras que lhe diziam seus pacientes, mas que a esta altura de seu pensamento, a teoria traumática das neuroses e também a imagem do pai que esta teoria suscitava, já não era mais assim tão robusta a ponto de Freud ter nelas uma confiança inabalável (Porge, 1998).

Nesta mesma correspondência, fica registrado que Freud se propõe a refletir sobre as implicações do curso que tomou a sua concepção para a etiologia das neuroses (e consequentemente sua apreciação do pai àquela altura de suas apreensões teóricas), analisando-a criticamente a partir de quatro pontos nodais: os altos índices de insucessos que presenciava em clínica; a desproporção que estimava de perversos frente ao grande número de sujeitos acometidos pelas neuroses; as dificuldades em reconhecer o que era real e o que era ficcional junto aos relatos de seus pacientes e; as lembranças inconscientes que poderiam atestar esta teoria da etiologia das neuroses não são apresentadas nas falas ou nos delírios dos pacientes psicóticos (Masson, 1986).

Como mostram as correspondências, Freud aos poucos deixava de lado os pressupostos que embasavam sua teoria etiológica das neuroses de 1895 e com ela, se esvaía também a sua primeira elaboração sobre o que é o pai: a de um homem adulto que seduzia seus filhos intencionando manobras sexuais, cujos resquícios eram traduzidos na vida adulta pelos sintomas neuróticos (Laplanche & Pontalis, 2001).

Ainda que nas cartas se mostrasse decepcionado ao amigo em ter de abandonar sua primeira teoria para as origens das neuroses e os seus desdobramentos que recaem sobre o pai (Masson, 1986), isto não foi tomado como um grande empecilho a ponto de abandonar suas intenções de esclarecer de onde vinham as perturbações mentais, tendo ou não o pai como um elemento causal (Julien, 1997).

Quando abandona a teoria da sedução como um dos determinantes etiológico das neuroses, abre-se a Freud um novo horizonte, dotado das mais diversas possibilidades de análise muito mais alinhadas com suas descobertas (tanto em autoanálise quanto clínicas) e que possibilitaram a descoberta da sexualidade infantil, do complexo de Édipo e consequentemente da Psicanálise. Mas o que é o complexo de Édipo?

Para este questionamento, recorremos a Nasio (2007), a quem o complexo de Édipo é um chamamento da sexualidade ocorrido às crianças por volta dos quatro anos de idade. Nesta conjuntura, forma-se um triângulo amoroso, em que cada um dos vértices deste triângulo é ocupado pelos agentes que fazem parte deste cenário: a criança, sua mãe e seu pai.

Segundo o autor, o complexo de Édipo se trata de uma fabulação simbólica que traz em primeiro plano uma criança encarnada pela força de seu desejo, onde seus pais orbitam ali cada um a seu modo: a mãe funciona enquanto objeto de desejo e o pai como alguém que se opõe e interdita este movimento. Este é o principal operador teórico da Psicanálise, que organiza os demais conceitos psicanalíticos e nele vê justificada a práxis da psicanálise.

Assim, entendemos que o pai do complexo de Édipo funciona como um terceiro, que está para além do idílio que a criança estabelece com a mãe, e que de fora intervém nesta relação dual, produzindo o afastamento entre estas duas personagens do complexo de Édipo (Lebrun, 2004). Aqui, é conveniente reforçar que o pai e as suas intervenções em meio à trama edípica, sustentam não somente a ausência da mãe enquanto um objeto, mas também instala na criança a falta e a direciona para a ordenação simbólica.

Para Lebrun (2004), a relação estabelecida entre o pai e a criança está para além de quaisquer traços que conotem companheirismo, solidariedade, amor e intimidade que possa haver entre as possibilidades do laço afetivo. Para o autor, o pai para a Psicanálise, se refere a outra categoria de análise, em que ele aparece como um estranho, mas ainda assim, um elemento que se faz necessário e que funciona como um “contrapeso”, e de fundamental importância para a formação do inconsciente e a estruturação da personalidade da criança.

Por mais que Freud tenha se pronunciado sobre a dinâmica acima apresentada por diversas vezes em sua obra, a primeira vez que ele a denomina como complexo de Édipo é em “Uma Recordação de Infância de Leonardo da Vinci” (Roudinesco & Plon, 1998). As

elucubrações teóricas advindas deste texto para compreendermos o que é o pai do complexo de Édipo, giram em torno da porção final da fase fálica, quando esta se encontra às vias de encerramento (pelo menos ao menino).

Segundo Freud (1905/2016a), a esta altura do seu desenvolvimento na vida do menino, as investidas com finalidade de encontrar satisfação no corpo da mãe já estão cada vez mais espaçadas, tendo em vista as intervenções do pai que mobilizam fantasias de amputação da genitália infantil. Ainda no campo da fantasia, ao renunciar o corpo da mãe como objeto de prazer, a criança mantém intacta sua integridade física e são amenizadas as angústias de castração, criando assim novos objetos de desejo possíveis de serem acessados e com os quais pode obter variados níveis de satisfação.

Tendo estas operações seguido o curso descrito por Freud (1905/2016a), denota-se que ante o fechamento do complexo de Édipo no menino, figura o abandono da mãe enquanto objeto sexual e alia-se ao pai, respeitando seu interdito e buscando nele amparo na busca por alguém em quem se esmerar.

Uma vez que não pode mais tê-los [o par parental] como objetos de seu desejo, apropria-se deles como objetos do seu eu; na impossibilidade de tê-los como parceiros sexuais, promete inconscientemente ser como eles – em suas ambições, fraquezas e ideais (Nasio, 2007, p. 40).

Nisto, a criança busca respeitar o interdito em ter a mãe como objeto de satisfação. Entretanto, o menino que se encontra em vias de saída de seu complexo edípico, arregimenta esforços em encontrar novos objetos nos quais possa investir esmerando-se no pai, mantendo intacta a sua relação para com ele e podendo gozar de seu amparo e proteção.

Cada vez mais distante da possibilidade de terem atendidas as suas demandas tendo o corpo da mãe como objeto nasce então uma instância psíquica muito particular, o Supereu.

Apesar do Supereu ter sua existência formalizada enquanto instância em “O Eu e o Id” (1923/2011b), as suas qualidades têm sido mencionadas por Freud desde os seus textos mais antigos quando, nesta conjuntura, as qualidades que lhe diziam respeito aludiam a adjetivos como moralidade, censura, recriminações e sentimento de culpa (Laplanche & Pontalis, 2001). A partir do marco conceitual de 1923, novos pontos vieram a ser agregados ao Supereu, como por exemplo em 1930, quando Freud o declara como o herdeiro do complexo de Édipo, ou ainda em 1933, momento em que o Supereu em desenvolvimento na criança já não está mais ligado às identificações com as pessoas que encarnam o par parental, mas sim

ao Supereu de cada um deles, fazendo desta instância o representante dos valores e juízos presente na cultura entre as gerações.

Assim, por meio da identificação, o pai se faz presente na vida psíquica de cada um de nós, ao aderirmos aos valores morais aos quais temos acesso por meio dos traços conferidos pelos desdobramentos dos interditos do Supereu parental: os valores ético-morais, os pudores, as proibições, os sentimentos de culpa, as vergonhas, os costumes, as regras de convivência e o controle dos impulsos.

É neste sentido que estão contextualizados os apontamentos efetuados por Freud relacionados pai do complexo de Édipo em “Uma Recordação de Infância de Leonardo da Vinci”: uma construção do psiquismo que, diante do abandono da mãe enquanto objeto, tem como resultante o reforço do laço que se estabelece com o pai. A partir da mediação do pai que interdita o incesto, nasce o Supereu da criança, instância responsável pela internalização de uma série de valores éticos morais e ideais delineados a partir dos parâmetros adotados pelo Supereu paterno. Neste sentido, também entendemos ser o pai, com seu interdito que forma o Supereu, o responsável também pela internalização dos ideais em voga na cultura e na sociedade em uma determinada época, regulando assim os laços sociais, o acesso e os modos de satisfação para com os objetos da pulsão.

Neste sentido, a criança toma o pai e as demais pessoas com quem se relaciona como ponto de referência e adere às suas características elementares, cujos traços tendem a moldar os traços da personalidade do infante (Laender, 2005), tal como se pode notar:

Não atribuiremos essas predileções apenas ao seu sentido do belo; nelas reconhecemos igualmente a compulsão de imitar e ultrapassar o pai. Esse havia sido, em relação à pobre camponesa, o senhor nobre; por isso permaneceu no filho o aguilhão de se fazer de senhor nobre, o impulso ‘*to out- herod Herod*’ [literalmente ‘de ser mais heródico que Herodes’], de mostrar ao pai o que era realmente nobreza (Freud, 1910/2013, p. 196, grifo do autor).

O segundo mito relevante para a discussão psicanalítica sobre o pai e sua importância ao psiquismo se dá em torno do mito do Pai da Horda Primitiva, narrado por Freud em “Totem e Tabu” (1912-1913/2012). O ponto alto e que aqui interessa-nos discutir se encontra no capítulo IV do livro, intitulado de “O retorno do totemismo na infância” quando são narradas as intuições de Freud (1912-1913/2012) sobre os primeiros aglomerados humanos, em especial um deles, que era regido pelo uso da força física de um pai poderosíssimo, que

guardava para si o acesso às mulheres e expulsava do grupo os filhos tão logo eles se mostravam sexualmente ativos.

Estas intuições sobre a primeira horda humana, narradas por Freud (1912-1913/2012) na forma de um mito, são desdobramentos de conjecturas de Charles Darwin e Roberth Smith acrescidas de um toque de sagacidade que só foram possíveis de serem empreendidas devido ao desenvolvimento da clínica da Psicanálise e da descoberta do complexo de Édipo, como veremos a seguir.

Justamente por se de intuições, Freud adverte aos seus leitores acerca da imprecisão da historieta à qual elaborara. Durante a leitura do texto, nota-se que o desprendimento de Freud, ao se valer de deduções puramente especulativas às quais não poderia comprovar cientificamente, serve ao propósito de se desvencilhar da seara da antropologia para então adentrar aos saberes psicanalíticos, para tentar explicar as origens do horror ao parricídio e à proibição ao incesto.

Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. (Talvez um avanço cultural, o manejo de uma nova arma, tenha lhes dado um sentimento de superioridade.) O fato de haverem também devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. Sem dúvida o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião (Freud, 1912-1913/2012, pp. 216-217).

Diante de tal narrativa, cuja selvageria é difícil de ser concebida, Freud (1912-1913/2012) dá um passo ainda mais ousado que ao formular a cena do assassinato do pai da horda: ele coloca par a par os seus pacientes neuróticos e os irmãos que executaram o pai pré-histórico, uma vez que os primeiros se viram embebedos dos mesmos sentimentos ambivalentes de amor e ódio em relação à figura paterna e almejam, no âmbito da fantasia, atos de semelhante virulência para terem atendidas suas exigências pulsionais.

Freud (1912-1913/2012, p. 220) dá continuidade ao seu relato trazendo para discussão a busca pela satisfação sexual. Este elemento que antes unia os irmãos, já não era mais considerado como ingrediente que fomentava o aspecto gregário entre eles. Muito pelo contrário, ao terem vencido o pai eles já não se encontravam mais na mesma condição fraterna que fizeram com que se aliassem para pôr em prática o assassinato. “Cada um

desejaria, como o pai, tê-las [as mulheres] todas para si, e na luta de todos contra todos a nova organização sucumbiria”.

Em meio ao caos que deve ter se instalado entre os membros da horda, emerge também o sentimento de arrependimento pelo assassinato do pai primevo, assim como a urgência de um ato concreto que pusesse fim a uma nova onda de assassinatos e caos que se avizinha. Então o clã se mobiliza em torno do banquete totêmico, uma refeição em que todos os membros se servem das carnes do pai e instaura, a partir deste feito, o parricídio como uma atrocidade a ser punida e a Lei que proíbe o incesto. Nisto o pai “morto tornou-se mais forte do que havia sido vivo” (Freud, 1912-1913/2012, p. 219).

Como era de se esperar, a morte do pai trouxe consigo o afrouxamento da regra de celibato imposta aos filhos. Todavia, a calma que os irmãos presumiam em poder usufruir da liberdade sexual à qual tanto almejavam, não ocorreu em momento algum. Para Arantes (2013), reinstala-se neles um novo ímpeto pela morte de seus pais e a possibilidade de que novas mortes pudessem ocorrer emergem ao sinal do menor conflito. Este gatilho faz com que despertasse nos irmãos a urgência de que novos laços se delineassem entre eles, destacando assim o importante papel das recusas às satisfações pulsionais da sexualidade e da violência para a vida em sociedade.

É bem verdade que ao tomarmos contato com essa estória concebida por Freud para ilustrar o momento mítico da passagem da natureza para o da cultura, somos muito mais sensíveis aos impactos da cena violenta. Porém, uma leitura mais atenta, leva-nos a concordar com aquilo que propõe Souza (2014, p. 42), ao trazer para primeiro plano de análise a discussão sobre o surgimento do movimento civilizatório, cujo nascimento se dá não pela violência do assassinato do pai, mas sim no “movimento que intercepta a continuidade da violência: o estabelecimento simbólico do pai totêmico, o acordo entre os irmãos para interromperem os assassinatos”.

Um ponto interessante relacionado ao banquete totêmico que foi discutido por Koltai (2010) nos alerta que o ato de ingerir o pai se revela como um ato de amor a ele, uma conjectura que foi levantada por Freud (1913/2012) e que fez questão de mantê-la mesmo diante das críticas que lhe foram apresentadas. Quando devoraram o pai, os filhos sorviam, por meio da identificação, as qualidades do pai, assemelhavam-se a ele e se constituíram um clã restrito, o clã formado por irmãos. Assim,

[...] ao longo do festim totêmico os filhos incorporaram esse pai-vítima que assassinaram, fato que os fará permanecer na ambivalência e na nostalgia, o

que explica que o totem tenha sido o primeiro substituto desse pai, do qual o Deus das igrejas será sua forma mais desenvolvida (Koltai, 2010, p. 89).

Quando articulamos estas conclusões de “Totem e Tabu” ao tema do sentimento de culpa – um dos motores deste texto freudiano –, nos defrontamos com uma ambivalência que nos leva a pensar nas questões que envolvem o desamparo. Por meio da leitura de Freud (1913/2012), nota-se que os irmãos, ao mesmo tempo em que nutriam um sentimento indignação para com o pai, eles não deixaram de amá-lo (Koltai, 2010). Por mais que o pai primevo fosse um tirano, tirasse dos irmãos o acesso às mulheres (o que fez com que eles se amotinassem e o matassem), ele dava em troca, a todos os membros do bando, proteção, amparo e recursos.

Quando os irmãos matam o pai e dão início às disputas entre eles para saber quem ocuparia o lugar de chefe do bando, é que eles conseguem dimensionar a importância do papel que o pai ocupava na horda: a tirania que ele exercia tomando para si o controle das mulheres era uma forma de controle das instâncias pulsionais para que não ruísse o primitivo tecido social que haviam conquistado até então. Em troca desta exigência, o pai provia ao grupo proteção e recursos para que eles se mantivessem vivos e unidos sob sua liderança.

Foi por meio do banquete totêmico (uma festa mobilizada também pelo remorso), cujo ápice foi o ato simbólico do canibalismo, que ele, o pai, depois de deposto e morto, foi exaltado à figura de totem. A partir de então o pai passa a ser um ente ainda mais forte, temido e respeitado do que era antes em vida. Como desdobramento deste ritual, também foi celebrado entre os irmãos o fim das disputas para saber quem iria ocupar o lugar de líder da nova horda, decretando como uma transgressão o parricídio e o incesto. Ao propor o fim dos conflitos entre os irmãos, instituir o pai como totem, as leis que puniam o assassinato e permitir que casamentos entre famílias diferentes ocorressem, firmou-se no grupo um novo acordo que os permitiu continuar a viver em comunidade.

Entretanto, por mais que estes novos arranjos possibilitassem a continuidade da vida em coletividade e a nova horda pudesse fazer uso e gozar da ajuda mútua como recurso para minimizar os impactos do desamparo, este expediente não foi suficiente para suprir de abrigo, proteção e amparo contra as adversidades da vida. Neste sentido, concordamos com Menezes (2004), para quem o texto de “Totem e Tabu” deixa transparecer a dificuldade que o novo clã encontrou para dar um desfecho adequado ao desamparo estrutural do homem, algo que, presumimos, o pai primevo parecia fazer (ao menos às futuras gerações de neuróticos) de maneira eficiente.

É isto que faz deste episódio, em que ocorre “a eliminação do pai pelo bando de irmãos” e que faz dele um dos “traços indelévels na história da humanidade” (Freud, 1913/2012), que pinçamos para discussão mais uma das características das atribuições paternas para Joel Dor (1991): um operador simbólico a-histórico responsável pelas restrições às satisfações pulsionais que implicam na passagem da natureza para a cultura.

Para melhor compreendermos o termo a-histórico ao qual se refere Dor (1991) devemos considerar que quando nos colocamos frente à função paterna, defrontamo-nos com uma atribuição distinta que, a partir de sua intervenção, marcas são produzidas ao psiquismo que reordenam seu modo de funcionamento segundo as representações internalizadas através da identificação com o Supereu do pai. É nisto que se apoiam as qualidades simbólicas do pai.

Mas também, defrontamo-nos com algo que está para além da cronologia, do desenrolar dos acontecimentos históricos que influenciam as variações sociais que conferem sentido à figura do pai.

Por isso o mito do pai da horda primeva cai como uma luva para explorar os aspectos aqui elencados por Dor (1991). Como um mito, a horda, o pai primevo e seus assassinos não têm compromisso com os dados e registros concretos aos quais se atentam a História, Antropologia e a Sociologia. Muito pelo contrário, um mito contorna estas disciplinas e instala seu sentido ao tentar explicar a origem simbólica do mundo.

Faz todo sentido o que nos propõe Silva (2010), ao refletir sobre o pai da horda como um ente mítico, que a partir de sua morte e o conseguinte acordo entre os irmãos, instaura-se a passagem da natureza para a civilização, quando se dá o interdito ao incesto, o surgimento da Lei, o nascimento da cultura e das estruturas de aliança e parentesco.

Tomando esta elaboração que versa sobre alguns dos elementos essenciais para compreender o pai a partir da teoria freudiana, que versa sobre a função que ele ocupa em meio aos processos de estruturação do psiquismo e papel que ele cumpre para que se dê a entrada do homem dentro das searas da civilização, voltamos nossos olhares agora à contemporaneidade e o lugar que o pai ocupa nos tempos atuais.

Diante do cenário contemporâneo, que ainda se faz tentar entender àqueles que se dedicam a estudá-lo, a autoridade no seio familiar já não é mais uma atribuição exclusiva do ente que ocupa o lugar do pai. Para Roudinesco (2003, p. 72), a já tão desgastada autoridade se vê cada vez mais esfumada e de difícil organização para ser apreendida da maneira como era estudada até os anos 60. Conseqüentemente, as famílias da contemporaneidade se posicionam de maneira diferente em meio à constituição das gerações de filhos advindos

dessas uniões: “esta família se assemelha a uma tribo insólita, uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia, nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado”.

Concordamos com Roudinesco (2003), para quem nas configurações familiares às quais assistimos no momento presente, é possível notar que existe a transformação na forma como elas estão organizadas, formando novos laços entre os membros e desintegrando a autoridade paterna tal como a Modernidade de Freud a concebia. A autora faz coro com Adorno (1951) que, em “Mínima Moralía”, já era possível identificar que a figura do pai já passava por maus momentos. Segundo o autor, devido às dificuldades econômicas e a necessidade de sustento que obrigaram a mulher a se inserir no mercado de trabalho, houve a perda do temor e do respeito que a figura paterna suscitava. Dito isto,

[...] com a família, desfez-se, enquanto o sistema subsiste, não somente a mais eficaz instituição burguesa, mas a resistência que de certo reprimia o indivíduo, mas também o reforçava, se é que não o produzia pura e simplesmente. O fim da família paralisa as forças de oposição. A ordem coletivista nascente é um escárnio para com os sem-classe: com o burguês, liquida-se ao mesmo tempo a utopia que outrora se nutria do amor da mãe (Adorno, 1951, p. 11).

Lacan (1972/2003) também foi sensível em suas escutas sobre os movimentos que atestavam sobre o declínio do pai. Aqui, aproveitamos o ensejo da tomada do raciocínio do autor para trazermos para pauta de discussão que o que se encontra em declínio na contemporaneidade é a imago paterna, deslegitimada por décadas de fortalecimento da racionalidade científica, pelo esfacelamento do poder absolutista das monarquias e decrescente poder da Igreja. Neste contexto, em que o regime monárquico absolutista que sustentava a legitimidade do poder do rei e o poder divino que assegurava a governança do clero sobre a Igreja, encontravam-se em um momento desfavorável, os baluartes da autoridade paterna já não brilhavam mais como outrora. Assim, encontrar escoras nestas duas instituições claudicantes, já não podia mais garantir vias efetivas para que o pai pudesse fazer valer seus atributos de autoridade em meio à família que constituía (Quintella, 2015).

Por outro lado, a função simbólica que converge à função do pai no psiquismo, explicitada nos parágrafos anteriores pela teoria freudiana sobre o pai, esta permanece intacta, haja visto sua necessidade para a estruturação e constituição psíquica. Retomando o raciocínio lacaniano, o declínio da imago paterna, ou simplesmente o declínio do pai, já podia ser notado em 1972, momento em que mesmo estando assegurado o lugar de patriarca das famílias, cabia à mulher a responsabilidade da educação e da administração e gerência dos conflitos internos,

uma vez que o pai, na figura de mantenedor financeiro, precisava buscar o sustento dos seus. Desta forma, a tão estimada palavra de autoridade do pai passava a ser transmitida pela mãe ou por terceiros, que traziam à criança o lugar que ocupava a alteridade e fazia funcionar as engrenagens da função paterna.

Para Lebrun (2004, 2008), os dias atuais vivem um momento de esgarçamento nas esferas das regras e dos limites, o que deslegitima a postura da instância paterna e põe em xeque a autoridade dos pais e educadores. É neste movimento que Lebrun (2008) capta em suas percepções sobre a contemporaneidade. Para o autor, há um movimento, cujas origens ele remonta ao fim da década de 80, de uma dificuldade dos pais proferirem o não a seus filhos.

Porém, Lebrun (2008) é prudente em nos alertar de que isto não é suficiente para que atestemos o esvaziamento da autoridade paterna, assim como também não é o determinante que decisivamente se impõe para explicar o fenômeno do aumento das relações de consumo na atualidade. Segundo ele, poderíamos concluir dessa dificuldade uma crise da legitimidade da autoridade dos pais:

Com efeito, não há rastros na História de uma geração de pais que não reconheça para si a legitimidade de poder – e até deve ter – significar interdições aos filhos. Hoje, como sabemos, muitos pais sentem-se até obrigados a estar sempre em condição de atender aos pedidos dos filhos, e o argumento que acabam dando ao clínico para justificar esse comportamento é que, caso contrário, arrisca o filho não gostar mais deles (Lebrun, 2008, p. 21).

Ao que tudo indica, esconde-se por trás desta crise da legitimidade, uma dificuldade dos pais em exercerem o seu potencial de educar os filhos, de lidar com a instância que lhes foi incumbida socialmente: a de fazer com que a criança deixe para trás as suas satisfações plenas e possa modular o aporte aos objetos que estão ao seu redor (Lebrun, 2004, 2008).

Como passo seguinte, os pais diante de suas atribuições que, seguindo o raciocínio do parágrafo anterior é um tanto conflituosa, colocam-se em um movimento retrógrado de omissão das funções que lhe são conferidas socialmente, passando a ignorar o que deles é esperado, na tentativa de não precisar se haver com os sentimentos que lhe atravessaram quando estiveram diante dos mais diversos impasses que podem envolver a possibilidade da perda do amor dos filhos. A isto Lebrun (2008, p. 30) expõe: “essa posição equivale a um ‘sei bem que [sempre se deve educar], mas mesmo assim’, segundo a fórmula consagrada de Octave Mannoni que fornece a épura da renegação”.

Fazendo agora um giro de 180 graus e analisando a situação pelo lado da filiação, ou seja, aqueles que estão em um momento de constituição, não é de se espantar que tirem proveito neste jogo de omissões. Segundo Lebrun (2008), eles passam a desconsiderar o trajeto de recusas pulsionais pelo qual tem de atravessar para viver em sociedade, desviando-se do percurso necessário para a vida em comunidade e apoderando-se a seu modo da máxima de Mannoni (1991): sei bem que deveria me submeter a estas exigências e aderir às regras que me são impostas pela função paterna. Todavia, se o pai, responsável pelo engendramento destas regras nas nossas relações, comodamente se esquece do que deveria sustentar, por que deveria eu me ater a elas e adiar qualquer tipo de satisfação daquilo que julgo necessário consumir intensamente?

Obviamente, se não há sanções, ocorre o livre acesso à satisfação para com os objetos que estão à sua volta, e o consumismo encontra vias de se fazer presente ante essas conveniências.

O que Lebrun (2008, p. 30) traz para reflexão sobre a formação dos laços entre pais e filhos que se estabelecem na contemporaneidade é o que ele denomina por uma ampla comunidade de reneгаções, uma forma muito particular de pais e filhos se relacionarem (e conseqüentemente com a alteridade do Outro), que teve início na dinâmica retratada logo acima. É mais ou menos como um contrato, cujo texto formal cada uma das partes sabe as exigências que tem de cumprir, porém neste mesmo acordo, há uma porção de cláusulas, todas escritas com letra miúda, que dão o verdadeiro tom dos vínculos na atualidade. Para o autor, tais vínculos são pautados sim pela deslegitimação da autoridade de toda uma geração de pais, mas também se apoiam aos crescentes ideais de consumo, o que culmina em uma geração de filhos individualistas que evitam a todo modo ter de crescer e privilegiam “o jeitinho cotidiano”.

Diante do impasse que permite passagem à ilegitimidade dos atos vinculados à função paterna, os encontros esperados entre pais e filhos passam a se tornar cada vez mais escassos, oscilantes, pois em sua subtração, o pai evita conflitos com a filiação e conseqüentemente, com os sentimentos ambivalentes que são atribuídos ao exercício da lei. Com uma instância de mediação simbólica frágil – tal como alertaram os autores sobre as atribuições paternas – num mundo repleto dos dissabores do desamparo, julgamos pertinente que o consumismo assuma o lugar de uma satisfação substitutiva que acalenta e conforta os sujeitos inseridos dentro de uma sociedade cujos referenciais se pautem sobre o consumo.

Da parte das futuras gerações que entram em contato com uma estrutura paterna deslegitimada, Lebrun (2008) nos aponta como consequência a impossibilidade de que o ódio

diante das frustrações e do adiamento das satisfações sejam metabolizados pelo psiquismo e levados a residirem nas zonas pacíficas do recalque e da sublimação, tão necessárias para a contingência da agressividade e da violência. Resta ao sujeito contemporâneo suspeitar das possibilidades balsâmicas da palavra, das artes e das moções gregárias para lidar com o ódio que emerge da procrastinação de seu desejo, cedendo ao consumismo como forma de suportar as frustrações e o desamparo de não poder atingir aquilo que tanto almeja.

O psicanalista Charles Melman (2008) assinala que um dos pontos aos quais convergem suas apreciações dos dias atuais é a de que ocorre uma crise dos referenciais de onde se emerge o consumismo. Para ele, até o momento nunca houve um alinhamento tão eficiente entre a economia liberal e a produção de novos tipos de subjetividade resultantes em uma nova economia psíquica. Nestas conjunturas, os sujeitos conseguem contornar sem grandes consequências para si, a tarefa de ter de lidar com os mais diversos expedientes que deveriam promover uma aproximação ponderada para com seus objetos de satisfação.

Quando questionado por Jean Pierre Lebrun qual a natureza desta crise de referenciais determinantes da nova economia psíquica – da qual entendemos resultar o consumismo –, Melman (2008) traz como resposta a reflexão de que os dois séculos que nos precederam, proveram o homem dos mais diversos e refinados recursos técnicos e reflexivos que facilitaram, e muito, a vida nos dias atuais. Houve progressos nos campos matemáticos que possibilitaram os mais diversos cálculos e a consolidação de toda sorte de tecnologias advindas destes préstimos, como por exemplo, o desenvolvimento das engenharias. O progresso fez crescer também as tecnologias que permitiram compreender as bases biológicas da vida, como ler os organismos vivos e suas funções, das elementares àquelas mais complexas, diagnosticar, prever e tratar doenças futuras ou que já se instalaram. Como se sabe, o progresso estendeu seu toque de Midas e fez virar ouro tudo que pode alcançar, tendo como consequência desbancar o pai e sua função simbólica em meio ao psiquismo, algo que favorecia a mediação entre o sujeito e os objetos que almejava, uma das vias explicativas às quais acreditamos ser o determinante do consumismo na contemporaneidade.

Para melhor ilustrar esta nova economia psíquica – economia que entre suas formas de expressão se encontra o consumismo – e sua articulação com os avanços tecnológicos, Melman (2008) costuma utilizar como exemplo de seu entendimento por este fenômeno a exposição “Os mundos do corpo – exibição anatômica do mundo real” do anatomista alemão Gunther von Hagens. Foi ele o criador da técnica que expulsa a água do interior das células e coloca em seu lugar um polímero, possibilitando assim a conservação dos tecidos biológicos e preservando as propriedades ópticas e mecânicas das peças anatômicas. Com tal tecnologia

em mãos criou também a exposição que viajou o mundo todo mostrando aos espectadores (ou expectadores que esperavam matar, literalmente, sua mórbida curiosidade) as minúcias do corpo humano.

Hagens organiza os corpos plastinizados em posições dinâmicas que, embora cotidianas, produzem um efeito final bastante bizarro. O conjunto reúne 25 corpos, entre eles um jogador de basquete, um jogador de xadrez, um cavaleiro montado em seu cavalo, este último também plastinado, uma mulher grávida cujo ventre aberto permite a visão de um feto de oito meses, e um homem carregando a sua própria pele. As peças foram dissecadas, abertas, divididas e "desfolhadas" em camadas, ora dando-se ênfase aos músculos, ora à pele, ora ao sistema circulatório, ora ao sistema nervoso. A forma de apresentação lembra aquela de Vesálio e dos anatomistas dos séculos XVI e XVII, época do grande reflorescimento da investigação anatômica, quando as pranchas anatômicas mostravam a estrutura nervosa ou muscular de figuras humanas que, em posições elegantes, posavam tendo como pano de fundo belas paisagens campestres de Pádua ou Florença (Rebollo, 2003, p. 20).

Trata-se de uma exposição artística que coloca os visitantes para trafegarem por corredores repletos de mortos conservados e os fazem testemunhar como algo trivial, a exibição dos corpos humanos. Em paralelo, também são levados a refletirem sobre a Idade Média, uma época em que os corpos humanos não podiam ser tocados para fins de estudo. A despeito do que nos parece ser uma interpretação da mais loquaz para esta exposição, a de que as relações do homem para com os saberes são, de tempos em tempos, ressignificadas em relação à alteridade, o que chamamos atenção é que mesmo havendo uma nova ordenação das relações hierárquicas, os corpos humanos, depois de mortos, são cobertos de nossas vistas. Nossos mortos são sepultados, enterrados, cremados para que em respeito ao falecido, os vivos não possam atestar a corrupção de suas carnes.

De fato é uma questão de necrofilia, uma espécie de necroscopia. O procedimento técnico colocado em prática por nosso 'artista' autoriza, com toda impunidade e pelos melhores motivos, no convívio, um gozo 'escópico' da morte. E, então, a ultrapassagem do que ontem era um tanto proibido quanto impossível. A autenticidade, nessa questão, é apenas um bom argumento de venda (Melman, 2008, p. 19).

Guardando estas conclusões e ampliando um pouco mais o raciocínio, os avanços tecnológicos, fundamentais para o reconhecimento do ponto atual em que se encontra o desenvolvimento da civilização, trouxeram consigo muito mais do que melhorias na qualidade de vida para o homem contemporâneo. O desenvolvimento tecnológico promoveu também

um rearranjo das relações que o sujeito estabelece para com os fatores que se impunham como limitadores. Colocado em xeque na contemporaneidade, o pai e a função que ele ocupa no psiquismo se vêem impactados negativamente na capacidade de mediação simbólica entre o sujeito e os objetos nos quais ele procura satisfação, favorecendo o acesso sem entraves aos objetos de consumo e dando margens à emergência do consumismo.

Quando interpretamos a tecnologia como determinante de uma nova economia pulsional, estamos longe de uma postura saudosista, de uma melancolia de que os tempos antigos eram muito melhores. Muito pelo contrário. Concordamos que os progressos advindos da Ciência trouxeram qualidade de vida ao homem contemporâneo e muito há de ser feito por ela em tempos vindouros. Obviamente que os avanços do homem e a inquietante exposição dos corpos são fenômenos muito díspares entre si, porém ambos foram facilitados pela tecnologia advinda da Ciência, que possibilitou a ilusão de transposição do desamparo, algo que os cientistas buscam há milênios. E aí estaria o ponto nevrálgico responsável pelas transformações da economia psíquica das gerações atuais: o apagamento dos limites das ações do homem e o reforço da ilusão de que, por meio dos avanços tecnológicos, o homem venceu seu desamparo.

Os avatares da função do pai, que travestido pelos determinantes da natureza, impunha um limite ao gozo da satisfação plena do homem para com o mundo, se vê em condições de ser suplantado, como bem mostra o consumismo. Com isto, a descoberta freudiana de que nossas relações para com os objetos - do qual o corpo da mãe foi o primeiro deles - que tanto almejam nossas pulsões e até então foram mediados pela castração, agora são passíveis de terem suas demandas por satisfação e um objeto preciso atendido, uma vez que estamos diante de um momento de esgarçamento dos atributos do pai (Lebrun, 2004; Melman, 2008).

Essa mutação [da economia psíquica na constituição da subjetividade contemporânea e da qual o consumismo faz parte] a que assistimos está ligada, ao que me parece, ao fato de que esse limite que evocamos doravante está caduco. Não há mais dificuldade para ultrapassá-lo. [...]. Parece que nos dias de hoje, com o desaparecimento do limite que evocávamos, o que substitui autoridade vem, simultaneamente, faltar (Melman, 2008, pp. 22-25).

É neste cenário que assistimos à escalada do consumismo, num dado momento em que se esfacela a instância paterna e alteridade que agora é colocada em xeque. A alteridade, que antes era trazida como um elemento regulador das relações já não é mais assim tão eficaz e o sujeito fragilizado por não estar provido de referenciais por onde se orientar, entrega-se ao

consumo desmedido e aos mais variados “modos de gozo e satisfação que a atualidade promove” (Albuquerque, 2006, p. 63). Nisto, as consequências para o sujeito contemporâneo são de que não há uma divisão do psiquismo ao qual o analista poderá se remeter e fazer reverberar as elucubrações da presença de um inconsciente na causalidade do sofrimento psíquico (Melman, 2003; Recalcati, 2004).

São os sinais de um novo tempo, em que o consumismo representa o reinante imperativo de satisfação com características muito peculiares e que trazem consequências ímpares à constituição psíquica das gerações na atualidade, tal como fora comentado no primeiro capítulo. A esta altura de nossas discussões nos voltamos agora a algumas considerações ao sofrimento psíquico e suas formas de expressão na clínica psicanalítica da contemporaneidade.

É interessante ressaltar de antemão, que destas manifestações do sofrimento psíquico hodierno, dentre as quais se encontra o consumismo, estão ligadas ao declínio da autoridade paterna e ao desamparo que lhe é consequente. Levando em consideração as discussões traçadas nas páginas anteriores, tudo indica que as razões do sofrimento psíquico expresso pela clínica atual gira em torno da busca imediata pela satisfação daquilo que se espera conseguir do mundo. Nestas conjunturas, as sensações do desamparo emergem das tentativas malogradas de acesso ao gozo pleno para com os objetos que o paciente julga como seu e deles podem fazer uso sem restrições, desdenhando de quaisquer aportes que mediam o mitigar de seu aprazimento.

Assim, irrompem o que Recalcati (2004) nomeia como sendo os novos sintomas, formas do sofrimento psíquico diferentes da histeria que não encontravam grandes incidências durante a Modernidade, quando a psicanálise foi criada por Freud e lá deu os seus primeiros passos em direção à compreensão das neuroses (Roudinesco, 2016).

Na clínica dos novos sintomas, Lustoza, Cardoso e Calazans (2014) chamam atenção para o que entendem como uma digressão da demanda ocorrida na clínica psicanalítica tradicional. Para eles, trata-se de uma clínica cuja demanda dirigida ao analista, está voltada para a emergência da angústia que incorre da satisfação que, por algum motivo, não se fez plena ou foi interrompida. Assim como faz Recalcati (2004), os autores nomeiam esta demanda como uma demanda convulsiva.

Nestas demandas, o que está em jogo são as satisfações imediatas, que desdenham da alteridade do Outro na busca por mitigar suas urgências ou melhor ainda, que o Outro sequer passe a ser cogitado em meio a essas satisfações, como acontece nos casos da ingestão de substâncias psicoativas ou nos casos de obesidade mais alarmantes. Basta que exista um

circuito, com o mínimo de secções possíveis entre o sujeito e o que ele espera do objeto, podendo o corpo gozar nesse processo, o mais rápido e intenso quanto possível (Lustoza et al., 2014; Recalcati, 2004).

Para ilustrar o que fora colocado nos parágrafos anteriores que discutiam sobre a clínica psicanalítica tradicional e a contemporânea em relação aos novos sintomas, evocamos uma das entrevistas concedidas por um milionário do agronegócio. Na ocasião da entrevista, ele já era um senhor e estava confraternizando em uma festa, quando o repórter, também já um senhor, a certa altura da conversa, questiona o seu entrevistado sobre ele sempre estar sempre acompanhado de belas mulheres, todas muito jovens, encantadoras e se estava ciente de que sua companhia era interessante somente devido às conveniências financeiras. O entrevistado, sem demonstrar constrangimento algum, responde-lhe que sim, está ciente. E logo em seguida emenda com a metáfora do prato caro no restaurante: eu não pergunto ao camarão se ele deseja ser comido, eu como e pronto¹⁹.

Às luzes da escuta psicanalítica, há duas falas que precisam ser analisadas. Na primeira delas, e que envolve a alfinetada do repórter ao seu entrevistado está o conflito psíquico, elemento chave que converge à clínica psicanalítica tradicional. Em sua fala, fica evidente o quanto o entrevistado é admirado por estar trazendo às festas mulheres com um terço de sua idade, todas muito bonitas e bem vestidas. E que tal fato não passa despercebido aos olhos de todos, inclusive os do repórter, que desejava estar no lugar do fazendeiro e gozar como ele. Como acontece a todo bom neurótico, cuja instância de alteridade do pai está bem sedimentada no Supereu, se vê moralmente impossibilitado de gozar da mesma forma que seu interlocutor, e resta-lhe então atacar o entrevistado, destilar a inveja, e insinuar se o entrevistado sabe que as moças estão interessadas somente em seu dinheiro.

Do outro lado, está a fala provocativa do milionário e o comportamento das mulheres que o acompanhavam, que nos faz pensar na clínica psicanalítica contemporânea. Ele responde que está a par disto e que não percebe falta de decoro alguma em seus atos. Por meio da Psicanálise, entende-se que se trata de um contrato informal e perverso, onde todos saem ganhando: ele ostenta as moças como conquistas, atinge suas expectativas de que os participantes da festa o admirem por sua vida sexual, as faz circular por festas badaladas, um ambiente repleto de homens ricos e que, quem sabe, um deles pode vir a encantar-se com elas e assumir um compromisso.

¹⁹ Celestino (2015)

Neste caso, como em muitos outros semelhantes na clínica contemporânea, o objeto é atingido sempre de forma direta, precisa e não há espaço para mal-entendidos, tal como acontece com os neuróticos.

Aqui, levantamos dois pontos para discussão. O primeiro deles é o da transição da escuta psicanalítica clássica para a contemporânea, onde se percebe, no primeiro caso, que se trata de uma escuta voltada à instância paterna que teve melhores condições de ser internalizada e que pode fazer valer suas forças em meio ao Supereu. Nisto é possibilitado ao sujeito que se reconheça como faltante e, ao emitir para o objeto suas demandas por satisfação, tem condições de sustentá-las até que retorne do objeto as respostas do que dele pode conseguir. E neste caminho, em que se espera do objeto de satisfação qual a melhor maneira de abordá-lo, é que a internalização desta instância faz valer os seus efeitos, oportuniza ao sujeito receber as mais variadas respostas, lidar com os adiamentos, as frustrações, e ainda assim manter viva as expectativas, ter intacto o desejo e se direcionar a outros objetos na busca por algo mais próximo do que almejou a princípio. Porém,

[...] acontece que o discurso contemporâneo incentiva uma demanda que não se dirige ao Outro simbólico, pois o objeto de gozo está implicado de forma mais imediata. O sujeito tem a esperança de encontrar o objeto sob uma forma mais direta, sem passar pelas intempéries e acidentes de percurso que experimenta quando tenta encontrar a satisfação pelo viés do desejo do Outro (Lustoza et al., 2014, p. 206).

O segundo ponto é o discurso do capitalista. Apesar de neste trabalho estarmos nas searas da subjetividade, as questões discutidas por Lacan quando menciona o discurso do capitalista são muito mais complexas. Quando articulamos os novos sintomas discutidos por Recalcati (2004) com o discurso do capitalista, incorre que a contemporaneidade convida ao sujeito que venha negar a castração através dos objetos de consumo, oferecendo toda sorte de parafernálias para tamponar sua porção mais humana do desamparo. Quando no capitalismo contemporâneo, a atividade de consumo (ou seja, a fruição de um bem) torna-se mais valorizada do que a atividade produtiva (isto é, a construção de um bem, o trabalho necessário para transformar algo em mercadoria) (Bauman, 2008). Em termos psicanalíticos, diríamos que o prazer torna-se mais importante que o desejo (Lustoza, 2009). “[...] Ao contrário dos outros discursos, cuja função seria refrear o gozo, o discurso capitalista é o único dentre eles cuja função seria fomentar o gozo” (Lustoza et al., 2014, p. 206).

Compreendemos por passagens ao ato o colocar em prática, passar “inconscientemente ao ato, fora ou dentro do tratamento psicanalítico para evitar a verbalização da lembrança

recalcada e para se furtar à transferência” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 5). Desde “Inibição, Sintoma e Angústia” Freud (1926/2014b), temos em Freud que a elaboração psíquica efetuada por meio das palavras envolve o cessar das irrupções presentes nas passagens aos atos. Porém, se não há no espaço relacional alguém que possa acolher as angústias advindas das agruras da vida, resta ao sujeito poucas saídas senão ter de contar com o expediente das passagens ao ato para amenizar a dor de seu desamparo.

Em meio a tais questões, figuram na clínica contemporânea as mais diversas faces dos novos sintomas, como por exemplo, a perseguição pelo corpo ideal nas anorexias, bulimias e a vigorexia; a busca pela diversão e o entretenimento ininterrupto; e o vazio existencial característico das depressões e da síndrome do pânico, nos quais o sujeito não consegue encontrar recursos para lidar com as angústias suscitadas. No sentido deste raciocínio, também entendemos que uma das manifestações dos novos sintomas está o consumo desmedido, quando os consumidores elevados à máxima potência têm durante o ato de aquisição dos seus objetos de predileção uma satisfação que os desloca das moções gregárias.

Desta feita, entendemos que no consumismo, o sujeito ignora o pai e as possibilidades de mediação simbólica que ele traz ao psiquismo, um recurso que domestica a voracidade implícita neste ato. Assim, quando o consumismo ocupa o lugar de regente dos atos e pensamentos do sujeito, ele procura apenas a satisfação imediata e o tempo, o expediente que permitiria o sujeito fazer uso e se deleitar com os itens recém-adquiridos, passa a funcionar apenas como um prelúdio da próxima situação de consumo intenso.

Concordamos com Koltai (2010), para quem o pai da contemporaneidade é um ente desprestigiado socialmente e que, por conta disto, não é mais o detentor de recursos que gozava outrora. Disto, surgem novas configurações de resposta ao sofrimento psíquico que até então não encontravam condições de se estabelecer, trazendo para a clínica psicanalítica contemporânea “sujeitos instalados numa eterna adolescência” (Koltai, 2010, p. 97).

Damos anuência às ideias de Fuks (2014) que apontam para o esclarecimento dos sintomas apresentados na contemporaneidade como a decantação da necessidade de representação da figura paterna em forma de apelos ao pai, ente responsável por separar o sujeito de seu desamparo. Obviamente, o que o neurótico espera da proteção da instância paterna é infinitamente maior do que os atributos defensivos que o pai porta consigo, fazendo deste apelo, um grande engodo ao qual o sujeito adere para não se ver ainda mais em desamparo.

Segundo a autora, as qualidades interpretativas destas afirmações podem ser generalizadas a outras alçadas, tal como entendemos a questão do consumismo

contemporâneo, quando o sujeito adere às normas e preceitos de uma sociedade de consumo na esperança de gozar dos atributos entorpecentes advindos do consumo irrefreado e ostentá-los aos olhos de todos. Quando em contato com os tão desejados objetos de consumo, o sujeito se assemelha aos crentes ante as divindades às quais cultua, se deixa por eles anestesiar, apagando as angústias do desamparo, tal como acontece quando está sob o efeito das substâncias psicoativas, entregando-se às satisfações substitutivas num *looping* eterno de diversões.

Em meio à sociedade contemporânea tão hostil, são válidos todos os recursos para que as limitações e o desamparo sejam escondidos das vistas do homem. Pouco importa se para isto se promova sujeitos desorientados ou que tenham de lidar com o sofrimento psíquico de maneira individualista, tal como traz Albuquerque (2006) na questão da medicalização da dor psíquica, ou então como compreendemos o consumismo, propostas que prometem “pequenas doses de felicidade” e quando consumidas periodicamente, prometem atacar as mazelas de nossas vidas.

Entretanto, segundo os estudiosos da contemporaneidade, o declínio da imago do pai é apenas um dos referenciais que se encontram em esvaziamento e que se mostram determinantes a formação dos novos sintomas, da nova economia psíquica e das subjetividades calcadas sob a égide do consumismo às quais assistimos na atualidade.

Assim, as páginas seguintes servem para discutir os impasses vividos pelas subjetividades na contemporaneidade, momento este em que supomos, a partir da tratativa dada ao tema por Menezes (2004, p.124), haver elementos que nos fazem pensar no aparecimento do consumismo como forma de expressão do sofrimento psíquico. A partir de seu raciocínio, entendemos que tanto o consumismo, quanto o pânico e as novas modalidades de psicopatologia atuais, são formas de expressão dos modelos de subjetividades da contemporaneidade: “trata-se de um estilo de sociedade em pauta que gera condições e possibilidades para produção de determinadas psicopatologias, sofrimentos psíquicos, como típicos de sua época”.

2.2 MAL-ESTAR CONTEMPORÂNEO

Figueiredo (2018) trabalha com uma interpretação parecida em relação aos dias atuais. Segundo seus estudos, o contexto da contemporaneidade implica em uma série de conflitos e ambivalências que servem como pano de fundo para a atualização de angústias muito intensas e que nos levam a pensar sobre o aspecto traumático do desamparo do homem

contemporâneo, condições para que se apresentem o consumismo, os novos sintomas e subjetividades calcadas sobre o signo do esgotamento.

Tal como Menezes (2004), compreendemos que o corpo teórico psicanalítico propõe que as novas subjetividades – e também o consumismo – sejam encaradas como a expressão do mal-estar do sujeito que está inserido dentro dos litorais da civilização, e que, portanto, tiveram de abrir mão de uma parcela importante de suas satisfações pulsionais para que se vejam por ela acolhidas. É importante que não se percam de nossas vistas que tanto o mal-estar suscitado na modernidade pelas recusas pulsionais (Freud 2010/1930) quanto às frustrações ao que tange à felicidade inalcançável da atualidade, acabam por se concentrar em pequenos traumas²⁰, de onde emergem experiências psíquicas relacionadas ao desamparo.

Baseando-se em Ferenczi, Figueiredo (2018) propõe que há um limite para a atuação efetiva das defesas do psiquismo frente aos traumas do cotidiano. Segundo ele, na iminência da falência do aparelho psíquico, vem à tona uma série de encadeamentos próprios dos estados narcísicos de satisfação para com os objetos, dentre os quais o consumismo parece se enquadrar como uma luva para ilustrar os arrebatamentos dos sujeitos ao se depararem com o consumo incessante e ao qual eles acedem para se esgueirarem dos excessos de tensão proporcionados pelos traumas dos dias hodiernos.

Deste raciocínio, entendemos que o consumismo emerge e disputa espaço no cenário contemporâneo com várias outras formações narcísicas, violentas e cruéis em jogo nos modos de subjetivação (Birman, 2017) para suportar os pesares do desamparo: “são maneiras horripilantes que o sujeito escolhe para se defender do desamparo incurável e que, ao mesmo tempo, expressam seu fracasso em responder às exigências dos ideais e valores que a sociedade atual prega” (Menezes, 2004, p. 124).

Assim, no exame das angústias das subjetividades determinadas pela sociedade atual, utilizaremos como referência para compreendê-las a obra do sociólogo Zygmunt Bauman, mais precisamente dois conceitos aos quais o autor se remete: a Modernidade Líquida e o individualismo. Vale ressaltar que muito embora as discussões a respeito do individualismo e dos pesares que ele suscita nos remeta ao liberalismo e o sofrimento despertado por ele, nas conjunturas atuais os acadêmicos – como por exemplo Dardot e Laval (2016) e Moreira (2020) – tem discutido o sofrimento que está para além do liberalismo em si.

²⁰ O nosso entendimento sobre os pequenos traumas fora coletado da leitura de Freud (1919/2010g, p. 388) em “Introdução a Psicanálise das neuroses de guerra”. Neste texto ele menciona o termo neuroses traumáticas em tempos de paz, certo tipo de neurose em que estão em jogo as frustrações da libido. Se por um lado há uma oposição deste conceito às neuroses traumáticas em tempos de guerra, o autor procura aproximá-los, pois “em ambos os casos o Eu teme ser ferido”, seja pela libido que não atinge de forma ideal o seu objeto almejado ou então pelos poderes do mundo externo que são terríficos.

Contudo, ainda que constatem no cotidiano o quão beligerante são os dias atuais sob a égide da Modernidade Líquida do individualismo, não podemos deixar de citar autores como Pierre Dardot e Christian Laval (2016), que discutem sobre uma nova qualidade de liberalismo. Trata-se do neoliberalismo, que mais do que uma política econômica, é um estilo de vida que margeia e assume o controle das subjetividades fragilizadas pelo momento atual, alimentando-se dos sacrifícios do cotidiano para que se mantenham em pé toda uma estrutura social à qual apenas alguns escolhidos gozam de sua fartura.

Zygmunt Bauman é um sociólogo que tem sua atenção voltada à forma de organização da sociedade contemporânea e cunhou o termo “Modernidade Líquida” para a ela se referir, tendo como parâmetro, o momento atual em que as relações estabelecidas entre os homens, que são muito semelhantes a um dos estados da matéria: o estado líquido (Bauman, 2001). O estado líquido guarda consigo a qualidade de tomar a forma do recipiente que o contém, mas também pode transbordar ou em alguns casos, inundar, visto que é fluídico. Por conta deste atributo, ao primeiro sinal de fenda verte facilmente o seu conteúdo até que encontre um local que o estanque novamente.

Para Bauman (2001), a utilização das metáforas “líquidos” e fluídicos” para descrever as relações e os sinais distintos da sociedade atual vem bem a calhar, uma vez que a utilização destas palavras trazem consigo a ideia de fluir, escorrer, mover, borrifar, respingar, ou ainda dissolver.

Como não poderia deixar de ser, há comparações e discordâncias a outros conceitos semelhantes, formulados por outros autores que se remetem ao mesmo momento histórico por Bauman (2001) analisado, como por exemplo, Anthony Giddens (1991) e sua alta modernidade ou Gilles Lipovetsky (2007) e a sua hipermodernidade. Porém, é interessante ressaltar que, para Oliveira (2012), o conceito de modernidade líquida nos leva a refletir muito mais nas qualidades que a sociedade e as relações dos dias atuais adquiriram e as tornaram diferentes do que eram até então.

Desta forma, é interessante fazer uma breve menção ao formato como a sociedade estava organizada anteriormente, e assim contextualizar melhor como se deu esta modificação e aderência aos traços do presente.

Para que as ideias sobre a Modernidade Líquida fossem alcançadas, Bauman (2001) teve como referência a Modernidade, por ele denominada como Modernidade Sólida, época que, segundo Oliveira (2012), caracterizou como um período de revoluções e que nos remontam ao século XV, momento em que emergiram as primeiras mudanças sob as quais a Modernidade iria se assentar: uma realidade erguida sob padrões sólidos e altamente duráveis.

Para Oliveira (2012, p. 27) “a era moderna ganhava espaço na medida em que destruía os antigos e, também, sólidos padrões e estilos de vida ainda ligados à Idade Média e construía novos padrões compatíveis com o ainda crescente capitalismo”. A autora complementa ainda que as noções e ideias compatíveis a este período histórico, justificado pela sua indiscutível imposição, passaram então a serem colocados em xeque pelos pensadores da época ao questionarem o poder exercido pela Igreja Católica.

Segundo Oliveira (2012) os sujeitos, até a aurora da Modernidade Sólida, era um ser dominado pela natureza. Com o advento do Iluminismo, eles enxergam condições de, através do domínio sobre a técnica, reverter a situação sob a qual estavam totalmente subjugados, dominarem a natureza e dela dispor segundo seus intentos. Pautado sobre a razão, o homem reordena seu lugar no mundo e percebe no desenvolvimento da ciência e da razão instrumental (Oliveira, 2012) uma alternativa à fé, crenças e o misticismo em voga durante a Idade Média (Scremin, 2004) para lidar com seu desamparo. É aqui que Bauman (2001) nota que os sólidos constructos advindos da Idade Média começam a esmaecer, ascendendo em seu lugar novas verdades tão sólidas quanto as primeiras, porém convenientes com o nascer de um novo tempo.

Outro ponto discutido por Bauman (2001) são as consequências da racionalidade convertidas em instrumentalização dos modos de produção, cuja funcionalidade encontra seu ápice na Revolução Industrial. “Os Tempos Modernos”, filme dirigido e protagonizado por Charles Chaplin em 1936, ilustra em uma de suas cenas mais famosas o que era (em alguns casos ainda é) a realidade de um trabalho fragmentado, reduzido a tarefas repetitivas, cronometrado pelo ritmo acelerado da esteira na linha de montagem. Neste contexto, capital e trabalho andavam de mãos dadas a ponto de não ser possível separá-los, fazendo com que os investimentos nestas duas instâncias, parecessem garantias de sucesso sólido que tanto interessavam à Modernidade.

Assim, os projetos da Modernidade, se é que em algum momento ele foi deliberadamente traçado (Bauman, 2011a), pareciam mover-se em direção ao progresso, impulsionado pelo domínio das técnicas de produção e pelas descobertas nas mais diversas áreas da Ciência.

Realizada esta breve elaboração, cujo principal intuito era de modo algum adentrar profundamente nas características apresentadas pela Modernidade, mas sim de aferir alguns aspectos apresentados por Bauman (2001, 2011a) para que pudéssemos discutir as particularidades dos dias atuais em suas definições conceituais da Modernidade Líquida. Entretanto, vale ressaltar que, na Modernidade Líquida não houve a transposição completa

dos sólidos valores oriundos da Modernidade Sólida. Disto, podemos concluir que os dias atuais se caracterizam como um momento de crise, em função da tensão existente entre uma antiga ordem (ordem esta da Modernidade Sólida) que não está totalmente declinada, e a ascensão de novos valores (valores estes da Modernidade Líquida, comentados logo adiante) que ainda não estão bem sedimentados (Costa, 2009).

Como foi apresentado anteriormente, o desenvolvimento e a tecnologia encontraram terreno fértil na consolidação da razão e alavancaram progressos em termos de benefícios aos quais gozamos até os dias de hoje, como por exemplo, o aumento da expectativa de vida e acesso a rápidos meios de transporte.

Porém nem tudo são flores. As apostas nos intentos do movimento Iluminista, que apregoava a razão como o principal determinante para o desenvolvimento das potencialidades do homem e apagar os efeitos do desamparo, parecem não ter surtido o efeito esperado. Para Scremin (2004) as discussões e críticas apresentadas pela Escola de Frankfurt nos fazem refletir sobre as tão esperadas melhorias coletivas que a Modernidade poderia apresentar e que, em última instância, não foi possível serem cumprida integralmente.

Em momento algum Adorno e Horkheimer (1985) desprestigiam os avanços que foram condicionados pela utilização do saber advindo da razão instrumental, inclusive acreditam haver nesta instância a possibilidade de emancipação do homem (Scremin, 2004). Porém, é importante mencionar que, para Pizzi (1994), a razão instrumental é um saber voltado para o conhecimento dos atributos da natureza visando dominá-la, o que não exclui também outros homens, escusando-lhes tentativas de ações concretas que viabilizem melhorias sociais às condições de sua existência humana.

Para Bauman (2001), os desafios assumidos pela razão instrumental transformam o homem, uma vez que se viu aliada à assunção do poderio técnico adquirido por meio da racionalidade, permitiu que novos formatos de relações assumissem a vanguarda entre os domínios da sociedade contemporânea. E é neste momento que o autor nota a dissolução dos sólidos valores que foram apresentados logo acima na Era Moderna, porém, sem que algo assumira o seu lugar de apoio para a manutenção da existência do homem.

Para Oliveira (2012), o rompimento dos antigos dogmas da Era Moderna é mais do que a tentativa de que novos hábitos e tradições sejam criados: este rompimento anuncia um momento em que são rechaçados quaisquer padrões que possam ser convertidos em leis rígidas e duráveis e as certezas da modernidade se convertem em liquidez, fluidez e flexibilidade. Neste sentido, o mesmo vale para as relações que se estabelecem na Modernidade Líquida. Segundo Bauman (2011a), esta transição de Eras não se dá de maneira

abrupta, mas ocorre gradualmente e altera a condição do homem sem que a “purifique” totalmente, apenas troca o mal-estar presente nas relações estabelecidas na modernidade por outros mais adequados às plataformas da atualidade. O que vale ressaltar é que este novo mal-estar em pauta, assevera o desamparo estrutural do homem e não provê os laços sociais de ferramentas que diminuam o seu impacto no sofrimento psíquico.

Bauman (2011a) reforça que a Modernidade Líquida traz consigo um novo cenário marcado pela globalização econômica, o ápice da integração dos mercados e transações econômicas entre os países. As transações econômicas, cada vez mais frequentes, tornaram as fronteiras entre os países cada vez mais porosas, facilitando não somente as movimentações financeiras de exportação e importação de bens, mas também o de serviços, implicando diretamente no tráfego de pessoas:

[...] a população de qualquer país, hoje, é uma coleção de diásporas. Qualquer cidade de dimensões consideráveis é agora um agregado de enclaves étnicos, religiosos, e de estilos de vida, cuja linha divisória entre insiders e outsiders se torna uma questão ferrenhamente discutida; ao passo que o direito de traçar essa linha, de mantê-la intacta e torná-la inexpugnável se transformou no principal elemento de disputa nos conflitos sobre a influência e nas batalhas de reconhecimento que a eles seguem (Bauman, 2011a, p. 15).

Um curto texto, que mistura a delicadeza de um sensível observador que narra os conflitos entre as culturas advindas dos processos migratórios, foi elaborado por Eduardo Galeano (2017, p. 68) e pode exemplificar a citação acima:

No jornal do bairro de Raval, em Barcelona, a mão anônima escreveu: - Teu Deus é judeu, tua música é negra, teu carro é japonês, tua pizza é italiana, teu gás é argelino, teu café é brasileiro, tua democracia é grega, teus números são árabes, tuas letras são latinas. Eu sou teu vizinho. E tu dizes que sou estrangeiro?

Por meio deste pequeno e incômodo texto, notamos o atrito entre as culturas e os embates pelo reconhecimento em um momento atual que os Estados e as relações interpessoais já não mais se encontram na fase de construção de suas fronteiras e identidade nacional: os forasteiros se veem obrigados a introjetar esta nova cultura ou então buscar um novo espaço que os acolham e protejam (Bauman, 2011a). Na atualidade, as linhas fronteiriças entre os países - e aqueles que lá residem - estão bem mais flexíveis, as distâncias são percorridas em tempos cada vez menores e há de se considerar o intenso tráfego humano como uma importante característica que mantém as pessoas, os espaços geográficos e de

convivência e as relações em constante mutação e fluidez (Bauman, 2011a). Invariavelmente, isto obriga que as instâncias responsáveis pelo processo de identificação do homem contemporâneo, sejam mais permeáveis às tão frequentes e intensas mutações no espaço geográfico e cultural do ambiente que está ao seu redor.

Assim, as antigas lições de Geografia, cujos enunciados nos pediam que coloríssemos os países e suas organizações políticas, grau de industrialização, participação na economia mundial, poderio militar, etc... de acordo com as cores que os representavam, já não mais são vistas com a mesma frequência de algumas décadas atrás, visto que a influência e impactos destes indicadores já não possuem mais a mesma durabilidade (Bauman, 2011a).

Para Bauman (2011a, 2011b), quer admitamos, apreciemos, tenhamos ou não, nós seres humanos estamos aspergidos neste maleável mapa *mundi* cujos referenciais já não estão mais tão polarizados como acontecia durante a Guerra Fria, o que nos obriga buscar novos rumos em um mundo sem um parâmetro político claro. Para ele, isto promove no ser humano uma busca constante por um poder global que seja inquestionável, num domínio em que a centralidade do poder já se decompôs e os laços com uma única autoridade foram rompidos ou relativizados. Nossas antigas ferramentas para tentar organizar e compreender o mundo a partir de raízes dicotômicas como centro e periferia, esquerda e direita, capitalismo e comunismo, já não são mais assim tão eficientes. Conseqüentemente, por já não surtirem o mesmo efeito de outrora, da utilização destas ferramentas, que um dia prometeram eficiência para lidar com as interrogações do mundo, emergem as sensações de fracasso, angústia e desamparo que potencializam as fragilidades da existência do homem.

Este ponto leva à discussão da natureza das relações estabelecidas entre os homens em uma sociedade líquida. Bauman (2011a, 2011b) reforça a utilização da metáfora “rede” em contraponto aos termos utilizados no passado para se referir às relações sociais, remetendo-nos a um universo em fluxo, em constante construção e destinadas a não durarem por muito tempo. No ínterim desta discussão, o autor nos chama atenção para a formação das identidades em um processo de perene construção, sem alcançar um patamar estável no decorrer da vida:

Em nenhum momento da vida a identidade é ‘final’. Sempre estará pendente uma tarefa de reajuste, uma vez que nem as condições de vida nem os conjuntos de oportunidades e ameaças cessam de mudar. Essa embutida ‘infimalidade’, a incurável inconclusividade da tarefa de autoidentificação, causa muita tensão e ansiedade. E para essa ansiedade não há um remédio simples (Bauman, 2011a, p. 20).

A ausência de um patamar estável aos traços indenitários que mobilizam a angústia entre os homens se dá pela variação inquietante das esferas da vida com os nossos pares, aos quais Bauman (2011a) analisa em pormenores a segurança e a liberdade. Para ele, estas duas faces da vida humana são indispensáveis e ao mesmo tempo difíceis de serem conciliadas em harmonia: “a liberdade tende a vir no mesmo pacote que a insegurança, enquanto a segurança, tende a ser embrulhada com os constrangimentos à liberdade (Bauman, 2011a, p. 20). Em razão da eterna insatisfação presente nos dias atuais, qualquer combinação em que liberdade e segurança cedam espaço uma à outra, o progresso parece efetuar um movimento pendular, hora em direção à liberdade, hora em direção à segurança.

Segundo Oliveira (2012), a saída encontrada para este dilema entre a liberdade e a segurança, entre o público e o privado, parece ter sido encontrada junto aos avanços tecnológicos. Neste sentido, o campo das relações parece ter sido permeado pela internet, mais precisamente junto às redes sociais, um mundo povoado de perfis com fotos escolhidas a dedo, apresentando a todos as pessoas o que possui, pontos das cidades que costuma frequentar, e também um lugar em que suas formas de expressão possam ser acolhidas por aqueles que pensam de maneira parecida. Para Oliveira (2012), a banalização das relações sociais através do uso frívolo das redes sociais não passa de meras exposições públicas da contabilização de visualizações e/ou curtidas, que podem gerar impressões que nem sempre correspondem à realidade e não passam de arremedos de uma relação em profundidade.

Mas isto “não significa que a conduta normal e cotidiana do indivíduo tenha se tornado aleatória e descoordenada” (Bauman, 2011b, p. 21). Para Bauman (2011b) na contemporaneidade, os grupos foram substituídos pelos “enxames”, um dispositivo de relações sociais que conseguem existir sem os recursos de lideranças e hierarquias. Os membros de um enxame se reúnem e dispersam de acordo com as ocasiões e havendo a necessidade se reúnem novamente de acordo com os novos e inconstantes intentos.

Segundo Bauman (2011b), em geral, estes “enxames” não possuem uma liderança que coordene seus movimentos, apenas um direcionamento pontual que faz com que os membros sigam por um norte provisório, como se este fosse o objetivo a ser alcançado.

De fato, ao assistir a um enxame na perseguição de um objetivo, poderíamos supor que ele segue um comando – muito embora dificilmente fôssemos levados a localizar o quartel-general de onde vieram as ordens. Se assistíssemos a qualquer ‘unidade’ individual do enxame, poderíamos sugerir que ela foi movida por seus próprios desejos e intenções, embora acabássemos julgando assustador explicar as voltas por ela seguidas – e ainda mais espantoso alcançar o segredo por trás das surpreendentes

semelhanças e sincronidade de movimentos demonstradas pelo grande número de unidades individuais (Bauman, 2011b, p. 23).

Por meio desta trajetória que foi norteadada pelo conceito de Modernidade Líquida de Bauman (2001), é possível que se retirem conclusões de que as relações sociais estabelecidas na contemporaneidade estão um tanto quanto longe de se destacarem pelos seus registros de rigidez, firmeza e durabilidade que antes as caracterizavam. A porção da Modernidade na qual vivemos está baseada em qualidades fluídicas, e disto não se excluem as relações sociais que traçamos na atualidade. Elas se encontram alicerçadas em um solo escorregadio, que dificilmente dariam condições de que os laços que construímos com nossos pares se organizassem de maneira que providenciassem segurança uns para com os outros.

Para Bauman (2001), o advento das mais diversas tecnologias, incluindo aqui as que tratam do tráfego de informações, influenciou os vínculos entre as pessoas, potencializando as características de satisfação imediata. Com isto, o contato entre os homens passou a guardar em seu interior atributos cada vez mais frágeis de amparo mútuo, pois se constroem com muita facilidade, ao mesmo tempo em que se desfazem ao menor sinal de desgaste. Nisto, o homem contemporâneo é tomado de assalto a cada instante, pois o laço constitui com os seus são vazios, supérfluos, pouco consistentes e não garantem a proteção necessária contra as adversidades da vida.

A metáfora que acreditamos ser conveniente para ilustrar as relações sociais estabelecidas na Modernidade Líquida é a do Lego, brinquedo com várias peças de encaixe que podem ser montadas, desmontadas e remontadas formando novas figuras a cada tentativa. Devido às suas características fluídicas, as peças que montam o quadro final são descompostas e recompostas a todo instante, sem grandes perspectivas de permanência e solidez (Bauman, 2001).

Por meio da leitura de Bauman (2001, 2011a, 2011b), nota-se que os panoramas apresentados pela sociedade contemporânea, calcada no progresso e no domínio técnico da natureza, ao invés de proporcionar a paz, tranquilidade, o companheirismo e as alianças fraternas, trouxe consigo desassossego ao homem. Os dias atuais parecem ter tirado de nós o pouco de segurança que tínhamos, aumentou a tensão interna ao aparelho psíquico e propôs novos e frenéticos ritmos de produção e consumo. Tais expedientes mobilizaram os mais diversos medos advindos das situações que implicam no desamparo, pois provoca a capacidade de incitar ações defensivas contra a angústia de se ver sozinho num mundo instável. Eis que ocorre um ciclo que se retroalimenta das aflições dos dias atuais e delas

extrai a força motriz para colocar em marcha temores primitivos dos quais o homem atual se queixa.

Deste prelúdio explicativo pautado sobre Bauman e seus esclarecimentos sobre os dias atuais e inquietudes contemporâneas que convergem para o entendimento do consumismo, trazemos as ideias de Menezes (2004), para quem os padrões e estilos de vida hoje passam por severos crivos de pureza, beleza e sucesso, disposições necessárias às subjetividades para que participem dos concorridos apelos da sociedade de consumo. Aqueles que, por algum motivo, não se enquadram nestes critérios consumistas, passam a ser consideradas pessoas excêntricas, marginais e vistas de soslaio por não aderirem aos ideais de consumo. São interpretadas como alguém que não se deixou seduzir pelos referenciais de consumo em larga escala, pelas renovações dos itens que podem ser adquiridos. Enfim, são considerados consumidores falhos por não se darem ao trabalho de se entregarem à caçada ininterrupta de experiências intensas com o consumismo (Bauman, 2001, 2011a, 2011b).

Segundo Menezes (2004, p. 141), ao mesmo tempo em que as subjetividades que não foram cativadas pelas balizas do consumo sem limites integram a categoria de sujeitos fracassados, elas – paradoxalmente – também reforçam os valores consumistas como referência da sociedade atual. Estas subjetividades “fracassaram no exercício da rapidez e infixidez, da infinita possibilidade da constante renovação, da sedução e promessa de felicidade que a mudança permanente traz. São excluídos sociais”. Entendemos que é nas classes empobrecidas e menos favorecidas que se encontram os excluídos da sociedade de consumo. Assim, a legião de desempregados e pobres que não podem consumir em grandes proporções torna-se um entrave, pois agora estamos sob a égide do consumo, e não mais sob os ditames da produção, para fazer girar as engrenagens da economia.

Por vezes, sobrevém ao sujeito contemporâneo, a impressão de que a pobreza, inútil ao consumo magnânimo, é algo muito próximo à infâmia criminosa, fruto de vícios como a bebida, drogas, jogatinas e má vontade, oriundos de uma vida laboral pouco produtiva aos olhos neoliberais. É como se houvesse um rechaço dos pobres e da pobreza, a exclusão dos estranhos à sociedade de consumo, descartando classes inteiras para que não se reconheça a diferença entre as pessoas promovidas por uma sociedade desigual²¹.

²¹ Para ilustrar este parágrafo, trazemos uma postagem de Fernando Holiday no *Twitter*, que procurava enfatizar a não progressão dos bens declarados por Guilherme Boulos no decorrer de dois anos, destacando a impressão que trafega no imaginário neoliberal que a multiplicação do patrimônio é o sinônimo de sucesso e bom desempenho administrativo: “Boulos em 2018 - declarou um Chevrolet Celta 2010, valor: R\$ 15.416,00. Boulos em 2020 - declarou o mesmo automóvel e nada mais. Das duas uma: 1º Está mentindo; 2º É incompetente e não consegue aumentar o próprio patrimônio. Nos dois casos não serve para administrar São Paulo!” Holiday (2020).

Em alusão a este cenário, poderíamos dizer que, se por um lado a exclusão da sociedade de consumo pode apontar para a emergência do sofrimento ante o fato de não fazer parte dela, ela também pode representar o firme desejo de não partilhar destes ideais, pautando-se por referências aos quais guarda mais afinidade. Invariavelmente, aderindo, sofrendo ou sendo indiferente ao consumismo, são reforçados os imperativos categóricos deste que pode ser encarado com o estilo de vida e possibilidade de subjetivação dos sujeitos hoje.

Em suma, o consumo fluido e opulento encontrou em meio aos ideais libertários atuais um terreno para fincar firmemente seus pés nos solos da sociedade contemporânea:

Consumir e possuir determinados objetos e adotar determinados estilos de vida é a condição necessária para a felicidade e dignidade humanas. E, a todo momento, o consumo abundante é mostrado e insuflado como a marca do sucesso e o caminho para a fama. Os meios de comunicação propagam insistentemente a mensagem de que no momento o modelo é o de ‘apoderar-se de mais’ e a norma é o imperativo de saber aproveitar bem as cartas de que se dispõe para esse jogo. Dessa forma, os indivíduos da sociedade de consumo devem lançar mão de todos os recursos de que dispõem para jogar, tendo em vista que os jogadores incapazes são mantidos fora do jogo, ou seja, os consumidores falhos. Estes são a encarnação do próprio terror interno que a ‘classe superior’ quer afastar de si mesma e, como já aprendemos, para que ela se mantenha como um grupo unido e estruturado é preciso que exista um ‘outro grupo’ depositário das manifestações de sua agressividade. A ‘classe superior’ não quer ser o refugio do jogo que sempre existirá, porque num jogo, incontestavelmente, há ‘ganhadores’ e ‘perdedores’ (Menezes, 2004, p. 143).

No sentido para o qual convergem nossas observações sobre a Modernidade Líquida, concordamos com Figueiredo (2018, p. 93, grifo do autor), para quem:

[...] o que Bauman trazia de novidade era a ideia de que esta tarefa moderna de conhecimento válido e moralidade estrita, capaz de criar uma ordem física e social previsível e controlável, compreensível e justificável é uma tarefa de antemão fracassada: quanto mais ordem e purificação procurou o homem da modernidade ocidental, mais produziu e encontrou o que não se conforma e adequa à ordem pretendida. Criava-se, assim, um avesso da modernidade onde predominam as ambiguidades, a *ambivalência* e os *conflitos* em nossas existências comuns e cotidianas, ou seja, elementos intrinsecamente refratários ao conhecimento puro e à ordem moral.

Como consequência, o autor aponta para as paixões e os afetos que se desviam eficazmente da racionalidade empírico-científica e dos acordos presentes nos laços sociais do auge da Modernidade. Com isto é instaurado nos dias atuais um regime do traumático

permanente e duradouro, que se retroalimenta da “passionalidade recalcitrante e insistente dos sujeitos, o que escapa aos seus controles racionais e voluntários” (Figueiredo, 2018, p. 93), ameaçando tudo e a todos. A resultante destas operações termina por despertar e intensificar o desamparo e seus primitivos mecanismos, passando ele a administrar os conflitos psíquicos e as relações sociais.

Tendo em vista os apontamentos para com a Modernidade Líquida e a forma inquietante como ela se engendra na subjetividade dos homens dos dias atuais, não podemos deixar de mencionar o quão importante é o outro. Encontramos no mundo externo, alguém que nos oferta auxílio, serve de modelo, mas que pode se posicionar como um adversário (Freud, 1921/2011a). Entretanto, na Modernidade Líquida, encontramos no Outro alguém que age preponderantemente a favor de si. Eis então o paradoxo dos nossos dias: necessitamos do contato com o Outro, porém, as relações que são produzidas no momento atual pouco têm a ofertar a não ser laços hora líquidos, fluídicos, de pouca sustentabilidade ou beligerantes. Assim, o desamparo, algo que acompanha o homem desde seus primeiros dias, interfere, intensifica os seus feitos e garante de forças o sofrimento humano.

Em meio ao frágil convívio entre os homens, convergir a atenção de todos às suas próprias características e no atendimento imediato às suas demandas, parece ser uma saída interessante na Modernidade Líquida. Se de um lado, ela esgarça as possibilidades de que todos gozem das benesses do mundo coletivamente, força-nos a resumir nossas vidas à dedicação a um trabalho árduo que molda nossa subjetividade e, considera como único fator relevante o esforço pessoal que envolve escolhas, abdições, dedicação absoluta e lutas intermináveis.

Para Bauman (2001), o fio condutor que trouxe o ser humano por entre o Modernismo foram os referenciais da beleza, pureza e ordenação que tanto o seduziram, elementos estes que a Modernidade Líquida não foi capaz de abandonar. Eles continuam a serem perseguidos de forma incessante, tendo como moeda de troca a abdicação da responsabilidade coletiva para que estes ideais sejam atingidos, emergindo em seu lugar o individualismo (Bauman, 2001).

De acordo com Ferreira (1999), a palavra individualismo traz consigo cinco vias explicativas de seu sentido. No primeiro de seus empregos lhe é conferido o sentido da existência de um ser único, individual, indivisível. Já no segundo, figuram os sentimentos e condutas que condizem ao egocentrismo e ao egoísmo. No terceiro, o individualismo nos é apresentado enquanto ações ou doutrina filosófica em que o indivíduo é tratado como a essência do ser humano ou o mais elevado de seus valores. No quarto, este que também é uma

doutrina filosófica, procura explicar os acontecimentos da História e da Sociedade através das ações conscientes dos indivíduos. O último de seus sentidos trata-se de uma doutrina filosófica que visa o bem-estar individual dos membros de uma sociedade.

Guardando então os progressos de nossas verificações até o momento e afunilando os interesses aos sentidos que produzem eco às nossas linhas investigativas, interpretamos o individualismo como algo que pode ir além do puro egoísmo: temos as qualidades únicas de um ser, as suas especificidades, particularidades, os traços únicos que compõem o seu caráter e personalidade. Temos, ao final destas operações, a conotação do indivíduo e suas experiências subjetivas e seus atos volitivos. Nesta seara de significados ao individualismo, também conotamos os processos que envolvem a consciência como o ponto central em consideração, em contraponto às experiências partilhadas por aqueles que estão ao redor do homem.

É interessante ressaltar que em meio a tais conjunturas interpretativas do individualismo, notamos não haver qualquer menção à presença de um espaço voltado para o desenvolvimento das relações sociais, nem mesmo o de uma zona em que se fortalecem as ações gregárias que promovam o amparo mútuo entre os homens.

Orientando nossos olhares à apreciação conceitual do individualismo junto ao Dicionário de Filosofia, Abbagnano (1982) nos indica uma doutrina moral ou política que concede ao homem individual o papel de protagonista quando comparado à comunidade da qual ele faz parte. Segundo o autor, em uma versão mais amena desta via de raciocínio, deparamo-nos com o primeiro contato com o liberalismo na modernidade. Abbagnano (1982) arremata o verbete mencionando uma ordem hierárquica dos interesses do indivíduo para com o interesse coletivo, ocasionando então as contradições presentes no liberalismo e no capitalismo dos dias atuais.

Ainda orientados aos valores conceituais do individualismo, voltamo-nos agora para o campo da Sociologia. Outhwaite e Bottomore (1996) apontam-nos um sentido abrangente, que coaduna em seu interior várias ideias, doutrinas e atitudes que ainda se encontram vigentes em nossos dias. Devido ao rumo que a discussão vem tomando, é proveitoso reforçar uma vez mais, que estas ideias, doutrinas e atitudes guardam um elemento comum que lhe são outorgados: o da centralidade do indivíduo. Segundo os autores, na Itália renascentista o individualismo designava o caráter singular dos indivíduos, implicando também no cultivo da privacidade. Já na Inglaterra, os autores apontam para um significado distinto, sendo o individualismo empregado em oposição ao coletivismo, servindo também para se referirem aos predicados do homem como, por exemplo, a autoconfiança. Eles ainda citam o sentido do

individualismo em terras germânicas, ligado ao romantismo, à originalidade e singularidade de cada indivíduo. Por último e mais próximo do nosso escopo, está o individualismo e o seu emprego na França pós-revolução, que nos leva a pensar no empobrecimento dos laços sociais, o abandono à própria sorte e a desintegração dos compromissos sociais.

Outhwaite e Bottomore (1996) nos convidam a conhecermos a forma como concebe o individualismo na obra de Alexis de Tocqueville, cujo emprego exerce influência entre os teóricos das sociedades de massa e os críticos da sociedade e cultura estadunidenses. Os autores ressaltam que o termo individualismo em Tocqueville significava para uma recusa pacífica à qual todos os cidadãos poderiam lançar mão e se isolar de seus companheiros, família, ampliando cada vez mais o leque de renúncias até chegar a abandonar as virtudes da vida pública, sendo absorvido pelo puro egoísmo.

Em um livro que narra as conversas de Bauman com Rein Raud, os autores apresentam o deslizamento do conceito de individualismo através do pensamento ocidental durante a Era Moderna. Segundo seus diálogos, podemos concluir que são três as alterações fundamentais ocorridas durante a Modernidade que influenciaram na compreensão do *self* e que lhe conferiram novos atributos, terminando por alinhá-lo ao individualismo que vemos presente na atualidade (Bauman, 2018).

A primeira destas alterações é a de que foi apenas recentemente, durante a Era Moderna, que o conceito de *self* foi esquadrihado pelos pensadores, tornando-se alvo de atenção, reflexão e contemplação (Bauman, 2018). Até então o *self*, que era concebido como algo concedido ao homem desde a sua origem, passa a ser examinado em seus pormenores e visto por um novo olhar, que confronta este primeiro sentido e lhe confere uma qualidade: para que este novo *self* possa ser compreendido às minúcias, ele precisa ser devidamente escrutinado para assim poderem ser revistas as suas bases e aperfeiçoadas e um movimento contínuo e perpétuo.

A segunda alteração foi a separação do homem do restante dos elementos que compõem o mundo. Este movimento outorgou ao homem o papel de protagonista e fez com que tudo passasse a ter os seus valores aferidos por ele (Bauman, 2018). Este remanejamento estende seus braços até a dualidade cartesiana composta pelo sujeito e o objeto. Neste ínterim, o homem e as qualidades conferidas pela sua consciência – como a sensibilidade, o pensar, o planejar e as ações delas derivadas – fazem com que os objetos se tornem coadjuvantes e submissos da sua vontade. O mundo, os objetos e as pessoas que antes eram vistos como parte integrante do sujeito, passam a ser prolongamentos da volição do indivíduo e podem ser modificados de acordo com as conveniências

Bauman (2018) menciona então a força legitimadora do indivíduo a partir do cogito cartesiano, sendo o homem matriz interpretativa do mundo e a principal via de acesso à verdade absoluta, validando assim as ambições antropocentristas em voga no pensamento da época. Com isso, o self foi alçado ao “pico da criação, dotado da dupla prerrogativa de supremo tribunal e legislador-chefe da verdade – não somente um artista capaz de pintar um retrato fiel do mundo, mas potencialmente também o engenheiro-chefe desse mundo cuja verdade se busca, se explora e se decreta.” (Bauman, 2018, p. 15). Por mais contraditório que possa parecer, o cogito cartesiano, milimetricamente articulado para apartar o homem de sua incerteza existencial e reverter a dominação da divindade sobre a humanidade, acaba por esgarçar os laços com os seus pares na contemporaneidade e lançá-lo ao vazio de sentido da existência.

Eis que então a terceira alteração termina por promover o self ao status de objeto principal do homem na aurora da Modernidade (Bauman, 2018). É por meio dela que encontram terreno fértil as capacidades de análise e cuidados do homem para consigo mesmo, como por exemplo, a auto-observação: o homem deve estar atento a si mesmo, aos seus sentimentos, ao seu corpo, aos seus pensamentos, suas atitudes, sua inspiração, o controle de sua agressividade, educar-se, uma vez que o único recurso para lidar com sua existência no mundo e responsabilizar-se por ela é a si mesmo. E por mais árdua que seja esta tarefa, ela é muito pouco contestada atualmente.

Terminada a discussão a respeito destas três alterações do pensamento da modernidade responsáveis por conferir novas qualidades ao *self*, Zygmunt Bauman e Rein Raud mencionam agora uma quarta alteração que não haviam se atentado: o *self* na modernidade e a sua articulação com o tempo e a efemeridade (Bauman, 2018). Eles passam então a discutir as particularidades da existência do *self* na Era Medieval, particularidades estas vinculadas à apreciação do destino mortal compartilhado por todos nós e a vida após a morte. A partir do declínio do poderio e influência da Igreja com o advento da modernidade, “é evidente que o *self* se tornou mais importante quando as coordenadas que delimitam sua existência mudaram da eternidade para algo ainda mais limitado, como o tempo de vida de um único ser humano” (Bauman, 2018, p. 16).

Ao invés de reconhecer o desamparo que lhe é estrutural, assumir a fragilidade de sua posição diante da iminência da finitude e a possibilidade de estabelecer laços de proximidade com o outro e assim amenizar as condições mais vulneráveis de sua existência, o homem moderno parece intencionar se despir de suas fraquezas ao reforçar suas potencialidades individualizantes. No contexto da Era Moderna, a Ciência convinha muito mais do que a fé e

a religião para os ideais de autonomia do homem, alterando assim seu formato de existência no mundo e as questões relativas ao protagonismo do indivíduo em contraponto à vida em sociedade, aumentando a responsabilidade individual daquilo que está por vir (Bauman, 2018).

O homem no seu trajeto na Terra já não mais se identificava ao corolário de tentações e sofrimentos que precedem as recompensas do Paraíso e via na esperança de apagar, por meio da Ciência, a insignificância de sua posição no mundo e o vazio de sentido.

Evoca-se neste momento que as teses indicadas logo acima que possibilitaram o declínio e o posterior descentramento da soberania do *self* impactaram nos enunciados freudianos, que anunciam a abertura de três feridas narcísicas e descortinam a fragilidade do homem. Tais feridas são enumeradas por Freud em “Uma Dificuldade da Psicanálise” de (1917/2010a) e apresentam as conclusões de Copérnico, Darwin e dele mesmo, que tiraram respectivamente, a Terra do centro do sistema solar, o homem do protagonismo do reino animal e da consciência (aqui atrelada ao *self*), uma fachada muito bem elaborada, mas detentora de pouca autonomia, visto a influência do inconsciente no determinismo psíquico.

Tendo em vista a profundidade das chagas abertas por cada um destes três pensadores, expostas por Freud sem decoro algum à altivez do homem, este último se vê diante não apenas das deposições acima mencionadas, mas também do fracasso de seus artifícios que visavam suportar a sua fragilidade e efemeridade. Diante destes ultrajes, o individualismo se vê em condições de ser promovido ao lugar de estratégia de enfrentamento do desamparo inerente à condição humana.

Apoiando-nos em Bauman (2018), compreendemos ser este o sentido de se empenhar uma verificação das origens do individualismo, e compreendê-lo, sim, como um expediente ao qual lança mão o homem contemporâneo, mas que não se trata de um recurso exclusivo dos dias atuais. O individualismo é um esforço que serve de arrimo no momento atual para o homem que atravessa as agruras da sua existência desde sempre, na constatação das impossibilidades de se esquivar dos duros golpes do desamparo inerentes à sua condição humana.

Neste sentido, o individualismo se mostra uma forma de conferir alento diante da sua pequenez, da assustadora falta de sentido do vazio, apagando as marcas da insignificância existencial e assim tornar suportável viver em um mundo beligerante:

Eu diria até, reforçando seu argumento, que buscar esses remédios e encontra-los ou presumir tê-los encontrado é a principal característica do *self*

moderno – na medida em que planejar as formas de tornar a vida suportável a despeito da consciência da mortalidade era, é e provavelmente continuará a ser eternamente o principal motor da cultura e o fio comum de sua história. As formas modernas de enfrentar esse problema são, na verdade, profundamente distintas das pré-modernas (Bauman, 2018, p. 18).

Assim, é neste terreno que urge o individualismo e suas posições cravadas junto à contemporaneidade, denominada por Bauman (2001) de Modernidade Líquida. O autor, sensível aos movimentos que o homem faz ao transitar nas relações que estabelece entre seus pares e na sociedade à qual pertence, examina as faces do individualismo cultivado sob a égide dos valores acerca da personalidade do homem às margens do contato com outro humano, componente de fundamental importância que funda e organiza sua subjetividade e ações no mundo. Traz-nos um homem que confere às suas capacidades internas, e somente a elas, potência suficiente para lidar com os desafios à sua frente, dominar os contratempos ser capaz de lidar com as adversidades, amenizar as consequências do inesperado (Bauman, 2001) e ser capaz de suportar sozinho o fardo da responsabilidade de sua existência no mundo, ignorando a dimensão conferida pelos laços humanos na possibilidade de amenizar o desamparo.

Segundo Bauman (2001), os indivíduos resguardados pelo capitalismo pesado, a saber, modalidade do capitalismo na Modernidade Sólida, tinham características próprias na organização do trabalho e confiavam na figura do líder para a administração, regulação e controle das equipes laborais. Para o autor, poderia acontecer, mas isto não era comum, que os trabalhadores se mostrassem contrários à liderança exercida pela figura do chefe, porém nunca contra a necessidade da figura de autoridade que ele representava para que fosse levado adiante os propósitos do trabalho. Esta dimensão acolhida na figura do líder e no exercício da autoridade, também se estende aos demais aspectos da vida em sociedade, delegando à representação do líder admissão para sustentar outras esferas como por exemplo a figura do pai, o mantenedor, dirigente e responsável por sua família (Bauman, 2001).

Com isto, presume-se que os membros responsáveis pela união e cadência das sociedades modernas não tinham ou faziam pouco uso de sua capacidade de autonomia e de se tornarem sujeitos de suas decisões, delegando sempre a terceiros a responsabilização daquilo que era da esfera privada. Por sua vez, o capitalismo leve, presente nos dias da Modernidade Líquida, delega imputabilidade aos indivíduos junto às suas incumbências que até então eram decididas por terceiros especializados em tal tarefa (Bauman, 2001).

Por consequência, este movimento concebe um novo aspecto da subjetividade do homem que, em contraponto aos moldes do capitalismo pesado, leva consigo a obsessão por

valores. Para Bauman (2001), até então no capitalismo pesado, o homem era medido pela subserviência às ordenações da tirania e à eficiência para com os objetivos traçados. O autor nos alerta de que agora, na configuração da Modernidade Líquida, não há objetivos previstos ou finalidades. O processo passa a ser o ponto nevrálgico das ações do homem e tudo passa a ser válido, desde que o homem se responsabilize individualmente pelo destino de seus atos, assim como a angústia resultante da marcha deste processo.

A perda do ordenamento dos referencias na Modernidade Líquida, a derrocada da centralidade da autoridade na figura do chefe e do pai, confere aos dias atuais uma gama enorme de variedades possíveis que podem e devem ser administradas pelo indivíduo entregue sem piedade à própria sorte no desfecho de seus atos (Bauman, 2018). Esta nova conjuntura de práticas resulta em um redirecionamento que não pretende melhorar a eficiência dos atos individuais, mas sim de inquietar o homem ao abordá-lo de um lugar que está em débito para consigo mesmo. Se a esfinge no caminho para Tebas intimida a Édipo ameaçando sua integridade física, a Modernidade Líquida também acossa àqueles que vivem entre seus domínios, produzindo ansiedade, mal-estar e angústias entre os homens que precisam responder qual futuro dar a si mesmo:

Cabe ao indivíduo descobrir o que é capaz de fazer esticar essa capacidade ao máximo e escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor servir – isto é, com a máxima satisfação concebível. Compete ao indivíduo ‘amansar o inesperado para que se torne um entretenimento’ (Bauman, 2001, p. 81).

Como era de se esperar, tamanha inconstância e fluidez do mundo mobilizam no homem hodierno insegurança diante de suas próprias escolhas, uma vez que não há nada mais de tão certo e definitivo (Bauman, 2011a; 2011b). É neste terreno hostil da Modernidade Líquida e no campo inóspito da fragilidade do ser-humano, que encontra oportunidade ímpar para que o desamparo estrutural se faça emergir. Neste ínterim, florescem os guias de sobrevivência e as atuações dos *coaching's* motivacionais e de autoajuda.

Na contemporaneidade, quando tudo se encontra em constante movimento, o homem, ao mesmo tempo em que foge de seu destino, ingenuamente persegue neste fluxo tão intenso, tentar alcançar suas metas de vida. Somado a isto, ainda há o complicador do individualismo, um fator que cronifica ainda mais a angústia mobilizada por estas instâncias, quando o homem precisa se responsabilizar sozinho pelo destino conferido às suas escolhas.

Num mundo líquido, de possibilidades abertas e de angústias frente às responsabilidades das decisões que podem ser tomadas, Bauman (2001, p. 82) se questiona

“será que utilizei os meios à minha disposição da melhor maneira possível?”. Eis então que surge toda sorte de aconselhamentos, “com tantos especialistas à nossa volta alardeando seus produtos e oferecendo seus serviços: conselhos sobre como garantir que a escolha está certa, que se evitou a opção errada” (Bauman, 2001, p. 119). Para quase todas as adversidades enfrentadas pelo sujeito contemporâneo, haverá sempre alguém que detém uma fórmula mágica que promete a solução imediata para este problema, porém sem dar garantias de sucesso.

Por vezes, aquilo que nos é ensinado a ser enxergado como um obstáculo que deve ser ultrapassado ou eliminado do trajeto, na verdade podem ser os desdobramentos da vida, que ora oscila entre os sucessos e os fracassos, frustrações, separações, perdas, doenças e toda sorte de corolários pelos quais se lamenta. Aproveitando-se desta brecha aberta pelas circunstâncias da vida, encontram-se os mais variados livros de autoajuda e *coaching's* motivacionais, que procuram ensinar quais as qualidades a serem desenvolvidas para que a vida ideal saia das abstrações, os segredos dos milionários para arregimentarem suas fortunas, como otimizar as funções cerebrais ou ainda quais lições dos monges tibetanos para lidar com a falta de tempo.

Estas fórmulas mágicas podem ser encaradas como uma ferramenta que desviam o homem de um processo crítico e reflexivo da sua própria condição faltante e da importância das figuras de alento e amparo das pessoas que estão à nossa volta e que podem acolher e dar um destino mais apropriado às vicissitudes da vida. Por mais que estas fórmulas mágicas variem um pouco a cada receita, a cada circunstância, a cada pessoa, elas se resumem às habilidades, perspicácia, pensamento positivo, muita força de vontade, determinação e capacidade de resiliência (Bauman, 2011a, 2011b).

Caso a sopa de legumes que substitui as refeições principais não surte o efeito tão esperado de perder cinco quilos em uma semana, o problema não está na sopa e sim com a pessoa que não deve ter feito a dieta corretamente. Caso as cinco lições sobre meditação não forem suficientes para que você pare de fumar, o problema não está com as lições, já que a meditação é uma tradição milenar, e sim com você que não abre mão do vício. Se você colocou em prática cada um dos apontamentos do livro de autoajuda por cinco anos e ainda assim não ficou milionário, o problema não está nos conselhos, mas sim no seu espírito empreendedor. “O jogo do aconselhamento [...] prossegue, estimulado pelas ansiedades da solidão e da inadequação que a vida levada individualmente só pode gerar dia após dia” (Bauman, 2011a, p. 119).

Ao que converge para estas últimas conclusões sobre o individualismo e a elaboração do sofrimento e da angústia de maneira individual e sem contar com a ajuda do próximo, entendemos que se trata de uma nova modalidade de saída dos conflitos subjetivos, à qual Elliot (2018) chama de novo individualismo. Trata-se de um conceito formulado por ele para dar conta de entender a fome insaciável pela autorreinvenção, pela busca da infinita transformação imediata, aceleração desmedida, velocidade e agilidade em constante frenesi e a preocupação com os prazos e períodos cada vez mais exíguos. Para o autor, trata-se de uma nova forma de subjetivação, presente em uma sociedade que se organiza e impõe este ritmo de vida aos seus, numa cultura em que imperam

[...] redes corporativas, projetos de curto prazo, downsizing organizacional, manuais de autoajuda, consumismo compulsivo, cibersexo, remodelamento instantâneo de identidades e cultura terapêutica [...] algumas das principais características da cultura individualista global [...] em um mundo tão individualista [que] traz profundas consequências emocionais para a vida privada e pública das pessoas (Elliot, 2018, p. 466).

No novo individualismo, subjazem as características do individualismo ao qual mencionamos nos parágrafos anteriores, porém acrescidos de algumas mudanças ocorridas na sociedade e na vida dos sujeitos durante os últimos anos e que foram determinantes para que Elliot (2018) desenhasse o conceito. O autor traz como determinantes o encantamento pela cultura produtivista que institucionaliza e implica na reinvenção dos sujeitos a todo instante.

Da leitura de seu texto, entendemos que esta reinvenção é pressionada por vetores advindos dos mais diversos campos da vida do homem em sociedade, ocorram eles na esfera pública ou privada. Há uma saraivada de ideais aos quais os sujeitos precisam aderir sem questionar e sem que exista um tempo para que as demandas destes ideais sejam metabolizadas por um psiquismo em constante e ininterrupta atividade. Neste ínterim, os sujeitos se entregam abalados e dotados dos poucos recursos que tem consigo para lidar com o mundo em constante transformação à sua volta, que exige dele a formulação de um plano de ação enquanto ainda tenta entender o que se esperam dele. Não há tempo hábil para a elaboração das demandas, que despencam uma após as outras, enquanto uma fileira de outras sugestões ainda esperam por se fazer presentes na vida de cada um.

Desde cedo os sujeitos são invadidos pelos ideais de máxima eficiência, crianças tem uma agenda atribulada: escola pela manhã e algumas outras aulas extras no período de contraturno. Deve-se aprender inglês desde cedo, pois é a língua que domina o mundo dos negócios e quem domina o dinheiro, chega mais longe. Deve-se ter um esporte de predileção

desde cedo, pois um corpo saudável e forjado pelo esforço desportivo é pré-requisito para lidar com os estresses da vida adulta. É preciso ter no currículo uma escola de renome, dominar tecnologias diversas, ao menos uma experiência de vivência internacional antes de se instalar no mundo laboral, além de uma série de outras exigências às quais os sujeitos se programam desde cedo para chegarem a uma vida adulta produtiva aos olhos neoliberais.

No mundo do novo individualismo, há pouco espaço para que o sujeito se veja interrogado sobre a vida à qual leva. O consultório dos psicanalistas parecem ser lugares destinados apenas para os loucos, alienados ou então fracassados que não souberam onde investir cada um de seus recursos internos, externos e a força de vontade para alcançarem o sucesso que tanto esperam na vida: o louco é sempre o outro. Quando os sujeitos de vida atribulada subjetivada pelo novo individualismo vão ao psicanalista, não chegariam a formular uma demanda que os implique enquanto sujeitos diante da vida estonteante que levam.

No máximo, procuram seus psicanalistas na esperança de encontrarem por entre as sessões doses de motivação, força interna, capacidade de resiliência, aprendizado potencializado, alegria e regozijo ante ideais absurdos que devem ser alcançados. Esperam do profissional milagres imediatos e que a técnica surta efeito instantâneo, afastando para longe as imagens da miséria das limitações humanas. A máxima freudiana da implicação do sujeito em seus sintomas e na aceitação das limitações impostas pela vida no desamparo, dificilmente apareceriam como demanda num panorama como este.

Ao não encontrarem no analista uma resposta efetiva para os seus males e sem refletirem sobre os rígidos ideais aos quais cruelmente aderiram sem pestanejar, se entregam às mãos das neurociências e da bem sucedida indústria farmacêutica. Espera-se que eles venham a lhe receitar uma porção de comprimidos que os façam render mais no trabalho, batam metas exorbitantes, estejam atentos e aprendam a todo instante. E quando chegar o fim do dia exaustivo, em casa deverá haver outro comprimido, desta vez para um sono tranquilo e reparador, cuja eficiência se cumpra num prazo inferior às oito horas de sono recomendada.

Estas afirmações não são apenas disposições de um mundo novo, mas como nos diz Elliot (2018, p. 467), “um envolvimento profundamente sociológico com a constituição do si mesmo”. Para o autor, na remodelação das vidas contemporâneas pelas tecnologias e transformações do capitalismo, aferram-se cobranças sobre os sujeitos, que precisam recriar-se a todo instante e também as suas formas de expressão pelas quais apresentam seu desejo ao mundo em velocidade quase instantânea.

Destas conclusões que convergem para a temática do consumismo ante o novo individualismo, tomamos como ensejo para iniciar a discussão Bauman (2001), que se questiona sobre o encantamento das sensações de prazer oriundas do tato, visão e do olfato que nos confortam como um amoroso conselheiro, que ao mesmo tempo em que acalenta, também distancia do homem a insegurança que é viver num mundo cujos referenciais despertam desassossego e angústia.

Além desta afirmação que se aproxima em muito às conclusões que apresentamos sobre o consumismo no primeiro capítulo, o autor também se aproxima da Psicanálise ao nos afirmar que o consumismo se baseia em uma economia do engano. Para ele, o consumo se passa no nível das promessas vãs, incapaz de satisfazer o âmago constitutivo do ser-humano, mas que ainda assim finca seus pés em um horizonte sedutor. Horizonte que segundo as teses que defendemos aqui, abafam as angústias de estar desamparado num mundo tão hostil (Bauman, 2001).

Metas de consumo baixas e longe dos ideais concretos seriam algo muito parecido com o cadafalso para a sociedade que tem como seus referenciais o consumo em larga escala, e a não satisfação destes desejos parecem impulsionar as economias do mundo hoje (Bauman, 2001). Vale ressaltar que para Elliot (2018), o engodo e o fascínio exercido pelo consumo em excesso é fruto da obsolescência programada, que atesta a degradação e a durabilidade dos produtos em prazos muito curtos, expediente valorizado pelas subjetividades conduzidas pelo novo individualismo, que esperam ansiosamente pela nova versão dos celulares, mesmo quando o atual ainda está em pleno funcionamento. Outro ponto ao qual o autor menciona como determinante do consumismo contemporâneo, são constantes estratégias de *marketing* que veiculam, estimulam e potencializam as aquisições em excesso.

Na fulgurante cultura consumista capitalista da atualidade, Elliot (2018, p. 478) propõe, ironicamente, que o consumo seja tratado como o mais sublime dos fenômenos da contemporaneidade, pois ele tenta

[...] conciliar as forças aparentemente contraditórias de desejo e desapontamento, beleza e terror. Se há algo fascinante sobre o consumismo, não é apenas por mercar expectativas extravagantes de pura velocidade, mas porque descarta, engana e seduz. Ao mesmo tempo uma satisfação cintilante promissora e, ainda assim, uma realização frustrante, o consumismo habita um terreno de êxtase letal – a recorrente frustração do desejo ajuda a desencadear, por sua vez, novas necessidades e novos apetites.

São desejos de aquisições insaciáveis que surgem e também se esvanecem utilizando o veículo motor do imediatismo para fazer fluir novos desejos em uma sociedade de consumo, prometendo sensações e experiências cada vez maiores e intensas na aquisição e no uso das mercadorias recém-compradas. No sentido que fluem as conclusões do autor, as frustrações, que antes deveriam minar o desejo dentro da seara do campo do consumismo, funciona como o seu mais potente combustível, fazendo da frustração a faísca que acende apetites vorazes para com o objeto a ser consumido sempre instantaneamente (Elliot, 2018).

As angústias da decepção no consumo parecem serem ocultadas pelas expectativas de satisfação que serão consumadas quando for realizada uma nova compra, fazendo do consumismo uma experiência que cativa, é irresistível e traumática:

Como tal, promete elevar a pessoa para além do mundo conhecido, a uma potência de pura velocidade e prazer instantâneo. Mas, em outro sentido, esses poderes temerosos da sociedade de consumo são rebaixados, tornados deslumbrantemente vazios, pela frustração no seu atendimento. O consumismo oscila, assim, entre a imensidão utópica de suas promessas e a falta de satisfação servida por seus produtos. A velocidade do consumismo é vício encarnado (Elliot, 2018, p. 478).

Na esteira que trouxe até os dias atuais o novo individualismo de Elliot (2018) como uma das formas de subjetivação em voga na contemporaneidade, também se encontram as apreensões do neoliberalismo efetuadas por Dardot e Laval (2016). Segundo os autores, trata-se de uma reação aos princípios do liberalismo clássico, que propunha um Estado que intervinha minimamente na economia capitalista.

Por mais que seja interessante e tentador mencionar e tratar aprofundadamente as questões econômicas e os marcos históricos que se fizeram importantes para que fosse adotada a ideologia neoliberal no mercado capitalista atual, iremos dar destaque em nossa discussão à produção de subjetividades que têm como lógica de funcionamento a racionalidade imposta pelo modelo de gestão privada, o foco do livro de Dardot e Laval (2016).

A Introdução da versão em língua inglesa do livro, publicada em 2014, escrito depois de uma série de evoluções e crises do capitalismo acompanhado pela ideologia neoliberal, faz perguntarmo-nos o que move tal força de pensamento para que se apresente assim no mundo atual, mesmo que trazendo consigo uma série de empecilhos que fazem as resistências se mostrem tão inócuas a ponto de não transformarem o estado geral do que se observa. A leitura do livro nos aponta como resposta que o neoliberalismo se firma como ideologia dominante

por que introduziu eficientemente no seio da sociedade uma série de regras que passaram a ordenar tanto a economia, quanto a forma como as sociedades se organizam, assim como também se constroem as subjetividades, moldando nossa existência pública e privada.

Com certeza não foi este o objetivo do Colóquio Walter Lippmann, encontro de intelectuais liberais para discutir as crises do liberalismo. Mas foi ali que foram gestados esboços do que era a função do estado, o papel do *laissez-faire* e os modelos de gestão privado que terminou por formalizar, na atualidade, o neoliberalismo que engendra uma nova forma de existência, arquiteta novos comportamentos e outros modos de se relacionar tanto com os outros quanto consigo mesmo (Dardot & Laval, 2016).

“O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da ‘modernidade’. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada” (Dardot & Laval, 2016, p. 16). Por meio desta norma que estabelece a competição generalizada como o imperativo a ser seguido a qualquer preço, ignorando obstáculos que devem ser ultrapassados mesmo que isto custe integridade física e mental de terceiros e/ou a sua própria, gerações inteiras cerram as fileiras tal como em uma guerra, pegam em armas e entrincheiram-se como se estivessem em estado de cerco.

Neste cenário, cujas metáforas beligerantes foram empregadas por nós com o propósito de evidenciar o caráter traumático em jogo na internalização dos valores do neoliberalismo, o inimigo é ninguém menos que o Outro, figura responsável para que o sujeito se constitua. Assim, a alteridade, que se incumbira de tirar o sujeito do estado de tensão que se acumulava no interior do aparelho psíquico (Freud, 1900/2019) e que termina por lançá-lo ao universo das relações (Gabbi, 2003), passa de figura fundamental para que o psiquismo se constitua para o inimigo/concorrente que espreita.

Vale lembrar que o momento de constituição do psiquismo, quando são fundadas as colunas estruturais que sustentam o inconsciente, surge através da busca por objetos do mundo externo que são investidos periodicamente pelo sujeito de acordo com as suas conveniências, buscando neles satisfação narcísica (Freud, 1914/2010e). Nestas conjunturas a figura de alteridade é representada pelos pais, que se revestem do lugar de provedores da proteção e da alimentação, figuras essenciais para que se dê o desenvolvimento infantil. Àquilo que converge para a discussão do neoliberalismo como forma de subjetivação tal como havia proposto Dardot e Laval (2016), os pais, que antes eram vistos como provedores, passam a ocupar o lugar de suporte que abastece narcisicamente os sujeitos com os recursos de alimentação, proteção, educação, saúde e toda sorte de experiências necessárias para que

ele leve adiante as suas intenções de se fazer interessante a uma cultura que cultua o modelo de gestão privado.

Assim, as operações que envolvem “o julgamento suscitado pelas críticas dos pais, pelas censuras dos educadores e da sociedade em geral” (Stenner, 2004, p. 55) que fariam com que o narcisismo se transformasse em ideal do eu, passam por maus lençóis devido ao pai que, na contemporaneidade, tem dificuldades para fazer valer os seus atributos de autoridade. Deste movimento, podemos chegar a duas conclusões.

A primeira delas gira em torno da produção de um Supereu frágil em voga na contemporaneidade (Costa, 2009) e que Freud (1933/2010h) previa ainda em vida. Ante o esfumaçamento do pai, sua função e a autoridade conferida às demais pessoas que se ligam à ele, o sujeito vê a sua libido se movimentar em direção aos objetos sem nenhum obstáculo, permitindo que ocorra a realização das satisfações sem nenhuma mediação simbólica, o que confere sentido ao consumismo na contemporaneidade. Face a derrocada do pai e demais instâncias responsáveis pelo recalçamento, o sujeito passa a funcionar tal como se estivesse sob o controle das satisfações narcísicas do eu ideal, sendo rondado constantemente pelo encantamento de reedição (ilusória) de um momento mítico perdido: a primeira experiência de satisfação encontrada pelo sujeito.

A segunda delas também se encontra na esteira do declínio do pai, cujas conclusões, desta vez, giram em torno das dificuldades em fazer valer a atribuição protetiva que lhe é conferida. Concordamos com Menezes (2004), para quem a proteção paterna é a tábua de salvação à qual o neurótico se agarra com todas as suas forças para se esquivar da face terrorífica do desamparo. Também damos anuência a Koltai (2010), para quem a função protetiva atribuída ao pai é uma instância impossível de ser levada a cabo, uma vez que não é possível mapear o destino, antever todos os perigos e evitar a morte.

Ante a expectativa de proteção e as condições reais dela ser colocada em exercício por um pai claudicante, ocorre na contemporaneidade um hiato que desperta angústia no sujeito por estar desamparado, tornando-o um alvo fácil de ser capturado pelas engrenagens de subjetivação neoliberal. Assim, o sujeito desamparado da contemporaneidade adere sem refletir criticamente aos discursos neoliberais, cedendo aos seus vãos encantos de que há lugar ao sol para ele, exigindo em troca, que funcione como uma empresa privada.

Para escapar do desamparo, é preciso que o sujeito administre eficazmente os seus recursos internos e externos como se estivesse gerindo-os numa empresa privada que visa o lucro a todo instante. Ele precisa se esforçar mais e mais, encontre saídas estratégicas de investimento em si mesmo em condições desfavoráveis, tenha força de vontade e supere as

adversidades às custas do mérito próprio, faça de seus deslizos e fracassos um motor para as motivações, aprendendo com eles a todo instante. Um investidor de si mesmo eficiente, sabe como gerir todos estes expedientes em favor do que acredita ser o melhor para si, mesmo que por hora tenha de fazer sacrifícios hercúleos na inútil esperança de que no futuro, goze de um horizonte onde desamparo não acompanhe os seus passos.

Estes movimentos empregados pelos sujeitos subjetivados pelos moldes neoliberais que giram em torno da máxima eficácia e que exige esforços inenarráveis do sujeito para que se vejam livres do desamparo, consideramos como estratégias perversamente perfeitas, pois não há a necessidade de um senhorio que lhes cobre cada uma das atividades acima mencionadas. Não nos esqueçamos, o sujeito neoliberal é alguém que opera a esteira de produção, mas também organiza em torno de si a função de supervisor e chefe de seus próprios empreendimentos (Dardot & Laval, 2016). Os temores do desamparo funcionam mais do que uma rígida chefia durante as oito horas de trabalho formais, ele cruelmente aguça por vinte e quatro horas diárias a consciência para atingir as mais altas metas de produção, enquanto os outros ainda dormem. Neste sentido o desamparo parece ser o mais hediondo dos carrascos e fugir dele parece ser uma necessidade que urge ante a vida dos sujeitos sob a égide do neoliberalismo.

Do sofrimento por tamanho empenho, dedicado com afinco e determinação semelhantes a um maquinário na tentativa de produzir-se a si mesmo, por vezes os sujeitos neoliberais se deparam com a possibilidade de terceirizar a responsabilidade pelo destino incerto. Eles depositam a confiança pelo sucesso e concretização de seus planos edificadores de felicidade sem limites aos *coaching's* de autoajuda e toda a parafernália de palestras, *workshop's* e práticas que prometem o autoconhecimento através modalidades quânticas, seja lá o que isto quer dizer. A virulência de tais práticas açoita com ainda mais força que os modos de subjetivação neoliberais, pois imprimem mais esforço do que era empenhado até então, sem nenhum tipo de compromisso com o resultado final incerto. Caso ele for positivo, o responsável pela mentoria sairá vitorioso e irá propagar a todos aos quatro ventos as benesses de um tratamento com os *coach's*. Porém, se o resultado for negativo, é o sujeito quem terá de lidar individualmente com a culpa de um fracasso que o colocará ainda mais abaixo da posição que ocupava anteriormente na lógica neoliberal que exclui os malogrados. Deste panorama de fuga dos eventos malsucedidos como pano de fundo meritocrático, a concorrência emerge a concorrência como um dos valores internalizados pelo sujeito neoliberal (Dardot & Laval, 2016).

Num mundo de recursos limitados utilizados para construir os projetos magnânimos de subjetivação neoliberal, Belluzzo (2020, p.13) registra o “descompasso entre as promessas e as realizações da sociedade competitiva utilitarista”. Os sujeitos neoliberais de Dardot e Laval (2016) são levados a competirem na vida consigo mesmo e com o próximo, numa espécie de corrida consigo mesmo e que conta apenas com o disparo da largada, mas sem perspectivas de cruzarem a linha de chegada. Com os melhores postos almejados por todos, o empenho, dedicação e esmero que o sujeito neoliberal dispensa na edificação de si, o faz digladiar em segredo consigo e com o seu próximo. Por mais que isto pareça confuso, ambos, o sujeito neoliberal toma a si e o seu vizinho como concorrentes diretos num mundo de promessas ilusórias. “Quanto mais se promete aos indivíduos felicidade e segurança, mais a infelicidade persiste, mais as vítimas das promessas não cumpridas se revoltam contra ‘aqueles que os traíram’” (Belluzzo, 2020, p. 13).

No universo em que Dardot e Laval (2016) argumentam que as subjetividades passam a internalizar os valores da livre concorrência para se edificarem enquanto sujeitos, o outro que era “via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário” (Freud, 1921/2011a), quando não é interpretado como um provedor conveniente e aliado, passa ser um visto como um dos tantos concorrentes/adversários. Por essa ótica, o outro é encarado tal como um concorrente, alguém que pode levar por água abaixo uma série de esforços dedicados a construir uma subjetividade digna da cultura neoliberal. Como consequência ocorre a dificuldade das subjetividades neoliberais se perceberem como um grupo unido através da consciência de classe e lutarem a favor dos direitos coletivos e do bem estar social.

Com isto, é possível notar a precarização do trabalho no universo neoliberal, onde o Estado que deveria exercer as suas funções de regulamentação das relações trabalhistas passa funcionar ora incluindo os sujeitos, ora concedendo exceções que os excluem de seus direitos (Agamben, 2004). Para ilustrar esta situação, podemos tomar como exemplo os entregadores e motoristas de aplicativos, onde o Estado permitiu que os donos de aplicativos de transporte se instalassem no país e exerçam aqui as suas atividades econômicas. Porém, os donos de aplicativos arregimentam como força de trabalho uma parcela considerável população ociosa que necessita ganhar o seu sustento e que para isto, se submetem a regimes de trabalho cada vez mais extensos, exaustivos e com altos custos para manterem intactos as suas ferramentas de trabalho.

Nestas circunstâncias, os donos de aplicativos gozam de uma cômoda posição, continuam a lucrar sobre o trabalho de uma classe inteira de profissionais que sequer consta no Catálogo Brasileiro de Profissões. Logo, os trabalhadores de aplicativos se mantêm a

margem das legislações trabalhistas, algo que os força a abrirem mãos dos direitos que lhes foram dados pela lei. Isto os força a se dedicarem com cada vez com mais afinco para conseguir cumprir os seus compromissos e se manterem com dignidade. Neste sentido, o *Estado de Exceção* (Agamben, 2004) legitima como regra a degradação de classes inteiras de trabalhadores, manipulando os princípios trabalhistas e obrigando-os a extraírem gozo ante o sofrimento que lhes é outorgado.

Em tempos de ascensão das satisfações narcísicas sem obstáculos derivadas de um pai claudicante na atualidade, onde a Lei que regula o acesso dos sujeitos aos seus objetos parece relativizada sem qualquer tipo de resistência e o sofrimento parcelas inteiras da população é legítimo em função da lógica neoliberal de acumulação de capital, as páginas que foram trazidas por nós até agora nos fariam pensar que a qualquer momento o pacto civilizatório com sujeitos subjetivados por estes valores poderia se fazer ruir. Ao que tudo indica, o sujeito neoliberal parece descolado do sentimento de culpa que o faz predador do outro, recolhe para si os seus espólios sem o menor problema e consome o seu próximo num ato simbólico semelhante ao que fizeram os irmãos no banquete totêmico (Freud, 1913/2012).

No ato simbólico em que consumiram as carnes do pai, os irmãos da horda fizeram do pai morto um ente maior e mais forte do que ele realmente era enquanto caminhava vivo pela Terra (Freud, 1913/2012). Nos atos de devastação e predação das classes menos favorecidas, quando o sujeito neoliberal consegue vencer o outro/adversário, consome simbolicamente esforço e o trabalho dos vencidos, recompensando-o minimamente para reforçar o *status quo* que separa os ricos dos pobres. Ressaltamos aqui que a frieza e a desconsideração por aqueles que fazem da vida das elites algo invejável, uma moral herdada da mesquinhez burguesa, é na verdade o testemunho de uma força de potência indescritível que é ocultada pelo desamparo das classes exploradas, o opróbrio que os faz penarem pelo pão de cada dia e ainda agradecerem aos céus pelo pouco que conseguiram.

Neste sentido, a desfaçatez da farsa neoliberal internalizada pelos sujeitos contemporâneos, oculta a verdade às classes exploradas: são eles, a base da pirâmide social, os cingidos com as marcas da exclusão, os maiores e os mais fortes que sustentam sobre si a tese neoliberal, sem deixar que ela derrube uma única grua que constrói a ilusão de onipotência das subjetivações neoliberais.

O masoquismo de ofertar o seu desamparo, o seu corpo e o sofrimento experimentado na força de trabalho para deleite e gozo perverso tanto do próprio sujeito quanto para as classes mais favorecidas no sistema lógico neoliberal, é o bilhete de entrada aos limiares da civilização, que outrora prometeu dar conta de seu desamparo, mas que no frigidar dos ovos,

apenas cumpriu parcialmente esta promessa, fazendo-o caminhar miserável e pacientemente pelos campos neoliberais em busca de migalhas que caem das mesas dos mais abastados. Se em 1930, Freud já pensava que talvez a solução dos pesares do homem da Modernidade era abandonar os projetos que ele formulara para si na civilização, o que ele pensaria se pudesse visitar por um único dia a contemporaneidade...²²

E sim, como já deve ter passado pela cabeça do leitor desta dissertação, tudo isto cansa. Cansa ter de lidar com a liquefação dos referenciais da Modernidade. Cansa ter de lidar sozinho com os destinos da vida. Cansa ter de se reinventar, ter de viver em constante agilidade e frenesi, lidar com prazos exíguos. Cansa ter de concorrer com o próximo para se assemelhar a uma empresa privada. Os autores que falam sobre este cansaço são Han (2015) e Ehrenberger (1998).

Por seus escritos, entendemos que há na sociedade atual vetores cujos valores se decantam no Supereu ideais de felicidade suprema, poderes sem limites e desempenhos altíssimos, tão logo as frustrações acenam de longe ao sujeito. Para Oliveira (2018, pp. 380 - 381),

[...] são engendradas subjetividades e sociabilidades agenciadas pela multitarefa e constante (auto) produção. Inversamente, esses pressupostos têm gerado, contudo, culpas e frustrações, mecanismos de sofrimento que vêm desencadeando patologias [...] Ao invés de sujeitos com desempenhos sempre crescentes, as cobranças resultam num cansaço psíquico que induz a doenças muitas vezes difíceis de serem superadas, já que continua a ser propagado o preceito de que o normal seria idealmente aquele desempenho uma vez já não alcançado. Na sociedade do desempenho os sujeitos estão, assim, fadados a falharem.

Obviamente, irrompem neste cenário de não concretização dos projetos, patologias às quais assistimos na contemporaneidade uma saraivada de transtornos depressivos, pânticos,

²² Para ilustrar o movimento em que o sujeito inflige a si mesmo sofrimento como forma de garantia para acesso à civilização, está a declaração da vereadora londrinense Jessica Ramos Moreno, autointitulada “Jessião, a opressora”. Seu nome ganhou visibilidade quando ela foi mencionada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro que, apesar de lhe conferir o apoio para a candidatura, o fez em meio a risadas em tons nada amistosos. Eleita para o mandato de 2021 a 2024, quando questionada sobre sua primeira ação em favor da comunidade LGBTQIA+, foi enfática ao responder que faria coisa alguma, pois se considera representante da direita de Londrina, de Deus, da Pátria e da Família. Ao examinarmos esta situação sob as luzes perversas do neoliberalismo, a vereadora recém-eleita faz jus ao voto de negação de sua condição homossexual para poder se eleger ao cargo na Câmara londrinense e, neste contexto, pouco importa que para se manter no poder tenha de entregar ao sofrimento toda uma classe da qual ela mesma faz parte. Para poder se esquivar de sua divisão psíquica, não entrar em contato com o seu próprio desamparo e também se distanciar do mal-estar de ter de se sujeitar a uma sociedade que delega um lugar de marginalização aos membros da comunidade LGBTQIA+ , ela se distancia daqueles que são a sua própria classe e anuncia que não irá lutar por seus direitos. Tal posicionamento dificulta a tramitação de pautas favoráveis aos direitos da comunidade LGBTQIA+ e ao diálogo que promoveria a aceitação das expressões das mais diversas sexualidades no espaço coletivo, causas às quais a vereadora se mostra indiferente para assegurar privilégios da classe que a elegeu e será a responsável por mantê-la no poder quando se candidatar novamente. 24 Horas Brasil (2020), Rolim (2020).

déficits de atenção e sortidos diagnósticos oriundos da bíblia psiquiátrica que se tornou o DSM, testemunhos do quão inatingível são os referenciais de imperiosa onipotência hodierna.

Segundo Figueiredo (2018), a leitura de autores como Han e Ehrenberg aponta para as novas subjetividades que se fazem presentes na contemporaneidade. Já não há mais espaço para uma sociedade organizada tal como Freud a via por volta de 1900 quando criou a Psicanálise. No passado, ele escutava uma série de sintomas que estavam relacionados aos conflitos psíquicos, um Supereu rígido, o Isso que procurava as satisfações pulsionais a todo custo e um Eu adoecido que tinha de administrar todos estes expedientes para dar conta dos alinhamentos necessários ao bom andamento da vida psíquica do sujeito neurótico.

Hoje, Figueiredo (2018, pp. 95-96) reitera que a ênfase que é dada à escuta psicanalítica do neurótico ante o esgotamento de seus recursos psíquicos para dar conta da constante demanda por ter melhores é semelhante à uma corrida apostada consigo mesmo, mas que mesmo assim o sujeito sai perdendo:

Isso cansa e deprime, isso esgota: é a fadiga de ser si mesmo. Afetos, emoções, outros desejos já não cabem na carreira desenfreada em busca de uma realização mais e mais completa de um Eu Ideal [...]A sociedade supostamente dividida entre os vencedores e os perdedores acaba sendo uma sociedade apenas de perdedores, cansados, tomados pela sensação de insuficiência e impotência

Por alto, seriam estas as nossas considerações a respeito do o mal-estar contemporâneo, oriundos de uma inclinação à pouca autoridade, permissividade, satisfações sem limites e uma sociedade hostil que terminam por lançar os sujeitos ao desamparo, de onde entendemos tratar-se o consumismo como um modesto, ilusório e acalentador agrado aos sujeitos que vivem em busca da felicidade.

De qualquer maneira, esta não é uma tese nova para a Psicanálise, que observa na escuta de seus pacientes os efeitos do mal-estar ocasionados pela forma como a sociedade está organizada, tal como os autores anteriormente mencionados descreveram. Assim, damos crédito a Silva (2012, p. 62) que verifica a existência nos dias de hoje uma nova configuração do mal-estar em face daquilo que era observado na época de Freud, lugar de onde emerge “a cultura como um projeto sempre incompleto, que responde ao desamparo estrutural e às diferentes modalidades de construção social”. Em outras palavras, das experiências de contato do sujeito com o ambiente que o contorna e dos laços que mantém com as pessoas em uma sociedade com referenciais líquidos e de pouca segurança (Bauman, 2001), emerge o desamparo.

A leitura do texto do “Mal-estar na civilização”, fundamental para compreendermos o compromisso entre o sujeito e a cultura que o obriga a efetuar uma série de recusas pulsionais, implica também em entendermos que assim se instala o mal-estar relacionado às restrições, remodelações e no postergar das ambições pulsionais. Acuado pela falta de recursos que não provê ser humano de defesas para lidar individualmente com a fragilidade intrínseca à sua condição, resta a ele que se alinhe aos ideais civilizatórios para assim gozar da proteção coletiva, diluindo as suas pretensões de satisfação pulsionais junto em meio às satisfações substitutivas (Freud, 1930/2010c).

Neste sentido, aderir às normas da cultura como forma de se desvencilhar dos impactos negativos de uma perigosa vida em solitude, está relacionado à felicidade como um horizonte impossível de ser alcançado, pois dentro dos seus limites não há como remediar eternamente os corpos que degeneram com o passar do tempo; não é possível que se construam abrigos sólidos o suficiente que protejam a tudo e a todos das intempéries da natureza; não é possível cogitar, sob qualquer justificativa, que a agressividade e a sexualidade se façam presentes de maneira direta no laço social e, por fim; não há como prever que os laços entre os sujeitos civilizados resultem sempre em benesses a todos os envolvidos (Freud, 1930/2010c).

No que tange as relações entre as pessoas, o expediente que Freud (1930/2010c) qualificava como o mais daninho de todos os mobilizadores de sofrimento, não é de se estranhar a metáfora utilizada por ele, do lobo que preda aos seus. Como vimos no decorrer do capítulo, há um manejo que difere o mal-estar das relações na contemporaneidade daquele que era observado na época de Freud, resultando em novas estratégias – das quais elencamos o consumismo – adotadas pelos sujeitos para lidarem com os pesares de uma vida em que se transbordam os dissabores.

Desta forma, faz sentido pensarmos no consumismo como uma das artimanhas elaboradas pelos sujeitos para suportarem o desassossego mobilizado por uma sociedade caótica e traumática em que somos obrigados a viver. Ainda assim, por mais sedutor e encantador que o consumo desenfreado possa parecer, ele traz consigo as marcas de um engodo que não nos faz superar as marcas da falta radical impressas pelo desamparo. “Do mesmo modo que não existe imperativo de renúncia que de conta de aplacar o mal-estar” (Silva, 2012, p.63) não há nos expedientes do consumismo, qualidades suficientes para que se vejam minimizadas as dores de reconhecer em si o desamparo.

Com esta discussão, podemos concluir que o mal-estar é intrínseco às engrenagens formuladas pela cultura e que, independentemente de quaisquer avanços que ela faça em

direção ao progresso, o desamparo sempre estará presente. Cada cultura, cada tempo irá procurar contornar, a seu modo, o mal-estar que é estar e se ver inserido na seara da civilização. E o que temos visto operando na atualidade é o consumismo como forma de apagar, ilusoriamente, a falta que é característica do humano: o desamparo.

A título de finalização deste nosso segundo capítulo e servindo de prelúdio para que se dê início à discussão do desamparo no capítulo três da dissertação, tomamos como ensejo a entrevista dos psicanalistas Aloysio Augusto D'Abreu, Daniel Delouya e Ruggero Levy. Quando levantada a pergunta se haveria algo a ser dito sobre o desamparo nos dias atuais, todos foram categóricos em afirmar que sim.

Para Aloysio Augusto D'Abreu et al. (2018), é quase inevitável a possibilidade de que o homem deixe de experimentar as comoções do desamparo, uma vez que este é o âmago do sujeito. Porém, ele ressalta que estas comoções do desamparo devem ser analisadas caso a caso, individualmente. Para ele são inúmeros os gatilhos que explodem e colocam em marcha o desamparo na atualidade e não há como deixar de levar em consideração as exposições e as situações que levam o sujeito a sentir que está desprotegido.

Para o psicanalista, nem mesmo a distância e tempos passados ou vindouros são suficientes para garantir a salvaguarda das pessoas da sensação do desamparo nos dias atuais. Ele ressalta que o papel conferido pelos noticiários e as mídias, responsáveis pela veiculação de informações sobre tragédias naturais e violências, é fundamental para alavancar o desamparo.

Estas seriam então, para ele, as questões traumáticas que são apresentadas pelo sujeito que está frente ao desamparo. Para finalizar sua resposta, D'Abreu et al. (2018) atesta que sim, em outros tempos, havia outros determinantes do desamparo, como por exemplo as epidemias sem controle, os ataques vindos dos povos bárbaros vizinhos, que hoje já não tem mais o mesmo valor de outrora. Desta forma, há na contemporaneidade desencadeadores do desamparo que sempre existiram, mas que, pela forma como os dias atuais se organizam, o desamparo atingiu um grau de importância que nunca foram antes escutados pelos psicanalistas em clínica.

Pela leitura da resposta de Daniel Delouya, concluímos que as faces do desamparo se amontoam e incitam o sofrimento psíquico na contemporaneidade. Quanto mais é solicitado do sujeito que faça uso da sublimação, ocorre uma elevação dos conflitos psíquicos que buscam atendimento às demandas de satisfação pulsional, aumentando o desamparo e criando formas de mal-estar que injetam no mundo violências, busca de amparo na religião, crer na infalibilidade da ciência, o acirramento das identificações aos grupos de pertencimento, busca

pelo gozo irrefreado e infinito e o reforçar dos costumes em torno da higiene. Isto obriga, tanto psicólogos quanto psicanalistas, a olharem mais de perto para os novos modos de levar a vida nos dias atuais, e tentar compreender o que são as novas construções relacionadas à diversidade sexual, à forma como se constroem as famílias e como se estabelecem as novas relações de trabalho.

Por último estão as considerações de Ruggero Levy, que considera os avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas algo sem precedente na história humana. A informática, criou – e ainda cria – novos espaços geradores de insegurança e sentimento de precariedade dos laços traçados na sociedade atual. Pautando-se em Birman, mas sem descartar que as mesmas conclusões podem ser alcançadas tomando por fundamento obras de outros sociólogos contemporâneos, afirma que há no presente novas montagens do mal-estar que incorrem no sentimento prevalente de precariedade de tudo que está à nossa volta, inclusive das nossas relações com o Outro. Há os traços de precariedade, vulnerabilidade (um novo nome para o desamparo) e instabilidade que resumem os dias contemporâneos, algo que não se via com tanta frequência assim há quase um século e meio, quando a Modernidade vivia dias áureos.

Ainda assim, o autor nos adverte que não deveríamos ser tolos e divinizar a modernidade, pois lá a estabilidade e a rigidez das estruturas criaram mal-estares que Freud pode presenciar na sua clínica das neuroses, que escutava além dos sintomas neuróticos, os ecos do sofrimento psíquico advindos do desamparo, só que ocasionado por outros patamares sociais.

Assim, Ruggero Levy, retomando o tema da precariedade que assola os dias contemporâneos, vê, no formidável avanço tecnológico das últimas décadas, a criação de um paradoxo sem igual: facilidade e precisão são fáceis de serem alcançadas atualmente, porém incorrem entre outras coisas, na dispensabilidade do fazer humano nas atividades laborais.

E quem nunca se perguntou, até quando estarei empregado? Até quando a minha força de trabalho será suficiente ao meu empregador? Seria eu dispensado para que outros dois ocupassem o meu lugar pela metade do meu salário, executando eles o dobro da minha meta? Quando irão criar um novo *software* que irá dispensar a mim e todo o setor em que trabalho?

Sim, a tecnologia e a globalização promoveram avanços inenarráveis em várias áreas, todas elas muito difíceis de serem mensuradas desde a sua implantação. Entretanto não é possível negar que junto a estes avanços, novas formas de sofrimento vieram a se instalar no homem contemporâneo. Estamos todos sujeitos à fluidez dos dias atuais, que catapulta o

sofrimento psíquico, devora os poucos laços saudáveis e expõe o desamparo que, a todo custo, tentamos nos esquivar.

Para finalizar as falas do autor, ele reflete que no presente, toda insegurança que vivemos pede uma resposta instantânea dos meios que procedem a satisfação. Adiar os prazeres da vida perdeu o brilho. Sem deixar de reforçar o quanto o adiamento da satisfação é um elemento de fundamental importância para que exista o desenvolvimento dos registros simbólicos e, conseqüentemente da aprendizagem. Guardando este raciocínio, não é de se admirar que novas formas de sofrimento advindos da escolarização pouco eficiente, atinjam em cheio alunos que não conseguem se concentrar, escrever ou ler tal como deles é esperado.

Recordando dos ensinamentos de Bion, Ruggero Levy (D'Abreu et al., 2018) profere que entre a expectativa e a não realização é que se criam os pensamentos na criança e julga ser este um critério de fundamental importância para compreendermos o desenvolvimento emocional, afetivo e cognitivo das crianças hoje em dia.

A esta altura de nossas considerações, quando já fizemos algumas menções sobre o consumismo e sobre alguns de seus determinantes em meio à forma como a sociedade está organizada atualmente, passemos agora ao operador teórico eleito por nós para que o consumismo converse com a teoria freudiana: o desamparo.

CAPÍTULO 3

TEORIA PSICANALÍTICA SOBRE O DESAMPARO

*De vez en cuando la vida
Afina con el pincel
Se nos eriza la piel,*

*Y faltan palabras
Para nombrar lo que ofrecen
A los que saben usarla*

*De vez en cuando la vida
Nos gasta una broma
Y nos despertamos sin saber que pasa
Chupando un palo sentado
Sobre una calabaza*

(Joan Manuel Serrat – “De vez en cuando la vida”)

Para abriremos nossas discussões acerca do que é o desamparo para a teoria freudiana, é interessante apresentarmos, antes de nos lançarmos às bases que o fundamentam para a Psicanálise, esclarecer como nos organizamos mentalmente para compreendê-lo e as suas minúcias.

Concordamos com Menezes (2012), para quem é viável, desde que guardemos o devido respeito aos seus vestígios coletivos e culturais, empreender um exame linguístico do termo desamparo, investigar seu sentido e então entender a forma como ele é empregado em meio às conversas do cotidiano. Por conta disto, consideramos importante, traçarmos como primeiro passo, a semântica que permeia a palavra desamparo, verificarmos o seu significado e assim, esclarecermos de que maneira ele pode ser interpretado quando é mencionado nos diálogos do dia a dia.

Este primeiro passo nos leva às raízes etimológicas da palavra desamparo, o segundo item elencado por nós para que pudéssemos descortiná-lo nas particularidades de sua gênese. Tal exame se justifica devido à dinamicidade que é característica às línguas que estão em uso corrente. Elas difundem o significado presente das palavras, entretanto, quando observadas as suas origens anteriores, permitem a apreensão dos sentidos que estavam em exercício nos seus primórdios e presumem alguns indícios do seu uso atual.

Em seguida, afinando nossos escopos àquilo que converge à Psicanálise e sua apreciação do desamparo, não podemos nos esquecer dos berços morávios de Freud, uma região do Império Austro-Húngaro que, na ocasião de seu nascimento, adotava como língua

oficial o idioma alemão (Gay, 2012; Roudinesco, 2016). Mais uma vez, concordamos com Menezes (2012), para quem não podemos nos furtar a uma averiguação do termo equivalente em língua alemã que corresponda ao desamparo, uma vez que, segundo Souza (2010), existe a urgência de se compreender as implicações dos termos em alemão usados por Freud para nomear os conceitos psicanalíticos.

Por já estarmos direcionando nossos olhares à Psicanálise, nada mais justo do que aprofundarmos nossas impressões acerca de seu aparato teórico que versa sobre o desamparo. A esta incumbência, coube-nos consultar então o verbete desamparo em meio aos vários dicionários conceituais de Psicanálise e discorrer sobre o conteúdo que neles está disposto.

Por fim, lançamo-nos neste capítulo aos exames da teoria freudiana acerca do desamparo. Quando o tema de discussão é o desamparo e suas menções em meio à teoria freudiana, é importante trazer à luz um curioso detalhe: não há registros nas obras de Freud de um único título publicado por ele voltado exclusivamente para tratar do assunto. Para chegar a tal conclusão, basta que nos voltemos para o volume XXIV da Edição Brasileira das Obras de Freud, livro este em que estão listados todos os títulos das obras de Freud. Ao nos debruçarmos sobre esta lista, é possível notar a ausência de um texto que tenha em seu título a palavra desamparo ou ainda alguma menção que possa nos remeter a ele.

Porém, o que poderia ser considerado um dos entraves mais graves para que progredíssemos em nossos estudos acerca dos patamares teóricos do desamparo, pede que nos aprofundemos a esta questão antes de bater o martelo e finalizemos nossas investigações sem sucesso.

Ao nos reportarmos aos índices remissivos contidos no final de cada um dos vinte e três volumes da obra de Freud, novas portas se abrem para a compreensão do desamparo e são clareadas possibilidades de exame. Nesta nova conjuntura, conseguimos notar menções de Freud ao desamparo no decorrer de sua produção teórica, algo que nos leva a pensar que para ele, tratava-se sim de algo relevante no transcorrer da escuta clínica de seus pacientes e um expediente a ser levado em consideração para que elementos chave da Psicanálise fossem explicados.

É interessante ressaltar as impressões de Pereira (1999) e Menezes (2012) acerca do desamparo no decorrer das obras de Freud e que reforçam esta nossa interpretação. Para ambos os autores, são confirmados nossos exames acerca da ausência de um posicionamento específico sobre o tema para o pai da Psicanálise, o que justifica uma imersão aos seus textos para melhor compreendê-lo.

Àquilo que converge à temática do desamparo e suas nuances, segundo Menezes (2012), temos no discurso freudiano reflexões acerca do tema, mas que não abastecem o leitor de recursos materiais suficientes para que ele seja arregimentado como um conceito psicanalítico propriamente dito. É por conta disto que ela interpreta o desamparo em Freud como algo da ordem de uma problemática e considera o desamparo como um princípio de ordens metapsicológicas. Em Pereira (1999), o desamparo aparece como algo da ordem do estatuto e não de um conceito metapsicológico em si. Trata-se de um expediente necessário, porém claudicante em termos formais, um elemento explicativo do qual Freud fazia uso para tratar de questões teórico-conceituais que emergiam no interior de sua escuta clínica.

Desta forma, notamos que o desamparo não recebeu a devida atenção metapsicológica no pensamento freudiano, para que assim, ele fosse arregimentado enquanto um conceito psicanalítico. Mas também não é segredo algum para aqueles que se dedicam ao estudo da Psicanálise, que Freud concebia o edifício teórico que elaborou como algo essencialmente dinâmico e, portanto, sujeito à proposição de paradigmas e favorável à inserção de novos arranjos metapsicológicos, mesmo que isso implicasse em uma remodelação de grandes proporções naquilo que já estava consolidado.

Nisto, se justifica para entendermos o desamparo a incursão a várias obras que Freud publicou para construir o edifício teórico da Psicanálise. Tendo em mente esta breve contextualização sobre as conjunturas do desamparo em meio às elucubrações freudianas, é interessante efetuarmos uma análise de “O Mal-estar na Civilização” e entendermos melhor o lugar que o desamparo ocupa no conjunto do legado teórico de Freud.

Para discuti-lo faremos menção aos textos de Freud que versam sobre o tema: o primeiro deles será o manuscrito concebido 1895 e publicado após a morte do autor, o “Projeto Para Uma Psicologia Científica”. Logo em seguida, partiremos para o exame das obras psicanalíticas de Freud: “A Interpretação dos Sonhos”, publicado em 1900; “Os Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, publicado em 1905, “Totem e Tabu”, publicado em 1913, “Introdução ao Narcisismo”, publicado em 1914; “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, publicado em 1921, e “O Mal-Estar na Civilização”, publicado em 1930. A escolha destes textos não se deu a esmo. Pela leitura de Menezes (2012) concluímos serem estas duas das principais obras de Freud que tratam do desamparo e ao debatê-las, conseguimos amparar nossas conclusões acerca do tema para a teoria psicanalítica.

3.1 O DESAMPARO, SUA SEMÂNTICA, ETIMOLOGIA E A *HILFOSIGKEIT*

Começamos nossa abordagem do desamparo tomando como ponto de partida seu uso corrente e expresso nos dicionários lexicográficos. Para melhor compreender o que significa a palavra desamparo, Ferreira (1999) nos leva a desmembrá-la em duas partes: o prefixo des, um elemento que, quando depositado antes de um substantivo, dá indicativos de separação, transformação, ação contrária, negação ou privação e; o substantivo amparo, cujo significado atribui-se ao ato de amparar; pessoa ou algo em que se ampara, se escora, se faz de esteio ou arrimo e sustento. Significa o auxílio, a ajuda e o socorro.

Tais fundamentos também convergem às conclusões Houaiss e Villar (2008). De suas leituras, depreendem-se informações acerca de seu significado, que giram em torno dos efeitos ou atos que envolvem o desamparar; algo que está ou se encontra em estado de abandono, privação de ajuda material ou moral; esquecido.

Através dos autores consultados, concluímos que do desamparo se tratam de ações e consequências do ato de desamparar; os seres animados ou inanimados que se encontram permanentemente ou em circunstâncias de abandono; privado das ajudas materiais e/ou morais, tal como acontece, por exemplo, com os sem teto ou os hospitalizados.

Houaiss e Villar (2008) também alertam do seu uso sob a forma verbal que, sob o verbete desamparar, há quatro vetores de compreensão: o primeiro deles abarca o ato de não ofertar amparo, a privação de ajuda material e/ou moral, abandono (tal como nos casos de tratamento asilar); no segundo somos levados a refletir sobre as situações de privação que envolvem as dificuldades de manter dignamente a própria vida; no terceiro são sinalizadas as eliminações do ato de amparar e; por último, são indicadas as marcas da deserção.

Há também a menção ao verbete desamparado em sua forma substantivada. Neste caso, Houaiss e Villar (2008) nos apresenta duas possibilidades de interpretação: em uma delas expõe a ausência de algum tipo de providência material e/ou moral; enquanto na outra discorre sobre a ausência dos meios de proteção. Quanto à forma adjetivada do verbete desamparado, somos conduzidos pelos autores a pensar em locais pouco ou não frequentados e situações de solidão e isolamento.

Neste contexto, é pertinente nos remetermos ao antônimo da palavra desamparo, expresso por Houaiss e Villar (2008) sob o signo de amparo. Para os autores, as nuances que envolvem o amparo giram em torno das ações ou efeito de amparar, apoio e sustento. Com base no texto por eles apresentado, é possível inferir dois tipos de providências de atendimento ao desamparo e que não são excludentes entre si. A primeira delas, é que a própria pessoa desamparada desenvolva recursos próprios para lidar com o provimento de suas carências e ultrapasse momentaneamente este estado. Já a segunda, diz respeito à

iminente figura que está localizada no meio externo²³ e que municia o homem para lidar com o desamparo.

Partindo agora para a análise etimológica da palavra desamparo, Cunha (2010) reforça as teses acerca de seu desmembramento em dois termos: o prefixo -des e o substantivo -amparo. Pela leitura de Ferreira (1999) e Cunha (2010), atestamos que a melhor forma de compreender a palavra desamparo é seccionando-a em duas partes, porém o segundo, como etimólogo que é, é muito mais preciso em suas colocações e nos remete às origens latinas do termo em questão.

Para Cunha (2010, p. 207) o prefixo “des”, de grande utilidade na língua portuguesa, nos remete ao *dis* do latim, com noções de:

- (i) coisa (ou ação) contrária àquela que é expressa pelo termo primitivo [...];
- (ii) cessação de algum estado primitivo ou de alguma situação anterior [...];
- (iii) coisa ou ação mal feita [...]; (iv) negação da qualidade expressa pelo termo primitivo [...]; (v) separação de alguma coisa de outra [...]; (vi) mudança de aspecto.

Já o substantivo amparo diz respeito ao sufixo latino *anteparare*, cujo emprego se dá em situações que envolvem defesa, proteção e sustento (Cunha, 2010). Menezes (2012) reforça tal sentido quando faz alusão a algo concreto que, uma vez posto entre a pessoa e as potenciais adversidades, funciona como aparato de defesa. Esta proteção é de fundamental importância para minimizar os danos e implica diretamente na continuidade da vida.

Quando somamos cada um dos sentidos em que pode ser empregado o prefixo “des” e o substantivo amparo, são abertas possibilidades de compreensão do desamparo a partir de cada uma de suas facetas que correspondem ao uso cotidiano do desamparo: no primeiro caso apresenta um juízo que em seu conteúdo há um movimento contrário a situações ou ações promotoras de amparo; no segundo caso está expresso um juízo de suspensão (seja ele definitivo ou não) de ações ou situações promotoras do amparo; no terceiro caso faz menção a toda sorte de ações promotoras de amparo inacabadas ou mal feitas – sejam elas propositais ou não -; no quarto caso é a simples negação das qualidades expressas pelas atividades que envolvem o amparar; no quinto caso diz respeito à separação de alguém das ações ou

²³ Este é um dos termos empregados no sentido conceitual do grande Outro (ou simplesmente o Outro) lacaniano. Aqui, entendemos o Outro como alguém que ora está externo ao sujeito, ora está para com ele de maneira intrasubjetiva. Entretanto, o Outro não é apenas um ente por onde se desencadeiam as operações de constituição do sujeito. Em Lacan, o Outro é um lugar simbólico, um significante que pode representar “a lei, a linguagem, o inconsciente, ou, ainda, Deus” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 558).

situações que promovem o amparo e; no sexto caso somos levados a refletir sobre as transformações da natureza e efetividade das ações promotoras de amparo.

Diante desta conjuntura que reuniu o sentido semântico e etimológico do desamparo, é possível compreendê-lo como a subtração (seja ela intencional ou não), rareamento ou inexistência das atividades que providenciavam o amparo. Ele pode ser apreendido pelos momentos de suspensão do auxílio e proteção, a falta de recursos internos e/ou externos que possam intermediar o sustento de algo ou alguém, ausência do socorrer, carência, negligência, omissão, falta de abrigo, abandono, derrelito, solidão, desvalia, ou estar entregue à sorte e acaso. Nele somos convocados a pensar sobre os levantes da privação que sustém a vida, os declínios das vias que constituíam a proteção, o ruir dos recursos sem ter algo a que recorrer, apoiar ou que venha a ocupar o lugar de apoio. Por último, somos levados a pensar nos estados de solicitude, esquecimento, desvalia e impotência.

Levando em consideração nossas investigações acerca da semântica e etimologia do desamparo podemos agora dar mais um passo em direção ao sentido conceitual que o desamparo exerce em Psicanálise. Contudo, há de se levar em consideração as origens germânicas da língua materna de Freud (Gay, 2012; Roudinesco 2016), abordando a *Hilflosigkeit*, termo alemão utilizado por Freud e que seus tradutores para a língua portuguesa consagraram como desamparo.

Segundo Tochtrop (2001) a palavra *Hilflosigkeit* pode ser seccionada em três partes: o primeiro deles é o prefixo *helfen*, que em português corresponde ao amparo, socorro, auxílio, ajuda e assistência; o segundo *los*, um termo central que nos remete a falta, ausência, sem os préstimos e alude à negação ou anulação da ação que emprega o prefixo que o antecede e; por último há o prefixo *keit* que, quando presente ao final das palavras, é um indicativo de substantivo. Assim, a *Hilflosigkeit* tem como significado a ausência de ajuda, e o termo português desamparo parece ser uma boa forma de traduzi-la.

Para Menezes (2012) a utilização do vocábulo *Hilflosigkeit* dentro da língua alemã está ligada às faltas de vias escapatórias, ausência de soluções e inexistência de suporte. Para ela, este termo em alemão indica um estado que evidencia a carência de respostas satisfatórias diante das situações, tendo como resultante a angústia e o desespero diante da falta de arrimo. A esta perspectiva se alinha à concepção de desamparo elaborada por Costa (2007), que reflete sobre o desamparo não como um determinante, mas sim como algo condicionado às vivências de situações da falta de amparo, em que o homem se depara com os limites e finitudes de sua própria condição.

Voltando à compreensão do vocábulo alemão *Hilflosigkeit*, Menezes (2012) reforça o sentido de falta de providências, proteção inexistente e a ausência da figura de alguém ou algo que proteja. Quando ela analisa os pares alemão e latino da palavra desamparo, a *Hilflosigkeit* traz consigo a ideia de que o mais importante é a ação que não está presente como o principal elemento motor do desamparo, enquanto o latino *anteperare* guarda em seu sentido a importância das ações concretas de proteção que envolve o desamparo.

Assim, temos na perspectiva da língua alemã (a língua materna de Freud) a *Hilflosigkeit* como os estados decorrentes do socorro ausente e toda sorte de possibilidades que se sucedem desta ausência para a vida psíquica do homem. Levando em consideração a trajetória elaborada até o momento, podemos seguir com segurança às nuances do sentido do desamparo para a Psicanálise.

3.2 TEORIA PSICANALÍTICA DO DESAMPARO

Para levantar os esclarecimentos da Psicanálise em relação ao desamparo, é interessante lançar mão das noções a ele atribuído neste campo do saber. Para isto consultamos oito dicionários de Psicanálise.

A primeira de nossas menções às noções do desamparo em Psicanálise é a apresentada pelos psicanalistas Jean Laplanche e Jean-Bertrand Pontalis. São eles os responsáveis pela noção mais completa das noções do desamparo à teoria freudiana e que nos leva a pensar sobre

o termo da linguagem comum que assume um sentido específico na teoria freudiana. Estado do lactente que, dependendo inteiramente de outrem para a satisfação das suas necessidades (sede, fome) e impotente para realizar a ação específica adequada para pôr fim à tensão interna. Para o adulto, o estado de desamparo é o protótipo da situação traumática geradora de angústia (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 111).

Um dos aspectos mais interessantes em relação ao texto do desamparo desenvolvido por Laplanche e Pontalis (2001) é que se trata de um verbete que faz menção, logo no título, a um “estado de desamparo”. Para justificar a adoção deste título para nomear a *Hilflosigkeit* freudiana, os autores põem-se a argumentar que admitem o desamparo como um fenômeno objetivo. Segundo eles, trata-se do desamparo motor, a impotência que acomete o bebê humano em empreender ações organizadas em favor de si mesmo.

Para Laplanche e Pontalis (2001), estas ações motoras às quais o bebê humano está inapto a executar, têm consigo uma finalidade: minimizar o impacto das sensações incômodas. O primeiro exemplo que nos ocorre é a fome, uma necessidade que foi imposta pela biologia a todos os seres vivos e à qual ninguém pode se esquivar. Quanto mais tempo os organismos vivos passam sem o alimento, mais severas são as sensações desagradáveis que decorrem do adiamento da refeição. A este expediente que implica no aumento da tensão interna ao aparelho psíquico (que no caso da fome, é decorrente do não atendimento às demandas por comida), os autores nomeiam como desamparo psíquico.

Em alusão ao “Projeto Para Uma Psicologia Científica”, Laplanche e Pontalis (2001) reforçam a presença do desamparo como o elemento anterior, cujo desenvolvimento das experiências envolve os processos de satisfação e sua reprodução alucinatória. Em meio a estas discussões, o desamparo também é apontado como o componente motor da constituição do psiquismo, o responsável pelo elo de dependência que a criança estabelece com sua mãe (ou qualquer outra pessoa que assuma a função que dela se espera) e também o protótipo da situação traumática.

Quando entram em cena as discussões sobre o trauma, o “Projeto Para Uma Psicologia Científica” cede lugar a “Inibição, Sintoma e Angústia”, que assume agora a direção do verbete elaborado por Laplanche e Pontalis (2001). Neste texto, Freud reconhece as consequências desorganizadoras do desamparo ao psiquismo e, o quão destrutivos e cruéis são os efeitos do aumento nos graus de excitação no interior do aparelho psíquico, que culminam nas sensações do desamparo.

Para arrematar o verbete, Laplanche e Pontalis (2001) trazem alguns apontamentos de Freud sobre o quão prematuro é o bebê humano ao nascer. Esta característica faz dele o mais dependente de todos os animais que habitam a Terra e também o que mais precisa da benevolência do ambiente externo para se conservar vivo. Sob esta constatação, Freud justifica a influência das pessoas que compõem o mundo externo nos processos de constituição do psiquismo que se responsabilizam pelas experiências que promovem as diferenciações das instâncias internas. E é neste fator de fragilidade biológica que, segundo os autores, estabelecem-se as primeiras situações de perigo vivenciadas pelo homem e também engendra nele a necessidade de ser amado, algo “que nunca mais abandonará o homem” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 213).

Os demais dicionários consultados reforçam, ou por vezes reescrevem à sua maneira, as teses de Freud expressas no verbete do desamparo de Laplanche e Pontalis (2001). Há

alguns casos em que novos aspectos sobre o desamparo são trazidos à luz, como por exemplo, nos verbetes elaborados por Alain de Mijolla (2005) e Jacques Andrés (2015).

Para Evans (2007), o termo desamparo guarda um significado muito particular dentro da obra freudiana e que foi assinalado por Lacan ao estudar os primeiros escritos de Freud. Para o autor, Lacan segue os passos de Freud e, tal como ocorre com a descrição do desamparo em Laplanche e Pontalis (2001), reforça o quão prematuro é o bebê humano frente às necessidades urgentes para a continuidade da vida.

O ponto mais relevante à descrição do desamparo efetuada por Evans (2007) diz respeito à mãe que interpreta os choros do bebê como demandas a ela dirigidas em uma linguagem muito peculiar que lhe cabe interpretar. É neste ínterim, quando está em jogo a demanda e sua interpretação, que nos chama atenção a dependência da criança mantida pelo mundo da linguagem.

Ao tratar do desamparo, Chemama (1998) reforça os pontos ressaltados por Laplanche e Pontalis (2001) a respeito da sensação de dependência e impotência do recém-nascido, incapaz de colocar em prática ações necessárias para diminuir o potencial da tensão interna provocada pela fome, por exemplo. Para ele, usualmente é a mãe, atenta às necessidades do bebê, quem delega cuidados àquilo que julga mais indispensável à criança. Quando tais cuidados estão ausentes, suspensos ou ineficientes, o bebê acede a estados alucinatórios para – provisoriamente - diminuir a tensão interna do aparelho psíquico.

O ponto destacado por Chemama (1998) e que não foi discutido em nenhum dos outros dois dicionários acima citados, é o pano de fundo sobre o qual se desenvolve o desamparo. Para ele, Lacan propõe o desamparo articulado à dependência do onipotente desejo do Outro.

Diferentemente dos demais autores de dicionários consultados, Zimerman (2008), ao tratar do verbete sobre o desamparo, tem como referência principal “Inibições, Sintomas e Angústia” (1926), quando o estado de desamparo implica em excitações difíceis de serem manejadas e de especial perigo ao Eu. Mais uma vez é feita referência ao trauma e apenas em uma leitura mais atenta, foi possível notarmos alusões ao “Projeto para uma psicologia científica”, quando indiretamente menciona a condição prematura do nascimento do bebê humano e o seu prolongado estado de dependência.

Dos dicionários consultados, Mijolla (2005) opta pelo uso do termo *désaide* – “desajuda” ao invés de *détresse* – ao desamparo. Ao desenvolver o verbete, faz o mesmo percurso teórico traçado pelos demais: assinala os poucos recursos que o bebê humano tem em seu favor frente às adversidades e por fim, estabelece uma ligação direta entre a

impotência e o sofrimento, que só pode ser suspenso quando se depara com intervenções externas que mitigam as necessidades do bebê.

Andrés (2015) toma como principal característica do desamparo, o estado de impotência, que faz contraponto à onipotência das figuras parentais que providenciam o amparo. O autor aponta o desespero e as decepções - marcas da existência humana - como a base nutriz do sentimento religioso. Em meio ao discurso religioso, ele traz à discussão o tema das adições como uma das respostas ao desamparo.

O autor menciona as situações da iminência da perda do amor e arremata o desamparo engendrado na transferência:

[...] à diferença da angústia, o desamparo recusa-se a se deixar analisar, quer simplesmente ser reconhecido em sua atualidade. Toda referência ao passado, à infância, longe de abrir para uma interpretação e uma mudança possível é recebida como uma violência, uma indiferença. O grito do desamparo só pede uma coisa (impossível), voltar a encontrar o que nunca existiu: as virtudes substanciais e contínuas de uma presença materna sem falhas (Andrés, 2015, p. 48).

3.3 TEORIA FREUDANA SOBRE O DESAMPARO E ALGUMAS ARTICULAÇÕES COM O CONSUMISMO

A esta altura do nosso trajeto sobre o desamparo para a Psicanálise, quando já passamos pelo sentido atribuído ao tema em meio aos dicionários enciclopédicos da disciplina em questão, já não podemos mais nos furtar da tarefa de abordá-lo em meio às obras freudianas. E o primeiro trabalho aqui a ser mencionado é justamente o “Projeto Para Uma Psicologia Científica” elaborado em 1895.

Não foi à toa que o manuscrito do “Projeto” foi o primeiro trabalho escolhido por nós para abrir as discussões sobre o desamparo na teoria freudiana. Quando o assunto é o desamparo, consideramos este o marco inaugural das teses de Freud sobre o tema, quando o autor se debruça sobre o desamparo motor e psíquico e o concebe como um mecanismo de funcionamento complexo e de extrema importância.

Quando se toma o “Projeto” em mãos, inferimos de sua leitura, as impressões de que, neste momento, Freud ainda se identificava com a doutrina médico-científica calcada sob o positivismo vigente entre os pesquisadores europeus da época e na qual fora treinado por anos a fio em sua formação na Universidade de Viena. Nesta obra, ele se encarrega da tentativa de elucidar os processos psíquicos que a clínica lhe trazia, por meio da fisiologia do sistema

nervoso. Neste quesito, ele se ampara em todo um cabedal teórico e de terminologias que são oriundas das Ciências Biológicas e da Física Newtoniana – tais como quantidades de excitação e mecanismos – para tentar se guarnecer de argumentos para trazer a Psicologia aos domínios das Ciências da Natureza (Bezerra, 2013; Mezan, 2013).

É consenso entre os comentadores, remontar o nascimento do “Projeto” ao encontro de Freud com seu amigo Fliess em 1895, ocasião esta em que o autor se vê tomado por um intenso frenesi e começa a redigi-lo ainda na cabine do trem que o levaria de volta a Viena. E permaneceu com este mesmo entusiasmo por semanas a fio até que, em oito de outubro do mesmo ano, despacha pelo correio cem páginas escritas para que Fliess pudesse revisar (Bezerra, 2013; Garcia-Roza, 1991; Gay, 2012; Menezes, 2012; Roudinesco & Plon, 1998; Roudinesco, 2016).

Roudinesco e Plon (1998) não destoam dos demais ao remontar a gênese do “Projeto” no diálogo com Fliess, porém, segundo suas pesquisas, é possível retroceder suas origens até o ano de 1877²⁴, quando Freud ainda era um acadêmico na Universidade de Viena. Naquelas circunstâncias, Freud, ainda um jovem pesquisador nos laboratórios de Carl Claus, publica um estudo em que é possível notar as primeiras noções do funcionamento específico das células nervosas, concepção que, de acordo com os autores, exerceu influência no formato como o aparelho psíquico foi tratado nos esboços de dezoito anos depois.

De qualquer maneira, as intenções iniciais do Projeto – de proporções um tanto quanto hercúleas, diga-se de passagem –, giravam em torno de tentar guarnecer a Psicologia de um instrumental natural científico, apresentando os processos mentais como estados quantitativamente determináveis, tendo como elementos materiais a compreensão da época sobre o aparelho nervoso, ao mesmo tempo em que investigava de que espécie é a economia das forças nervosas, tirando da psicopatologia recursos para a compreensão da psicologia normal (Gabbi, 2003). Revestido de autocrítica, julga os argumentos contidos no escrito um tanto frágeis e as conclusões difusas, razões suficientes para abandonar o “Projeto” antes mesmo das respostas de Fliess (Gay, 2012).

Mas também julgamos pertinente mencionar uma outra justificativa pelo qual o “Projeto” foi abandonado. Este outro motivo foi o elucidativo sonho da injeção de Irma,

²⁴ Não há consenso entre os biógrafos de Freud e os pesquisadores das obras pré-psicanalíticas freudianas. Segundo os estudos de Cesar Ades (2001), retroceder as origens do “Projeto” às pesquisas freudianas em Trieste é uma tese defendida por Michel Plon. Para Ades, a publicação de 1877 é um estudo sobre os tecidos reprodutivos no laboratório de zoologia de Carl Claus. De qualquer maneira, concordamos com Gay (2012), para quem, as observações dos tecidos reprodutivos de enguias ensinaram a Freud paciência e exatidão, qualidades utilizadas mais adiante, no exercício clínico da Psicanálise e na construção dos textos psicanalíticos.

elemento que fez Freud refletir sobre os processos psíquicos em jogo na formação dos sonhos, demarcando a principal das descobertas e o maior legado do autor ao edifício das Ciências Humanas: o inconsciente (Freud, 1900/2019). Neste sentido, o novo aparelho psíquico, dotado de qualidades simbólicas que determinava a qualidade dos sonhos, sintomas, chistes e demais formações do inconsciente, era incompatível com o modelo de aparelho neuropsíquico que Freud formulava nas conjunturas de 1895. Ante a descoberta do inconsciente, um conceito inovador e que abriu portas para a compreensão da vida psíquica, Freud se viu tentado a deixar de lado a escrita do “Projeto”, para se dedicar a pensar ao novo horizonte que se fez presente em seu intelecto. Desta forma, concordamos com Susemihl (2017), ao afirmar que o texto do “Projeto” foi o último fôlego do Freud neurologista, que tentava arregimentar uma teoria que fizesse convergir a Psicologia às Ciências Naturais.

E assim o “Projeto” foi colocado em suspensão. Da parte de Fliess, é arquivado junto a tantos outros documentos e cartas que trocaram por anos, e da parte de Freud abandonado devido às ambiciosas intenções iniciais. Ele segue adormecido até 1928, quando ocorre a morte de Fliess. Como era de se esperar, a viúva, Ida Fliess, arruma os pertences do falecido marido e encontra preservadas as cartas que trocaram por anos e entre elas, estavam também os manuscritos do “Projeto”. É dessa maneira totalmente inesperada que este rascunho sai do entorpecimento de mais de três décadas (Gay, 2012; Roudinesco, 1998).

Com a morte de Fliess, o “Projeto” passa para as mãos de Reinhold Stahl, escritor, colecionador, negociante de artes e livreiro berlinense. Por sua vez ele o revende a Marie Bonaparte, psicanalista, analisanda de Freud, amiga íntima dele e de sua família e colaboradora da causa psicanalítica. Foi ela a responsável não somente por adquirir o “Projeto”, mas também preservá-lo de Freud dar fim a este esboço e negociou, amparada por Anna Freud, as possibilidades de publicação. Nesta última tarefa, Bonaparte encontrou entraves no gênio de Freud, que autorizou a publicação somente após sua morte (Gay, 2012).

De qualquer maneira, a historietta que contamos sobre o “Projeto” e saga que ele trouxe consigo serve tanto para contextualizar o nascimento de uma obra, quanto para chamar a atenção para uma concepção de homem em Freud que caiu em desuso desde 1900, quando na ocasião ele publicou “A interpretação dos Sonhos” e nasceu a Psicanálise. Trata-se de uma perspectiva que Bezerra (2013) chama de descontinuista, à qual alguns psicanalistas aderem ao levarem em consideração que a Psicanálise e a teoria do aparelho psíquico posterior “A Interpretação dos Sonhos” descortinam tanto uma nova forma de pensar o sujeito, quanto um novo método investigativo do psiquismo que já não comportam mais um Freud da neurologia.

Entretanto, justificamos a presença de algo tão controverso em meio às nossas reflexões, recordando-nos das palavras de Freud em “A História do Movimento Psicanalítico”:

A Interpretação dos Sonhos, por exemplo, estava pronta em todo o essencial no início de 1896, mas foi redigida somente no verão de 1899. O trabalho do caso ‘Dora’ foi concluído no final de 1899, sua história clínica foi registrada nas duas semanas seguintes, mas publicada apenas em 1905 (Freud, 1914/2012b, p. 266).

Esta citação comporta em si um hiato entre a formulação das ideias contidas nessas obras e o ano em que foram publicadas. Isto nos leva a pensar que conceitos freudianos que foram gestados em momentos prematuros, só mais adiante encontraram a urgência de serem reformulados para se consolidarem no pensamento psicanalítico. Entendemos que este é o caso do “Projeto”, lugar de registro de complexas ideias que, mesmo depois do abandono, foi um cruel algoz da genialidade de Freud, como atestam as cartas que endereçara a Fliess. Se por um lado, a carta de oito de outubro de 1895 mostra um Freud “orgulhoso e exultante e envergonhado e abatido” (Masson, 1986 p. 142), a carta de treze de fevereiro de 1896 deixa transparecer o quanto ele foi tomado novamente pela apaixonante metapsicologia que formulara para o aparelho mental, esperando “que alguma coisa possa sair disso. De fato, as ideias mais antigas são as mais úteis, como venho descobrindo tardiamente” (Masson, 1986, p. 173).

Concordamos com James Strachey (1954/1996) que, no prefácio à tradução inglesa das obras de Freud, atesta que da leitura do “Projeto” deve permanecer o momento do nascimento e as primeiras formulações de conceitos que mais adiante foram expressas “A Interpretação dos Sonhos”. Segundo o autor, as teses antecipadas do “Projeto” são mais do que o testemunho de um Freud neurologista, elas são o núcleo de parte importante das teorias psicológicas freudianas posteriores e oferecem suporte para a compreensão de conclusões trazidas no sétimo capítulo da obra inaugural da Psicanálise.

Baseados nos argumentos de que há um laço que permeia as primeiras formulações conceituais de Freud no “Projeto” e o sentido que elas irão adquirir em ocasiões futuras, que se pautam os psicanalistas continuístas (Bezerra, 2013). A partir deste ponto de vista, entendemos que os fundamentos conceituais da Psicanálise foram precedidos por algo que veio antes, e que somente pelo texto do “Projeto”, uma espécie de Pedra de Roseta da Psicanálise, lançando luz aos primeiros rudimentos teóricos.

E é isto que acreditamos tratar-se das questões que envolvem as noções sobre o desamparo para a teoria freudiana. Como poderemos observar nas páginas que se seguem, a primeira das formulações a seu respeito foram efetuadas nas conjunturas de elaboração do “Projeto”. Entretanto, o leitor que teve contato com o “Projeto” e com “A Interpretação dos Sonhos”, poderá notar, sem muita dificuldade, que muito da escrita sobre o desamparo da segunda obra foi resgatada do primeiro texto.

Ainda assim, por mais que julguemos que existam semelhanças que aproximem as considerações sobre o desamparo entre os dois trabalhos, há de se ressaltar que o “Projeto” traz consigo um homem engessado pelas Ciências Naturais, um tanto quanto diferente das qualidades dinâmicas conferidas pelo inconsciente proposta em “A Interpretação dos Sonhos”. Por mais que isso se faça presente, destacamos que, se 1895, o exame do desamparo convergia para um aparelho psíquico neurobiológico incapaz de um bom desempenho frente ao estado de tensão derivado do não atendimento das necessidades, em 1900, com a promoção do homem dividido entre as instâncias consciente/pré-consciente e inconsciente, o desamparo tampouco encontrou um aparelho psíquico que fosse eficiente em ao dar conta dos estados de tensão decorrentes das privações.

Na primeira parte do “Projeto”, intitulada de “Plano Geral”, podemos notar o germen de algumas ideias que irão estar presentes ao longo do pensamento freudiano, como por exemplo, as experiências que envolvem a satisfação, a forma como desponta do desejo, os princípios do funcionamento psíquico e os sonhos (Bezerra, 2013). Nestas páginas iniciais, Freud procurava postular os princípios gerais do funcionamento neural derivadas de “suposições fundamentais, modelada e corrigida de acordo com as diversas experiências factuais” (Gabbi, 2003, p. 221).

É no “Plano Geral” que Freud faz referências ao desamparo, quando procura explorar os princípios gerais do funcionamento psíquico a partir de bases neurológicas, mais precisamente na seção 11, intitulada “A vivência de satisfação”, uma das mais importantes de todo o rascunho e percurso incontornável daqueles que estudam o “Projeto” (Bezerra, 2013; Caropreso, 2008; Garcia-Roza, 1991; Menezes, 2012), uma vez que se trata de uma passagem de fundamental importância para compreendermos as nuances do aparelho psíquico. Em suas palavras temos:

O preenchimento dos neurônios nucleares em psi terá como consequência um esforço de eliminação, uma incitação para obter alívio na direção do caminho motor. De acordo com a experiência, a trilha para a alteração interna (expressão de emoções, gritos, inervação vascular) é aquela que

inicialmente se entra. Todavia, toda essa eliminação, como exposta acima, não resulta em alívio, pois a recepção do estímulo endógeno, no entanto, continua e restabelece a tensão em psi (Gabbi, 2003, pp. 195-196).

A partir deste momento do “Projeto”, que Freud começa a tratar das questões que envolvem o desamparo. Desta citação, é possível inferir que, durante a vida, incorrem situações em que há estímulos que despertam as vias nervosas sensíveis responsáveis por captá-los. O aparelho nervoso, quando preenchidos por quantidades de energia pouco usuais, faz o sujeito experienciar este acontecimento como algo desprazeroso, tendo como consequência, as vivências que implicam o desprazer (Gabbi, 2003). Até este momento das palavras do autor, o desamparo pode ser encarado como o encontro do ser humano com as situações de desprazer que fogem ao seu controle, e têm como consequência o aumento de tensão com a qual o aparelho neurônico não consegue lidar.

Estas experiências por sua vez, tomam o sujeito de assalto, abalroam-no, e trazem à luz o quão frágil é o ser humano, uma vez que nem sempre somos dotados de recursos para lidar com o excesso de energia que surpreende os nossos sentidos. Assim, são colocados em evidência as mais diversas necessidades e privações que emergem da vida e potencializam o estado de tensão interna dentro do aparelho neuronal (Gabbi, 2003).

Para melhor compreendermos no que esta passagem implica no desamparo, devemos, antes de mais nada, levar em consideração o primeiro e mais frágil momento da vida do ser humano, quando somos atingidos por toda uma série de estímulos vindos do mundo interno e externo aos quais a natureza não garante o recém-nascido de recursos para lidar.

Apesar de dotado de uma quantidade razoável de comportamentos reflexos – diga-se de passagem, todos muito úteis diante de uma perspectiva filogenética (como por exemplo o reflexo de sucção, preensão, palmar, plantar, marcha, etc...) –, eles são muito pobres em atributos que garantam com satisfação os cuidados mais elementares para consigo e a manutenção da vida por si só.

Esta via interpretativa encontra confirmação nas palavras de Birman (1999), que reforça a prematuridade biológica característica da espécie humana implicando na incompletude do organismo do recém-nascido, evidenciando sua fragilidade e pouca capacidade autônoma. Em uníssono, Sloterdijk (2000) propõe a ideia de que há os excessos na falta de acabamento do homem desde seu nascimento e apresenta como consequência à prematuridade biológica, o desamparo psíquico inerente a ele.

Por isto, concordamos com Menezes (2012) que fortalece nossa interpretação do trecho citado de Freud ao mencionar o desamparo, compreendido nestas conjunturas, como a

pouca habilidade motriz do bebê em satisfazer suas necessidades mais elementares. Por mais que o bebê humano procure empreender uma tarefa para pôr fim a todo acúmulo de energia retida no interior do aparelho neuronal, ele não dispõe de recursos motores que lidem eficientemente e eliminem, ou ao menos mantenham sob controle, as sensações de dores, desconforto e desprazer que provocam o aumento da tensão interna. Desta forma, somos levados a julgar o bebê humano como o mais suscetível dentre todas as espécies presentes no reino animal (Birman, 1999), nascendo biologicamente inapto (na melhor das hipóteses, pouco apto) para prover sua existência.

Seguindo o raciocínio de Freud, nos deparamos com uma questão pertinente: em termos teóricos e práticos, o que acontece com o aparato neuronal para as ocupações recorrentes dos neurônios psi (aqueles que estão atentos às fontes de excitação)? Qual ou quais, dentre os recursos disponíveis no repertório do vulnerável bebê, são utilizados para lidar com estados de penúria que produzem estas tensões internas cada vez mais potenciais, que resultam invariavelmente em desconforto e desprazer? Traduzindo em um linguajar comum, o que faz um bebê quando sente fome, frio ou alguma dor?

Para respondermos a estas questões recorreremos às observações de Fátima Caropreso (2008) ao discorrer sobre a problemática levantada das consequências das necessidades para a manutenção da vida, cujas ocupações cada vez mais constantes atraem inconvenientemente a atenção do aparelho neural que foi formulado por Freud. Para a autora, o aumento da tensão interna provoca no neonato respostas reflexas listadas por Freud como “as expressões de emoções, gritos e toda inervação vascular” (Gabbi, 2003, p. 195).

Voltando-nos então para o exemplo do bebê, conclui-se que, quando tomado por sensações de desconforto, ele se defronta com o aumento progressivo da tensão no interior da trama de neurônios psi, que exigem a necessidade de descarga imediata para alívio das tensões, seguindo o princípio fundamental que regula o funcionamento do aparato, o que explica toda sorte de ações reflexas expressas na agitação psicomotora desordenada, esperneios, gritos, choros: a única reação possível ao imaturo bebê diante deste quadro.

Atento à impossibilidade do bebê humano em providenciar para si mesmo quaisquer desfechos favoráveis à manutenção de sua vida e colocar fim aos estímulos indesejáveis, Freud continua seu raciocínio:

Aqui, um cancelamento de estímulo só é possível mediante uma intervenção que, por um certo tempo, remova no interior do corpo a liberação Qn' e essa intervenção exige uma alteração no mundo externo (aprovisionamento de alimento, proximidade com o objeto sexual) que, como ação específica, só

pode efetuar-se segundo determinados caminhos. O organismo humano é incapaz de levar a cabo a ação específica. Ela efetua-se por ajuda externa, na medida em que, por meio da eliminação pelo caminho da alteração interna, um indivíduo experiente atenta para o estado da criança (Gabbi, 2003, p. 196).

Nesta segunda parte da citação de Freud, o autor enumera o que seria a segunda possibilidade para o alívio da tensão disposta no interior do aparelho neuronal, esta sim muito mais adequada e efetiva. Segundo ele, para que ocorra o funcionamento eficiente deste aparelho, é necessário advir do meio externo uma intervenção que modifique as impressões desagradáveis que estes estímulos causam, tal como acontece quando nos alimentamos depois de um grande tempo em jejum (Gabbi, 2003).

Como se pode notar, as ações reflexas disponibilizadas pelo acervo da espécie – e que o bebê traz consigo desde o momento do nascimento – não lhe confere habilidades suficientes para lidar com as sensações de dores e/ou desconforto que emergem e provocam o aumento do estado de tensão interna. Para Garcia-Roza (1991), toda sorte de comportamentos reflexos acessíveis ao bebê e aos quais faz uso intencionando diminuir a tensão em si, não é tão bem sucedido. O autor, ao explorar as palavras de Freud, reforça que este objetivo só chega a ser exitoso quando for eliminada a fonte da quantidade de energia disposta no interior do sistema, cessando temporariamente a estimulação indesejada e proporcionando relativa estabilidade tão almejada pelo aparato nervoso.

Assim, os neurônios psi, aqueles cuja atribuição dentro do sistema neural concebido por Freud está voltada para as percepções internas e externas do organismo, não conseguem através de via reflexa por fim à carga excitatória, acumulam em seu interior quantidades de energia cada vez maiores advindas das sensações inconvenientes, potencializando ainda mais a tensão interna do sistema, implicando diretamente nas percepções de desconforto (Gabbi, 2003). Desta forma, a tão esperada estabilidade junto ao sistema neuronal através da alteração interior ocorrida pela descarga do excesso de energia se vê interrompida em suas etapas, colocando em risco a existência do recém-nascido.

É neste ponto que Freud então faz uso do termo ação específica para conferir estabilidade junto ao aparato neuronal (Gabbi, 2003). Ao lançar mão deste conceito, ele o faz de maneira um tanto vaga, sem adentrar em profundidade na natureza da ação específica, utilizando o termo como um elemento de coesão à teoria do aparelho neural por ele formulada.

Para melhor compreendermos as nuances da ação específica, recorremos a Laplanche e Pontalis (2001) que mencionam ser justamente o Projeto a principal referência deste

conceito. Para os autores, a ação específica é definida pelo conjunto de intervenções previamente formuladas e externas ao organismo em si que, uma vez colocadas em prática, trariam por consequência o desencadear de um processo responsável pelo afrouxamento das tensões internas criadas pelas urgências ligadas à manutenção da vida.

Voltando ao frágil bebê humano para ilustrar as nuances do desamparo no “Projeto”, podemos trazer como exemplo das ações específicas a apresentação do seio da mãe, que provê alimento na hora mais apropriada de todas: quando a criança faminta chora incomodada pela falta de alimento, surge ela com uma ferramenta que aplaca, momentaneamente, sua fome. Mas também podemos supor como exemplo de ação específica, as frequentes trocas de fraldas, a limpeza das partes íntimas, o uso de talco e pomadas antiassaduras, para evitar a irritação da pele do recém-nascido. Também podemos presumir, em toda uma vasta rede de cuidados que a mãe (ou quem a substitua) provê para assegurar a sobrevivência do bebê, a presença da ação específica: um adulto que modifica o meio externo à criança, trazendo consigo um objeto a ser consumido pelo infante para minimizar o impacto dos excessos de estimulação desagradável ao aparelho neuropsíquico.

Aqui se torna evidente a importância das moções gregárias para o processo de constituição do sujeito, sendo a mãe (ou qualquer pessoa que venha a substituí-la) a principal representante do um mundo externo e que traz consigo um objeto capaz de amenizar os desconfortos suscitadas pela inabilidade do bebê prover para si a sua existência física. Nestas conjunturas que fazem o sujeito acordar desde cedo para a vida em sociedade, consumir algo trazido pelas mãos de seu cuidador é imprescindível para manter-se vivo e que não há alternativas senão entregar-se às capacidades balsâmicas de um consumo que irá tranquilizar – momentaneamente – e fará postergar o fim de sua tão frágil.

Retomando as vias teóricas e lembrando as palavras de Laplanche e Pontalis (2001), a principal referência à ação específica é justamente o “Projeto”, não pela profundidade como o tema é tratado em seu interior, mas pela importância que lhe é conferida na escrita dos comentadores da obra de Freud, entre os quais assinalamos aqui as impressões de Garcia-Roza (1991, 2009), Caropreso (2008), Bezerra (2013) e Torres (2011) ao refletirem sobre os processos que envolvem a satisfação.

Garcia-Roza (1991, 2009), ao refletir sobre as questões envolvidas no alívio das tensões internas contidas no Projeto, reforça o papel da ação específica como o único meio possível para a eliminação do estímulo a partir de sua fonte. Durante sua interpretação das ações específicas, o autor enfatiza a vulnerabilidade humana no início da vida, reforçando o termo *not des lebens*, empregado por Freud e retomado na leitura de Lacan, ao fazer menção

aos estados de urgência em que a vida se vê ameaçada. Mais uma vez surgem análises do desamparo, a proposta do quanto é limitado o período de vida intrauterina do homem, tendo em vista a fragilidade do bebê humano ao se deparar com os poucos recursos que a natureza lhe conferiu, estando entregue à própria sorte caso não contasse com a ação específica. Com este raciocínio, conclui-se o quão radical é o estado de dependência do bebê humano das pessoas que estão ao seu redor e a importância da sua disposição para que, a partir de seus cuidados, possa haver garantias de desenvolvimento ao bebê.

Caropreso (2008) ressalta a complexa trama de cuidados que abrangem as ações específicas como o ponto chave da seção que trata das vivências de satisfação. Para ela, o prazer encontrado na criança faminta cada vez que encontra o seio que a satisfaz só acontece devido ao mecanismo de saciedade, que faz cessar os estímulos indesejáveis ocasionados pelos longos intervalos em jejum, trazendo para níveis aceitáveis toda série de desconfortos causados pela fome e cessando a tensão interna ao sistema neuronal.

Bezerra (2013), ao refletir sobre os processos que envolvem o alívio das tensões internas, propõe na ação específica a única alternativa para dar fim a toda sorte de estímulos desprazerosos que atingem o frágil bebê. O exemplo por ele utilizado e contemplado por nós e os demais autores, para ilustrar esta situação é a fome (visto que o sexo está distante da realidade infantil): uma vez privado de alimento, o bebê humano não consegue pelos seus próprios meios, providenciar a eliminação das tensões internas desencadeadas pela fome, o que potencializa o desconforto causado pela ausência do alimento, tendo na intervenção externa a fonte que apresenta comida ao organismo faminto do bebê, o único meio possível para o alívio da tensão conservada no interior do aparelho psíquico. Neste momento, fica evidente a relevância do papel empenhado pelo *Nebenmensch* o “homem/humano ao lado”, cuja presença é fundamental para serem colocadas em prática as ações de acolhimento e cuidado diante das necessidades da vida. Ao mesmo tempo, o autor ressalta a importância deste contato com o humano próximo, que desencadeia através destas ações específicas, os mecanismos em jogo no processo de constituição do psiquismo.

Para Torres (2011), a mais importante qualidade da ação específica está relacionada à “totalidade do evento”. Para ele, é preciso que contemplemos as ocorrências que configuram o fenômeno em análise tanto pela face que encara o bebê humano em um estado de necessidade crítica, quanto pelo outro que é sensível à necessidade, a acolhe como demanda de cuidado e dá uma saída adequada ao padecimento que emergiu naquela situação. A ressalva que aqui fazemos é que não podemos deixar que se perca de nossas vistas, o patamar teórico que Freud se encontrava em 1895. Nesta ocasião, ele ainda não havia se deparado com a descoberta da

teoria da sexualidade e ainda estava longe de publicar suas primeiras apreciações sobre a teoria das pulsões. Desta forma, consideramos de fundamental importância que, para podermos apreciar as ideias contidas no “Projeto”, ter em mente a sua localização precisa em meio à história da evolução dos conceitos freudianos e o que isto implica em uma visão geral dos cogitos psicanalíticos.

Continuando nas palavras de Freud “Esta trilha de eliminação passa a ter, assim, a função secundária da mais alta importância de comunicação e, o desamparo inicial do ser humano é a fonte originária de todos os motivos morais” (Gabbi, 2003, p. 196).

Ao interpretarmos as palavras de Freud, o que era antes só um bebezinho reagindo espontaneamente com os talentos que a filogênese lhe garante frente a todo o desconforto causado pelas excitações internas às quais não conseguia dar vazão apropriada, passa a ganhar um novo significado por parte de quem lhe é sensível: o de uma tentativa de comunicação. Diante de toda aquela agitação desordenada de choros, esperneios, o que salta aos olhos do cuidador não é toda a agitação psicomotora própria da resposta fisiológica, mas sim algo que precisa ser decodificado às suas minúcias, nomeado como algo de extrema urgência e o atendimento desta necessidade tomado enquanto demanda.

Como exemplo, vide as mães um pouco mais experientes que conseguem discernir os choros motivados pela fome dos que são ocasionados pela fralda que está suja, ou ainda dos que são motivados pela hora de dormir que se aproxima, quando estão com dores, mal agasalhados ou por pura manha ou pirraça.

Independente dos acertos ou erros – que se dão ao acaso ou pelo empirismo – é interessante pontuar que se trata de um momento ímpar, onde o bebê em desconforto mostra insatisfação com o estado ao qual está submetido, tendo nas respostas reflexas o único meio possível para alívio da tensão interna ao aparelho neuronal. Por conseguinte, aqueles que estão próximos, não podem deixar de notar a agitação que está ao seu redor e, ao constatar que se trata de um bebê que necessita de auxílio, tomam a agitação como um pedido de ajuda. Porém, um pedido de ajuda muito particular: se sentem instigados em oferecer algo ao desamparado bebê. Ao mesmo tempo, aqueles que se sentem impelidos em socorrer a criança, o fazem por estarem na presença de alguém que não tem maturidade suficiente para colocar em palavras aquilo que necessita, restando à figura do auxiliador a função de intérprete da necessidade e assim, dar conta de colocar em prática a ação específica.

Para Birman (1999) esta construção de Freud que indica a prematuridade biológica do ser desde o nascimento evidencia o mais frágil momento da vida, à qual estávamos todos expostos um dia, quando não tínhamos capacidade suficiente para prover nossa existência. O

autor encontra nestas primeiras vivências do desamparo características da necessidade de outrem, algo que não é observado com tanta frequência em outras espécies do reino animal. Como consequência, tem-se um longo período de dependência absoluta de outro humano a única possibilidade encontrada para sua sobrevivência do bebê.

Eis então uma das características que faz do “Projeto” algo tão controverso. Até o momento onde Freud propõe a ação específica, tínhamos em análise um modelo explicativo da constituição psíquica pautada em reações mecânicas baseadas na causalidade biológica do aparelho neuronal. Quando propõe o conceito de ação específica, adentra em um terreno escorregadio onde, segundo Bezerra (2013), conjuga em mais de uma direção os elementos que pretendia examinar.

Segundo Bezerra (2013), ao utilizar o conhecimento e a especulação em iguais proporções, Freud tem como resultado aportes teóricos finais desiguais, criando um problema metodológico em relação à concepção de homem que adotou desde o princípio da obra. É bem verdade que o caminho explicativo formulado por Freud para conceber o desamparo em meio a um aparelho psíquico fundamentado a partir de bases neurológicas é um tanto complexo, porém, é a partir dele que o autor dá os primeiros passos para compreender as bases da constituição do psiquismo e também à sexualidade.

Quando Freud propõe um exame do desamparo como a origem dos motivos morais, Bezerra (2013) retoma a questão reduzindo a dois níveis metodológicos as propostas explicativas do “Projeto”. Na primeira delas, coloca-se como plataforma exploratória a redução dos fenômenos psíquicos às bases orgânicas e na segunda, remete aos componentes de análise qualitativa dos processos vitais realizadas pelo tecido neurológico ao serem deles exigidos uma interação dinâmica entre o organismo e o meio que o circunda. Assim, quando nos vemos diante de um fator externo como a única saída possível para a continuidade da vida, somos obrigados a dar um passo para considerarmos o evento do desamparo como um todo, sem deixar de lado o contexto em que se desenvolve a ação específica.

Garcia-Roza (1991) reforça o ponto de vista que envolve o choro de uma criança faminta como algo que está além do alívio na descarga psicomotora reflexa, mas observa que neste momento se estabelecem sinais que podem ser compreendidos pelo cuidador como demanda, configurando assim os choros de fome como um sinal e portanto destinado a alguém, responsável por inseri-lo dentro da ordenação simbólica, ampliando os horizontes da satisfação e desligando-a de um único objeto da necessidade. O mesmo acontece com Bezerra (2013) que estabelece como crucial a interpretação das ações reflexas e suas interpretações

por parte dos praticantes da ação específica para a entrada do psiquismo humano no mundo da ordenação simbólica através do próprio corpo.

Assim, compreende-se que o bebê não procura se comunicar com o ambiente que está à sua volta – aliás seu psiquismo ainda está em um momento de constituição em que o Eu paulatinamente irá, no futuro se dar conta do ambiente e pessoas que o envolvem – apenas expressa desta maneira o mal estar associado às situações de desprazer (Bezerra, 2013). A entrada da criança no mundo da cultura ocorre quase que concomitante aos primeiros cuidados de manutenção para com a vida, quase que acidentalmente, tendo em vista que a mãe (ou qualquer de seus substitutos) é quem olha para os choros e os interpreta como um chamado a ela destinado, cabendo às suas funções interpretar de acordo com a cultura à qual pertence, de que forma poderá prover as necessidades do bebê.

A este ponto, quando a criança em desamparo se encontra com o outro que procura atender às suas demandas e termina por, despreziosamente, adentrá-la no universo da cultura, há uma nota importante que se desprende da leitura de Adorno (2015, p. 229):

Os momentos natural e social da necessidade, entretanto, não se deixam distinguir um do outro como secundário e primário, de modo a construir uma hierarquia de funções. A fome, concebida como uma categoria natural, pode ser saciada com gafanhotos e bolos de mosquito, que muitos selvagens apreciam. Pertence à satisfação da fome concreta dos civilizados que eles aceitem comer alguma coisa da qual não sintam nojo, e tanto neste quanto em seu contrário está refletida toda a História.

Aqui, Adorno (2015) faz uma clara alusão à transformação da natureza biológica existente na necessidade, para o universo da pulsão. Como foi discutido anteriormente, ao ver atendida as suas demandas por satisfação, o bebê em desamparo necessita dirigir-se ao outro que, à sua maneira, atende a estas demandas e o direciona para as dimensões da sexualidade.

Em uma linha de raciocínio semelhante a Adorno, que propõe a transformação do instinto em pulsão e a entrada no universo da sexualidade como um dos traços mais indelévels deixados pela cultura aos seres humanos, está Barbosa (2010) ao propor que as alterações históricas, sociais e culturais em relação ao consumo terminam por caracterizar os sujeitos enquanto seres sociais. Assim, entendemos que a necessidade de um abrigo que oferecesse proteção contra as intempéries e os predadores acabou se transformando na atualidade, pois são poucos os predadores existentes no espaço urbano e existem tecnologias capazes de amenizar os impactos nefastos das forças da natureza. Com isto, tão necessário quanto um engenheiro que assegure os cálculos necessários para que uma residência fique de pé e não

soçobre ante uma forte tempestade, um terremoto ou então seja levada por ventos mais fortes, está o arquiteto, responsável pela fachada que fará todos admirarem a beleza da residência. E não somente os serviços do engenheiro e do arquiteto se mostram essenciais para serem adquiridos, há a necessidade de um designer de interiores que fará um projeto de iluminação, distribuirá os móveis, orientará a compra de peças adequadas a cada cômodo, e todas as disposições do interior da residência.

Em outras palavras, entendemos que a vida instintual se contrapõe à vida pulsional do ser humano. Nos instintos há um modelo de comportamentos que são pré-determinados pelo aparato biológico, que são executados com uma finalidade específica, formulado para atingir a um determinado objeto e finalidade. Porém, quando nos embrenhamos nos domínios da sexualidade, deparamo-nos com a pulsão ao invés dos instintos. O pano de fundo onde estas elucubrações se desenvolvem é no texto “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade”, de 1905. Nele, Freud (1905/2016a) propõe a ideia da sexualidade como algo relacionado aos primeiros momentos da constituição do psiquismo, que se inicia com a anatomia (o corpo dado pela biologia no momento do nascimento) e se modifica a partir do momento em que entra em contato com o outro: “toda pulsão é tão mediada socialmente que sua dimensão natural jamais aparece de imediato, mas produzida pela sociedade” (Adorno, 2015, pp. 229-230).

Apesar de efetuarmos um salto teórico, adiantando alguns aspectos relacionados ao desamparo em relação ao texto de 1905 que se fez urgente para solucionar alguns aspectos em nossa escrita, precisamos voltar a um exame cronológico do tema em Freud. Passamos agora aos exames do desamparo em “A Interpretação dos Sonhos”, publicado em 1900. Nestas circunstâncias, Freud se dedica a elucidar os caminhos percorridos pelo sonho e os sentidos que podem ser atribuídos a eles, formulando a máxima de que eles são, em última análise, a realização de um desejo.

Aqui, Freud (1900/2019) propõe um novo formato de aparelho psíquico, muito mais dinâmico e flexível, e que difere, pelo seu funcionamento, do aparelho neurobiológico proposto anteriormente pelo “Projeto”. Apesar de Freud se utilizar dos modelos fisiológicos do estímulo e resposta – onde há um polo perceptivo e um polo motor – para fazer as primeiras explorações sobre o novo psiquismo, ele só conseguirá seguir adiante com suas elucubrações, quando propõe que entre a percepção e a motricidade existam instâncias intermediárias que compõem as memórias de um sujeito.

No novo psiquismo, quando as energias decorrentes do processo de satisfação percorrem o seu interior, elas deixam por trás de si registros perceptivos que atestam a sua

passagem e são captadas pelos sistemas de memória. Estas memórias podem percorrer os registros neurológicos tradicionais, mas isto não é regra, uma vez que estes processos podem fazer caminhos alternativos que estão à margem das memórias registradas pelo aparelho nervoso. Interessava a Freud (1900/2018) em “A Interpretação dos Sonhos” tentar esclarecer como se dava o funcionamento deste tipo fronteiro de memória, e que nem sempre estava acessível à consciência, por mais que o sujeito mostrasse intenções de tentar recuperar seu conteúdo. Esta era a novidade apresentada por Freud a partir de 1900, um psiquismo dotado de memórias profundas, associadas a vivências inatingíveis à consciência, mas que ainda assim determinam todas as formações psíquicas que acontecem na vida do sujeito: o inconsciente.

Neste sistema inconsciente, em que memórias se encontram obstruídas e com dificultoso acesso à consciência, as impressões infantis, as primeiras experiências de satisfação, cujo protótipo trazemos a criança e o seio que a alimenta, decantam-se registros mnêmicos de traços que circunscrevem estas satisfações (Freud, 1900/2019). Em paralelo a este momento, o que se inscreve no inconsciente não é a satisfação propriamente dita, mas a experiência subjetiva com o objeto de satisfação (Elia, 2007), e tudo aquilo que ela representa ao sujeito, utilizado como matéria prima para a elaboração onírica vinculada à realização do desejo. Como era de se esperar, ante a situações de tensão semelhantes, o psiquismo tenderia a procurar, involuntária e inconscientemente, satisfações em objetos que ficaram registrados em experiências anteriores (Freud, 1900/2019).

Levando em consideração um psiquismo infantil e que ainda se encontra em constituição, Freud, (1900/2019, p. 617) propõe como alternativa para lidar com a situação de tensão de maneira efetiva, a “ajuda vinda de fora” para aplacar as necessidades e anular os estímulos desagradáveis. O *Nebenmensch*, o humano próximo que opera a ação específica, é alguém fundamental para a construção do psiquismo, uma vez que ele ajuda a gerir o incômodo das tensões internas e favorece o acesso ao objeto e à aparição “de certa percepção (do alimento, nesse exemplo), cuja imagem mnêmica, a partir de então, fica associada ao traço mnêmico da excitação criada pela necessidade”.

Segundo Freud (1900/2019), tão logo a necessidade se apresente novamente, incorre no psiquismo a emergência dos traços mnêmicos das experiências anteriores e que são investidos novamente na tentativa de reproduzir as situações que implicavam na satisfação. Àquilo que converge ao desamparo, Silva (2012) nos chama a atenção para as circunstâncias em que os sujeitos conseguem, num primeiro momento, alguém que providencie as satisfações necessárias para diminuírem as tensões impostas pela necessidade, mas que em

ocasiões vindouras, o humano próximo estará ausente. Segundo Freud (1900/2019), em casos onde o ambiente que contorna a criança malogra na tentativa de prover benesses ao bebê, não resta alternativa ao infante senão fazer o caminho contrário ao desenvolvimento esperado na constituição do seu psiquismo, fazendo uso da regressão para poder aceder à satisfação de maneira alucinatória.

No sentido em que progride o raciocínio de Freud (1900/2019, p.618), para que o psiquismo do desamparado bebê não termine por formular para si uma realidade alucinatória ou então se perca por entre fantasias de inanição, as experiências reais de satisfação devem ser equivalentes ou então mais intensas do que os traços que ficaram registrados no aparelho mnêmico que futuramente constituirá o inconsciente. Assim, para a edificação do psiquismo neurótico, faz-se necessário “deter a progressão plena, de modo que ela não vá além da imagem mnêmica e, a partir desta, possa buscar outros caminhos que finalmente levem à produção da desejada identidade [perceptual] a partir do mundo exterior”.

Segundo Silva (2012, p. 51), por mais que as experiências concretas de satisfação se façam presentes em meio à constituição psíquica, pode acontecer de elas se posicionarem de maneira um pouco deslocada, e com poucos referenciais em relação às primeiras satisfações, fazendo com que os registros posteriores se tornem “mais complexos, e novas representações se associem, formando uma rede que se coloca diante da excitação, mediando e modelando a satisfação”. Assim, quando o sujeito se dirige ao objeto buscando por satisfação, ele procura encontrar aquilo que viveu em outros tempos e que procura ressuscitar na busca de se desviar do desamparo.

Desta forma, não há nada como o desamparo para mobilizar o psiquismo a trabalhar e encontrar a busca por satisfações para que o sujeito se veja descolado de uma imagem miserável de si mesmo. Neste sentido, só podemos concordar com Freud (Freud, 1900/2019), ao aproximar dois fenômenos que até o momento eram incompatíveis entre si: a alucinação e o pensamento. Segundo suas elucubrações, do desamparo que incide no prematuro psiquismo infantil – e que faz uso das alucinações para inutilmente se desviar das necessidades que urgem –, emerge o pensamento como um expediente necessário para formular saídas mais concretas e adequadas ao estado de abandono que o sujeito irá se deparar em ocasiões futuras.

Para finalizarmos nossas discussões em “A Interpretação dos Sonhos”, entendemos que as elaborações oníricas e as realizações de desejos que a elas concernem, são um sinal de que houve uma bem sucedida operação vinda do meio externo e que separou a criança das penúrias do desamparo. Esta intervenção vinda de fora ajuda a edificar o psiquismo da criança e faz fracassar o ilusório expediente da alucinação para que se vejam amenizadas as

necessidades que urgem da sobrevivência e ameaçam a existência do vulnerável bebê. Neste sentido, as ações específicas mal sucedidas, que fazem aumentar a tensão no interior do psiquismo, passam a reger um aparelho psíquico que não foi feito para acolher as alucinações e nem mesmo o desamparo, que passam a reger as palavras e as demais ações do sujeito (Freud, 1900/2019).

Passemos agora ao exame de “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, publicado em 1905. Segundo Menezes (2012), é nesta obra que Freud (1905/2016a) aborda com maior clareza a dissimetria entre o cuidador e a criança desamparada, ao tratar das questões que envolvem o objeto sexual durante a infância. Para melhor compreendermos como se dá as tramas conceituais expressas nos “Três Ensaios...” vale recordarmos das teses que foram lançadas em primeiramente em 1896, em “A Etiologia da Histeria”. Segundo os estudos freudianos da época e cujas conclusões servem para compreendermos o desamparo, salta aos nossos olhos a dependência estabelecida com o Outro humano. O Outro, alguém que atende às necessidades do desprotegido bebê, coloca-o em uma posição de espera passiva no atendimento de suas demandas, o que acaba por colocá-lo em uma situação de desvantagem por estar sob os cuidados, a ajuda, a bondade e caridade de alguém maior e mais forte.

Desta lição de 1896, quando articulada às elucubrações teóricas de 1905, inferimos que as mães ou qualquer dos responsáveis pelos cuidados com o bebê, quando desempenha os mais variados tipos de ações específicas, retira o corpo infantil da uniformidade que a biologia lhe deu ao fazer circular sobre ele as demandas da pulsão. Neste sentido, unimo-nos a Menezes (2012), para quem não há encontros com os objetos e sim reencontros, pois “a criança aprende a amar outras pessoas – que a ajudam em seu desamparo e satisfazem suas necessidades - inteiramente segundo o modelo e em prosseguimento da sua relação do lactente com a nutriz” (Freud, 1905/2016, p. 143).

Num primeiro momento, qualquer mãe que fosse cuidadosa com seu filho, seria tomada de pavor caso um dia passasse por sua cabeça que os seus zelos e amor para com a criança poderiam ser tomados no futuro, como material no qual se apoiaria a vida sexual. Só nos resta concordar com Freud, para quem as mães não se recriminariam tanto assim, caso recebessem a informação de que a pulsão sexual não se desperta pela excitação das genitálias, mas que um dia certamente, os cuidados com a higiene íntima se fará decisiva na tomada desta região corporal como zona erógena (Freud, 1905/2016).

Desta forma, podemos concluir que “o trato com a pessoa [o adulto] que dela [a criança] cuida é uma fonte contínua de excitação sexual e satisfação das zonas erógenas, ainda mais por que essa – que geralmente é a mãe – dedica-lhe sentimentos que se originam de sua

própria vida sexual: acaricia, beija, embala a criança, claramente a toma como substituto de um objeto sexual completo” (Freud, 1905/2016, p. 144).

Em meio a esta discussão, amparamo-nos em Pereira (1999), que remonta suas elucubrações na teoria da sedução generalizada formulada por Laplanche. Segundo seus estudos, há no desamparo infantil um abalroamento da criança com a sexualidade que é própria do mundo adulto e este encontro se daria quando a desamparada criança recebe do outro os cuidados, o zelo, a amamentação e o aconchego. Fazemos coro com Outeiral e Godoy (2003, p. 12), para quem “os cuidados rotineiros e contatos corporais com o bebê nunca seriam, nesta perspectiva, isentos de desejo sexual inconsciente por parte do adulto”.

Compreendemos então, que o desamparo infantil é a abertura de uma brecha para que a criança possa voltar sua atenção para algo que está além dela mesma, para as possibilidades de satisfação que se encontram no mundo e nas pessoas que a contorna, elementos primordiais para que ela possa edificar sua subjetividade.

Feitos estes progressos em meio à teoria freudiana sobre o desamparo, há a possibilidade de adentrarmos a discussão um elemento interessante de análise e que converge aos excessos pulsionais. Há que se considerar que a partir de 1905 fica evidente a articulação entre o desamparo e o universo pulsional, uma vez que não existe apenas um único objeto que venha a aplacar as necessidades que urgem por satisfação. Em “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade” o sujeito passa a se contentar com uma infinidade de objetos que são mais ou menos parecidos entre si e que guardam consigo a característica de saciar, cada um a seu modo, a pulsão que demanda por satisfação. Consequentemente, os trajetos percorridos pela pulsão passam a sofrer oscilações, pois os objetos são apenas equivalentes entre si e servem ao propósito de deixar a níveis aceitáveis a tensão interna ao aparelho psíquico.

Destas oscilações geradas pelos inúmeros objetos que se destinam a atenuar os intentos pulsionais, resultam processos de satisfação diferentes entre si. Eles acabam gerando um resto pulsional que não é possível de ser satisfeito, simbolizado e nem ignorado, um ponto residual que diz respeito ao desamparo, o elemento constitutivo da psique humana e que não poderá ser superado por objeto algum, por mais que mais que o sujeito se esforce ou se entregue aos expedientes do consumo desmedido para tentar encontrar algo que aplaque o vazio de sua existência.

Recordemo-nos de Menezes (2004) que nos alerta do caráter irremediável do desamparo e de como a constituição do psiquismo gravita ao seu redor, trazendo por trás de si a falta de garantias que possibilitem a continuidade da vida, tendo o sujeito que lidar com a falta de proteção, com um futuro incerto e com a urgência de procurar um objeto que, quando

consumido, venha a mitigar o vazio de existir. Segundo ela, os poucos recursos psíquicos frente ao desamparo implicam na impossibilidade da pulsão ser simbolizada totalmente e que, por tal característica, a *Hilflosigkeit* assume um caráter traumático devido a angústia que desperta.

Mas este resto pulsional não simbolizado só existe porque houve uma primeira satisfação que foi tomada como parâmetro: o primeiro encontro com o seio materno, um acontecimento dotado de tal força que impele o sujeito a perseguir experiências tão potentes quanto esta, mesmo sem encontrar algo na vida que se iguale a ela. Destas operações que fazem emergir o desamparo, surge a necessidade de investir e adquirir uma infinidade de objetos e fazê-los desfilar à frente do sujeito para tentar resgatar a intensidade que foi a primeira união entre o sujeito e o seio materno.

Assim, quando o consumismo é perscrutado pelos olhares da Psicanálise, a direção deste exame se volta para a compreensão dos traumatismos impostos pelas situações de desamparo e que evocam a perda do seio materno. Destes traumas, sejam eles passíveis de serem lembrados e cuja angústia flagrante denuncia aquilo que foi perdido e nunca mais poderá ser reencontrado, ou então os traumas sutis, menores (mas ainda assim recorrentes), evocados pela pulsão que não encontra satisfação em sua plenitude, é que se compõem o pano de fundo onde se desdobra o consumismo: quando o sujeito consome algo em excesso, suas aquisições podem até atingir o regozijo do objeto no momento presente, mas estará sempre a mirar uma satisfação que outrora foi importante, o gozo com o seio materno.

Foi a mãe a primeira a apresentar à criança o um objeto de consumo que aplacou o vazio da sua existência e a separou do desamparo, ocasionando uma vivência que será perseguida por toda a vida. Em outras palavras, o prazer impresso pelo consumismo expressa um alívio, a ilusão do reencontro do sujeito com o seio materno, objeto perdido para sempre, mas que se fez presente nas aquisições em quantidades absurdas.

Voltando ao texto freudiano, os cuidados maternos (ou de qualquer pessoa que venha a substituí-la) servem como um arrimo intransponível do desamparo, ao qual todos somos testemunhas e que trazemos conosco as marcas que estão para além da autoconservação: ele funda o caráter inconsciente, sexual e enigmático da vida, aproximando “desamparo, erotismo e sexualidade” (Menezes, 2011, p. 43). É mister destacar que a partir desta discussão sobre o texto de 1905, Menezes (2012, p. 42) sugere que novos elementos de análise emergem e que propõem um exame do desamparo que irá, aos poucos tomar conta do discurso freudiano nas obras a partir de 1926: “a condição de existência do sujeito no mundo (na civilização) é apoiada numa condição de desamparo”.

Recordando-nos de 1896 e saltando agora para 1913, quando Freud publica “Totem e Tabu”, é possível vermos se descortinar no pensamento freudiano o prazer que emerge ante as situações de desamparo, quando o ente anterior à criança – e portanto maior e mais forte – experimenta ao atender onipotentemente às demandas da criança desprotegida. Em outras palavras, do livro que versa sobre os primórdios da entrada do homem à civilização, é possível compreendermos as questões que envolvem o gozo sexual do adulto onipotente que, ao zelar da criança indefesa, a faz entrar nos domínios da sexualidade.

Segundo Freud (1913/2012a, p. 62), todos gostaríamos de ter poderes semelhantes aos deuses, que podem fazer o que bem entendem, pouco se importando com as regras do pacto civilizatório, ou então, que no atendimento às nossas demandas pulsionais, não nos vejamos perseguidos pelos demônios que se incomodarem com nossos feitos. Mas a realidade carnal é bem diferente daquela almejada por todos. Nós, pobres e desvalidos que somos, mesmo sem infringir regra alguma da cultura vigente, temos de nos haver com os limites impostos por ela e tenhamos de lidar como impasse de ter de postergar eternamente a curiosidade que é alcançar a violação dos tabus:

Mas um indivíduo não pode ter violado um tabu e, no entanto, ser tabu de forma duradoura ou transitória, por encontrar-se num estado que tem o atributo de estimular os desejos proibidos dos outros, de nele despertar o conflito da ambivalência. A maioria das posições e estados excepcionais é desse tipo e tem essa perigosa força. O rei ou chefe provoca inveja de suas prerrogativas; cada um poderia gostar de ser rei. Os mortos, os recém-nascidos, as mulheres menstruadas ou em trabalho de parto, exercem atração devido a seu particular desamparo; os indivíduos que se tornam sexualmente maduros, devido às novas fruições que prometem. Por isso todas essas pessoas e estados são tabu, pois não é permitido ceder à tentação (Freud, 1913/2012a, p. 62).

Vale lembrar que nas conjunturas de “Totem e Tabu” Freud procurava formular uma teoria que buscasse explicar como se dariam os primórdios do complexo de Édipo e como a proibição ao incesto se engendrou na vida psíquica de cada um (Gay, 2012). Para isto, ele elaborou o que é o mito científico da Psicanálise, a história da “horda primitiva”, tomando como fundamento estudos que remontam a Charles Darwin e Robert Smith.

Aqui, nos é contada a história de um parricídio, mas não um parricídio qualquer, nos é contada a história de um assassinato que deu origem à civilização. Os filhos, cientes da humilhação que seria não poder partilhar de uma vida sexual ativa e que seriam expulsos do bando pelo membro mais forte ao menor sinal de maturidade sexual, se unem para matar o pai primitivo e comer de suas carnes, na esperança de se tornarem mais fortes. A partir de então,

um novo acordo entre os irmãos promove a ascensão de um novo modelo civilizatório, que de largada proíbe o incesto e o parricídio (Freud, 2013/2012a).

Neste texto, o sentimento de culpa, testemunha ocular da ingratidão dos filhos que assassinaram o pai em troca da posse das mulheres do bando, é o gatilho para que a prole homicida perceba o quão ambivalente era o pai autoritário, que ao mesmo tempo em que provia a proteção e alimento, também cercava o exercício irrestrito da sexualidade. Dada por morta a instância que restringia o gozo sexual, resta a eles que assumam o seu lugar de desamparados e organizem novas formas de laço social que permitam a vida em conjunto e o acesso à modalidades de satisfação pulsional, desde que sejam proibidos o casamento consanguíneos e o assassinato das instâncias provedoras do sustento. Desta forma, o pai “morto tornou-se mais forte do que havia sido vivo” (Freud, 1913/2012a).

Para Menezes (2012, p. 48), o pai da horda primitiva ofertava aos seus, auxílio, alimento e proteção, fundamentais para que todos no bando se vissem apartados da frágil condição de vivos e lançassem para longe o cruel destino da morte. O assassinato do pai mediu a todos com a mesma régua e os fez serem nivelados por baixo: passaram da “submissão absoluta para a condição de sujeito humano, (ou de cidadão ou de seres desejantes) e isso não se dá sem o luto pelo amparo que o pai tirano oferecia”.

Segundo a mesma autora, a legião de filhos – que após o banquete das carnes do pai instaura a Lei simbólica de proibição do incesto – se reconhecem enquanto faltantes, desamparados por natureza e tão necessitados do auxílio uns dos outros para continuarem vivos. Para ela, foi assim que se reconheceu a alteridade na aurora da nova organização social, onde a sexualidade se tornou algo acessível a todos e a linguagem fortaleceu os vínculos eróticos entre os irmãos, fadados a terem de conviverem entre si até que a morte na velhice os viesse buscar.

Para Menezes (2004, 2012), Koltai (2010) e Fuks (2014), a busca de um pai divino onipotente, onividente e onipresente que, aos moldes do pai primevo, tudo vê, antecede e protege os sujeitos dos perigos e incertezas, se mostra como uma busca perene na vida de todos os neuróticos dentro dos litorais da civilização. Aqui, a fé e os demais expedientes da religião se inserem como um ilusório, porém reconfortante auxílio para todos os desamparados que buscam um fardo leve e jugo suave, um bálsamo sem igual numa vida repleta de adversidades e dissabores.

As ilusões, às quais os sujeitos aderem sem pestanejar ou refletir por um único segundo, se encontram no cerne das vivências humanas para lidar como desamparo. Para Veliq (2017), a leitura da Psicanálise sobre o tema lança luz à porção faltante da estrutura do

sujeito humano, algo que nos fazem pensar no vazio que nada preenche, algo que mobiliza a busca por prazeres, mesmo que eles sejam momentâneos e fugazes no decorrer da vida (Freud, 1930/2010c).

Àquilo que converge para o esclarecimento de Menezes (2012) em os “Três Ensaaios...” e que versam sobre a busca por objetos destinados ao prazer como uma tentativa de reencontro com o primeiro objeto de satisfação, é uma outra maneira de escrever a ideia de Lacan (1955-1956/1998) que esclarece a falta que se encontra nas entranhas do sujeito. O deleite obtido na primeira satisfação e o primeiro objeto com o qual se deu essa experiência estão perdidos no tempo e no espaço das vivências do sujeito. Por mais que o sujeito insista, não há como recuperar este momento. Dentro dos limiares de uma civilização que se edificou sob as transgressões dos filhos assassinos, não há lugar definido para a lei do desejo, que precisa se transformar em desejo pela Lei para que o pacto civilizatório se dê por concretizado.

Para Lacan (1955-1956/1988, pp. 103 - 104), as apreensões humanas estão subjugadas à condição de procurar sem nunca encontrar aquilo que se deseja, “o sujeito está na busca do objeto de seu desejo, mas nada o conduz a ele”. Se num primeiro momento, como nos ensinou “A Interpretação dos Sonhos”, o mundo objetal e a realidade dele derivado pode ser alucinada, isto “implica que o sujeito fique em suspensão com respeito ao que constitui seu objeto fundamental, o objeto de sua satisfação essencial”. Tal perspectiva, força-nos a pensar sobre os momentos de interação em que o princípio de realidade recobre o princípio do prazer, “o sujeito não tem de encontrar o objeto de seu desejo [...]. É claro que jamais o reencontra, e é precisamente nisso que consiste o princípio de realidade. O sujeito não reencontra jamais, escreve Freud, senão um outro objeto, que corresponderá de maneira mais ou menos satisfatória às necessidades de que se trata.

Passamos agora ao texto de Freud publicado em 1914, “Introdução ao Narcisismo”. A esta altura das teorizações freudianas sobre o desamparo, devemos recordar das observações anteriores e que nos esclareceram o momento de constituição do sujeito. Neste texto, fica um pouco mais claro no pensamento freudiano que o sujeito não é dado, *a priori*, no momento do seu nascimento. Muito pelo contrário. As observações do autor – como já dissemos anteriormente – e que apontavam para a existência de alguém anterior ao bebê que com seus cuidados introduz a criança nas dimensões da sexualidade, agora passa a desenvolver o eu infantil. Para Puertas (2010, p. 8), é de se imaginar a “falta de unicidade do eu no princípio da vida pressupondo uma fragmentação deste quando Freud (1914/2003) se refere a um ‘eu débil’, ou seja, um eu que ainda não se apropriou de todas as suas funções”.

Desta feita, entendemos tratar-se o sujeito, no momento de sua constituição, como alguém desamparado e que, por mais que se esforce, não consegue organizar os poucos recursos que tem em favor de si mesmo (Freud, 1900/2019; Gabbi, 2003). Assim, o corpo infantil, invadido constantemente por excitações advindas dos meios interno e externo, cobra o incipiente eu para lidar eficientemente com tudo o que acontece com o sujeito.

Neste sentido, demarcamos uma vez mais a importância da iminente figura do Outro que acolhe como comunicação o choro da desamparada criança, entende que é necessário interromper o seu desconforto e assim facilitar o seu desenvolvimento. São os pais – ou qualquer um dos substitutos que desejam cuidar da criança – os responsáveis pela “elaboração psíquica [que] ajuda extraordinariamente no desvio interno de excitações que não são capazes de uma direta descarga externa” (Freud, 1914/2010a, p. 30).

As pulsões sexuais, que no início da vida se apoiaram na pulsão de autoconservação, mostram-se presentes na vida do sujeito adulto devido ao fato de que anteriormente houve alguém que se encarregou de acolher e alimentar o pequeno e desamparado infante, introduzindo-o nas searas da sexualidade. Assim, o amor deriva, dentre outras coisas, d’ “a mulher nutriz, [d’]o homem protetor” (Freud, 1914/2010a, p. 36).

Havemos de ter em mente que a mãe, dona do seio que nutre e posteriormente o pai, que com sua força resguarda do mal, são as primeiras fontes de proteção que a criança encontra num mundo cruel (Freud, 1927/2014c). Por mais que essa acolhida seja uma posição ilusória, ainda assim é preciso que as figuras que nutrem e protegem façam as marcas necessárias no aparelho psíquico do infante desamparado, uma vez que a partir das operações que executa, são amenizados os desconfortos relacionados ao não atendimento das demandas pulsionais. Com isto, o psiquismo em construção obstrui caminhos regressivos e não se entrega às alucinações (Freud, 1914/2010a, 1900/2019) ou então às fantasias inconscientes de destruição.

Das leituras do texto freudiano de 1914, destacamos a figura da mãe, a primeira instância protetora com quem o sujeito tem contato, quem aplaca a fome apresentando, sempre que necessário, toda uma série de objetos que, quando consumidos, amenizam a tensão interna do aparelho psíquico. Nesta esteira de operações a mãe nutriz, a primeira protetora com quem todos nos deparamos, torna-se o primeiro objeto de amor quando protege o sujeito da angústia que emerge de todas as situações adversas da vida. Nesta cena idílica, narcísica e cujos encontros foram tão intensos ao ponto de se tornar um parâmetro as satisfações pulsionais posteriores, os objetos que a mãe apresenta adquire o status de proteção da angústia que ameniza os sofrimentos e esmaecem os perigos que podem surgir ante uma

vida de incertezas. Consequentemente, o consumismo sustenta um engodo que salvaguarda o sujeito, forçando-o a se prostrar ao consumo desmedido, procurando sem nunca encontrar o objeto idealizado de amor por toda a vida.

Como será discutido nas páginas adiante, o processo de desenvolvimento fará com que a criança se depare com o desamparo de maneira, gradual e progressiva permitindo que ela crie condições para lidar de maneira razoavelmente satisfatória com a insegurança e com a falta de proteção das instâncias superiores frente às adversidades da vida. Destas experiências que resultam na constatação de que o desamparo é uma realidade intransponível, o sujeito pode entender que há um limiar tolerável para a angústia e, nestas conjunturas, entregar-se ao consumismo é tentar se aproximar cada vez do seio materno, o objeto idealizado perdido para sempre. Logo, “é preciso que o objeto idealizado de amor seja dado como verdadeiramente perdido para que se possa tolerar a realidade do desamparo: a condição limite, da finitude, da solidão, do interminável do resto pulsional” (Menezes, 2004, p. 73)

Destas considerações sobre o texto “Introdução ao Narcisismo” se voltam a algumas questões teóricas que ali foram discutidas, mas que servirão para como fundamento para entendermos a natureza do desamparo em “O Eu e o Id”. Segundo Menezes (2012) foi em 1914 que Freud passa a considerar o ideal do eu como uma força autônoma, um elemento do psiquismo que serve de baliza para as satisfações pulsionais e ajuda a fundar o eu sob as bases narcísicas.

Das leituras de “Totem e Tabu” feitas em paralelo à “Introdução ao Narcisismo”, entendemos que nos desdobramentos da formação do psiquismo, particularmente quando o sujeito entra em contato com os valores morais vigentes na cultura, erige para si um ideal que mensura e avalia as satisfações narcísicas:

A esse ideal do Eu dirige-se então o amor a si mesmo, que o Eu real desfrutou na infância. O narcisismo aparece deslocado para esse novo Eu ideal, que como o infantil se acha de posse de toda preciosa perfeição [...] o indivíduo se revelou incapaz de renunciar à satisfação que uma vez foi desfrutada. Ele não quer se privar da perfeição narcísica de sua infância, e se não pode mantê-la, perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento, e tendo seu juízo despertado, procura readquiri-la na forma nova do ideal do Eu. O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal (Freud, 1914/2010a, p. 40).

Aqui, Freud (1914/2010a), dirigia o leitor aos conceitos de ideal do eu e eu ideal. Segundo Laplanche e Pontalis (2001), o eu ideal é o equivalente ao regime de satisfações onipotentes e que dizem respeito ao narcisismo infantil, enquanto ideal do eu, o protótipo do

Supereu, se mostra como os moldes aos quais o sujeito se identifica para poder se enquadrar nos ditames culturais e assim poder gozar de amparo e proteção.

Desta leitura de Freud (1914/2010a) que converge para o desamparo, entendemos que seria conveniente ao sujeito poder aderir aos ditames e regras engendradas pela cultura, pois seria este o único caminho ao qual ele teria para poder gozar da proteção e amparo coletivos. Acreditamos ser esta uma saída inteligente, uma vez que sozinho, o sujeito não teria condições de lidar com as penúrias que a vida em solitude lhe imporia. Com isto, o expediente advindo das satisfações substitutivas serviria como forma de alento para as recusas pulsionais mais importantes e serviriam como ingresso dentro do pacto civilizatório. Assim, concordamos com o autor ao mencionar que

O desenvolvimento do Eu consiste num direcionamento do narcisismo primário e gera um intenso esforço para reconquistá-lo [...] [para] um ideal do Eu imposto de fora, e a satisfação através do cumprimento desse ideal. Quando se alinha aos ideais da cultura, o ideal do Eu novamente se enriquece mediante as satisfações ligadas a objetos, assim como pelo cumprimento do ideal (Freud, 1914/2010a, p. 48).

Feitos estes esclarecimentos, passamos agora ao texto de “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, publicado em 1921. Neste texto que Freud (1921/2011a) apresenta o poder de fogo que o ideal do eu tem ao gerenciar tanto as identificações quanto a vida coletiva. Menezes (2012) atesta que o capítulo da obra que versa sobre o fenômeno da hipnose traz consigo um interessante expediente de exame para com a trama que coordena o funcionamento dos grupos: a devoção ao líder.

Segundo Freud (1921/2011a, 1923/2011b) é pelas identificações geridas pelo ideal do eu, que os objetos do mundo externo são internalizados pelo sujeito. Ele ainda ressalta que em condições mais regredidas (sejam elas por conta de um Eu ainda insipiente, ou então por um sujeito atordoado pela imersão nas massas) não há diferenças entre o Eu e o objeto: ele se identifica com o objeto e ambos se tornam um só. Desta leitura apreende-se que as ligações entre o sujeito e os membros do grupo se dão pela substituição do ideal do eu pelo ideal do grupo de pertencimento, o que faz com que o homem se dilua na massa.

Freud (1921/2011a) aponta que tanto o apaixonamento quanto a hipnose servem de modelo para o exame da relação que o grupo estabelece com o líder que elegeram para si. Para ele, quando as pessoas se veem unidas em grandes multidões, aquele que ocupa o lugar de liderança, também incorpora o lugar de ideal do eu em cada um dos membros do grupo. Menezes (2012) destaca que neste ínterim, é de se presumir o jogo de forças presente neste

processo que envolve também a idealização deste líder, regente e a cola que mantém unidos os integrantes das massas, garantindo assim, que nenhum membro deserte dos valores compartilhados por todos.

Como já havia alertado em 1914, as situações de enamoramento, que fazem o sujeito idealizar e se devotar exclusivamente ao objeto amado, tem como consequência o empobrecimento do eu. Em 1921, o mesmo expediente de análise se estende à hipnose e à entrega incondicional ao líder. Se após o transe hipnótico o sujeito de eu empobrecido passa a executar as ordens do hipnotizador como se fosse um comportamento qualquer que lhe ocorreu no momento, o sujeito diluído nas massas tem o seu eu empobrecido, que passa a executar sem pensar, as regras impostas pelo líder. As multidões sugestionáveis são capazes de agirem apaixonadamente em favor das ideias de seu líder (ou tirano) sem ao menos refletir: o sujeito se vê seduzido pela figura de autoridade encarnada à sua frente (Freud, 1921/2011a).

Para Goldenberg (2014, p. 26), o comandante que conduz a nau da razão no homem se vê carente de um leme que conduza a embarcação por outras vias às quais a maré lhe carrega, e isto representa a “entropia, a decadência e a morbidez” das relações. Não há mais espaço para o planejamento e reflexão das ações, reage-se quase que por automatismos. Isto faz dele alguém dissolvido nas massas um alvo fácil para dominações e manipulações, um prato cheio para os políticos e líderes de plantão: “só assim poderá transformar-se em seu profeta e intérprete, como um regente interpreta uma sinfonia mediante sua orquestra. Trata-se da técnica de manipular racionalmente um movimento desregrado de paixões populares”.

Para Menezes (2012, p. 61), a relação do líder que governa a todos sem que um único membro das massas escape ao seu controle, é muito semelhante ao que foi relatado em “Totem e Tabu”. Segundo ela, o pai da horda, mesmo sendo um tirano em vida, foi divinizado depois de morto, assumindo o lugar de ideal do eu: “os irmãos unidos, agora, renunciam aos privilégios e às atitudes hostis, o que acaba por promover a identificação entre eles e a consequência do afeto positivo entre os membros do grupo”. Depois de morto, o pai primevo passa a ocupar o lugar de ideal do eu, um elemento que leva todos a partilharem dos mesmos valores. Esta é a condição *sine qua non* para serem amados pelo líder, gozarem da proteção que ele confere aos seus, gozarem da proteção mútua que a multidão dá a cada um dos seus membros e por fim, verem afastados de si a frágil e decaída imagem do desamparo.

A leitura de Pereira (1999, p. 71), quando articulada ao texto tratado por nós neste momento, fazem da figura do líder, o augusto senhor “que protege e reúne os homens. Esse lugar – sugere Freud –, é um lugar de desamparo”. Concordamos com Goldenberg (2014), para quem este foi o motor que fez nascer e crescer as instituições que o homem formulou

para si, sejam elas a família, a igreja ou então o exército. O amor ao líder, ao mesmo tempo que promove o distanciamento do desamparo individual, torna viável o circular da ilusão de que o chefe é alguém que conseguiu ultrapassar o desamparo do qual todos somos vítimas e nos nivela por baixo.

Aqui está importância da figura do líder ao desamparado. Para Menezes (2004), a figura do líder, no imaginário individual e coletivo, se faz representar como o ente fiador que separa e leva para longe as penúrias da existência humana. Por mais que seja o líder um ser humano como todos os demais – e, portanto, alguém que também sofre com o desamparo –, as massas produzem os mais diversos e ingênuos enganos para se furtarem da imagem da chefia amputada de poderes sobre humanos. Para que todos os membros do grupo se vejam apartados do desamparo individual que lhes concerne, vale ressaltar que o amor ao líder, acreditar em alguém que venceu guerras, atravessou incólume às tragédias e conluios dos inimigos, ultrapassou os limites, dobrou a morte e transcendeu ao desamparo, é uma arma muito poderosa:

[..] é uma carta apta a funcionar como curinga, já que, quando alguma verdade do dogma não convence, ou é injusta, ou francamente absurda, o ‘incente’ será chamado à ordem para que acredite mesmo sem concordar, sobretudo sem pensar, que ele acredite pela fé, isto é, pelo amor (Goldenberg, 2014, p. 59).

Para finalizar nosso exame sobre a “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, damos anuência à Menezes (2004, p. 28) que, com suas palavras, atesta no líder alguém que protege a humanidade dos perigos de serem tomados “pela força pulsional incontrolável, por um transbordamento de excitações no psiquismo”. Presumir que do fracasso do líder e suas qualidades protetivas, algo dessa natureza possa horrivelmente acontecer a qualquer um, “é algo da ordem do terrorífico [...], que dispara a sensação do fim de tudo, da morte[...]. Agora, o sujeito está imerso na falta total de garantias, no terror, perdido no lugar do desamparo.

Como estávamos tratando do ideal do eu, faz todo sentido, agora, a analisar “O Eu e o Id”, quando Freud (1923/2011b) passa a tratar o Supereu como instância autônoma, trazendo-o como análogo ao ideal do eu. Por sua função entendemos que ele une forças com o Eu para controlar as moções pulsionais do Id que precisam passar pelo recalque e; também se incumbe de julgar o Eu, tomando como parâmetro, os ideais do eu (Costa, 2009).

Vale ressaltar que ele se fez presente no psiquismo quando o Eu leva em consideração as antigas modalidades de satisfação pulsional que já não estão mais em condições de serem atendidas, uma vez que esta mesma instância se viu modificada pela identificação que os

ideais vigentes na cultura promoveram. Aqui o ideal do eu tem uma missão das mais importantes para a constituição do psiquismo infantil: fazer valer os ideais da cultura que proíbem o incesto e declinar as intenções incestuosas da criança para com a mãe, durante o complexo de Édipo (Freud, 1923/2011b).

Faz todo sentido, em Freud (1923/2001b), dizer que o Supereu é um herdeiro do complexo edípico, uma vez que entre as suas bases está a identificação da criança com os ideais que foram promulgados pelo pai, o ente que separou a criança das suas intenções de obter gozo em meio ao corpo da mãe. Desta forma o ideal do eu se firma no Supereu como a decantação dos valores presentes no mundo externo, barrando as satisfações grandiosas que o Id tanto almeja.

Há de se ressaltar, tal como Menezes (2012, p. 58) propõe, que o Eu possa ser modificado pela identificação com os ideais paternos, atestando que as normas da sociedade e da cultura enriquecem o Eu a ponto de emergir, então, a nova instância, o Supereu. Com isto, as transformações do eu ideal eu ideal do eu, se movem em direção ao complexo de Édipo, regulando assim a angústia proveniente da castração e mobilizando que o sujeito para condutas mais apropriadas dentro do tecido social:

[...] é a identificação integrada à formação do ideal do eu que articula o funcionamento dos indivíduos nos grupos e das instituições, e tanto o desenrolar quanto o desfecho desse longo processo depende do modo como a criança lida com o desamparo (Menezes, 2012, p. 58).

A análise das massas em Freud (1921/2011a), quando articulada ao texto do “Eu e o Id” nos ajuda a pensarmos os momentos em que a identificação se coloca como um mecanismo de fundamental importância e que incute nos desamparados membros das multidões os ideais do líder, fazendo com que, a partir do desamparo, nasça o amor para com o líder e se concretize a proteção das multidões que promoverão o amparo.

Elaborado este percurso na obra freudiana, podemos agora passar com segurança àquilo que Freud (1926/2014d, p. 83) deixou-nos o legado do desamparo como sendo algo da ordem do traumático. Aqui, Freud se dedica a reformular as suas impressões sobre a angústia, passando o Eu a ser “propriamente a sede da angústia”. Se até então o texto freudiano que versava sobre a angústia era a “Análise da Fobia de um Garoto de Cinco Anos” (Freud, 1909/2015), quando na ocasião ela era encarada uma das possibilidades quando o sujeito se deparava com o recalque; a partir de 1926, a angústia e sua emergência passam a ter como referência as situações de especial perigo ao Eu. Aqui, concordamos com Rudge (2009), para

quem o texto de “Inibição, Sintoma e Angústia” traz como novidade, a tese de que o recalçamento recalca aquilo que provoca a angústia, separando-a da sexualidade e a aproximando do desamparo.

Foi em 1926 que o desamparo adquire novas e importantes nuances que o marcam como um dos afetos que se decantam das experiência de um contato com o mundo externo hostil, um universo em que a função protetiva das figuras parentais já não conseguem mais exercer uma influência que garanta a integridade do Eu. Neste sentido “a angústia, portanto, é um estado desprazeroso especial, com reações de descarga em trilhas específicas” (Freud, 1926/2014d, p. 73).

Isto nos faz pensar nos traumas que dizem respeito à aflitiva situação do nascimento, algo que Freud, ao discutir Rank em “O Trauma do Nascimento”, se dedica no decorrer do texto sobre as inibições, os sintomas e as angústias. Em resumo, os movimentos uterinos que expõem a criança na hora do parto, a passagem pelo canal vaginal, a luz que incide sobre olhos e os sons altos que incomodam o ouvido do bebê, o ar que abre seus pulmões, e tudo que daí decorre, são as primeiras experiências traumáticas ao vulnerável bebê, algo que faz Freud concordar com Rank.

E como já pudemos revisar, isto não é algo lá muito novo no pensamento de Freud. O bebê é vulnerável e não consegue prover sua própria existência. Ele é dependente do adulto para tudo e, se não fosse ele, não teria condições de sobreviver. Neste sentido, a posição do adulto, que dá condições de vida à criança, também a insere no mundo da cultura e a faz adentrar nas searas da sexualidade, tal como havíamos dito parágrafos anteriores.

Com isto, Freud apresenta uma noção de angústia cada vez mais vinculada às experiências falhas de proteção vindas da relação que se estabelece com o próximo, alguém que pode funcionar como um aliado, mas também como um inimigo (Freud 1921/2011a). Nestes áridos campos, quando o sujeito conta cada vez menos com a ajuda e benevolência dos pais para poder se ver livre das angústias oriundas das relações hostis, é que irão se descortinar as impressões do desamparo em “Mal-estar na Civilização”.

Enquanto não chega o momento de analisarmos este texto, continuamos com o que Freud tem a dizer sobre o texto de “Inibição Sintoma e Angústia” e o trauma imposto pelo nascimento. Nestas conjunturas, Freud passa a encarar o nascimento como o primeiro momento em que emerge a angústia, que procede de uma excitação que ultrapassa a capacidade de elaboração dos estímulos do imaturo psiquismo do bebê e que, portanto, é traumática pela natureza de suas percepções (Rudge, 2009; Menezes, 2012).

Entretanto, esta é uma posição controversa, tal como atestam as impressões de Fuks sobre o tema. Segundo ela, a proposta de análise do trauma, segundo o modelo freudiano, direciona para outro elemento, a separação que ocorre entre a mãe e o filho, um elo que se rompeu e ficou perdido para todo o sempre, motivo de angústia e trabalhos recorrentes na busca por essa experiência que não irão ocorrer novamente.

Por mais que procuremos no texto freudiano uma resposta que possa solucionar este imbróglio, não conseguimos bater o martelo e chegar a uma conclusão definitiva com relação às autoras consultadas. De qualquer maneira, a chave para compreendermos o momento traumático em 1926 parece direcionar para outro elemento: “a falta da pessoa amada (ansiada)” (Freud, 1926/2014d, p. 78). Aqui, nos embrenhamos em uma seara interpretativa que nos pede expedientes de análise que vão para além da mãe nutriz ou do pai protetor, que foram expressos por Freud em “Introdução ao Narcisismo”. Embora o texto de 1914 nos sirva de referência para compreendermos a importância das figuras familiares, que com muito amor oferecem os cuidados para a existência do bebê, salta em nossa reflexão que a primeira experiência de encontro com o objeto, por mais marcante que tenha sido, pode não ter trazido consigo rastros da experiência mais intensa e efetiva na história do sujeito para lidar com a grande quantidade de excitação no interior do psiquismo.

Acreditamos que é por isso que Freud nos apresenta em seu texto a palavra “pessoa amada”, um ente que é anterior ao sujeito e pode ser a mãe ou qualquer outra pessoa. Essa pessoa amada é alguém que soube enxergar nos prantos do bebê desamparado a tentativa de comunicação do desconforto, soube acolher o choro enquanto demanda a ela dirigida, conseguiu decodificar as minúcias da necessidade queurgia e com as operações que cabiam naquele momento, resgatou-a – mesmo que momentaneamente – do desamparo e barrou eficientemente as experiências de regressão que implicariam nos expedientes alucinatórios.

Até mesmo nós, que julgamos pertinentes estas chaves interpretativas, quando tomamos o texto freudiano para exame, mostramo-nos inseguros para com ela, fazendo-nos pensar que a ligação entre o nascimento, as primeiras experiências com os objetos de satisfação, os responsáveis pela nutrição e a proteção mereçam uma atenção pormenorizada para esclarecermos o que poderia surgir de elementos tão díspares, mas que conversam entre si quando o assunto é o desamparo e o trauma. Independentemente de chegarmos ou não a uma conclusão definitiva, só podemos concordar com Freud (1926/2014d, p. 80) para quem “a angústia revela-se produto do desamparo psíquico do bebê”.

Para compor uma fórmula em que especifique as nuances do desamparo, Freud (1926/2014d, p. 116) apresenta-o como o elemento final de uma sequência em que foi

determinado por dois outros termos: a angústia e o perigo. Neste sentido, as situações que podem envolver algum tipo de perigo são reconhecidas pelo sujeito, recordadas como algo hostil e, por conta disto, emerge o desamparo: “a angústia é a original reação ao desamparo no trauma, que depois é reproduzida na situação de perigo como sinal para ajuda”. Segundo o autor, o Eu, que outrora vivenciou passivamente o desamparo traumático, passa a repetir novamente as conjunturas traumáticas que viveu, na tentativa de reproduzir, de forma atenuada, as angústias do desamparo e assim, procurar cicatrizar as penúrias de experiências em que se viu limitado de recursos.

É isso que Freud (1926/2014d) chamou de ab-reação ao trauma, uma tentativa do sujeito em deslocar-se das reações traumáticas do desamparo, para assim firmar-se em solo seguro, esperando assim, desviar-se das situações de perigo e formular, através do pensamento, saídas convenientes em que o seu psiquismo não se veja tão abalado pelas ameaças da vida. Disto entendemos que, durante o processo de educação de uma criança, ao mesmo tempo em que a ajuda é um fator essencial para que se dê o desenvolvimento psíquico, também devemos deixar que o próprio sujeito desenvolva condições de lidar com o desamparo a partir das ferramentas que ele próprio desenvolveu. É isto que faz uma criança ao brincar: reproduz nos seus jogos e em qualquer outra atividade lúdica, aquilo que viveu passivamente, esperando assim, ter compreensão e domínio do complexo universo que está ao seu redor.

Com isto, só podemos concordar com Freud (1926/2014d, p. 117):

Mimar excessivamente uma criança, traz a consequência indesejável de que o perigo de perder o objeto – o objeto sendo proteção contra todas as situações de desamparo – é bastante aumentado em relação a todos os demais perigos. Mimar em demasia favorece a permanência da infância, idade caracterizada pelo desamparo motor e psíquico.

Desta forma, entendemos serem dois os expedientes com os quais o sujeito tende a lidar com o desamparo: através da formulação de estratégias eficientes quando ele se depara com as situações de crise, ou então, pela ajuda de terceiros que se fazem benevolentes diante tribulações. De qualquer maneira, é na incidência da ajuda do humano próximo que Freud (1926/2014d) mais se dedica a discorrer.

Para ele, é a mãe, ou o ente que nutre e acolhe a criança desamparada, quem fortalece os laços que ela estabelece com o mundo, uma vez que tirando-a dos estados de privação, a faz voltar-se para a importância de estar inserida numa cultura e numa sociedade. Aqui, concordamos com Menezes (2012) quando ela menciona que existem outros interesses que

concorrem com as demandas das crianças no universo materno. Isto introduz um limite e também favorece que uma relação dual entre mãe e criança se abra a um terceiro membro, o pai. Nos contextos do desenvolvimento infantil, o pai, aquele a quem foi entregue a função de castração e separar a criança da mãe, também se responsabiliza pela internalização da Lei, o que ela tenha acesso ao universo simbólico.

Assim, concluímos que é o complexo edípico quem funda o caráter estruturante do psiquismo, um elemento que faz convergir ao redor de si todas as experiências do sujeito. “É a Lei do pai que regula as alianças, que diferencia a cultura da natureza, impondo um limite à transgressão do encadeamento das gerações” (Menezes, 2012, p. 75).

Segundo Leite (2014) e Menezes (2012, p. 76), a mãe cumpre satisfatoriamente as suas funções quando entrega à criança um mundo de objetos e também um universo de relações com os quais ela pode se satisfazer como e quando bem entender. É a transformação do eu ideal em ideal do eu, um processo decisivo e no qual o sujeito divide o protagonismo desta conquista com as figuras parentais, um momento em que ele passa a descobrir a natureza do desamparo, consegue suportar a ausência da mãe e também as intervenções do pai que pretende afastá-los. É por meio destas operações que a angústia da perda do objeto se transforma em angústia de castração, após o contato da criança com o complexo de Édipo, constituindo o desamparo como “o núcleo da situação de perigo e sobre o qual se desenrolará o complexo de Édipo. Assim, os perigos assinalados no Édipo apontam, primeiramente, para o abandono do sujeito a um estado de total desamparo”.

Dando continuidade às operações de constituição do sujeito em paralelo às elucubrações sobre o desamparo, Menezes (2012) ressalta os valores da ascensão do Supereu em “O Eu e o Id”, o herdeiro do complexo de Édipo. Apoiando-se em Freud, ela ressalta que a criança só irá se libertar do complexo em questão quando as angústias de castração forem tão altas quanto os desejos de transgressão, fazendo com que erija um Supereu austero, transformando-o em uma instância que regula “a angústia diante da morte (pela vida), o medo da projeção do Supereu nos poderes do destino” (Freud, 1926/2014d, p. 82).

Desta feita, concordamos com Menezes (2004, 2012, p. 83), para quem o desamparo se apresenta ao sujeito na medida em que se constrói o seu psiquismo, fazendo-o encontrar-se constantemente com a falta, fazendo-o caminhar pela vida sem muitas garantias de que irá existir no futuro. A organização do psiquismo em torno de uma situação precária incorre em um resto não simbolizável implicado no processo de subjetivação da pulsão, retornando disto o aspecto traumático do desamparo e emergindo a angústia do desamparo infantil: “quando o aparelho não dá conta do afluxo pulsional, portanto de sua impotência, na total subjetivação

da pulsão, é que se estabelece a situação de desamparo, a situação traumática”. Para ela, em textos mais adiantados de Freud, é possível vislumbrar o desamparo como “falta de garantias do sujeito no mundo, que é obrigado a uma renúncia pulsional como condição de viver em sociedade”.

Nesta linha argumentativa, o texto freudiano de 1926 reforça o desamparo como um dos elementos estruturantes do psiquismo e, segundo Menezes (2004), é destacada a face erótica e sexual proposta em 1905, quando pelo desamparo se instala a sexualidade traumática vinda dos cuidados maternos e que nos remete à castração materna, à cena primária e também a angústia da iminência da perda do amor. Neste sentido, a angústia que serve como combustível para que o consumismo se coloque a todo vapor se expressa como um afeto que percorre dois caminhos: no primeiro ele serve para amenizar os impactos negativos das pulsões às quais o sujeito é obrigado a se abster para adentrar dentro dos limites da civilização e, no segundo; para lidar com as eventuais perdas às quais o sujeito tem de lidar no decorrer da vida. Em outras palavras, o elemento determinante que nutre o consumismo está relacionado à perda do amor dos objetos que poderá culminar na derrocada de todo um universo simbólico para cicatrizar o padecimento impresso pelo desamparo.

Passemos agora para “O Mal-estar na Civilização”, publicado por Freud em 1930. Aqui, cabe ressaltar que para Saroldi (2017), “O Mal-estar na Civilização” é um texto que remonta a uma análise crítica de “O Futuro de uma Ilusão”, esta última publicada três anos antes. Segundo Gay (2012), o próprio Freud, insatisfeito com o resultado do escrito de 1927, qualifica-o como incipiente, algo que o mobilizou a reforçar os seus argumentos, favorecendo a inserção da Psicanálise nos estudos da arte política e pré-história.

Nota-se que para Freud, era uma questão urgente revisar o texto de “O Futuro de uma ilusão”, uma vez que para ele, a elucidação das ações da natureza humana que estavam em plena atividade nos processos de construir ilusões para si para se defender das hostes que expõem sua fragilidade e denunciam sua porção mais vulnerável, era algo de fundamental importância. Denota-se que o tema do desamparo e das ilusões que criamos para recobri-lo precisava ser explorado pela Psicanálise, tal como se pode perceber, não somente na revisão ocorrida em 1930 como também nos seus ecos que reverberaram na última das obras de Freud que foi publicada em vida, a saber, “Moisés e o Monoteísmo”, de 1939.

Assim, seguir os rastros dos engodos que o homem formula para si na tentativa de se enganar e se furtar da vulnerabilidade que lhe é estrutural, foi uma das formas que Freud encontrou para que a Psicanálise não deixasse passar despercebida a dimensão existencial do

desamparo que, para Pereira (1999) e Menezes (2012), é a última das plataformas teóricas freudianas do desamparo.

Há de se ressaltar que o tom sinistro dado à redação de “O Mal-estar na Civilização”, Freud traz consigo na redação do texto, toda a tradição hobbesiana dos tratados sociais. Não é segredo algum que os homens estão destinados a viverem em grupos, pois assim lidam melhor com as adversidades às quais a vida individual teria como consequência a morte prematura. Desta forma, o sujeito se vê obrigado para conviver em sociedade, ceder ao Estado o monopólio da coerção para solucionar os embates diretos e perenes que o convívio com os pares ocasiona, restando para aqueles que se recusam a este expediente, relegar-se ao exílio, levar uma vida miserável, solitária, bruta e de pouca longevidade (Gay, 2012).

Para a leitura de “O Mal-estar na Civilização”, devemos ter em mente as conjunturas que Freud menciona sobre a finalidade da vida, cuja resposta, um tanto quanto hedonista, expõe um dos princípios organizadores do psiquismo humano, pautado através do princípio do prazer. Trata-se de um ordenador que rege o aparelho psíquico procurando a todo custo, a busca pelas sensações de prazer e satisfação para com o objeto sem entraves ou limitadores, algo que atravessou toda a História dos homens e irá se impor a todos os que virão depois de nós (Freud, 1930/2010c).

Mas pensemos então num dos argumentos que Freud (1927/2014a) apresenta sobre o princípio do prazer em “O Futuro de uma Ilusão”:

Imaginemos que suas proibições fossem abolidas: um homem poderia escolher como objeto sexual toda mulher que lhe agradasse, poderia liquidar tranquilamente seu rival ou quem mais estivesse em seu caminho, também poderia tomar qualquer dos bens do outro sem necessidade de permissão, que beleza seria então a vida, que sequência de satisfações! (Freud, 1927/2014a, p. 246).

Quão caótico seria o mundo caso todos que nele vivessem requeressem o seu quinhão de satisfação plena para com tudo que estivesse à sua volta! Quão beligerantes seriam as relações entre as pessoas num ambiente coletivo quando procurassem a felicidade irrestrita na satisfação pulsional uns com os outros!

Ao mesmo tempo em que esta chave elucidativa do princípio do prazer abre portas para a inserção, nesta dissertação das interpretações d’ “O Mal-estar na Civilização”, ela nos leva também a ponderar sobre outro ordenador psíquico tão necessário quanto o primeiro, desta vez vinculado não mais ao prazer, mas à realidade. Este novo princípio que se propõe a revisar as formas de satisfação plena para com os objetos, procura se impor ao princípio do

prazer e modifica o aporte dos homens (sejam eles do passado ou de gerações vindouras) para com o mundo que está à sua volta (Freud, 1930/2010b). Nisto, o princípio do prazer e o princípio de realidade caminham de mãos dadas para que sejam colocadas em funcionamento as engrenagens da vida pulsional do homem integrado à civilização tal como a conhecemos (Saroldi, 2017).

Nesta busca pela satisfação sem limites demandada pelo princípio do prazer e os obstáculos que lhe são impostos pelo princípio de realidade, encontram-se os conflitos do homem civilizado, tendo como resultante destes vetores o sofrimento psíquico, afinal de contas “nem todo prazer que o corpo pede, ou que a mente imagina, é permitido pela sociedade ou pode ser experimentado sem ameaçar seriamente a saúde do corpo” (Kehl, 2017). Com isto, a vida do homem em coletividade conta como estratégia de sobrevivência, a contenção dos excessos pulsionais, para que assim, as relações estabelecidas no tecido social permaneçam razoavelmente estáveis e não venham causar grandes rompantes contra o pacto civilizatório (Freud, 1930/2010b).

Neste contexto de análise que aponta a importância da atualidade na leitura de “O Mal-estar na Civilização”, Saroldi (2017) traz dois alertas ao leitor do livro. Um deles é que o homem é um ser bastante criativo que, mesmo diante das mais austeras restrições, não se inibe em procurar formas alternativas de satisfações para tentar amenizar as restrições que a vida em sociedade e a cultura lhe impõem. Já o outro é que estamos fadados a uma vida pouco consolável, repleta de percalços, dissabores, contratempos, desapontamentos, de penosos esforços, tendo de nos contentar (já que não são tantas as saídas contabilizadas pela criatividade) com breves e poucas satisfações, adiando, sem grandes perspectivas de se verem mitigadas, uma parte razoável de nossas demandas pulsionais.

“O Mal-estar na Civilização” serve tanto para descortinar o mal-estar que implica o desamparo, como também serve entendermos o desamparo que é impresso na contemporaneidade, tema sob o qual discorreremos no capítulo anterior. Assim, somos obrigados a revisar as peculiaridades do mal-estar atual e concordamos com Assoun (2012, p. 23) quando traz a sociedade e a cultura como o pano de fundo onde se desenvolve a vida do homem e onde está fadado a viver. Portanto, “dizer que o ‘mal-estar da cultura’ é estrutural é dizer que ele é – cronicamente – atual. Não é, portanto intemporal, embora se repita, a cada momento da história. Ele se põe como ‘atemporal’, a mesmo título que o inconsciente”.

Visto por este ângulo, novas demandas por escuta do inconsciente se instalam na clínica psicanalítica, exigindo do analista uma postura diferente dos tempos de outrora na escuta do desamparo, uma vez que se instalaram novas formas de sofrimento frente às

montagens do mal-estar hodierno, imprimindo sintomas distintos da histeria do começo do século passado. Nisto, constatam-se mudanças em relação à abordagem e à satisfação para com os objetos pulsionais, ao desejo e, conseqüentemente ao desamparo de nossa época (Assoun, 2012), razões pelas quais abordamos as temáticas da sociedade contemporânea no capítulo a seguir.

Em meio a esta busca por justificativas para a inserção do texto contido n' "O Mal-estar na Civilização", tivemos de, inevitavelmente nos esbarrar em pontos cruciais que expressam as ideias centrais do pensamento freudiano. Ainda assim, insistimos aqui na tarefa de introduzir o leitor na obra em questão amparando-nos em Birman (2017) para melhor compreendermos o cerne das teses contidas no "Mal-estar na Civilização", que propõem duas chaves interpretativas ao analisar nesta fonte a radicalidade do sofrimento humano.

A primeira chave interpretativa proposta por Birman (2017) revela no discurso freudiano uma crítica à Modernidade e aos pressupostos morais sobre os quais ela se assenta; sendo este último, o responsável pelo mal-estar e os desdobramentos do sofrimento psíquico frente às interdições que dela derivam.

Já a segunda delas, como bem assinalou Assoun (2012), é atemporal quando em relação às ordenações do mal-estar. Para Birman (2017), o sofrimento psíquico é o resultado final de uma equação que entre os seus operadores está o processo de socialização ao qual o homem se vê atrelado, obrigando-o a abandonar as suas raízes mais primitivas em favor do convívio com os seus pares e poder tirar proveito da relação de amparo que estabelece com eles. Para ele

[...] as angústias e sofrimentos humanos, sempre decorrentes das insatisfações eróticas resultantes dos imperativos sociais, seriam a matéria prima recorrente das perturbações do espírito. As adaptações para isso necessárias, que seriam sempre conseqüentes ao processo evolutivo da espécie, deixariam, contudo, marcas traumáticas e cicatrizes, que se consubstanciariam então como dores psíquicas (Birman, 2017, p. 62).

Guardando este prelúdio explicativo do "Mal-estar na Civilização", o universo pulsional do homem se depara com importantes cerceadores no que tange ao comprazimento das suas satisfações para com o objeto pulsional. No texto de 1930, nota-se no pensamento freudiano a presença atuante de frenagens internas e forças sociais de vigilância em exercício para que ocorra o controle pulsional, fazendo do ambiente civilizado, um lugar ameno voltado para o bom desempenho das relações que ali procedem.

Sob este prisma, as pressões que são impostas pelo modelo civilizatório para o encarceramento dos motores pulsionais do homem que se impõem cada vez mais potencialmente extensas, fazem crescer progressivamente as expectativas quanto ao comportamento do homem civilizado. Tais recursos que envolvem o processo de aculturação do homem civilizado culminariam, invariavelmente, nas expressões do sofrimento psíquico humano e conseqüentemente, nas impressões que se desenvolvem sob o signo do desamparo.

Apesar de “O Mal-estar na Civilização” ser um texto formulado para responder às críticas de “O Futuro de uma Ilusão”, percebe-se nele que se mantiveram frescas, no pensamento freudiano, algumas das teses que foram apresentadas anteriormente, porém com uma tratativa expandida dos aspectos que iludem o homem de sua condição faltante quando ele se insere no processo civilizatório. Torna-se presente nas ideias freudianas de que a Ciência, os avanços tecnológicos, a religião, as belezas e seus ideais, a ordem, limpeza e os demais recursos advindos da cultura foram de fundamental importância para revestir e iludir o homem de onipotência. “Todavia, esta dominação e ilusão são causas de outra grande ilusão: nem o progresso nem a semelhança com Deus trouxeram ao homem mais felicidade” (Menezes, 2004, p. 163). Adentrando neste momento mais especificamente às menções do desamparo proferidas por Freud em “O Mal-estar na Civilização”, a primeira delas incorre no resgate do raciocínio

Das menções do desamparo proferidas por Freud em “O Mal-estar na Civilização”, a primeira delas incorre no resgate do raciocínio que fora estabelecido em 1910, quando, na ocasião, ele publicara o texto voltado para a análise da biografia de Leonardo da Vinci:

[...] a religiosidade está relacionada ao longo desamparo e necessidade de ajuda do ser humano pequeno, que, quando mais tarde percebe seu real abandono e fraqueza diante das grandes forças da vida, sente a sua situação de modo semelhante ao da infância e busca negar o desconsolo próprio dela mediante a revivescência regressiva dos poderes protetores infantis (Freud, 1910/2010i, p. 199).

Para Freud (1910/2010i), foi possível conceber, através da Psicanálise, os laços que unem estes dois polos: de um lado o pai e de outro os seus desdobramentos que terminam por culminar na ideia da crença em Deus. Todavia, não se trata de um Deus como uma entidade autônoma tal como concebem os livros canônicos, mas sim uma divindade que se estabelece no psiquismo a partir de traços muito particulares, vinculados à necessidade de proteção e amparo humano. Desta forma, conclui ele, que o Deus altíssimo, onisciente, onipresente, que

usa sua onipotência em benefício dos seus é, antes de qualquer coisa, uma das formas sublimadas do psiquismo representar a figura do pai que exerce a sua função protetiva.

Agora, já nas conjunturas de “O Mal-estar na Civilização”, Freud (1930/2010c) se atém novamente a esta temática, estendendo a ela nova atenção quando propõe:

Quanto às necessidades religiosas, parece-me irrefutável a sua derivação do desamparo infantil e da nostalgia do pai despertada por ele, tanto mais que este sentimento não se prolonga simplesmente desde a época infantil, mas é duradouramente conservado pelo medo ante o superior destino. Eu não saberia indicar uma necessidade vinda da infância que seja tão forte quanto a da proteção paterna (Freud, 1930/2010c, p. 25).

Muito embora passados vinte anos desde a primeira das menções da religiosidade como fruto do desamparo infantil, as conclusões que Freud pôde chegar a respeito do tema são muito parecidas nas duas ocasiões, como se pode notar pelas citações que foram pinçadas dos dois textos e aqui trazidas para exame. No entanto, as circunstâncias da análise em 1930 são bem diferentes daquelas que foram traçadas em 1910.

Em “Uma Recordação de Infância de Leonardo da Vinci”, o contexto sobre o qual Freud (1910/2010i) se debruça para investigar o desamparo infantil se dá em torno das questões que envolvem a genialidade de Leonardo. Para Freud, a inteligência admirável do gênio renascentista só pode ser desenvolvida devido a um ambiente facilitador, em que o pai soube apreciar as descobertas acerca do corpo e da sexualidade como um traço importante da curiosidade sobre si mesmo e das formas como ele direcionava suas abordagens para com os objetos do mundo externo. Assim, Piero da Vinci, o sagaz pai de Leonardo, soube acolher e diligenciar o investimento sexual do filho em direção a uma forma sublimada da curiosidade que, uma vez transformada em audácia e autonomia, culminou em seus feitos científicos e artísticos sem par na História da Humanidade.

Tendo a biografia de Leonardo como exemplo, Freud não tinha outra expectativa a não ser que estes dados corroborassem as pesquisas psicanalíticas acerca do complexo paterno. Se estivesse certo, o pintor renascentista, escapando sem grandes problemas das querelas edípicas com seu pai, teria condições psíquicas de exercer a sublimação em seus dotes artísticos e científicos, desfazendo as amarras da autoridade, tornando-se um crente que conseguiu se libertar da religião dogmática (Rouanet, 2003). É neste íterim que surgem as primeiras menções da religiosidade como um desdobramento do desamparo infantil em 1910: uma vez livre do adoecimento neurótico trazido pelo sentimento de culpa – expediente

valorizado pela religião judaico cristã –, Leonardo teve condições de aceder pela sublimação aos objetos que tanto atraía sua atenção, sem se furtar aos preceitos paternos.

Já em “O Mal-estar na Civilização”, o contexto que Freud (1930/2010c) traça as reflexões sobre o sentimento religioso como um desenvolvimento do desamparo infantil expõe outra questão: a sensação de completude oceânica que as experiências religiosas produzem. A princípio, concordamos com as opiniões de Rolland e Pfister, quando propõem a fé e religião como searas absolutamente diferentes entre si. Porém, não podemos permanecer indiferentes a Freud que as coloca para dialogar, tomando como crivo para que ambas se submetam, as experiências religiosas.

No texto de “O Futuro de uma Ilusão” nota-se no pensamento freudiano a existência de um sentimento convocado pelas experiências de cunho religioso, onde o homem entra em contato com vivências às quais não consegue explicar por vias racionais, e que por fim, termina de qualificá-las como experiências místicas. Experiências como essas ocorrem aos milhões e supõe-se entre os elementos desta equação a fé e a religiosidade, resultando em uma impressão de algo ilimitado, eterno, completo, oceânico (Freud, 1927/2014c). Vale ressaltar que, por mais que Freud tenha tentado se estender neste expediente explicativo, é em 1930 – quando assumiu as críticas de Pfister e Rolland – que ele irá se debruçar com mais propriedade sobre o tema.

Segundo Gay (2012), Freud não contou entre suas vivências uma experiência religiosa tal como procurava descrever em “O futuro de uma Ilusão”, terminando por caracterizá-la tal como fazia habitualmente: analisando-a em seus pormenores. Pelas conclusões de Freud (1927/2014c, p. 249) tratavam-se as experiências místicas atreladas à religiosidade, da sobrevivência de um traço muito remoto, gestado em tempos em que o sujeito era uma desamparada criança e contava com a proteção da figura paterna para estar livre dos perigos de um mundo ameaçador:

Pois tal situação não é nova, ela tem um modelo infantil; é na realidade, apenas a continuação daquela anterior, pois o indivíduo já se encontrou assim desamparado: quando pequeno, perante o pai e a mãe, que ele tinha razões para temer, sobretudo o pai, cuja proteção, porém, também estava seguro de ter ante os perigos que então conhecia (Freud, 1927/2014c, p. 249).

Há de se ter em mente que, no começo da vida, é a mãe a responsável por proteger o bebê. Mais tarde, é o pai o ente familiar que ocupa este lugar e quando assume esta função, o faz pelo restante da infância da criança. Levando em consideração que as situações de

desamparo não serão ultrapassadas no decorrer de toda a vida, arma-se no pensamento freudiano um paralelo entre o desamparo infantil e o desamparo do adulto (1927/2014c). Assim, a desproteção da infância traz consigo uma cartilha que é lida tanto pelos adolescentes, quanto pelos adultos e também pelos idosos. Desta amarga lição sobre o desamparo, emerge a religião:

De modo semelhante, o ser humano transforma as forças naturais não simplesmente em indivíduos, com os quais pode lidar como faz com seus iguais – isso não faria jus à impressão avassaladora que elas lhe causam –, mas lhes dá um caráter paterno, transforma-as em deuses, e nisso segue um modelo [...] infantil (Freud, 1927/2014c, p. 249).

Ao perceber que a potência do pai é um tanto quanto limitada e nele não há como assegurar o bem estar que tanto almeja para ver suplantado o desamparo, o sujeito passa a tomar como referência o pai protetor que ele encarou durante o momento da infância, dando-lhe um novo fôlego, superestimando as suas forças e transformando-o em uma divindade. Já adulto e ciente de que estará para sempre preso ao desamparo infantil, não há como recusar a proteção que advém das instâncias superiores, cujos recursos se assemelham às forças de amparo do pai:

Dessa maneira, o motivo do anseio pelo pai equivale à necessidade de proteção contra os efeitos da impotência humana; a defesa contra o desamparo infantil empresta à reação ao desamparo que o adulto tem de reconhecer – que é justamente a formação da religião – seus traços característicos (Freud, 1927/2014c, p. 258).

Porém, é só no texto de “O Mal-estar na Civilização” que Freud (1930/2010c) explora em minúcias o seu valor elucidativo, colocando em xeque o desamparo infantil como o elemento motor do nascimento do apego à religião e à fé. Para Freud (1930/2010c), o desamparo infantil e as necessidades de proteção advindas da instância paterna não podem passar despercebidos pelos olhares da teoria psicanalítica que se volta para o sentimento oceânico que atravessa as experiências religiosas. Entretanto, ele acrescenta que se trata de algo difícil de ser mensurado, podendo “imaginar que o sentimento oceânico tenha se vinculado à religião posteriormente” (Freud, 1930/2010b, p. 25).

Notamos, por meio da leitura de Freud em 1927 e em 1930, que ele não nega o desamparo infantil em meio às experiências místicas dos fiéis. Muito pelo contrário, ele reforça que o desamparo infantil não abandona o homem quando passa para a vida adulta, mas que ele se liga às experiências religiosas frente ao medo impetrado pelas incertezas do

destino e apenas desloca a qualidade das experiências de consolo advindos do alto para depois que a religiosidade já está consolidada em meio à personalidade daquele que crê.

Não podemos deixar que percam de nossas vistas o cerne da teoria freudiana e suas apreciações sobre a religião. Por mais que Freud (1930/2010c, 1927/2014c, 1939/2018) assinale que a religião seja um dos desenvolvimentos que mais caracterizem a forma como uma cultura está organizada, devemos nos lembrar de que nas conjunturas de sua análise em “O Mal-estar na Civilização”, ela está voltada para um aspecto bem menos nobre desta instituição. Por meio da leitura do texto em 1930, entendemos que Freud propõe que a religião – assim como a ciência e os avanços tecnológicos – como a responsável em iludir o homem de sua condição faltante, fazendo a todos venerarem um “deus protético”, que não garante outra coisa, senão fazer o homem acreditar que sob os juízos divinos está resguardado do desamparo.

Freud (1930/2010c, p. 27) ainda reforça que há na crença da Providência Divina, a crença no atendimento ao desamparo que é intrínseco ao homem, onde uma entidade que em muito se assemelha ao pai, só que dotado de qualidades muito maiores e assentado num trono do alto dos céus, aprovisiona de recursos o pobre homem quando ele se depara com das mazelas que a vida impõe e “apenas um ser assim é capaz de conhecer as necessidades da criatura humana, de ceder a seus rogos e ser apaziguado por seu arrependimento”.

Assim, quando Freud menciona o prover divino para o homem, ecoa em nós as suas primeiras menções do desamparo. Apenas rememorando, as precoces admissões freudianas do desamparo estavam voltadas para o estado concreto da incapacidade do recém-nascido empreender feitos em favor de si mesmo que poderiam vir a satisfazer suas exigências mais elementares e assim, garantir a continuidade da vida. A grande diferença é que em 1930, não se trata apenas de uma questão que converge para os primeiros passos do desenvolvimento infantil e dos momentos da constituição do sujeito. Nesta nova conjuntura, o desamparo que era concebido por estas vias passa, gradativamente, a ser encarado cada vez mais em direção às suas faltas de garantia de existência e das ilusões que foram criadas pelo homem para lidar com este expediente (Menezes, 2012; Pereira, 1999).

Por meio destas menções colhidas em “O Mal-Estar na Civilização”, torna-se evidente que os meios explicativos do desamparo tratados no “Projeto Para uma Psicologia Científica”, a de uma noção de desamparo presente desde a infância mais prematura do ser humano e, por mais que seja remodelada em obras posteriores, sempre ronda as elucubrações futuras e faz voltar a estes trâmites para a compreensão geral da temática do desamparo. O humano é um ser que é feito de carne e, por conta disto, sujeito às leis da matéria biológica que o compõe, e

isto implica, invariavelmente, na ruína, na sua decomposição, na vida efêmera, cujo destino é a morte.

No entanto, o raciocínio trazido para análise em “O Mal-estar na Civilização”, trata-se do resgate de uma ideia que também figurou em “Totem e Tabu”. Concordamos com Menezes (2004), para quem o texto de 1913 deixa transparecer que o desamparo que acompanha o homem torna-se evidente quando o pai é deposto de seu lugar de líder da *horda primitiva* e, uma vez morto, obviamente não tem condições de proteger os membros do grupo. O mesmo acontece com os acordos de trégua entre os irmãos: embora decidiram renunciar aos armistícios que determinariam a liderança do bando, eles ainda estavam longe de amenizar o impacto do desamparo que atingia a todos os integrantes da horda (Freud, 1913/2012a). Se o pai da Horda Primitiva é dado como morto, não há mais como contar com seu amparo. De maneira geral, o que o sujeito desamparado pode esperar da figura do seu próprio pai que, assim como todos os homens se espelhavam no pai primevo no cumprimento de suas tarefas protetivas?

Menezes (2004) problematiza como um dos maiores desafios da humanidade, o de encontrar alguém, para o sujeito, que esteja à altura de substituir as funções de proteção e provisão do pai da Horda Primitiva. Nisto surgem os trâmites religiosos que criam uma instituição responsável por construir um Deus-pai dotado de uma substância descontínua às restritas condições humanas: Ele guarda consigo a potência sobrenatural responsável pela criação do homem, está presente em todos os lugares possíveis (mesmo nos inimagináveis), percorre os recônditos mais íntimos do coração do homem, pode acompanhar as adversidades, os medos que são despertados e os infortúnios que saltam do acaso. Por sua compaixão, tira o indigente da sarjeta, providencia o alimento ao pobre, defende o fraco e vem ao encontro dos que estão desguarnecidos, pedindo-lhes em troca, que venham a aderir aos seus preceitos e que respeitem suas regras.

Neste sentido, a religião que procura administrar as aproximações do sujeito para com Deus visa, a partir de seus aportes institucionais, gerir o desamparo e ludibriar, desviando seus olhares do quão frágil ele é, fazendo-o crer que se encontra em meio aos favorecidos pela provisão e proteção divina. Sob estas condições, é onde a Psicanálise compreende as religiões como a neurose da humanidade (Freud, 1939/2018).

Porém, essa noção de potência das divindades ante o desamparo, que alinha o uso das qualidades transcendentais de Deus-pai – e conseqüentemente das demais deidades nas mais diversas instituições religiosas – para prover de proteção o vulnerável homem, foi declarada com maior propriedade mais adiante, em 1939, quando publica “Moisés e o Monoteísmo”.

Quando Freud propõe os argumentos dos primórdios da religião e o nascimento das divindades, é ao desamparo humano que ele converge os pontos principais de sua análise, fazendo do pai, uma figura que muito se assemelha a Deus. Nestes desfechos, são colocadas as atribuições de amparo advindas de Deus como algo muito semelhante ao que se espera das funções protetivas de um pai, fazendo desta salvaguarda, uma alusão às regras de não transgressão do incesto, assumindo assim, tanto o complexo paterno quanto o desamparo, uma tratativa de dimensões alicerçadas na cultura (Pereira, 1999). Pela leitura de “Moisés e o Monoteísmo”, nota-se em Freud (1939/2018) as ideias que permitem entender as iniciativas do povo judeu em aderir à religião monoteísta, como uma forma de reforçar a dignidade perdida por todos que, durante séculos, tiveram gerações forçadas a servirem como escravos no Egito. Ao mesmo tempo, a nascente religião judaica torna cada vez mais sólido o pensamento que surge entre os judeus da superação das adversidades advindas da escravidão, intensificando as imagens do povo escolhido e que desfruta das benesses Divinas em favor de si.

Um ponto interessante e que julgamos relevante trazer para análise é o de que para fundamentar as conclusões que foram expostas em “Moisés e o Monoteísmo”, Gay (2012) e Roudinesco (2016) alertam que Freud utilizou não apenas os estudos bíblicos como referência, mas também fez uso, para efeitos comparativos, de estudos judaicos e registros histórico/antropológicos que dispunha na época para melhor esquadrihar a psique de Moisés e compreender como se deu a ascensão das religiões monoteístas na aurora do povo judaico. Ao analisar os rascunhos e a obra publicada de “Moisés e o Monoteísmo”, Gubrich-Simitis (2001), resguardada pela rigorosa postura científica freudiana, propõe um Moisés que nunca chegou a proferir o nome Jahve para nomear o Deus provedor ao qual ele servia.

Para Gubrich-Simitis (2001), Jahve, a deidade primeira que atendia por este nome, teve transformados, no decorrer de oito séculos, os traços de sua identidade pela cultura judaica, para que se assemelhasse aos preceitos da divindade que Moisés venerava. Para nós, parece muito tentador alinhar os traços deste procedimento sincrético, à necessidade do povo judeu em nomear concretamente um Deus e a ele prestar culto, uma vez que assim, poderiam recordá-Lo da piedade e bondade com que olhou para o povo judeu cativo no Egito, reforçando assim, os laços de fidelidade para com Ele, evocando-O a cada adversidade, do pacto de proteção e provisão de recursos, pois a nação de Israel cumpria à risca os seus mandamentos.

De qualquer maneira, uma coisa não podemos deixar que se perca de nossas vistas, quando estudamos o tema da religião tendo como escopo o texto d’ “O Mal-estar na

Civilização” e que converge ao tema escolhido para dissertarmos: analisar a religião e outros tantos recursos utilizados pelo homem em larga escala para tentar dissimular, adaptar ou contra-atacar ao menor sinal de aceno do desamparo. Para tentar conciliar seu modo de pensar com os alertas de Pfister, Freud (1930/2010c) propõe que as distorções acerca do mundo externo que a religiosidade induz são resultados de inibições que o sujeito se deixa envolver. Com isto, ele se poupa do trabalho árduo do sofrimento que causaria o sintoma neurótico e ainda poderia gozar dos arrebatamentos oriundos da experiência mística de encontro com a divindade que o ampara. E como não há na religião o verdadeiro consolo esperado para que o homem esteja seguro do mal-estar, Freud passa a analisar o tema da felicidade.

As investigações de Freud (1930/2010c) acerca da felicidade em o “Mal-estar na Civilização”, para nós, de maneira geral, parecem se assemelhar e muito à satisfação que a pulsão tem quando encontra o seu objeto. Através das lições de Freud, não há como propor, em soluções generalistas para o alcance da felicidade, tal como recomendam os manuais de autoajuda. Por meio deste raciocínio, que parece apontar a solução da compreensão da felicidade para um problema da ordem libidinal e que coloca em funcionamento a economia psíquica do sujeito. A máxima de que “conselhos dados, se fossem bons, seriam vendidos” ganham aqui a força de um imperativo, pois, das considerações extraídas das experiências de terceiros, há pouco valor geral para atingir a tão almejada felicidade.

Concordamos com Saroldi (2017, p. 90) para quem “nenhum caminho é infalível e livre de frustrações. Tudo depende do quanto de satisfação se consegue obter no mundo ao redor; do quanto de força se dispõe para modificá-lo, de modo a fazê-lo se enquadrar nos nossos desejos”. Para ela, não se pode passar despercebido que estas questões levantadas por Freud são da natureza da constituição psíquica de cada um. Os narcisistas irão procurar meios de se satisfazer com o mundo externo tendo como norte sua autossuficiência. Já aqueles que são mais decididos, irão se portar de maneira mais direta e confiante ao assumir desafios para conquistar o seu quinhão de felicidade neste mundo. Por sua vez, aqueles que estão mais fragilizados, terão dificuldade em encontrar gozo na sua relação com os objetos do mundo externo. Disto, concluímos, que a busca pela felicidade é um trabalho que procura adaptar os recursos internos individuais para a obtenção das sensações de prazer e evitar tudo aquilo que pode levar às sensações de desprazer.

No momento em que discorreremos sobre as impressões de Freud sobre as particularidades da felicidade através da relação que a satisfação estabelece para com os objetos do mundo externo, é quase impossível deixar de mencionar que elas são reguladas através do princípio do prazer em concomitância com o princípio de realidade. Logo, nem

todos os investimentos pulsionais podem alcançar com êxito a satisfação que tanto se espera. Em decorrência, surge o mal-estar em que a infelicidade é um análogo do sofrimento.

Guardando estas ressalvas, Freud (1930/2010b, p. 31) propõe as três fontes de onde se originam o sofrimento humano: é bem menos difícil experimentar a infelicidade. O sofrer nos ameaça a partir de três lados:

[...] do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e por fim, das relações com os outros seres humanos (Freud, 1930/2010b, p. 31).

Em “O Mal-estar na Civilização” Freud parece ter um pouco de dificuldade de dizer algo que seja novo em relação às três fontes de onde se desprendem o sofrimento humano. Apesar de ser um longo texto em que ele se remete a analisar as montagens do mal-estar é em “O Futuro de uma Ilusão” que ele se demora um pouco mais ao expor as três fontes do sofrimento humano.

Para Freud (1927/2014c), é ingênuo pensar que, mesmo em um futuro distante, seremos capazes de dominar por completo a natureza, o mundo que nos rodeia e o desamparo. Aos sonhadores que acreditam que um dia, quem sabe, poderemos dominar por completo a natureza, Freud alerta que os elementos zombam de nossos intentos de tentar cerceá-los: a terra treme ao nosso redor e engole tudo que está ao seu alcance; os vendavais e furacões erguem para o alto tudo aquilo que conseguem fazer levantar pela força de seus ventos; as tempestades e as intempéries destroem tudo que está desprotegido; os dilúvios e as enxurradas inundam e afogam todos os seres vivos que estão no curso de suas águas; as epidemias assolam os mortais e causam o falecimento prematuro; o corpo que dia a dia se arruína; as fatalidades que ousamos chamar de destino, cujos predicados que conta em seu favor, é o de ser inexorável para com todos os seres vivos.

“Com essas forças a natureza se ergue contra nós, majestosa, cruel, implacável, sempre nos recordando nossa fraqueza e desvalia, que pensávamos haver superado mediante o trabalho da civilização” (Freud, 1927/2014c, p. 247). Tudo isto ocorre independente de nossas intenções e, mesmo que quiséssemos poderíamos nos desviar de uma ou outra adversidade que a natureza invoca a esmo contra o homem. Entretanto, dificilmente conseguiríamos driblar por muito tempo a morte, que cedo ou tarde nos alcançará um dia.

Em relação aos parágrafos anteriores e que mencionam as duas primeiras fontes de onde advém o sofrimento do homem, concordamos com Saroldi (2017), para quem pouco há

na Psicanálise a ser dito sobre o sofrimento que se desprende do corpo que envelhece e sobre as forças intempestivas da natureza.

Perante este cenário, não poderia haver outra consequência senão a de um estado de angústia permanente, uma vez que poderíamos nós, pobres homens desamparados, nos defendermos das tragédias naturais e do destino?

Ainda que providenciemos esquivas razoavelmente eficazes contra as intempéries da natureza e nos precavemos do que pode surgir ante o acaso do destino, há nos expedientes do sofrimento humano um deles ao qual não podemos nos furtar quando vivemos em sociedade. Curiosamente, “o sofrimento que se origina desta fonte nós experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro; tendemos a considerá-lo um acréscimo um tanto supérfluo, ainda que possa ser tão fatidicamente inevitável quanto o sofrimento de outra origem” (Freud, 1930/2010b, p. 31).

A esta questão do sofrimento ligado às relações que estabelecemos com as pessoas, Freud profere em “O Futuro de uma Ilusão”:

[...] mas, se nos elementos as paixões se agitam como no interior da própria alma, se nem sequer a morte é algo espontâneo, e sim o ato violento de uma virtude maligna, se em toda parte, na natureza, o indivíduo está rodeado de seres tais como os que conhece da própria sociedade, então ele respira aliviado, sente-se em casa num meio inquietante, pode elaborar psicologicamente a sua angústia sem sentido. Talvez ainda esteja indefeso, mas não mais paralisado e desvalido, pode ao menos reagir; sim, talvez não esteja sequer indefeso, e possa utilizar contra os violentos super-homens lá fora, os mesmos recursos que emprega em sua sociedade, tentado suplicar-lhes, aplacá-los, suborná-los, tirando-lhes, assim, parte de seu poder (Freud, 1927/2014a, pp. 248 - 249).

Eis então, que a angústia que emerge da hostilidade e crueldade do meio externo para com o sujeito, não se trata de uma situação inédita. Temos nela um modelo muito semelhante, vivenciado outrora e que é atualizado a cada instante da vida de todos: tratam-se das vivências do desamparo que deixaram suas marcas no psiquismo de todos os homens, um desamparo que somos obrigados a enfrentar quando ainda éramos muito jovens e estávamos indefesos frente à fome, sede, necessidade de abrigo e defesa.

Com isto, tornam-se relevantes os anseios para com o pai e a função protetiva que ele representa, procurando segurança em seus feitos de promover a proteção, afastar os sádicos, e desviar os olhos fatais do destino dos corpos dos mortais. A estas problemáticas, obviamente, não há como o pai e a função que dele se espera, possam intervir pronta e eficientemente. Assim, mais uma vez, para solucionar esta equação que evoca o desamparo, Freud

(1927/2014c) esclarece que o homem sucumbe ao Representante Celeste do pai que reside na Terra, o único dotado de força transcendental capaz de prover segurança e recursos ao homem frágil desprotegido.

Em uma reflexão sobre o terceiro fator que determina o sofrimento humano, Saroldi (2017) nos alerta de que os ditames sociais estabelecidos para o convívio mútuo não são assim tão eficazes a ponto de promoverem os anseios de livrar a civilização das agruras que percorrem as relações entre os membros da civilização. Em seus escritos, diz desconfiar de que há algo de ineducável no psiquismo humano, conduzindo então ao argumento de Freud que a civilização é o maior infortúnio do homem e que possivelmente seria ele mais feliz caso tivesse permanecido ainda um ser primitivo. Observa-se algo um tanto quanto paradoxal, já que é a própria civilização, a responsável pela regulação dos laços sociais e mantenedora do bem-estar comum, justamente ser ela quem não provê o homem do quinhão de felicidade ao qual o princípio do prazer tanto almeja.

Seguindo o raciocínio de que há algo de ineducável no psiquismo do homem, Freud (1930/2010c) nos alerta de que as massas necessitam de supervisão constante para que a civilização possa empreender seus feitos mais requintados. Caso não houvesse a gerência dos seus, é muito pouco provável que a ciência teria adquirido a capacidade técnica que atingiu nos dias atuais, os patamares de beleza que ostenta e os níveis de higiene e limpeza do qual nós, homens civilizados, tanto nos envaidecemos. Enfim, se não fossem geridos do alto, é quase certo que a orgulhosa civilização ocidental não teria alcançado os feitos dos quais tanto se ensoberbece.

Porém, os traços refinados que a civilização apresenta e dos quais se vangloria para seus vizinhos menos civilizados ou bárbaros, guarda consigo o seu lado negro, que potencializa o desamparo do homem que reside em seus domínios. Segundo Freud (1930/2010c), as grandes massas precisam ter o seu trabalho vigiado de perto, pois os homens não gostam de renunciar aos seus impulsos e dificilmente todos cederiam gentil e integralmente aos ditames do princípio de realidade que argumentam em favor da coletividade.

Apenas alguns poucos, dotados de disciplina e rigor, seriam os exemplos para os demais na execução das tarefas laborais. Deste modo, espera o mundo civilizado que a grande maioria se espelhe nestes poucos homens, esmere sua capacidade de executar as incumbências, seja mais eficaz e produtivo, uma vez que nem todos têm, por privilégio, gozarem nas relações que estabelece com seu trabalho (Freud 1930/2010c).

Refletindo um pouco sobre as ideias que convergem para a vigilância constante e a cobrança por resultados favoráveis em Freud (1930/2010c), por si só elas não teriam força suficiente para promover a revolta para com a civilização. Mas o que ocorre não é bem isto. Se a civilização fosse realmente eficaz, viabilizaria igualdade para com os seus membros e distribuiria, tanto trabalhos quanto gratificações, uniformemente entre as pessoas. E como bem sabemos, não é bem isto que acontece.

Segundo Freud (1930/2010c), não é de se estranhar que as amotinações contra o processo civilizatório se encontram justamente entre as classes mais oprimidas que, com a sua força de trabalho mantém intacto todo o edifício da civilização, desfrutando muito pouco ou nada das riquezas e benesses que haviam prometido.

Nisto, nem mesmo a cultura e arte, expedientes tão necessários à sublimação, este último, o cimento que faria permanecer, sem ruir, o tecido social, é garantido pela civilização às populações menos favorecidas. Elas vivenciam diuturnamente a face cruel do desamparo, a fome, a exploração de sua força de trabalho, a remuneração parca, seus direitos de igualdade e acesso aos direitos básicos usurpados pelas classes dominantes sem recurso algum para lidar com ela. Freud (1930/2010c) nos recorda de que situações deploráveis como estas dificilmente se sustentariam por muito tempo, o que nos faz pensar que o princípio de realidade tem sim suas forças de regulamentação sobre o princípio do prazer, mas que seria ingênuo demais subestimar a potência do princípio do prazer, que em situações de emergência e crises sociais faria esgarçar com suas demandas, as tramas de relações estabelecidas dentro da civilização.

A esta condição é interessante ressaltar que Freud, em vida, não pôde assistir à aurora da indústria cultural que, segundo Saroldi (2017) mudou as relações que a população, de modo geral, estabeleceu com a cultura de massas. Quando adentramos a análise da sujeição da população que está sob condições sociais vulneráveis, com acesso a uma educação de pouca qualidade, dificilmente estas camadas teriam condições de apreciarem a produção estilística da mais alta qualidade que é produzida e direcionada aos átrios mais elitistas da nata social. Resta-lhe então, ter de se contentar com um arremedo de cultura, feita sob medida para inebriar e manipular as grades massas para alcançar, em último termo, a monetarização da arte (Adorno & Horkheimer, 1985).

Para fecharmos este capítulo sobre o desamparo e as elucubrações de Freud a seu respeito em “O Mal-estar na Civilização”, mencionamos os movimentos que a angústia percorre quando lhe é dado um trajeto que remete ao sentimento de culpa. Com este

propósito, Freud (1930/2010c, p. 108) nos alerta que existem certas pessoas que não se atém ao sentimento de culpa que a civilização lhes outorga,

[...] mas que o sentem como um doloroso mal-estar, uma espécie de angústia, apenas quando se veem impedidos de executar determinadas ações. [...] Talvez aqui seja bem vinda a observação de que o sentimento de culpa nada é, no fundo, senão uma variação topográfica da angústia, e em suas fases posteriores coincide inteiramente com o medo ao Super-eu.

Quando o sujeito se insere dentro dos projetos impostos pela civilização e nela não são despertadas grandes aflições ao se deparar com suas obrigações, não haverá grandes conflitos e tudo parece correr relativamente bem, uma vez que a consciência moral está alinhada com o Eu no emprego das suas pretensões de satisfação pulsional.

Entretanto, quando os infortúnios se fazem presentes, a má sorte domina o horizonte e as fatalidades que perseguem o sujeito aperta o ritmo dos seus passos, o sujeito se entrega a uma reflexão ética das mais comuns observadas dentro da seara da cultura e passa a ser dominado pelo sentimento de culpa. O Supereu, que já havia internalizado os ideais em vigência dentro dos moldes da civilização, passa a ter suas forças austeras potencializadas, propondo ao Eu que examine de maneira ainda mais radical as situações que envolvem as adversidades.

Moreira (2005) e Saroldi (2017) nos alertam de que estes episódios que envolvem o sentimento de culpa frente aos contratempos e que tomam o sujeito de assalto, decorrem do fato de serem correspondentes, no inconsciente, o destino e a autoridade conferida ao pai no Supereu. Desta feita, os males que sobressaltam do mundo e que atingem o sujeito desprovido de defesas, fazem-no pensar que foi abandonado pelas instâncias protetivas e que a qualquer momento pode ser levado ao fracasso na conclusão de seus projetos ou então arrebatado pela desgraça. O mundo e toda sorte de acontecimentos que podem se dar a esmo, passam a ser encarados pelo sujeito como sendo uma espécie de armadilha, uma prova arguta do destino que o testa a todo instante. Caso o sujeito e seus intentos pulsionais estiverem ajustados com aquilo que impõe a moralidade civilizatória, ele poderá gozar das benesses protetivas de um Supereu pacífico, que não se oporá ante a prosperidade tão almejada.

Mas caso a má sorte acenar de longe ao sujeito, o Supereu já se apressa e faz apresentar consigo o sentimento de culpa. O Eu, que na iminência de ter os seus planejamentos fadados ao fracasso, é abalroado, uma vez mais, pela angústia proveniente do desamparo e o sentimento de culpa se insere nesta equação para tentar reconciliar o sujeito com o pai que busca amá-lo e protegê-lo. Porém, a pretensa harmonia entre o sujeito e o pai

que vive nos recônditos do Supereu não se dá por vias facilitadoras: o sujeito, que para ser acolhido pela cultura teve de lidar com as marcas impressas pelo desamparo, tem de suportar, agora, a falta de proteção ante o destino implacável e que implicou no fracasso de seus planos, o sentimento de culpa que o persegue por ter ocultado seus intentos do julgamento da instância paterna e, por último, antevê que neste íterim de reconciliação, terá de impor para si uma variedade de castigos como forma de testemunho da fidelidade ao pai (Freud, 1930/2010c).

Desta forma, entendemos que há um elo entre a angústia frente aos fracassos dos nossos planos neste mundo e a austeridade do Supereu. O Eu, sede da angústia, se vê tomado pelo sentimento de culpa, pois outrora rompeu com o pacto que tinha com a instância paterna e, diante dos fracassos, entende-se uma vez mais em desamparo, pois o sujeito encontra-se entregue às consequências de seus atos. Como prova de arrependimento, ele precisa prostrar-se diante do pai, infligir suplícios para si, como fiança para gozar novamente de sua capacidade protetiva: “o sentimento de culpa se origina então, inicialmente, do medo da autoridade e posteriormente do medo do supereu” (Saroldi, 2017, p. 115).

Há que se ter em mente que os rigores impressos pelo Supereu não advêm única e exclusivamente de um ambiente rígido, da disciplina educacional inflexível ou então de um pai pouco tolerante. Muito pelo contrário. Aqui, quando Freud (1930/2010c) faz referência a um Supereu rigoroso, a austeridade que lhe é conferida ultrapassa os expedientes que foram relatados no início do parágrafo, e dizem muito mais respeito à força que foi empenhada em relação às satisfações pulsionais transgressoras, as expectativas de punição que lhes converge e ao medo da desproteção que apontam para o desamparo. Basta que tomemos de empréstimo as lições que aprendemos de Freud (1913/2012a) em “Totem e Tabu”. Unidos pelo remorso – e não mais pelo desejo de tomar as mulheres do bando – é que os irmãos puderam se mobilizar em torno do sentimento de culpa, identificarem-se com o pai protetor e promulgar as leis que fizeram dele um ente mais poderoso do que era quando vivia.

Por mais que o tempo passe e a civilização tenha alicerçado suas colunas na Modernidade, a chama da agressividade, da sexualidade, da transgressão e da necessidade de proteção nunca foram extintas. Neste íterim, o sentimento de culpa que se avizinha a cada um de nós e urge ao menor sinal de desobediência, fazendo-nos seguir, sem pestanejar, as regras impostas do alto, do Supereu.

Àquilo que converge à sexualidade e à agressividade, Freud (1930/2010c) reconhece o quanto o edifício civilizatório é dependente das frenagens internas e externas destas duas modalidades de satisfação pulsional. Mas por mais paradoxal que isto possa parecer, os

avanços civilizatórios varrem para debaixo do tapete os resquícios do seu exercício, fazendo com que advenham destes expedientes o sentimento de culpa que convergem para as satisfações pulsionais narcísicas e que impulsionam o sentimento de perda da felicidade. De outro lado, o sujeito é acossado a transgredir algumas regras de convivência social acossado pelo prazer contido em sua felicidade individual. Em ambos os casos, não há como se refugiar do sentimento de culpa.

Neste sentido, só podemos concordar com Saroldi (2017, p. 115), para quem:

O sentimento de culpa se origina, inicialmente, do medo da autoridade e posteriormente, do medo do supereu. No primeiro estágio, o sujeito precisa abrir mão das satisfações pulsionais proporcionadas pelas ‘más ações’ para garantir o amor da autoridade paterna. No segundo, é necessário que haja punição pelo simples fato de tê-las desejado, já que não é possível esconder os desejos do supereu. Ou seja, nesse estágio a renúncia não atinge mais seu efeito libertador; a virtude não é recompensada pela garantia de amor. O sujeito fica acometido por uma tensão permanente, a tensão pelo sentimento de culpa.

De “O Mal-estar na Civilização” fica em nós o quanto a paciência, jogo de cintura, capacidade de argumentação, versatilidade e resiliência são necessários para poder lidar com os aspectos negativos das moções gregárias. É preciso sapiência para poder administrar o mal-estar presente no laço social, a única estratégia encontrada até o momento para superar as agruras do desamparo. Quanto mais distantes estamos de simbolizar o desamparo e o mal-estar advindo dos encontros com os nossos semelhantes, mais o consumismo – e também os novos sintomas e novas subjetividades – encontram um terreno fértil para poder florescer.

É mais ou menos como afirmou Lacan (1969-1970/1992, p. 107):

[...] as energias que empregamos em sermos todos irmãos provam bem evidentemente que não o somos. Mesmo com nosso irmão consanguíneo, nada nos prova que somos seu irmão – podemos ter uma porção de cromossomas completamente opostos. Essa obstinação com a fraternidade, sem contar o resto, a liberdade e a igualdade, é coisa ridícula, que seria conveniente captar o que recobre.
Só conheço uma única origem da fraternidade – falo da humana, sempre o húmus –, é a segregação.

Entendemos que este trecho coletado em Lacan é uma das formas de reescrever uma das reflexões freudianas contidas em “O Mal-estar na Civilização” que nos diz que a edificação da civilização trouxe tanto pesares quanto ganhos ao homem, pois da proximidade com os nossos semelhantes fomos somos obrigados às renúncias pulsionais importantes à felicidade. Assim, o consumismo se apresenta como um poderoso bálsamo para amenizar os

impactos de uma vida extremamente regrada, com pouco espaço para o regozijo da felicidade em sua plenitude.

Desta feita, entendemos que no consumismo o sujeito apresenta um Supereu que força ao Eu para se portar como um algoz que estabelece entraves às satisfações pulsionais para que ele se veja acolhido pela sociedade que o protege contra o desamparo. Do sofrimento oriundo da anuência ao modelo civilizatório, concordamos com Menezes (2004) ao propor que o “superego feroz e sádico não estabelece limites adequados para um bom funcionamento psíquico” e impõe uma modalidade de subjetivação da qual o consumismo comunga.

Assim, no consumismo o sujeito é tomado de assalto e seduzido pela promessa de felicidade no consumo sem medidas para aplacar as angústias despertadas pelo desamparo e pelo mal-estar. Trata-se de um consumismo que captura os sujeitos em tramas complexas que misturam aspectos constitucionais do psiquismo articulados a aspectos históricos, sociais e culturais para explicar os seus determinantes.

Nestas conjunturas de análise, o consumo sem limites e sua sedutora dinâmica obriga aos sujeitos a comprarem além daquilo que precisa para aplacar as suas angústias e tão logo o brilho destas aquisições se apaguem, um novo ciclo de consumo se impõe, sem deixar espaço para que o sujeito entenda que está inserido num engodo que serve para a esquiva do sofrimento impresso pelo desamparo e mal-estar. Concordamos com Vasconcellos (2018, p. 175) ao propor que

[...] o objeto de consumo, desse ponto de vista, é uma grande impostura. Mas, vejam vocês, apesar disso, no instante seguinte já estamos envolvidos com a ideia de obter um novo objeto. É uma fraude, é uma impostura, mas é extremamente eficiente: ficamos presos nesta trama, que ora nos inebria, ora nos entristece.

E, por fim, talvez estejamos presos a este ciclo vicioso do consumo desmedido, desmesurado, que ostenta sem pudor as inúmeras aquisições para poder esmaecer as agruras do desamparo, tornando o sofrimento um pouco mais ameno, pois se não há como fugir dos padecimentos do desamparo e do mal-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando esse ciclo das nossas reflexões e que nos levaram a tentar compreender as questões que envolvem o consumismo e qual a proposta de entendimento da Psicanálise sobre ele, fomos direcionados, durante a elaboração desta dissertação, a pensar sobre alguns de seus aspectos que se mostraram fundamentais para entendê-lo como uma das formações mais comuns às quais observamos nos dias atuais.

É bem verdade que foram muitas as possibilidades para que o exame do consumismo se desse sob as lentes da Psicanálise. Poderíamos tê-lo norteado através dos mais variados articuladores conceituais que este campo do saber dispõe e, provavelmente teríamos sucesso ao tentar explicá-lo por meio do princípio do prazer, a partir da primeira e segunda teoria das pulsões ou então do narcisismo. Apesar de todos estes caminhos explicativos que a Psicanálise oferta serem muito tentadores, trouxemos para estudo o mal-estar hodierno como um dos determinantes do consumismo.

Isto fez com que esgarçássemos o método psicanalítico que deriva do empirismo clínico e adotássemos como método de pesquisa a Psicanálise extramuros, quando o fazer do psicanalista se propõe a refletir sobre a *polis*, o cenário onde se desdobram os conflitos psíquicos inconscientes do sujeito. Por conta das tentativas de perseguir as nuances do consumismo nestas plataformas teóricas, vimo-nos na eminência de consultarmos autores como Bauman (2001, 2008, 2011a, 2011b, 2018), Lipovetsky e Charles (2004) e Lipovetsky (2007) para articular o tema do consumo em excesso às searas que extrapolam aquilo que a Psicanálise tem a dizer a seu respeito, trafegando nossa escrita nos campos da cultura, da subjetividade e da forma como a sociedade está organizada na contemporaneidade.

Tais caminhos percorridos se deram pela urgência de respondermos o nosso problema de pesquisa, algo que solicitava de nós um exame do psiquismo alinhado aos espaços sociais que circundam o sujeito, produzindo assim elementos interessantes para análise durante a escrita da dissertação. Aqui, vale recordarmos do contexto onde se desenvolveu o problema de pesquisa, algo que nos fazia interrogar a natureza do consumismo, tratando-o como um dos impasses característicos dos dias atuais devido à frequência com a qual ele se faz apresentar tanto dentro clínica psicanalítica, quanto fora de seus domínios.

Seguindo este raciocínio, o problema de pesquisa formulado por nós no início do trabalho girava em torno de tentar captar as qualidades que se mostram relevantes na determinação do consumismo contemporâneo. Neste sentido, a leitura de Menezes (2004) e Oliveira, Resstel e Justo (2014) e que serviram para gestar o problema de pesquisa se mostrou

bastante proveitosa, uma vez que suas ideias confirmam as conclusões que foram trazidas no decorrer da dissertação.

Guardando estas prerrogativas, tomamos como proposta geral deste estudo as perspectivas da Psicanálise sobre o consumismo. Em consequência do processo de escrita, ele foi sendo tratado como um dos modos de subjetivação presente na contemporaneidade, uma das formas de viver, ser, estar, existir e buscar a pretensa felicidade face ao mal-estar que se desenvolve no momento atual. Desta complexa trama e do manejo das ideias oriundas de distintos campos do saber que se entrelaçaram no decorrer da dissertação, foi possível chegar a algumas conclusões e que se apresentam nas páginas desta seção.

A série de exemplos trazidos por nós no início do primeiro capítulo, servem tanto para ilustrar a proliferação e a banalização do consumo sem medidas, como também confirmam as teses defendidas por Bauman (2001, 2008, 2011a, 2011b, 2018), Lipovetsky e Charles (2004) e Lipovetsky (2007), os intelectuais que atestam que uma das características mais marcantes dos dias atuais é justamente o consumismo. Para eles, os valores que incentivam o consumo voraz e sem limites é algo que pode ser constatado sem grandes dificuldades quando nos propomos a examinar a forma como a sociedade está organizada atualmente.

Neste mesmo capítulo, compreendemos que foram os autores do ramo das Ciências Sociais, mais precisamente os historiadores e os antropólogos estudiosos do consumo, os responsáveis por traçar um plano evolutivo do consumo em consumismo, apontando como principais determinantes, a expansão do comércio através das grandes navegações, o desenvolvimento da leitura silenciosa, as estratégias de venda do mercado literário e a Revolução Industrial, na sua produção e diversificação dos bens de consumo.

Nas conjunturas da atualidade, o consumismo está vinculado ao que se espera obter da tão almejada felicidade. Desta feita, os sujeitos contemporâneos, ao aderirem aos ditames da sociedade pautada sob as égides do consumo, intencionam adquirir itens em grandes quantidades para fazer uso deles da maneira como bem desejarem e melhor lhes convier, procurando alcançar, assim, a felicidade.

Ressaltamos as impressões da Psicanálise acerca da felicidade que envolve o consumismo e seus desdobramentos. Das leituras do texto freudiano de “O Mal-estar na Civilização”, entendemos que o sujeito, ao aderir aos moldes impostos pela civilização, firma um compromisso em que precisa abrir mão de uma parcela considerável de sua agressividade e sexualidade para assim, poder gozar das capacidades protetivas do grupo social. Entretanto, a frustração a estas demandas pulsionais – obrigatórias dentro da seara civilizatória –, acabam por aumentar a excitação no interior do aparelho psíquico.

Este aumento da excitação traz consigo uma série de complicações desagradáveis ao sujeito, de onde emerge as sensações do desamparo e que se expressam numa angústia frente à impossibilidade de, dentro do ambiente civilizado, serem aplacadas as demandas pulsionais às quais o sujeito exige satisfação. Disto surgem os movimentos compensatórios que visam obter prazeres imediatos no consumo desmedido, buscando assim, uma via alternativa para que se vejam extravasadas a quantidade de excitação represada no interior do psiquismo.

Há que se ter em mente que, por mais importante que sejam expedientes compensatórios do consumismo para amenizar a angústia de não serem atendidas as demandas pulsionais, ele também é considerado um recurso ilusório. Assim, entendemos que, em instantes, apagam-se os lampejos festivos dos movimentos compensatórios do consumo e não resta ao sujeito muitas alternativas a não ser iniciar, o mais rápido possível, um novo ciclo de consumo para se distanciar cada vez mais do desamparo. Com isto, o consumismo se trata de mais uma das tantas promessas que seduzem o sujeito e o faz acreditar que, dentro dos limites da civilização, ele poderá encontrar a tão perseguida proteção contra o desamparo e ao mesmo tempo alcançar felicidade através do consumo.

Por mais ilusória que seja a realidade do consumo exorbitante para amenizar os impactos do sofrimento psíquico contemporâneo, as satisfações narcísicas que a ele se remetem trazem consigo qualidades um tanto quanto reconfortantes, ao ponto de serem encarados como um poderoso bálsamo ante os pesares do cotidiano. Assim, devido a frequência com a qual o consumismo é empregado como estratégia de enfrentamento das misérias da vida e as aflições contemporâneas, ele passa a reger não somente os atos e pensamentos individuais, mas também funda subjetividades e ordena as formas de ser e estar presente no mundo. Portanto, o consumismo poderia ser encarado como uma das formas de subjetivação na contemporaneidade, uma vez que esta foi a maneira encontrada por alguns para tentar se organizar em um mundo tão caótico e que pede do sujeito urgência ao traçar estratégias protetivas ante às agruras do desamparo.

No segundo capítulo, momento em que foram trazidas algumas considerações sobre os dias atuais, procuramos explorar algumas questões que envolviam a nossa hipótese de trabalho e que versava sobre tentar compreender quais seriam os impasses do sujeito contemporâneo que fariam com que o consumismo assumisse um papel de destaque frente às formas de expressão do sofrimento psíquico.

Iniciamos nossas explorações na segunda seção efetuando algumas considerações sobre o pai, o seu sentido para a Psicanálise e as consequências do declínio de sua função na contemporaneidade. O primeiro ponto ao qual julgamos importante ressaltar é que, em

Psicanálise, o pai assume o estatuto de um conceito que está para além da realidade biológica e não se resume aos encontros sexuais. Neste sentido, concluímos que o pai é uma alçada que está além da procriação em si, ele é o ente familiar que assume o lugar de proteção no psiquismo da criança, funciona um operador simbólico que a separa de seus desejos incestuosos e também é o mediador simbólico entre o sujeito e os objetos aos quais o movimento pulsional se destina.

Neste sentido, entendemos que a falência da função do pai, a qual é possível ser observada atualmente, implica na dificuldade dos sujeitos contemporâneos em gerir as suas satisfações pulsionais. Diante de uma instância de frágil mediação simbólica, não é de se estranhar que as gratificações imediatas e de proporções gigantescas geradas pelo consumismo assumam um lugar de destaque em meio às subjetividades contemporâneas. Da mesma forma, também entendemos que em um mundo repleto de dissabores e desamparo, julgamos pertinente que o consumismo assuma o lugar de uma satisfação substitutiva que acalenta e conforta os sujeitos inseridos em uma sociedade pautada pelo consumo opulento.

Neste mesmo caminho que nos apontou para uma sociedade em que o pai e sua função se encontram em declínio, há também outros ideais que se esfumam e se diluem na contemporaneidade. Deste raciocínio, concluímos que haveria outros elementos determinantes do consumismo hodierno e que precisam de nossa atenção. Trata-se de um estilo de vida cujos ideais aguçam as angústias do desamparo e produzem qualidades de sofrimentos psíquicos típicos de nossa época. Eles nos fazem pensar no aspecto traumático que emerge do desamparo, condição para que se apresente o consumismo entre os novos sintomas e as subjetividades hodiernas.

No exame dos impasses que mobilizam as angústias às quais as subjetividades atuais precisam lidar, dois conceitos de Bauman se mostraram interessantes no decorrer de nossa escrita. O primeiro deles foi a Modernidade Líquida. Em Bauman (2001), o adjetivo “líquido” serve para descrever a porção atual da Modernidade, uma metáfora que descreve os ideais advindos da Modernidade Sólida que aos poucos se fluidificaram. Por mais que a Modernidade tenha trazido progressos ao sujeito, ela não o poupou das aflições tal como prometiam os iluministas. Pelo contrário, ela incutiu-lhe novos desafios. Hoje ele tem de lidar com um mundo em constante transformação, onde tudo flui em ritmo frenético, repleto de insegurança e com laços pouco efetivos na produção do tão esperado amparo. Aqui é importante frisar que há um novo mal-estar em pauta, que assevera o desamparo que é estrutural aos sujeitos, algo que ele não tem ferramentas para lidar e nem mesmo laços sociais fortes o suficiente para amenizar os seus angustiantes impactos.

O segundo deles foi o individualismo, uma recusa à vida em coletividade em favor de uma busca por prazeres individuais e egoístas. Ao invés de se reconhecer enquanto faltante e assumir o quinhão de sua fragilidade, o sujeito contemporâneo ignora o seu desamparo e minimiza a presença do outro como alguém capaz de amenizar as agruras de uma vida em solitude. Neste sentido, concluímos que o sujeito contemporâneo intenciona utilizar-se do individualismo para se despir de suas fraquezas e assim, desviar-se da horrível face do desamparo.

Há que se ressaltar que nas conjunturas da atualidade também há o sujeito neoliberal de Dardot e Laval (2016), um novo modelo de subjetividade que molda a existência do homem e o faz funcionar como se fosse uma empresa privada. Sob a lógica neoliberal, os sujeitos ignoram os limites de sua condição humana e dão o máximo de si, procuram o máximo de eficiência e interpretam o próximo como um concorrente que irá lhe tirar o lugar ao sol. Por conta disto, os sujeitos neoliberais precisam se reinventar a todo momento, tal como pedem as regras do mercado. Tudo isto para que ao final de seus planos e projetos eles não se vejam distanciados da tão almejada felicidade e regozijo, algo que os separaria das angústias do desamparo.

E sim, tudo isto cansa... Cansa ter de lidar com a liquefação dos referenciais da Modernidade. Cansa ter de lidar sozinho com os destinos da vida. Cansa ter de se reinventar, ter de viver em constante agilidade, frenesi e lidar com prazos exíguos. Cansa ter de concorrer com o próximo para se assemelhar a uma empresa privada. Perseguir a felicidade para, a todo custo, escapular do desamparo, cansa.

Por alto, seriam estas seriam algumas das conclusões a respeito do mal-estar contemporâneo às quais pudemos chegar durante a escrita de nossa dissertação. Nos dias atuais notamos que há uma inclinação à pouca autoridade, permissividade, satisfações sem limites e uma sociedade hostil que terminam por causar o mal-estar contemporâneo e lançar os sujeitos ao desamparo, de onde entendemos tratar-se o consumismo, um modesto, ilusório mas alentador agrado àqueles que vivem em busca de um lugar ao sol.

Desta forma, faz sentido pensarmos no consumismo como uma das artimanhas elaboradas pelos sujeitos para suportarem o desassossego mobilizado por uma sociedade caótica e traumática em que somos obrigados a viver. Ainda assim, por mais sedutor e encantador que o consumo desenfreado possa parecer, ele traz consigo as marcas de um engodo que não nos faz superar as marcas da falta radical impressas pelo desamparo. “Do mesmo modo que não existe imperativo de renúncia que de conta de aplacar o mal-estar”

(Silva, 2012, p.63), não há nos expedientes do consumismo qualidades suficientes para que se vejam minimizadas as dores de reconhecer em si o desamparo.

Por conta da forma como foi concebida a escrita de nossa dissertação, o tema do desamparo começou a ganhar cada vez mais espaço. Mas também era algo de se esperar, uma vez que, das angústias suscitadas pelo mal-estar, o desamparo toma de assalto e aprisiona o sujeito contemporâneo. Assim, descortinar as nuances que envolvem o desamparo tornou-se um dos motores do terceiro capítulo

Vimos que a palavra alemã utilizada por Freud para designar o desamparo é a *Hilflosigkeit*. Em “Projeto para uma Psicologia Científica” pudemos assinalar de maneira resumida, ser o desamparo a situação de vulnerabilidade do bebê humano, um ser prematuro e que conta com quase nenhum recurso para garantir a sua sobrevivência física. Como não consegue lidar com as suas necessidades mais elementares, precisa do auxílio do meio externo para que possa diminuir as tensões que se originam no interior do aparelho neuropsíquico e este é o ponto nevrálgico da discussão sobre o desamparo nesta obra: a de um estado em que o humano está desprovido de artifícios para que se vejam mitigadas as suas necessidades.

Em 1895, as menções ao desamparo se encontram na seção 11 do primeiro terço do rascunho. Lá, ele parece ser concebido como um estado objetivo, e como assinala Freud, é “a fonte originária de todos os motivos morais” (Gabbi, 2003, p. 196). É este o prenúncio de que toda vida humana é dependente do contato que se estabelece com o Outro, um emissário a serviço da cultura e que convida o bebezinho, desde logo cedo, a entrar no universo humano.

Em meio a estas elucubrações, surge então as primeiras impressões teóricas de Freud sobre o desamparo, uma condição que funda e ao mesmo tempo constitui os primeiros traços do psiquismo humano e ordena os primórdios da vida psíquica do homem.

Em consequência a este estado de desamparo de onde se origina o psiquismo humano, há também as faltas de garantias de sobrevivência que acompanham o bebê, reforçando em nós toda fragilidade constituinte, tendo o sujeito de lidar com a falta de arrimo que afiancem sobre sua existência física. Neste percurso, esbarramos então na segunda das impressões teóricas sobre o desamparo em Freud, que nela ecoa as menções de que há algo que falta ao ser humano, algo que o protege da morte e do morrer, da finitude e toda sorte de frustrações e limitadores que a vida impõe ao princípio do prazer. Para que vivam, as pessoas precisam criar laços entre si, para desta forma, poder suplantar o desamparo que acomete a cada um dos pares que se relacionam. Viver em sociedade é mais do que uma necessidade, é uma das poucas garantias que temos para estender nossas vidas e driblarmos o desamparo terrífico da morte. Deste modo, o desamparo é quem causa o próprio mal-estar nas relações entre os

humanos, como aponta Freud em “O Mal-estar na Civilização”, fazendo um apelo dramático e nostálgico à proteção que era sustentada pelo pai e que graças ao declínio de suas forças nos dias atuais, a fragilidade constituinte do homem é ainda maior.

Das discussões a respeito do desamparo e que lançam luzes ao consumismo, destaca-se a presença de um momento mítico no processo de constituição do psiquismo, momento este em que se dá o primeiro encontro da criança com o objeto que aplaca a tensão imposta pelas necessidades: o seio materno. Assim, quando o sujeito esquadrinha o mundo a fim de se lançar aos excessos do consumo, o faz procurando resgatar uma experiência de satisfação tomando como parâmetro o princípio do prazer. Por mais que as tentativas de reencontrar o objeto perdido no consumismo naufrague desde os seus primeiros intentos, se deixar iludir pelas propagandas e pelos prazeres das compras sem limites é uma das estratégias que se encontram em exercício na atualidade. Isto porque no consumo frequente e voraz, o sujeito se desvia de sua porção faltante – logo de sua divisão psíquica –, descola-se das frustrações e escora sua existência substituindo os objetos de consumo um após o outro para apaziguar as tensões impostas não mais pela necessidade, mas sim pela pulsão.

REFERÊNCIAS

- 24 Horas Brasil. (2020, novembro 13). *Bolsonaro apoia Jessicão para vereadora em Londrina*. [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=gbChUPIbod0>
- Abbagnano, N. (1982). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou.
- Ades, C. (2001). Freud, as enguias e a ruptura epistemológica. *Psicologia USP*, 12(2), 125-135. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200010>
- Adorno, T. (1951). *Mínima Moralía*. Lisboa: Edições 70.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Adorno, T. (2015). *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp.
- Agamben, G. (2004). *Estado de Exceção: homo sacer*. São Paulo: Boitempo.
- Albuquerque, J. E. R. (2006). Declínio da autoridade: nome-do-pai ao sinthoma. *Revista Trieb*, 43(73), 61-68. Recuperado de https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_73/Judith_Albuquerque.pdf
- Andrés, J. (2015). *Vocabulário básico da psicanálise*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Arantes, M. A. A. C. (2013). *Tortura*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ardoino, J., & Barus-Michel, J. (2005). Sujeito. In *Dicionário de psicossociologia*. Lisboa: Climepsi (pp 204-205).
- Ascerald, M., & Vale, F. C. (2018). A representação social da felicidade e a sociedade de consumo na visão de jovens universitários. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(1), 1-13. Recuperado de http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2846
- Assoun, P. -L. (2012). *Freud e as ciências sociais: psicanálise e teoria da cultura*. São Paulo: Loyola.
- Audino, T. F., Pacheco-Ferreira, F., & Herzo, R. (2018). O imperativo da felicidade nos dias atuais. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 10(1), 49-59. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2018v1p.49>
- Azevedo, A. V. (2001). *A metáfora Paterna: na psicanálise e na literatura*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Barbosa, A. C. A. (2008). A angústia como incidência clínica do desamparo irrepresentável da pulsão: desamparo, trauma e repetição. *Reverso*, 30(56). Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952008000200005
- Barbosa, L. (2010). *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Barus-Michel, J. (2004). *O sujeito social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- Baudrillard, J. (2008). *A sociedade de consumo*. Portugal: Edições 70.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2011a). *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2011b). *Bauman sobre Bauman: diálogos com Keith Tester*. Rio de Janeiro Zahar.
- Bauman, Z. (2018). *A individualidade numa época de incertezas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Belluzzo, L. G. (2020). Prefácio. In Moreira, E. *Economia do desejo: a farsa da tese neoliberal* (p. 7-14). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bezerra, B., Jr. (2013). *Projeto para uma psicologia científica: Freud e as neurociências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (1999). *Cartografias do Feminino*. São Paulo: Ed. 34.
- Birman, J. (2009). *Cadernos sobre o mal: agressividade violência e crueldade*. Rio de Janeiro: Record.
- Birman, J. (2017). A psicanálise e a crítica da modernidade. In J. Birman, *Arquivos do mal-estar e resistência* (p. 33-58). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2019). Dionísio desencantado. In J. Birman, *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação* (p. 231-246). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bueno, M. (2003). *A origem curiosa das palavras e/ou dos significados*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2020). *O que é Covid-19*. Brasília
- Campbell, L. C. (2001). *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: FGV.
- Canclini, N. G. (2006). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro UFRJ.
- Caropreso, F. (2008). *O nascimento da metapsicologia: representação e consciência na obra inicial de Freud*. São Carlos: EdUFSCAR.
- Celestino, S. (2015, junho 16). Conhecido pela anedota do camarão, 'Rei da Soja' morre aos 84 anos em São Paulo. *Bahia Notícias*. Recuperado de <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/174047-conhecido-pela-anedota-do-camarao-039rei-da-soja039-morre-aos-84-anos-em-sao-paulo.html>

- Chemama, R. (1998). *Diccionario del psicoanálisis: diccionario actual de los significantes, conceptos y matemas del psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Conceição, J., Conceição, M., & Araújo, P. (2014). Obsolescência programada – tecnologia a serviço do capital. *INOVAE - Journal of Engineering, Architecture and Technology Innovation*, 2(1), 90-105. Recuperado de <http://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/inovae/article/view/386/548>
- Costa, D. B. (2009). *A crise do supereu e o caráter criminoso da sociedade de consumo*. Curitiba: Juruá.
- Costa, J. F. (2004). *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Costa, J. F. (2007). A noção psicanalítica de desamparo. In J. F. Costa, *O risco de cada um e outros ensaios de psicanálise e cultura* (pp. 59-82). Rio de Janeiro: Garamond.
- Cunha, A. G. (2010). *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (4a ed.). Rio de Janeiro: Lexikon.
- D'Abreu, A. A., Delouya, D., & Levy, R. (2018). Entrevistas. *Trieb*, 17(1/2), 13-22.
- Dadalto, M. C. (2010). Metamorfoses da sociedade de consumo, do trabalho e da comunicação. In S. M. Pimenta, M. L. Corrêa, M. C. Dadalto, & H. M. Veloso (Coord), *Sociedade e consumo: múltiplas dimensões na contemporaneidade* (Cap. 2). Curitiba: Juruá.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dor, J. (1991). *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Dumont, L. (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Elia, L. (2007). *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Elliot, A. (2018). A teoria do novo individualismo. *Revista Sociedade e Estado*, 33(2), 465-486. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/se/v33n2/0102-6992-se-33-02-00465.pdf>
- Elias, N. (2001). *A sociedade da corte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ehrenberg, Alain. (1998). *La fatigue d'être soi: dépression et société*. Paris: Odile Jacob.
- Evans, D. (2007). *Diccionario introductorio de psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós.
- Farah, B. L. (2002). A pós-modernidade e as novas exigências à escuta clínica. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 15(156), 37-47.
- Faro, A.; Bahiano, M. A.; Nakano, T. C.; Reis, C.; Silva, B. F. P., & Vitti, L. S. (2020). COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estudos de Psicologia*, 37, 1-14.

Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100507&tlng=pt

- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (3a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, N. P. (2002). Jacques Lacan: apropriação e subversão linguística. *Agora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 5(1), 113-131. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100009
- Figueiredo, L. C. (2018). Trauma e dissociação na "contemporaneidade": de volta ao assunto vinte anos depois. *Cadernos de psicanálise*, 40(39), 91-108. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952018000200005&lng=pt&tlng=pt.
- Fink, B. (1998). *O sujeito lacaniano: entre o gozo e a linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Freitas, V. (2010). O código social da obsolescência: um estudo de A Sociedade do Consumo, de Jean Baudrillard. In S. M. Pimenta, M. L. Corrêa, M. C. Dadalto, & H. M. Veloso (Coord), *Sociedade e consumo: múltiplas dimensões na contemporaneidade* (Cap. 3). Curitiba: Juruá.
- Freud, S. (2010a). *Uma dificuldade da psicanálise* (Obras Completas de Freud, Vol. 17). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (2010b). *Os instintos e seus destinos* (Obras Completas de Freud, Vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2010c). *Mal-estar na civilização* (Obras Completas de Freud, Vol. 19). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2010d). *Tipos de Adoecimento neurótico*. (Obras Completas de Freud, Vol. 10). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (2010e). *Introdução ao narcisismo*. (Obras Completas de Freud, Vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2010f). *Luto e melancolia*. (Obras Completas de Freud, Vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2010g) *Introdução a Psicanálise Das Neuroses de Guerra*. (Obras Completas de Freud, Vol. 14). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (2010h). *Novas conferências introdutórias à psicanálise* (Obras Completas de Freud, Vol. 19). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2010i). *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci* (Obras Completas de Freud, Vol. 9). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910).

- Freud, S. (2011a). *Psicologia das massas e análise do eu* (Obras Completas de Freud, Vol. 15). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2011b). *O eu e o id*. (Obras Completas de Freud de Freud, Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2011c). “*Psicanálise*” e “*Teoria da Libido*” (Obras Completas de Freud, Vol. 15). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (2012a). *Totem e Tabu*. (Obras Completas de Freud, Vol. 11). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (2012b). *A História do Movimento Psicanalítico*. (Obras Completas de Freud, Vol. 11). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (2014a). *Conferências introdutórias à psicanálise* (Obras Completas de Freud, Vol. 13). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1916-1917).
- Freud, S. (2014b). *O Fetichismo*. (Obras Completas de Freud, Vol. 9). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (2014c). *O Futuro de uma ilusão* (Obras Completas de Freud, Vol. 9). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud S. (2014d). *Inibição, sintoma e Angústia* (Obras Completas de Freud, Vol. 17). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (2015). *Análise da fobia de um garoto de cinco anos*. (Obras Completas de Freud, Vol. 8) São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909).
- Freud, S. (2016a). *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Obras Completas de Freud, Vol. 6). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (2018). *Moisés e o monoteísmo* (Obras Completas de Freud, Vol. 15). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1939).
- Freud, S. (2019). *A interpretação dos sonhos*. (Obras Completas de Freud, Vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1900).
- Fuks, B. B. (2014). *O homem Moisés e a religião monoteísta: Três ensaios: o desvelar de um assassinato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gabbi, O. F., Jr. (2003). *Notas a projeto de uma psicologia: as origens utilitaristas da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Galeano, E. (2017). *O caçador de histórias*. São Paulo: LP&M.
- Garcia-Roza, L. A. (1991). *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Garcia-Roza, L. A. (2009). *Introdução à metapsicologia freudiana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gay, P. (2012). *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Gianastacio, V. (2009). *A presença do sufixo -ismo nas gramáticas da língua portuguesa e sua abrangência dos valores semânticos, a partir do Dicionário de Língua Portuguesa Antônio Houaiss* (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil). Recuperado de www.teses.usp.br
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Goldenberg, R. (2014). *Psicologia das massas e análise do eu: multidão e solidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gomes, V. R. R. (2014). *Adolescentes na contemporaneidade: desamparo e laços fragilizados em meio aos “ideais” da sociedade de consumo* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil). Recuperado de <http://www.ppi.uem.br/arquivospara-links/teses-e-dissertacoes/2014/vinicius>
- Gubrich-Simitis, I. (2001). *Freud: primeiros textos e textos da maturidade: lendo estudos sobre histeria e Moisés e o monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Hábito de consumo adquirido na pandemia deve permanecer após Covid-19. (2020, maio 18). UOL. Recuperado de: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/18/habito-de-consumo-adquirido-na-pandemia-deve-permanecer-apos-covid-19.htm>
- Han, B. C. (2015). *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes.
- Holiday, F. [@FernandoHoliday]. (2020, 7 setembro). *Boulos em 2018 - declarou um Chevrolet Celta 2010, valor: R\$ 15.416,00. Boulos em 2020 - declarou o mesmo automóvel e nada mais. Das duas uma: 1º Está mentindo; 2º É incompetente e não consegue aumentar o próprio patrimônio. Nos dois casos não serve para administrar São Paulo!*. [Tweet]. Twitter. <https://twitter.com/FernandoHoliday/status/1313900810313531392>
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2008). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Japiassú, H., & Marcondes, D. (2001). *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Jornal O Globo (2017). *Uma multidão no aniversário do Supermercado Guanabara*. [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=wDWoOikfT0Y>
- Jones, D. (n. d.). *Os melhores memes do Aniversário Guanabara, é inacreditável*. [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=ncWptM9kuUs>
- Julien, P. (1997). *O manto de Noé: ensaio sobre a paternidade*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter.
- Kehl, M. R. (2004a). O espetáculo como meio de subjetivação. In E. Bucci & M. R. Kehl, *Videologias: ensaios sobre televisão* (pp. 46-52). São Paulo: Boitempo.
- Kehl, M. R. (2004b). Fetichismo. In E. Bucci & M. R. Kehl, *Videologias: ensaios sobre televisão* (pp. 63-84). São Paulo: Boitempo.

- Kehl, M. R. (2004c). Com que corpo eu vou?. . In E. Bucci & M. R. Kehl, *Videologias: ensaios sobre televisão* (pp. 174-179). São Paulo: Boitempo.
- Kehl, M. R. (2017). Três motivos (pelo menos) para se ler Freud, Hoje. In D. Kupermann (Org), *Por que Freud hoje*. São Paulo: Zagodoni.
- Kobori, E. T. (2013). Algumas considerações sobre o termo Psicanálise Aplicada e o Método Psicanalítico na análise da Cultura. *Revista de Psicologia da UNESP* 12(2), 73-81. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v12n2/a06.pdf>
- Koltai, C. (2000). *Política e psicanálise: o estrangeiro*. São Paulo: Escuta.
- Koltai, C. (2010). *Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1975).
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1955-1956).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970).
- Lacan, J. (1996). *Escritos*. São Paulo: Editora Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1998). *O Seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1955-1956).
- Lacan, J. (2003). *O Aturdido: Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Obra original publicada em 1972).
- Laender, N. R. (2005). A construção do conceito de superego em Freud. *Reverso*, 27(52), 63-68. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952005000100009&lng=pt&tlng=pt
- Laplanche, J., & Pontalis, J. -B. (2001). *Vocabulário da psicanálise* (4a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Lebrun, J. -P. (2004). *Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lebrun, J. -P. (2008). *A perversão comum: viver juntos sem o outro*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- Leite, M. C. (2014). *O desamparo na contemporaneidade e sua perspectiva teórica de subjetivação* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, Brasi). Recuperado de <http://www.ppi.uem.br/arquivos-para-links/teses-e-dissertacoes/2014/marco-leite>
- Lima, D. M. O. (2012). *Diálogo entre a sociologia e a psicanálise: o indivíduo e o sujeito*. Salvador: EDUFBA.

- Lipovetsky, G., & Charles, S. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.
- Lipovetsky, G. (2007). *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lustoza, R. Z. (2009). O discurso capitalista de Marx a Lacan: algumas consequências para o laço social. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 12(1), 41-52. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982009000100003>
- Lustoza, R. Z., Cardoso, M. J. d'E., & Calazans, R. (2014). "Novos sintomas" e declínio da função paterna: um exame crítico da questão. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(2), 201-213. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S151614982014000200003>
- Malki, Y. (2007). *Voracidade, consumismo e frieza: a contribuição do esfacelamento da família para a impossibilidade de formação do Sujeito*. FACOM (Revista da Faculdade de Comunicação da FAAP), n.17. pp. 27-34.
- Mannoni, O. (1991) Eu sei, mas mesmo assim. In C.S. Katz (Org.), *Psicose: uma leitura psicanalítica* (pp. 183-212). São Paulo: Escuta.
- Masson, J. M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess: 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago.
- Melman, C. (2008). *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Menezes, L. S. (2004). Pânico efeito do desamparo na contemporaneidade. Um estudo psicanalítico (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil). Recuperado de <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp029914.pdf>
- Menezes, L. S. (2012). *Desamparo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da Unesp*, 8(2), 110-117. Recuperado de <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/946-Texto%20do%20artigo-2985-1-10-20180310.pdf>
- Mello, C. J. A., & Oliveira, V. S. (2013). Romance: gênero problemático ou ambivalente? *Todas as letras U*, 15(1), 172-181. Recuperado de <https://grad.lettras.ufmg.br/arquivos/monitoria/Romance%20-%20Aula%2003.pdf>
- Mezan, R. (2001). Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos e reflexões. *Psicanálise e Universidade*, 14, 121-162.
- Mezan, R. (2013). *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Blucher.
- Minerbo, Marion. (2013). Ser e sofrer, hoje. *Ide*, 35(55), 31-42. Recuperado em 07 de janeiro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062013000100004&lng=pt&tlng=pt.

- Mijolla, A. (2005). *Dicionário internacional de psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições*. Rio de Janeiro: Imago.
- Moreira, E. (2020). *Economia do desejo: a farsa da tese neoliberal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moreira, J. O. (2005). A alteridade no enlaçamento social: uma leitura sobre o texto freudiano "O mal-estar na civilização". *Estudos de Psicologia*, 10(2), 287-294. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000200016>
- Naffah, A., Neto. (2006). A Pesquisa psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 279-288. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v39n70/v39n70a18.pdf>
- Nascimento, M. L. V., & Caniato, A. M. P. (2016). *À sombra de narciso: uma análise psicossocial do narcisismo contemporâneo*. São Paulo: Baraúna.
- Nasio, J.-D. (1993). *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Nasio, J. -D. (2007). *Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Oliveira, L. (2012). Zygmunt Bauman: a sociedade contemporânea e a sociologia na modernidade líquida. *Revista Sem Aspas*, 1(1), 25-35. Recuperado de <https://doi.org/10.29373/sas.v1i1.6970>
- Oliveira, G. F. (2018). A sociedade do desempenho e suas urgências. *Horizonte Antropológico*, 24(52), 375-382. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/329350383_HAN_Byung-Chul_Sociedade_do_cansaco_Traducao_de_Enio_Paulo_Giachini_Petropolis_Vozes_2015_80_p
- Oliveira, A. A. A., Resstel, C. C. F. P., & Justo, J. S. (2014). Desamparo psíquico na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da Unesp*, 13(1), 21-32. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/127030/ISSN1984-9044-2014-13-01-21-32.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (n. d.). *Perdas e desperdícios de alimentos na América Latina e Caribe*. Recuperado de [http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394/:](http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394/)
- Os 'inocentes do Leblon' ignoram: Rio de Janeiro chega a 120 mil casos de COVID-19. (2020, julho 5). *Jornal do Brasil*. Recuperado de <https://www.jb.com.br/pais/2020/07/1024514-os--inocentes-do-leblon--ignoram--rio-de-janeiro-chega-a-120-mil-casos-de-covid-19.html>
- Outeiral, J., & Godoy, L. (2003). *Desamparo e trauma: transferência e contratransferência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda.
- Outhwaite, W., & Bottomore, T. (1996). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Park, S., & Park, Y. C. (2020). Mental health care measures in response to the 2019 novel coronavirus outbreak in Korea. *Psychiatry Investigation*, 17(2), 85-86. Recuperado de <https://doi.org/10.30773/pi.2020.0058>
- Pereira, M. E. C. (1999). *Pânico e desamparo*. São Paulo: Escuta
- Pizzi, J. (1994). *Ética do discurso: a racionalidade ético-comunicativa*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Porge, E. (1998). *Os nomes do pai em Jaques Lacan*. São Paulo: Companhia de Freud.
- Patrimônio dos super-ricos brasileiros cresce U\$34 bilhões durante a pandemia, diz Oxfam (2020, julho 27). *GI, Economia*. Recuperado de https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml?fbclid=IwAR2BE_py6zccrrgtpjw0HlfEPv9AQyvvtL7HaNzq1_yozcjG2toxjHJmAdiiw
- Dono da Amazon aumenta sua fortuna em U\$13 bilhões em um dia (2020, julho 21). *GI, Economia*. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/21/dono-da-amazon-aumenta-sua-fortuna-em-us-13-bilhoes-em-um-dia.ghtml>
- Puertas, K. (2010). *Emergência e constituição do ideal de eu em Freud* (Dissertação mestrado Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil).
- Quintella, R. (2015). Do primado do olhar ao primado da escuta: o declínio do pai e o corte epistemológico freudiano. *Clínica e Cultura*, 4(1), 3-13. Recuperado de <https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/3044/3342>
- Rebollo, R. A. (2003). "De humani corporis circus" de Gunther von Hagens. *Scientiae Studia*, 1(1), 101-107. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662003000100010>
- Recalcati, M. (2004). A questão preliminar na época do Outro que não existe. *Latusa Digital*, 1(7), 1-12. Recuperado de https://www.latusa.com.br/pdf_latusa_digital_7_a2.pdf
- Rolim, M. (2020, novembro 18). Vereadora lésbica eleita em Londrina diz que não fará nada por LGBTs. *Põe na roda*. Recuperado de <https://poenaroda.com.br/diversidade/vereadora-lesbica-nao-apoia-lgbts/>
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2) 329-348. Recuperado de <http://www.unifor.br/notitia/file/184.pdf>
- Rotstein, E., & Bastos, A. (2011). A concepção freudiana de experiência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(3), 371-380. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000300013>
- Rouanet, S. P. (2003). *Os dez amigos de Freud*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Roudinesco, E. (2016). *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rudge, A. M. (2009). *Trauma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Saroldi, N. (2017). *O mal-estar na civilização: as obrigações do desejo na era da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Saussure, F. (2006). *Curso de linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- Scorsolini-Comin, F. (2009). A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 203-204. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000100024>
- Scremin, M. (2004). Do positivismo jurídico à teoria crítica do direito. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, 40, 149-162. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v40i0.1740>
- Senna, A., Bar, C., Gomes, M. G., Guilhon, M., & Kupferberg, M. (2010). O pai na psicanálise. *Primórdios-CPRJ*, 1(1), 91-116. Recuperado de http://cprj.com.br/primordios/91-116_o_pai_na_psicanalise.pdf
- Severiano, M. F. V. (1999). *As subjetividades contemporâneas sob o signo do consumo – Os ideais narcísicos na publicidade da TV: produção e consumo* (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil).
- Severiano, M. F. V., Rêgo, M. O., & Montefusco, E. V. R. (2010). O corpo idealizado de consumo: paradoxos da hipermodernidade. *Revista Mal-estar e subjetividade*, 10(1), 137-165. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000100007
- Silva, M. M. (2012). Freud e a atualidade de O mal-estar na cultura. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 1(1), 45-72. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972012000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Silva, V. C. A. (2010). *Crime e Castigo: vicissitudes do fracasso da função paterna na neurose obsessiva* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil). Recuperado de <http://www.ppi.uem.br/arquivos-para-links/teses-edissertacoes/2010/valeria>
- Sloterdijk, P. (2000). *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Souza, P. C. (2010). *As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, M. L. R. (2014). *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Stacechen, L. F., & Bento, V. E. S. (2008). Consumo excessivo e adicção na pós-modernidade: uma interpretação psicanalítica. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(2), 421-435. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922008000200009>

- Stenner, A. S. (2004) A identificação e a constituição do sujeito. *Psicologia: ciência e profissão*, 24 (2), 54-59. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200007
- Strachey, J. (1954/1996). Introdução do editor inglês. In: Freud, S. *Projeto para uma Psicologia Científica* (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1950).
- Susemihl, E. V. K. P. (2017). Interpretação dos sonhos, sem fim. *Jornal de Psicanálise*, 50(93), 111-126. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352017000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Teissier, M. -J. (2004). Alienação-separação. In A. B. R. Teixeira, & M. R. Teixeira (Orgs.), *Dicionário de Psicanálise: Freud e Lacan* (2a ed., pp. 9-15). Salvador: Álgama.
- Teixeira, V. L.; Couto, L. F. S. (2010). A cultura do consumo: uma leitura psicanalítica lacaniana. In: *Psicologia em Estudo*, 15, 583-591. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n3/v15n3a16>
- Teodósio, A. S. S., Viegas, D., & Gonçalves-Dias (2010). Consumo, meio ambiente e cidadania: intrincados (des)encontros na sociedade do hiperconsumo. In S. M. Pimenta, M. L. Corrêa, M. C. Dadalto, & H. M. Veloso (Coord), *Sociedade e consumo: múltiplas dimensões na contemporaneidade* (Cap. 5). Curitiba: Juruá.
- Tochtrop, L. (2001). *Dicionário alemão-português* (10a ed.). São Paulo: Globo.
- Torezan, Z. C. F.; Aguiar, F. (2011). O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. In: *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 11(2), 525-554. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200004.
- Torres, R. (2011). Indicações sobre a estrutura da ação específica freudiana: efeitos para o sujeito da psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 14(1), 61-76. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982011000100005>
- Uol (2018, janeiro 5). *Promoções fazem clientes madrugarem em fila de loja*. [Vídeo]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=_C7mzCIyD1g
- Vasconcellos, F. (2018). O que pode a educação na sociedade de consumo. In M. R. Faria (Org.), *O psicanalista na instituição, na clínica, no laço social, na arte* (Vol. 2, pp. 171-180). São Paulo: Toro Editora.
- Veliq, F. (2017). O totem e o desamparo: duas chaves de leitura para a religião no pensamento freudiano. *Analytica Revista de Psicanálise*, 6(10), 28-45. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v6n10/04.pdf>
- Xiang, Y. T., Yang, Y., Li, W., Zhang, L., Zhang, Q., Cheung, T., ... Ng, C. H. (2020). Timely mental health care for the 2019 novel coronavirus outbreak is urgently. *The Lancet*, 7(3), 228-229. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30046-8](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30046-8)

Zimerman, D. (2008). *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre: Artmed.